UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

ÉRICO LUCIANO PAGOTTO

**Política de Produção e Consumo Sustentáveis:
estudo sob a perspectiva de campos de ação estratégica**

São Paulo

2019

ÉRICO LUCIANO PAGOTTO

**Política de Produção e Consumo Sustentáveis:
estudo sob a perspectiva de campos de ação estratégica**

Versão corrigida

Tese apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências pelo programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 19 de setembro de 2019. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de concentração: Gestão Ambiental

Orientadora:
Profa. Dra. Sylmara Lopes Francelino
Gonçalves-Dias

São Paulo

2019

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: PAGOTTO, Érico Luciano

Título: Política de Produção e Consumo Sustentáveis: estudo sob a perspectiva de campos de ação estratégica

Tese apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências pelo programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade.

Aprovado em: 19/set/2019

Banca Examinadora

Profa. Dra. Sylmara Lopes Francelino Gonçalves-Dias

Instituição: EACH – USP

Julgamento: não votante

Prof. Dr. Alexandre Toshio Igari

Instituição: EACH – USP

Julgamento: aprovado

Profa. Dra. Tânia Pereira Christopoulos

Instituição: EACH – USP

Julgamento: aprovado

Prof. Dr. Mário Sacomano Neto

Instituição: UFSCar – externo

Julgamento: aprovado

Prof. Dr. Marcus Vinícius Peinado Gomes

Instituição: Cardiff – externo

Julgamento: aprovado

Prof. Dr. Armino dos Santos de Sousa Teodósio

Instituição: PUC – MG

Julgamento: aprovado

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Pagotto, Érico Luciano

Política de produção e consumo sustentáveis: estudo sob a perspectiva de campos de ação estratégica / Érico Luciano Pagotto ; orientadora, Sylmara Lopes Francelino Gonçalves-Dias. – 2019
215 f. : il.

Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão corrigida

1. Sustentabilidade. 2. Consumo - Aspectos ambientais.
3. Produção - Aspectos ambientais. 4. Políticas públicas. I.
Gonçalves-Dias, Sylmara Lopes Francelino, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 577.0681

Aos meus pais, Roberto e Neusa Pagotto

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Sylmara Lopes Francelino Gonçalves-Dias pela orientação ao longo de todo o processo de doutoramento, de forma competente, responsável e incentivadora;

À Profa. Dra. Tânia Pereira Christopoulos e ao Prof. Dr. Armindo dos Santos de Sousa Teodósio por suas generosas contribuições por ocasião da banca de qualificação;

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade da EACH/USP pelos debates acadêmicos dentro e fora de sala de aula;

Às equipes do Ministério do Meio Ambiente, que disponibilizaram dados e informações fundamentais à etapa empírica desta pesquisa;

Ao Prof. Dr. Marcos Bernardino de Carvalho pela amizade e pelas oportunidades de parceria em diversas publicações;

Às equipes da Faculdade de Tecnologia de Jacareí, da Faculdade Anhanguera de São José dos Campos, da Univesp, do Instituto Avanza, da empresa Tecnogeo e da Produtora Moeté, com quem tive o privilégio de trabalhar durante os anos do doutorado, e que proporcionaram o suporte necessário aos meus estudos;

Aos colegas do NOSS - Núcleo de Pesquisa sobre Organizações, Sociedade e Sustentabilidade, pelas oportunidades de aprendizagem e produção coletiva;

A todos os meus familiares e amigos pelo incentivo contínuo.

“Durante demasiado tempo, os economistas preconizaram a maximização de nossos ganhos. Já é bem tempo de sabermos que a conduta mais racional consiste em minimizar os arrependimentos” (*GEORGESCU-ROEGEN, 2012 [1979], p. 155*).

RESUMO

PAGOTTO, Érico Luciano. **Política de Produção e Consumo Sustentáveis**: estudo sob a perspectiva de campos de ação estratégica. 2019. 215 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Versão corrigida.

Em 2003, foi criada pela ONU uma iniciativa internacional para elaboração de políticas de produção e consumo sustentáveis, o chamado “Processo de Marraquexe”. O Governo Federal brasileiro aderiu a este protocolo em 2007, e desde então vem desenvolvendo iniciativas para mobilizar diversos atores estatais e não-estatais em torno do tema. Esta tese buscou investigar por que e como os conceitos de sustentabilidade estão sendo incorporados nos discursos dos atores sociais no que tange à produção e consumo sustentáveis. O objetivo geral foi investigar as convergências e divergências entre os discursos dos atores sobre sustentabilidade no contexto brasileiro. Para isso, com base na Teoria de Campos de Ação Estratégica, a pesquisa realizou um mapeamento do campo da produção e consumo sustentáveis, seus atores e sua dinâmica. A partir de um quadro analítico que correlaciona os papéis dos diferentes atores sociais aos conceitos de sustentabilidade “forte” e “fraca”, e à atuação quanto à produção e consumo sustentáveis, foi possível analisar o posicionamento e a dinâmica dos atores no campo. Por meio da análise sociológica do discurso aplicada aos documentos da política de produção e consumo sustentável e dos relatórios corporativos socioambientais, foi possível verificar que apesar de prevalecer uma convergência retórica, o campo apresenta disputas de interesses entre os atores, dificultando o avanço de políticas mais progressistas.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Teoria de campos de ação estratégica. Produção e consumo sustentáveis. Análise sociológica do discurso.

ABSTRACT

PAGOTTO, Érico Luciano. **Sustainable Production and Consumption Policy: a study from the perspective of fields of strategic action.** 2019. 215 f. PhD Thesis (Postgraduate Program in Sciences). School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2019. Corrected version.

In 2003, an international initiative to develop sustainable production and consumption policies, called the “Marrakesh Process”, was created by the UN. The Federal Government of Brazil adhered to this protocol in 2007 and since then has been developing initiatives to engage several state and non-state actors. This thesis aimed to investigate how and why the concepts of sustainability are being incorporated into the discourses of social actors about sustainable production and consumption. The general objective was to investigate the convergences and divergences between the actors' discourses on sustainability in the Brazilian context. Based on the Theory of Strategic Fields of Action, the research mapped the field of sustainable production and consumption, identified actors and their dynamics. From an analytical framework that correlates the roles of different social actors with the concepts of “strong” and “weak” sustainability, and actor's performance related to sustainable production and consumption, it was possible to describe their positions and dynamics in the field. Sociological discourse analysis was conducted over the sustainable production and consumption policy documents and social and environmental corporate reports. It was noted that despite some rhetorical convergence the field displays several conflicts of interests among the actors, hindering more progressive policies.

Keywords: Sustainability. Strategic action fields. Sustainable production and consumption. Sociological discourse analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Problema, objetivo e macroetapas da pesquisa.	20
Figura 2 - Resumo estrutural da tese	27
Figura 3 - Resumo das etapas de busca e seleção de artigos.	40
Figura 4 - Distribuição dos artigos selecionados por periódico.....	41
Figura 5 - Evolução do no. de artigos publicados por ano (jan/1990 a jun/2018).	42
Figura 6 - Foco dos artigos encontrados sobre PCS	43
Figura 7 - Quadro-síntese dos elementos estruturantes da pesquisa	80
Figura 8 - Desenho metodológico da pesquisa.....	82
Figura 9 - Detalhamento das etapas de análise dos discursos.....	93
Figura 10 - Fluxo da apresentação e discussão dos resultados.	97
Figura 11 - Principais marcos do processo de elaboração do PPCS no Brasil.....	101
Figura 12 - Quadro interpretativo inicial da PCS.....	105
Figura 13 - Organograma do Ministério do Meio Ambiente	109
Figura 14 - Posicionamento dos atores no campo da PCS	149
Figura 15 - Exemplos de ilustrações dos RI's dos bancos.....	154
Figura 16 - Sentidos da sustentabilidade nos discursos do setor financeiro.....	157
Figura 17 - Capas dos RS's das empresas do agronegócio.....	158
Figura 18 - Capas dos relatórios das empresas do setor varejista.	165
Figura 19 - Capas dos relatórios das empresas do setor da construção civil.	170
Figura 20 - Capas dos relatórios das empresas do setor industrial.	175

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação temática dos artigos analisados em profundidade	44
Quadro 2 - Quadro analítico dos papéis dos atores e seus posicionamentos quanto à sustentabilidade e à PCS	66
Quadro 3 - Operacionalização da TCAE nesta tese.....	78
Quadro 4 - Cadastro do conjunto de documentos do PPCS	84
Quadro 5 - Lista dos atores e seus representantes.....	87
Quadro 6 - Cadastro dos relatórios corporativos socioambientais	90
Quadro 7 - Categorias temáticas da ASD	94
Quadro 8 - Linha do tempo da PCS destacando principais fatos.....	103
Quadro 9 - Atores do Grupo Intersetorial do Comitê Gestor de PCS	110
Quadro 10 - Sugestão de contribuição do MAPA ao PPCS	127
Quadro 11 - Excertos com os sentidos da sustentabilidade encontrados nos RI's do setor financeiro.....	155
Quadro 12 - Excertos com os sentidos da sustentabilidade encontrados nos relatórios do setor do agronegócio.....	159
Quadro 13 - Excertos com os sentidos da sustentabilidade encontrados nos relatórios do setor varejista	166
Quadro 14 - Excertos com os sentidos da sustentabilidade encontrados nos relatórios do setor da construção civil	171
Quadro 15 - Excertos com os sentidos da sustentabilidade encontrados nos relatórios do setor industrial	177
Quadro 16 - Sentidos da sustentabilidade para atores do setor privado	180

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

10YFP	<i>Ten Year Framework Program on Sustainable and Consumption Production</i>
ABRAS	Associação Brasileira de Supermercados
ANA	Agência Nacional de Águas
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASD	Análise Sociológica do Discurso
BB	Banco do Brasil
CAE	Campos de Ação Estratégica
CGPCS	Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis
CNA	Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DPCS	Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
GCCM	<i>Green supply chain management</i>
ICLEI	<i>International Council for Local Environmental Initiatives.</i>
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTE	Ministério de Trabalho e Emprego
NSE	Nova Sociologia Econômica

OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PCS	Produção e consumo sustentáveis
PIB	Produto Interno Bruto
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPCS	Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis
RI	Relatório Integrado
SAIC	Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental
SPC	<i>Sustainable Production and Consumption</i>
SSC	<i>Strong Sustainable Consumption</i>
TCAE	Teoria de Campos de Ação Estratégica
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UE	União Europeia
WB	Walmart Brasil
WSC	<i>Weak Sustainable Consumption</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Problema e objetivos de pesquisa.....	19
1.2	Relevância e justificativa	21
1.3	Domínios e contribuições desta tese.....	22
1.4	Meu percurso e motivações para esta pesquisa	25
1.5	Organização geral do trabalho	26
2	ANTECEDENTES DA CRISE DA INSUSTENTABILIDADE: O PREÇO E O QUE NÃO TEM PREÇO	28
2.1	O preço das tragédias ambientais.....	28
2.2	O que não tem preço.....	31
2.3	Convergência à insustentabilidade.....	35
2.4	A politização do consumo e da sustentabilidade.....	37
3	PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS: ESTADO DA ARTE NA ÁREA DE CONHECIMENTO	40
3.1	Aspectos teóricos e conceituais da PCS	44
3.2	O consumo além do romantismo ecológico e das ecotecnologias liberais	49
3.3	Formulação de políticas públicas de PCS.....	56
3.3.1	<i>O papel do Estado nas políticas públicas de PCS</i>	<i>57</i>
3.3.2	<i>O papel do mercado nas políticas públicas de PCS.....</i>	<i>59</i>
3.3.3	<i>O papel da sociedade nas políticas públicas de PCS</i>	<i>62</i>
3.4	O modelo analítico da pesquisa a partir da revisão sistemática.....	64
4	A NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA: ALGUMAS NOTAS TEÓRICAS	70
4.1	Principais elementos da TCAE	72
4.1.1	<i>Campos de Ação Estratégica - CAE</i>	<i>72</i>
4.1.2	<i>Atores, poderes e ações em um CAE</i>	<i>73</i>
4.1.3	<i>Estágios de um CAE</i>	<i>75</i>
4.2	Operacionalizando a TCAE	77
5	ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.....	79
5.1	Desenho metodológico da pesquisa	81
5.2	Técnica de análise dos dados	90
6	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	97
6.1	Antecedentes históricos do campo da PCS	97

6.2	Os atores na construção do campo da PCS.....	108
6.2.1	<i>Os representantes do setor financeiro.....</i>	111
6.2.2	<i>Os representantes do setor varejista.....</i>	117
6.2.3	<i>Os representantes do setor da construção civil.....</i>	120
6.2.4	<i>Os representantes do setor do agronegócio.....</i>	123
6.2.5	<i>Os representantes do setor industrial.....</i>	129
6.2.6	<i>Os representantes da sociedade civil.....</i>	136
6.2.7	<i>Os representantes do MMA como atores estatais.....</i>	140
6.2.8	<i>O estágio do campo da PCS.....</i>	145
6.2.9	<i>O quadro interpretativo dos atores no campo do PCS.....</i>	148
6.3	Os discursos sobre sustentabilidade no PPCS e nas empresas.....	153
6.3.1	<i>O setor financeiro nos relatórios integrados.....</i>	153
6.3.2	<i>O setor do agronegócio nos relatórios de sustentabilidade.....</i>	157
6.3.3	<i>O setor varejista nos relatórios de sustentabilidade.....</i>	164
6.3.4	<i>O setor da construção civil nos relatórios de sustentabilidade.....</i>	169
6.3.5	<i>O setor industrial nos relatórios de sustentabilidade.....</i>	175
6.3.6	<i>Os sentidos da sustentabilidade para os atores do setor privado.....</i>	180
6.3.7	<i>Os sentidos da sustentabilidade: comparação entre atores estatais e não-estatais</i> 181	
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	187
7.1	Perspectivas para o PPCS.....	191
	REFERÊNCIAS.....	193

1 INTRODUÇÃO

Produção e consumo estão no epicentro da crise socioambiental da atualidade. Por meio do consumo é que são satisfeitos desejos e necessidades humanas, ao mesmo tempo em que faz girar a roda da produção de bens e serviços, alicerces da economia capitalista. No entanto, ao contrário do que preconizam certos modelos mecanicistas da economia neoclássica, esse sistema está em desequilíbrio, tornando-se, ao longo do tempo, cada vez mais insustentável do ponto de vista ecológico devido principalmente ao conflito ocasionado pelo modo como se produz e consome sem levar em devida consideração os limites planetários.

A constatação deste desequilíbrio tem partido de diversos setores da sociedade e sinalizado o acirramento dos conflitos em consequência da expansão industrialista (FARLEY; VOINOV, 2016). Essa crise que caracteriza a fase avançada do capitalismo mundializado, com seus sistemas de produção industrial distribuídos e liberdade virtualmente ilimitada para estimular o consumo, tem sido objeto de estudo para diversas correntes teóricas e político-ideológicas¹. É necessário que se compreenda melhor as potencialidades e contingências para uma sociedade onde produção e consumo deem-se de forma menos conflitante com a disponibilidade de recursos naturais. Para Manzini e Vezzoli (2002), a pergunta essencial é: “como a demanda pelo bem-estar se confronta com o sistema produtivo?” Eis uma questão que continua desafiando tanto a ciência como a política e a prática.

Pois esta crise (econômica, socioambiental – enfim, sistêmica) é indicativa de que não se trata mais apenas de buscar algum equilíbrio entre as forças de produção e consumo: trata-se de compreender quem são e quais os interesses dos atores sociais que disputam o acesso aos recursos naturais para que então se possa discutir os limites morais e biofísicos do que se pretende sustentar, a que custo, para que e para quem – de uma perspectiva mais solidária e intergeracional.

A compreensão que se tem a respeito do conceito de sustentabilidade também atingiu novo patamar. Se há quem advogue que o conceito de sustentabilidade continua trazendo em si um amplo leque de contradições e polissemias herdadas das limitações e dificuldades políticas e práticas inerentes ao conceito de desenvolvimento

¹ Para uma revisão aprofundada a respeito da pauta ambiental em distintas correntes políticas e ideológicas, v. Smith (2001) e Castells (1999).

sustentável (RICHARDSON, 1997; LEFF, 2009; GONÇALVES-DIAS, 2014), sob a perspectiva científica, a chamada “Ciência da Sustentabilidade” também vem ganhando corpo com objetos de investigação, metodologias e arcabouço teórico próprio e consistente (CLARK; DICKSON, 2003; CLARK, 2010; KAJIKAWA; TACOA; YAMAGUCHI, 2014; LANG et al., 2012). Para Kates (2011), a Ciência da Sustentabilidade, além de ultrapassar a barreira disciplinar dos conhecimentos, possui um foco específico, que é tratar de como a ação antrópica compromete a sustentabilidade dos sistemas naturais como suporte à vida atual e futura. Sem dúvida, um tema que deve passar pelo debate das políticas de produção e consumo (GONÇALVES-DIAS, 2014).

Por conta disto, a pauta da sustentabilidade e os discursos “esverdeados” estão cada vez mais presentes nas agendas de governos e empresas. Não é claro, no entanto, em que medida os “tons de verde” presentes nos discursos corporativos evocados pelos atores de mercado aproximam-se ou distanciam-se daqueles que emergem dos discursos políticos e planos de ações governamentais. Há em todos eles diferentes camadas de “véus” que obscurecem a materialidade objetiva dos limites ecossistêmicos. Não por acaso, é quase impossível em uma análise mais superficial identificar as diferenças subjacentes a cada discurso. São necessárias outras ferramentas analíticas para fazê-lo, de tal forma que se possa compreender quanta flexibilidade cabe nos discursos desta “sustentabilidade líquida”, como apropriadamente caracterizaram Tavares e Irving (2013)² a partir do conceito original trazido por Bauman (2001). É neste cenário da sustentabilidade como matriz discursiva (SMITH, 2001; DRYZEK, 2005; RODRIGUES, 2011; MARKKULA; MOISANDER, 2012; MEYER, 2015; BIERWAGEN, 2016; PAGOTTO; CARVALHO; MEYER, 2017) que se configuram tanto as políticas de Produção e Consumo Sustentáveis – PCS como função regulatória estatal, quanto a internalização das agendas ambientais para os mais variados setores empresariais.

Muitos esforços têm sido envidados tanto do ponto de vista político como científico para se compreender melhor a chamada PCS. Trata-se de um tema

² Em “Natureza S. A.”, Tavares e Irving (2013) defendem o argumento de que os recursos naturais se tornaram matéria-prima ao desenvolvimento de um consumo “verde” e à produção de uma “subjetividade capitalística” que valoriza o “ecologicamente correto” inserido nas redes do mercado capitalizando o que não era capitalizável: a própria vida.

complexo para o qual não há respostas fáceis às questões que se apresentam fora dos maniqueísmos simplificadores.

Da perspectiva acadêmica, é possível afirmar que a PCS tem se configurado como um novo campo de pesquisa (REISCH; THØGERSEN, 2005; POWER; MONT, 2012; GEELS et al., 2015), com aspectos teóricos, práticos e políticos que lhe são peculiares. Um destes aspectos está relacionado ao fato de abranger uma estrutura ampla e multinível (micro, meso e macroníveis), que vai desde os aspectos psicológicos individuais, subjetivos e socioculturais (WAGNER, 2003; CANCLINI, 2006) até os condicionantes políticos, sociais e econômicos, tanto nacionais como supranacionais (HEISKANENA et al., 2009). Estudos deste novo campo recebem aportes de diversas áreas do conhecimento, como Economia, Sociologia, Psicologia, Ciências Ambientais, Administração, Engenharia, entre outras, sendo, portanto, constitutivamente interdisciplinar. Além disso, a PCS pode ser analisada a partir de setores específicos, como por exemplo, o agroindustrial, a construção civil, o varejo, a educação, o financeiro e em praticamente todos os demais setores econômicos em que haja significativos fluxos de matéria, energia e informação capazes de promover impactos socioambientais.

Enquanto política pública, a Finlândia foi o primeiro país a lançar seu Plano Nacional de PCS em 2005 (KULTU, 2005), e a União Europeia o fez em 2008 (CEC, 2008). O Plano Europeu, no entanto, como apontado por Nash (2009), recebeu muitas críticas por não apresentar metas, prazos ou estratégias específicas que pudessem operacionalizá-lo diretamente. Já os planos da Finlândia, Suécia e Reino Unido foram analisados e comparados por Berg (2011), que concluiu que apesar de apresentarem um amplo espectro de ideias e ferramentas potencialmente poderosas, seus programas não trazem nenhum mapa de ações que pudesse orientar os rumos em direção à superação dos desafios apontados e que, do ponto de vista de políticas públicas, tais programas demonstraram na verdade tendências dos respectivos governos “terceirizarem” a responsabilidade sobre PCS para os consumidores, empresas e organizações da sociedade civil.

O Brasil é um ator importante no debate da PCS, não apenas por seu protagonismo histórico em conferências internacionais sobre o meio ambiente, mas devido às suas características econômicas e socioambientais no cenário internacional. Embora de forma geral as discussões sobre política ambiental tenham

se mantido ativas na pauta governamental brasileira ao longo das últimas décadas do século XX, a primeira versão do chamado “Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis” - PPCS foi lançada pelo Governo Federal apenas em 2011 (BRASIL, 2011a), em resposta a diversos protocolos voltados ao chamado “desenvolvimento sustentável” dos quais o país é signatário.

Desde então, diversas iniciativas intersetoriais vêm sendo conduzidas. Em termos de políticas públicas, é possível afirmar que a pauta da PCS já está posta, mas a simples emergência da pauta nas agendas políticas não garante o endereçamento às questões-chaves da insustentabilidade das atuais formas de produção e consumo. Considerando-se a abrangência e a complexidade do tema, há muitos desafios a serem enfrentados. Em termos de políticas públicas para PCS, por exemplo, o país tem adotado um posicionamento contraditório: ao mesmo tempo em que compromete-se com políticas internacionais de PCS (BRASIL, 2011a; BRASIL, 2016b), oferece uma série de incentivos e subsídios à expansão produtiva de diversos setores como o automobilístico, de eletroeletrônicos, da pecuária, da mineração, entre outros (ASSUNÇÃO, 2011; CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014). E é neste ponto que a presente pesquisa se contextualiza: entre as políticas públicas nacionais para PCS (BRASIL, 2011a; BRASIL, 2016b). É reconhecido que desde o lançamento da Agenda 21 no início da década de 1990 (CNUMAD, 1995) muitos avanços foram alcançados, enquanto outros desafios se impuseram, e a questão da PCS é uma delas.

Assim, a presente pesquisa pretende contribuir para o debate sobre as políticas de PCS nacionais, quais são seus atores, interesse e de que sustentabilidade se fala. Acredita-se que o avanço no entendimento dos significados e implicações da PCS sejam fundamentais na transição com destino a paradigmas mais conciliatórios. Compreender os rumos que estão sendo tomados em termos de políticas públicas e em que medida se afastam ou se aproximam de suas implicações práticas sobre mercado e sociedade pode ser importante para revelar conflitos e recursos em disputa.

Para isso, o foco específico desta tese foi compreender a dinâmica do campo da PCS no Brasil. Quais são os atores estatais e não-estatais envolvidos, quais seus papéis, interesses e posicionamentos? Será que os discursos sobre sustentabilidade que os diferentes atores trazem à cena traduzem um sentido comum, ou representam

um enquadramento interpretativo particular, visando manter ou desafiar posições que não são apenas retóricas, mas sobretudo políticas?

Entende-se que este debate e suas implicações repercutem especificamente tanto em práticas produtivas e em políticas públicas, mas, de uma forma mais ampla, em visões de mundo a respeito das relações entre sociedade e o meio ambiente, justificando o desenvolvimento desta tese com o problema de pesquisa e os objetivos que serão apresentados a seguir.

1.1 Problema e objetivos de pesquisa

A presente pesquisa parte da constatação de que o desenvolvimento de políticas públicas de PCS é um objeto ainda pouco estudado no Brasil, ao contrário do que acontece com outros países (JACKSON, 2003; COHEN; COMROV; HOFFNER, 2005; CLARK, 2007; KALMYKOVA; ROSADO; PATRÍCIO, 2015; STANISKIS, 2012)³. Assim, **pretende-se responder ao seguinte problema de pesquisa**: por que e como os conceitos de sustentabilidade estão sendo incorporados nos discursos dos atores sociais no que tange à Produção e Consumo Sustentáveis?

O **objetivo geral** foi investigar as convergências e divergências entre os discursos dos atores sobre sustentabilidade no contexto brasileiro. Para isso, foram analisados discursos dos principais atores estatais e não-estatais do campo da PCS, tendo como base os documentos do PPCS (ou seja, documentos das “políticas”) e dos relatórios corporativos socioambientais⁴ do setor privado (ou seja, documentos das “práticas” discursivas empresariais).

Como **objetivos específicos** foram elencados os seguintes pontos:

- i. Propor um quadro analítico capaz de relacionar os atores sociais e seu posicionamento quanto à sustentabilidade e à PCS;
- ii. Caracterizar o campo de ação estratégica da PCS no Brasil;
- iii. Identificar os atores sociais e analisar seu posicionamento no campo;

³ O capítulo 3 desta tese traz uma revisão sistemática sobre o tema da PCS na literatura científica nacional e internacional, elaborada a partir de pesquisas bibliográficas em bases de dados, periódicos reconhecidos e sobre as principais publicações dos pesquisadores da área.

⁴ Nesta tese, foi adotada a expressão “relatórios corporativos socioambientais” para referir-se indistintamente aos *relatos integrados* e/ou aos *relatórios de sustentabilidade*.

- iv. Comparar os discursos dos atores sobre sustentabilidade a partir dos respectivos posicionamentos e interesses no campo.

Inicialmente, buscou-se investigar o conhecimento disponível sobre PCS, com foco nas diferentes visões a respeito da sustentabilidade e nos papéis desempenhados pelos atores sociais nas políticas de PCS.

Em seguida, foram examinados e comparados os discursos dos atores conforme as técnicas da análise sociológica do discurso (CONDE, 2009; RUIZ RUIZ, 2009; GODOI; COELHO, 2011) em duas etapas: a primeira voltada à identificação das posições dos atores no campo e a segunda, aos sentidos da sustentabilidade.

A partir das convergências e divergências dos discursos, foi possível traçar um mapa do campo, analisar seus atores, interesses e relações com as políticas de PCS. A referência teórica para esta análise foi a Teoria de Campos de Ação Estratégica, proposta por Fligstein e McAdam (2012), escolhida por sua capacidade teórica e empírica para analisar e explicar a dinâmica social em contextos de disputas por recursos materiais, políticos e ideológicos – neste caso, uma disputa retórica e política sobre a sustentabilidade, que encobre uma disputa por recursos naturais e econômicos. A Figura 1 traz um resumo do problema, objetivos e “macroetapas” da pesquisa, que foram detalhadas no capítulo das estratégias metodológicas desta tese.

Figura 1 - Problema, objetivo e macroetapas da pesquisa.

Fonte: Érico Luciano Pagotto, 2019.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa de natureza teórica e empírica, cujo fenômeno de investigação são os discursos sobre sustentabilidade presentes nos documentos produzidos pelo Comitê Gestor do PPCS e os relatórios corporativos socioambientais utilizados pelo setor privado para apresentar suas ações relacionadas à sustentabilidade, sendo de particular interesse aquelas voltadas à produção e ao consumo.

1.2 Relevância e justificativa

O tema é relevante dada a crise socioambiental e sistêmica, e a busca por alternativas rumo a uma sociedade mais sustentável. Há entre os especialistas um sentimento compartilhado de que “existe uma ‘lacuna de implementação’⁵ em meio a ‘tendências desfavoráveis’, apesar do crescente reconhecimento público do problema e das melhorias em ecoeficiência” (VERGRAGT; AKENJI; DEWICK, 2014, p. 1) no que se refere às políticas internacionais que vêm tratando da questão da PCS.

Este reconhecimento não é recente. Barber (2003) afirma que na primeira década que sucedeu a publicação da Agenda 21, o que se viu foram na verdade aumentos na produção e no consumo que acabaram por piorar as tendências dos indicadores sociais e ambientais. Tukker *et al.* (2006) pontuam que a “lacuna de implementação” é reconhecida, crescente e tem duas causas principais: a primeira, uma confiança exagerada na ecoeficiência da produção e consumo, e a outra que o aumento da renda e consumo nos países desenvolvidos não seguiu acompanhado de melhorias na qualidade de vida, bem-estar e na felicidade, embora tenha contribuído para o aumento da degradação ambiental.

Por fim, há uma carência de aprofundamento do debate sobre o consumo e sustentabilidade que não apenas avance em termos de políticas públicas, mas que discuta também os papéis do mercado e da sociedade na mudança de paradigmas (SHARMA; RANI, 2014; LIU *et al.*, 2017).

Em relação às políticas públicas, há uma linha de argumentação que discute que as limitações nos avanços atuais podem estar relacionadas ao seu

⁵ No original: “implementation gap”.

desbalanceamento em direção às chamadas políticas de sustentabilidade “fraca”, que se apoiam em instrumentos de mercado⁶ e na modernização tecnológica da produção, criando processos mais eficientes e menos poluidores. Outros autores apontam como problema o fato da questão de a sustentabilidade atrelada ao consumo estar excessivamente apoiada na “soberania do consumidor”, que, via de regra, é o elemento mais fraco na cadeia de processos produtivos (JACOBSEN; DULSRUD, 2007; VERGRAGT; AKENJI; DEWICK, 2014). Já outros autores destacam a importância de se fomentar políticas públicas capazes de criarem condições para que cidadãos adotem estilos de vida mais sustentáveis (THØGERSEN, 2005; MICHELLETI; STOLLE, 2012).

Com relação à mudança de paradigma, Cohen (2012) traz uma discussão oportuna a respeito das mudanças culturais necessárias como saídas à atual sociedade de consumo. A autora discute que olhar para o passado histórico ajuda a pensar sobre os desafios culturais e econômicos a serem vencidos. No entanto, ela argumenta, a superação da atual sociedade de consumo para um novo paradigma deve romper com “armadilhas românticas” (id., p. 118) de volta a um passado idílico, e repensar o futuro a partir de novas formas de agricultura urbana, abastecimento individual e coletivo, profundas mudanças nas formas atuais de trabalho, uso massivo de tecnologias de baixo carbono e novos modelos de interação social hiperconectada.

Há, portanto, muitos elementos e variáveis investigados na questão das PCS, e acredita-se que a presente tese, devidamente contextualizada neste cenário, justifica-se com as questões e objetivos propostos.

1.3 Domínios e contribuições desta tese

O reconhecimento da necessidade de mais pesquisas científicas na interface entre políticas públicas e a produção e consumo em bases materiais mais sustentáveis é reconhecido por diversos autores, como Princen (1999), Thøgersen

⁶ Instrumentos de mercado (LOREK, BARBER, ONTHANK, 2013, p. 28) podem ser econômicos (como taxas diferenciadas), regulatórios (mecanismos de comando e controle, como leis e normativas), voluntários (como certificações) ou informacionais (quando o acesso a informações pode ser utilizado pelo consumidor como critério de escolha, como, por exemplo, informações sobre a origem e rastreabilidade de um produto, ou as “listas sujas” do trabalho escravo).

(2005), Costa; Teodósio (2011), Gonçalves-Dias e Teodósio (2012), Fuchs e Lorek (2005), Di Giulio et al. (2014) e Sharma e Rani (2014).

Especificamente, a **lacuna de conhecimento** aqui investigada partiu da caracterização da PCS como um campo de ação estratégica (FLIGSTEIN; McADAM, 2012) no qual se dão disputas entre atores sociais com interesses distintos. A tese central foi que a polissemia dos discursos favorece atores dominantes com políticas e práticas de sustentabilidade “fraca”, que não apontam em direção aos limites biofísicos ecossistêmicos.

A presente investigação foi concebida a partir da articulação entre os três domínios descritos por Brinberg (1982): substantivo, teórico e metodológico⁷ - postos em um dado contexto sócio-histórico.

O **domínio substantivo** desta tese está centrado em autores que discutem criticamente o conceito de produção e do consumo sustentáveis, ou seja, a partir de uma concepção de redução de seus níveis absolutos, associado à redução dos impactos sociais e ambientais a eles relacionados (LOREK, 2010; LOREK; FUCHS, 2013, GEELS et al., 2015, entre outros).

Quanto ao **domínio teórico**, a pesquisa baseou-se em uma corrente teórica de chamada “Nova Sociologia Econômica” (LÉVESQUE, 2007), a Teoria de Campos de Ação Estratégica (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Esta lente teórica foi utilizada aqui para compreender em que medida a PCS torna-se um campo em que atores sociais disputam recursos a partir de determinadas posições e “regras do jogo”. Estudos anteriores realizados com foco em questões ambientais têm enfatizado a capacidade analítica da Teoria de Campos de Ação Estratégica para identificar estes campos, o que está em jogo neles e a dinâmica entre os atores (GODOY, 2011; MANDAI, 2017; ALENCAR; REYES JUNIOR, 2017; RAM et al., 2017; CANDIDO; SOULÉ; SACOMANO NETO, 2018; FERREIRA, 2018; CSEH, 2019). Além disso, a utilização da teoria de campos, particularmente em estudos de campos emergentes, foi

⁷ Para Brinberg (1982), os domínios são: Domínio Substantivo: são os fenômenos e processos que constituem a realidade a ser investigada; Domínio Teórico-Conceitual: refere-se à perspectiva teórica da pesquisa, incluindo os conceitos e interrelações dentro de determinado campo do conhecimento; Domínio Metodológico: conjunto de procedimentos e técnicas para observação e interpretação do fenômeno estudado.

apontada por Barbalho (2014) como sendo uma importante fronteira de pesquisa teórica-metodológica.

Por outro lado, algumas características distinguem esta tese dos trabalhos citados anteriormente quanto ao domínio teórico: ela parte da ideia dos limites planetários (ROCKSTROM et al., 2009); utiliza o conceito da sustentabilidade “forte”, ou seja, da sustentação em termos materiais, biofísicos (ADAMS, 2006); e se articula com a emergente área de conhecimento denominada Ciência da Sustentabilidade (CLARCK, 2010; KATES, 2011). Tais aspectos teóricos foram desenvolvidos nos capítulos seguintes.

Quanto ao **domínio metodológico**, trata-se de uma pesquisa qualitativa, cuja etapa empírica utilizou-se de pesquisa documental no levantamento dos discursos dos atores como fontes de informação. Posteriormente, os discursos dos diferentes atores foram triangulados entre si e estudados pela técnica da análise sociológica do discurso (RUIZ RUIZ, 2009).

Por fim, acredita-se que a principal contribuição desta tese foi propor uma visão mais sistêmica da chamada “produção e consumo sustentáveis” dentro de um paradigma de “sustentabilidade forte” (ADAMS, 2006; LOREK; FUCHS, 2013) e considerando aspectos político-institucionais relacionados à Nova Sociologia Econômica (SMELSER; SWEDBERG, 2005; LÉVESQUE, 2007).

O **fenômeno** investigado foram os discursos sobre a sustentabilidade na construção de políticas públicas de PCS. Para isso, foram utilizados como **fontes de informação** os artefatos produzidos ao longo da elaboração do PPCS (atas de reuniões, contribuições das consultas públicas, planos e relatórios). Para o aprofundamento da investigação em determinados setores econômicos foram utilizados também relatórios corporativos socioambientais de empresas privadas que se adotam o discurso da sustentabilidade.

Quanto às contribuições desta tese ao domínio teórico, pode-se mencionar a elaboração de um quadro analítico que relaciona os diferentes atores sociais aos respectivos posicionamentos quanto à sustentabilidade e à PCS. Outra contribuição foi na proposição de um quadro interpretativo dos sentidos da sustentabilidade por ator e por setor econômico investigado, permitindo uma melhor compreensão sobre como cada setor interpreta e aplica a sustentabilidade em suas práticas discursivas.

Por fim, outra contribuição teórica foi quanto à melhor compreensão sobre como cada ator mobiliza recursos no campo para, a partir de seus próprios interesses, promover a contenção de crises e criar um cenário mais favorável para si.

Já as contribuições ao domínio substantivo foram no sentido de auxiliar a identificar o campo da PCS, seus atores, interesses e dinâmicas. A partir deste cenário, é possível compreender melhor quais são os conflitos que impedem o avanço de políticas de PCS de forma mais consistente.

Por fim, quanto ao domínio metodológico, a pesquisa sinalizou algumas possibilidades de como a teoria de campos e a análise sociológica do discurso podem se integrar para auxiliar na compreensão das disputas retóricas e políticas entre diferentes grupos de atores sociais.

1.4 Meu percurso e motivações para esta pesquisa

A ideia da presente pesquisa surgiu em 2013, quando concluí o mestrado em Mudanças Sociais e Participação Política na EACH/USP. O tema daquela pesquisa foi o *greenwashing* na publicidade nacional. Na ocasião, os resultados da pesquisa demonstraram que havia uma convergência ideológica entre os discursos de todas as propagandas analisadas, cujos conteúdos raramente são questionados tanto pela dificuldade técnica como pela ausência de base legal para fazê-lo. Uma das conclusões foi que a possibilidade de se estabelecer algum balizamento para atacar o problema poderia vir de políticas públicas mais específicas (PAGOTTO, 2013).

Para além dos achados acadêmicos, seus resultados me trouxeram pessoalmente um sentimento de perplexidade perante o contraste entre a gravidade da crise socioambiental sistêmica, o cinismo dos discursos dos anunciantes e a ausência de mecanismos de controle social sobre um fenômeno tão insidioso.

Acredito que parte desta minha inquietação esteja relacionada à minha *alma mater* de ecólogo, formado pela UNESP, enquanto outra parte à minha afinidade com o movimento ambientalista. Após a graduação, em 1993, trabalhei em consultorias ambientais para organizações dos setores público, privado, e da sociedade civil, até iniciar minha carreira docente em 2009, onde sigo até o presente. Neste período, tive oportunidade de complementar minha graduação com cursos *lato sensu* em diferentes

áreas, criando condições para uma atuação profissional mais interdisciplinar, até chegar ao mestrado e então ao doutorado.

O doutoramento pelo programa de Sustentabilidade da EACH teve para mim dois objetivos: permitir o avanço na carreira que abracei como docente/pesquisador, e contribuir com uma práxis acadêmica e política voltada às questões socioambientais de maneira crítica. Entendo a relação entre discursos, sustentabilidade e ação coletiva como um movimento contínuo de disputas retóricas, políticas e éticas no qual socioambientalismo e academia devem reivindicar seus espaços – que de outra forma não estarão garantidos.

1.5 Organização geral do trabalho

Considerando-se o problema de pesquisa e os caminhos teóricos e metodológicos traçados, este trabalho foi organizado da seguinte forma: após essa introdução, no primeiro capítulo foi apresentado um panorama da atual crise socioambiental e sistêmica. O capítulo seguinte então detalhou os diferentes conceitos e visões a respeito da PCS, discutindo-se os papéis do governo, da sociedade civil e do mercado privado. No capítulo posterior foram apresentados os principais construtos teóricos da teoria de campos no contexto da Nova Sociologia Econômica. A partir daí, foram descritos os métodos, apresentados os resultados, feitas discussões e então tecidas as considerações finais da pesquisa. A Figura 2 traz um resumo estrutural da pesquisa.

Figura 2 - Resumo estrutural da tese

Cap. 1	Introdução <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do problema de pesquisa, objetivos, justificativa e contribuições do estudo
Cap. 2	Antecedentes da crise de insustentabilidade <ul style="list-style-type: none"> • Produção e consumo levando à uma crise de insustentabilidade biofísica e demandando alternativas políticas
Cap. 3	Produção e consumo: estado da arte na área de conhecimento <ul style="list-style-type: none"> • A PCS como possível resposta à crise de insustentabilidade • O modelo analítico dos papéis e posicionamento dos atores sobre a sustentabilidade
Cap. 4	A Nova Sociologia Econômica: algumas notas teóricas <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do domínio teórico • Conceitos fundamentais da teoria de campos e sua operacionalização
Cap. 5	Estratégias metodológicas <ul style="list-style-type: none"> • O protocolo do método: fontes de informação, codificação e análise • A técnica de análise sociológica dos discursos
Cap. 6	Apresentação e discussão dos resultados <ul style="list-style-type: none"> • O campo de ação estratégica: revelando o que está em jogo • Os atores sociais: dinâmica, disputas e interesses • Os discursos sobre sustentabilidade
Cap. 7	Considerações finais <ul style="list-style-type: none"> • O que revelam os achados • Limitações da pesquisa • Recomendação de estudos posteriores

Fonte: Érico Luciano Pagotto, 2019.

2 ANTECEDENTES DA CRISE DA INSUSTENTABILIDADE: O PREÇO E O QUE NÃO TEM PREÇO

Neste capítulo da revisão bibliográfica apresenta-se uma visão sinóptica do contexto em que a temática da produção e consumo se intercepta à da sustentabilidade.

A manutenção dos volumes de produção e consumo em escala mundial em ritmo maior que a capacidade suportada pelos sistemas biofísicos pode ser discutida ao menos a partir de dois argumentos. Primeiro, de que há um preço a se pagar, em termos econômicos, ao longo das cadeias de produção, à medida que são afetadas em sua inteireza pelos desequilíbrios acumulados e não são apropriadamente contabilizados a cada etapa produtiva. Segundo, a de que há uma dificuldade não apenas técnica, mas sobretudo epistemológica no cálculo deste preço, dada a ausência de conhecimento pleno sobre a forma como tais desequilíbrios ocorrem, suas consequências sistêmicas e sobre a própria valoração da vida e do que a torna possível.

Assim, este capítulo apresenta um panorama introdutório da atual “crise das crises”, que é a crise socioambiental ou sistêmica, para a qual, acreditamos, não há saída possível do ponto de vista da ação individual, mas apenas (talvez) pela via da ação coletiva.

2.1 O preço das tragédias ambientais

O dia 11 de março de 2011 ficará marcado na História devido à tragédia de Fukushima, segundo maior desastre nuclear de todos os tempos, depois de Chernobyl, em 1986. Anos após o acidente japonês, centenas de milhares de pessoas que foram evacuadas não podem retornar a seus lares, a usina continua vazando resíduos radioativos para o solo, o ar e a água, a contaminação ambiental já atingiu áreas distantes, como Europa e América do Norte (POVINEC; HIROSE; AOYAMA, 2013), o reator nuclear danificado continua inacessível até mesmo por robôs (SHELDRIK; FUNAKOSHI, 2016), e tragicamente não se sabe ainda qual será o futuro do que restou da usina, nem como lidar com as consequências de seus impactos.

Este episódio ilustra bem o tipo de crise que se vive hoje e que exemplifica o que o sociólogo Ulrich Beck (1999) chamou de “sociedade de risco”: se há menos de um século atrás os riscos restringiam-se a determinados grupos beligerantes ou geograficamente circunscritos, hoje vive-se eminentemente a possibilidade de extinção de toda humanidade – seja por acidentes nucleares, pandemias, guerras, poluição ou desastres ecológicos. Tais ameaças constituem o que Giddens (1991, p. 99) chamou de “um novo perfil de risco introduzido pelo advento da modernidade”.

O Japão é reconhecido por seu alto nível de desenvolvimento tecnológico e científico, além de possuir tradicional cultura milenar. O que leva uma sociedade assim a utilizar usinas nucleares como principal fonte energética em uma região reconhecidamente ativa do ponto de vista tectônico? Em primeiro lugar, exatamente a confiança de que a própria tecnociência dispõe de racionalidade suficiente para manter o gênio contido na garrafa. Em segundo, a necessidade de um suprimento cada vez maior e mais barato de energia para manter produção e consumo em níveis altíssimos. Por certo, duas premissas perigosas.

A energia é o principal insumo para a produção. A substituição do trabalho humano e animal por outras fontes, como carvão, petróleo e gás foi o que viabilizou a mudança da economia agrícola para a industrial a partir do século XVIII. A produção fabril, por sua vez, substituiu a artesanal, e com o avanço tecnológico do capitalismo apoiado sobre a ética protestante (Weber, 2004 [1904/5]), progressivamente ganhou escala estabelecendo um novo patamar dos desejos humanos em termos de bens de consumo, muito acima das necessidades básicas de alimentação e abrigo. No final do século XX, a disseminação de políticas econômicas neoliberais na maioria dos países capitalistas e o avanço do desenvolvimento das TIC's - Tecnologias de Informação e Comunicação, permitiram novo salto na capacidade de produção e consumo, mundializando e homogeneizando os mercados, um processo que Ohmae (1996) chamou de “californização do gosto”.

O acesso ao mercado de consumo, no entanto, que ocorre de forma desigual, não tem contribuído para o aumento da felicidade da população, principalmente nos países com pior distribuição de renda (OISHI; KESEBIR, 2015). Além disso, não é possível prover um estilo de vida e consumo “californiano” para todos os mais de sete bilhões de seres humanos do planeta sem consequências ambientais. O avanço da

industrialização causa ainda impactos em escala planetária que só agora começam a ser melhor compreendidos.

O quinto Relatório de Avaliação do IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2014) traz dados impactantes e uma conclusão principal: a de que o aquecimento global é inequívoco e antropogênico, está afetando drasticamente o degelo nos polos, as correntes marítimas, a circulação atmosférica, o nível de acidez nos oceanos e as condições de vida na Terra. Neste relatório, o IPCC alerta que as mudanças climáticas requerem ação urgente, como redução de 50 a 85% as emissões de carbono até 2050, dadas a velocidade e a extensão com que estão acontecendo, expondo a humanidade a um risco crescente a cada ano.

A divulgação dos dados do IPCC coincidiu com o lançamento do “Atlas da Mortalidade e Perdas Econômicas” (WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION, 2014), que dá conta do crescimento do impacto dos eventos climáticos extremos sobre a humanidade. De acordo com os dados levantados, entre 1970 e 2012 foram 8.835 desastres, 1,94 milhões de mortes e US\$ 2.4 trilhões de perdas econômicas mundiais relacionadas a secas, temperaturas extremas, inundações, ciclones tropicais e epidemias de saúde.

O mais recente relatório do IPCC (2018) revela que 2030 é o prazo estimado para cortar emissões em 45% e limitar o aquecimento global a 1,5°C neste século pois com um aquecimento de 2°C, as consequências para pessoas, ecossistemas e a economia global serão muito mais graves.

Esta é uma questão que envolve todos os setores da sociedade. Além do meio científico, diversos ativistas vêm trabalhando no sentido de colaborar, reunindo e produzindo vasto acervo de pesquisas para compor dossiês que apontam para a incapacidade de governo, empresas e sociedade civil reverterem a lógica da degradação ambiental em detrimento de adaptações econômicas. Assim, por exemplo, Klein (2002) apresenta um cenário sombrio sobre como a produção industrial de empresas transnacionais alocadas em territórios caracterizados por alta vulnerabilidade socioambiental e baixa regulação governamental tem contribuído para, por um lado, promover disparidades e opressões e, por outro, transformar os bens intangíveis de marcas de sucessos em símbolos de *status* pessoal e sucesso corporativo. Na mesma linha editorial de política e ciência, a autora publicou posteriormente novo livro sobre a relação entre a expansão mundial de políticas

econômicas neoliberais e o recuo das ações estatais voltadas especificamente à conservação ambiental e enfrentamento das mudanças climáticas (KLEIN, 2015). Em suas palavras,

(...) as mudanças climáticas não são mais uma 'questão' a se juntar à lista de coisas com as quais devemos nos preocupar, como saúde e impostos. São uma chamada de atenção civilizatória. Uma chamada poderosa – vinda dos incêndios, cheias, secas e extinções – que nos diz que precisamos de um modelo econômico totalmente novo e de uma nova forma de partilhar o planeta. Que nos diz que temos que evoluir (KLEIN, 2015, p. 22).

O que os dados do IPCC revelam e o libelo ativista de Naomi Klein ilustram é que a busca pela expansão contínua da produção e consumo, ou seja, dos mercados como um todo, e dos lucros em específico, não pode se dar indefinidamente. Os impactos do uso massivo de fontes energéticas, sejam elas nucleares como no caso do Japão, carboníferas na China ou petrolíferas nos EUA, bem como todas as outras, precisam ser devidamente considerados. Afinal, os custos e os riscos de Fukushima, assim como as do aquecimento global promovido pela queima de carvão e petróleo recaem sobre todos os sistemas terrestres. Há que se considerar ainda que a energia é apenas um dos recursos necessários à produção. Existe também um preço a se pagar por todas as outras matérias-primas, e por todas as externalidades⁸ relacionadas à sua obtenção, à perda da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, à privatização da terra, às emissões atmosféricas, às poluições, à saúde pública e à queda na qualidade de vida, enfim, a tudo que gera impacto sobre o meio ambiente, nele incluída a própria sociedade.

2.2 O que não tem preço

O preço das contas a serem pagas pelas sucessivas tragédias ambientais não tem sido rateado igualmente pela sociedade. Recentes pesquisas têm comprovado que o desenvolvimento econômico tem afetado classes sociais de forma diferente.

⁸ De acordo com Bursztyn e Bursztyn (2012) “cria-se uma externalidade, quando o bem-estar e/ou a eficiência econômica de um agente (organização, consumidor etc.) afeta a outro. Dado que o meio ambiente é um patrimônio coletivo, a consideração dos custos associados à sua degradação tende a ser negligenciada, pois a busca de satisfações individuais maximizadas não os inclui como parte dos custos totais de produção.”

Um estudo publicado pela OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico reuniu quase dois séculos de dados e análises estatísticas, de 1820 a 2010, e permitiu uma compreensão mais objetiva de como se deu a evolução de alguns indicadores econômicos ao longo do processo de industrialização (OECD, 2013). Uma das revelações importantes deste estudo é que neste período o PIB – Produto Interno Bruto *per capita* cresceu em todos os países, mas na Europa e nos EUA cresceu, respectivamente, três e quatro vezes mais que nos demais países, indicando um desenvolvimento econômico bastante desigual entre as nações. O estudo também revela que a evolução do Índice de Gini - IG⁹, que mostra desigualdade social, apresentou aumento nas diferenças sociais a partir da década de 1980, o que, segundo análise do próprio relatório da OCDE, está justamente relacionado ao processo de globalização na fase neoliberal.

A explicação do porquê a desigualdade segue caminhos concentradores foi ampla e profundamente explorada na obra de Thomas Piketty:

(...) O empresário tende inevitavelmente a se transformar em rentista e a dominar cada vez mais aqueles que só possuem sua força de trabalho. Uma vez constituído, o capital se reproduz sozinho, mais rápido do que cresce a produção. O passado devora o futuro (PIKETTY, 2014, p. 692).

Adepto à corrente teórica da economia política, o autor explica que “a reascensão da desigualdade depois dos anos 1970-1980 se deveu, em parte, às mudanças políticas ocorridas nas últimas décadas, principalmente no que tange à tributação e às finanças” (Piketty, 2014, p. 29). Ele se refere tanto aos efeitos do rentismo, como das políticas econômicas neoliberais, que se tornaram mundialmente hegemônicas a partir de então.

De fato, a concentração de renda já atingiu níveis extremos. Relatório elaborado pela Oxfam (2016) mostrou que entre 2010 e 2015 a riqueza das 62 pessoas mais ricas do mundo aumentou em 45%, e que juntas elas detêm mesma riqueza que 3,6 bilhões de pessoas – a metade mais afetada pela pobreza da

⁹ O índice de Gini (IG) mede o grau de concentração de uma distribuição (neste caso, da renda a partir do PIB) e varia de zero a um. O zero é igualdade absoluta (todos os indivíduos recebem salário igual) e o um, a desigualdade máxima (um indivíduo recebe toda a renda). É considerado por alguns autores como o indicador mais conhecido e utilizado de desigualdade (HOFFMAN, 1998; MEDEIROS, 2012).

humanidade. São exatamente estes mais pobres que sofrem mais com os efeitos da crise ambiental, embora contribuam menos para seu agravamento. O mesmo relatório da Oxfam demonstrou que:

(...) embora as pessoas mais afetadas pela pobreza vivam em áreas mais vulneráveis a mudanças climáticas, a metade mais pobre da população mundial é responsável por apenas cerca de 10% de todas as emissões globais de gases do efeito estufa. Em todo o mundo, o impacto ambiental médio do 1% mais rico da população mundial pode ser até 175 vezes mais intenso que o dos 10% mais pobres (OXFAM, 2016, p. 5).

Os estudos da Oxfam, da OCDE e de Piketty são relevantes porque há poucas pesquisas que cobrem uma amplitude de dados tão grande, permitindo ao mesmo tempo uma visão sinóptica e objetiva da evolução econômica nos países pesquisados. Eles mostram que há uma relação inequívoca entre a forma como se dá o desenvolvimento do industrialismo e a qualidade de vida das pessoas, contrariando tanto a ultrapassada “teoria do bolo” (MARINELI, 2014), de crescer primeiro para depois dividir, como a da “curva de Kuznets ambiental” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012), que afirmava que o desenvolvimento em um primeiro momento traz poluição, mas que depois é controlada com uso de tecnologias ecoeficientes, promovendo melhorias ao meio ambiente. Estes conceitos não apenas não se confirmaram, mas os dados destas pesquisas também permitem constatar que o aumento incremental da industrialização não refletiu numa melhor distribuição de recursos, nem em melhoria da qualidade de vida para a população – pelo contrário.

A modernização tecnológica de fato permite expandir a capacidade de produção ou mesmo produzir mais com menos. A questão é que, modernizada ou não, a capacidade de produção encontra seus limites não apenas na tecnologia em si, mas preponderantemente na capacidade biofísica dos sistemas naturais fornecerem insumos para a produção, e absorverem impactos dela provenientes (WILL et al., 2015). Melhorar as tecnologias de produção pode até levar a uma redução de impacto, mas significa atuar sobre as consequências, e não sobre as causas. Fazendo uma analogia, se há uma queda nos estoques pesqueiros, não adianta ajustar a “malha da rede”, a “eficiência” da pesca ou a gestão da “peixaria”: o problema é que a demanda é tanta que não há tempo para renovação dos estoques de peixes no mar e os “pescadores” estão prestando mais atenção nas demandas dos

clientes do que nos sinais da natureza. Usar redes maiores ou tornar etapas da produção mais eficientes acaba por aumentar a capacidade de pesca, baratear o produto e aumentar a demanda.

A tecnologia cumpre então o papel de dar uma sobrevida à forma como se produz, eventualmente reduzindo a consequência dos impactos, mas sem endereçar verdadeiramente às suas causas, nem tampouco romper o ciclo de crescimento contínuo. Neste sentido, é importante ter claramente definida a diferença entre causas e consequências. Poluição, crise hídrica, aquecimento global e miséria são exemplos de consequências. Conflitos entre produção industrial e preservação ambiental, explosão demográfica, consumismo, crescimento econômico, comércio global e os valores das sociedades capitalistas são causas.

Diversas tentativas têm sido feitas no sentido de se tentar aferir quanto impacto antropogênico o meio ambiente poderá assimilar sem comprometer a vida humana atual e futura. Veiga (2010) traz uma ampla revisão bibliográfica sobre as diversas tentativas de fazê-lo por meio dos chamados “indicadores de sustentabilidade”. Propostos desde a década de 1970, permanecem até hoje sem uma proposta definitiva. Até o momento, os índices propostos, na melhor das hipóteses, contribuem para melhorar a aferição da insustentabilidade global, e não capturam a sustentabilidade em termos materiais. Na pior, ancoram-se em ponderações subjetivas alicerçadas em contabilidades produtivistas ou indicadores econômicos com pouca capacidade de aferição ecológica concreta. Muitas dificuldades emergiram das tentativas de solucionar este problema, tanto do ponto de vista metodológico como epistemológico. Uma delas está em se desvincular a economia como tributária da ecologia, - e não o inverso, já que:

(..) só pode haver sustentabilidade com minimização dos fluxos de energia e matéria que atravessam esse subsistema [a economia], e daí a decorrente necessidade de desvincular avanços sociais qualitativos de infundáveis aumentos quantitativos da produção e do consumo (VEIGA, 2010, p. 40, grifo nosso).

A desvinculação, citada por Veiga (2010), é o que aparece na literatura científica como “desacoplamento”¹⁰ entre o avanço econômico e o consumo material.

¹⁰ Em inglês: “decoupling”.

Segundo Jackson (2009), o desacoplamento pode se dar de forma relativa ou absoluta. “Desacoplamento relativo” refere-se à redução das unidades ecológicas por unidade econômica; assim, há redução no consumo relativo de materiais, ainda que a economia (ou o PIB) esteja em crescimento – o que, neste caso, implicaria na continuidade do aumento dos impactos sobre o meio ambiente, mas a uma taxa menor. “Desacoplamento absoluto” é quando o impacto sobre o volume total de recursos consumidos, em termos absolutos, diminui. Isto significa dizer que a modernização tecnológica pode colaborar com o primeiro tipo no que se refere aos sistemas de produção, mas não com o segundo, relacionado a aspectos sociopolíticos.

A conclusão do que foi dito até aqui é que não há saída para a crise ambiental apenas pela via econômica. A implicação disto é que não há autorregulação econômica possível quanto se trata da partilha de recursos naturais e do uso que se faz deles em termos sociais.

2.3 Convergência à insustentabilidade

A vida humana na Terra não se sustentará por muito tempo a continuar a extensão da crise sistêmica que se apresenta. Em 1972 o grupo de cientistas que constituía o famoso “Clube de Roma” elaborou uma modelagem computacional para simular a interação entre população, produção de alimentos, produção industrial, poluição e consumo de recursos não-renováveis. Os estudos decorrentes deste modelo deram origem ao relatório “Limites ao Crescimento”, também conhecido como “Relatório Meadows”, em homenagem a seus principais autores, o casal Donella e Dennis Meadows, do *Massachusetts Institute of Technology* – MIT (MEADOWS et al. 1972). O Relatório estabeleceu um marco internacional para o reconhecimento da capacidade de suporte planetária. Seu objetivo, claro, não era realizar uma previsão determinística, mas servir como referência para simular e avaliar o impacto destas variáveis para a sustentação da vida. Alterando os parâmetros do modelo, os autores puderam simular diferentes cenários futuros possíveis, incluindo estabilização mundial, adoção de modernizações tecnológicas e manutenção da situação atual. Quase quatro décadas depois, Turner (2008) repetiu a simulação realizada pelos pesquisadores do MIT, acrescentando ao modelo original mais trinta anos de dados

observados. A análise dos resultados permitiu concluir que dos três cenários considerados o que melhorou se ajustou aos novos dados inseridos foi o de “manutenção da situação atual”. Mais: observou também que, a permanecerem inalteradas estas condições, o colapso aconteceria antes da metade do século XXI.

Desde o Relatório Meadows, várias outras publicações têm feito previsões pouco otimistas a respeito dos termos em que a humanidade sustentará sua sobrevivência ao longo do século XXI, e que condicionará sua existência a partir de então (JACKSON, 2009). Uma delas, desenvolvida por Rockstrom et al. (2009) alerta para o fato de que existem limites planetários cujo equilíbrio dinâmico deve ser mantido dentro de intervalos considerados seguros à vida humana. Segundo os autores, três destes limites já foram ultrapassados: mudanças climáticas, perda da biodiversidade e interferência no ciclo do nitrogênio. Para outros dois, ainda não se dispõe de informações: aerossóis dispersos na atmosfera e poluição química. Quanto aos demais, que compreendem acidificação dos oceanos, ozônio estratosférico, ciclo do fósforo, uso de água doce e mudança na cobertura do solo, eles podem tornar-se comprometidos devido a possíveis efeitos sinérgicos decorrentes dos impactos sobre os outros limites. Segundo os autores: “ultrapassar um ou mais limites planetários pode ser prejudicial ou mesmo catastrófico devido ao risco de se disparar mudanças ambientais abruptas e não-lineares em escala continental ou planetária” (ROCKSTROM et al., 2009).

Outra linha de pesquisa específica no campo das mudanças climáticas globais estuda a ameaça potencial de uma espécie de “bomba-relógio de metano” confinada sob uma capa de gelo no polo norte. Shakhova, Alekseev e Semiletov (2010) descrevem que um reservatório de cerca de 50 Gton de metano aprisionado no *permafrost* da Sibéria pode ser liberado ao longo dos próximos cinquenta anos, seja de forma gradual ou até mesmo abrupta. Em artigo publicado na proeminente revista *Nature*, Whiteman, Hope e Wadhams (2013) estimaram que o custo econômico da liberação de parte de um pulso de metano desta magnitude na atmosfera poderia provocar impactos globais da ordem dos U\$ 400 trilhões – e considere-se, para fins comparativos, que o PIB mundial naquele ano, segundo dados do Banco Mundial, era de cerca de U\$ 76 trilhões.

O próprio relatório do IPCC – Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2014) admite que até o ano de 2100 a temperatura global pode subir 4,8°C,

destacando que o limite máximo considerado “tolerável” seria de 2°C. Acima deste limite pode-se atingir uma espécie de “ponto sem volta”, a partir do qual as mudanças estariam sujeitas a uma série de irreversíveis efeitos em cascata, e sobre os quais a humanidade não teria controle algum.

Hansen et al. (2013) calcularam que a queima de todos os combustíveis fósseis da Terra poderia elevar a temperatura média do planeta em assustadores 25°C. De acordo com Lynas (2009), a última vez em que a temperatura média do planeta elevou-se 6°C acima dos níveis atuais foi durante o período geológico da grande extinção do Permiano (há cerca de 251 milhões de anos), em que mais de 95% dos seres vivos foram extintos. Isto explica por que muitos ambientalistas se encontram tão exasperados; o próprio Dr. James Hansen, um septuagenário climatologista do alto escalão da NASA, chegou a ser preso várias vezes em protestos contra o aquecimento global, até pedir demissão de seu posto, após 47 anos de serviços, para dedicar-se à pesquisa e ao ativismo (GILLIS, 2013).

2.4 A politização do consumo e da sustentabilidade

Já está suficientemente claro que o estilo de vida baseado no consumo opulento não é viável do ponto de vista ecológico. Lipovetsky (2007) classifica a história do consumo recente em três fases, cujo resgate vale a pena ser feito resumidamente aqui. A primeira fase vai do final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial. Caracteriza-se pelo início da produção e consumo em massa, pelo surgimento do Marketing e pelo consumo como sedução e distração. A segunda fase parte do segundo pós-guerra e avança até a década de 1980. Neste período há o estabelecimento do consumo como ideal de felicidade, de conforto, de qualidade de vida e progresso social. Nele também a produção foi diversificada para atender igualmente a múltiplos perfis de consumidores. Para a terceira e última fase, surgida a partir da globalização e da expansão do neoliberalismo na década de 1980, Lipovetsky cunha a expressão “hiperconsumo”, que visa traduzir o consumo exagerado, hiperbólico, subjetivo e individualista. O hiperconsumo caracteriza-se não apenas pelo volume, mas pela carga qualitativa em termos simbólicos do “valor” da marca e do prestígio que ela representa para o imaginário. Daí a valorização de tantas referências técnicas e tanto investimento publicitário na construção daquilo que

representa “a melhor escolha” para um consumidor que deve ser destacado da multidão.

É oportuno estabelecer uma relação entre este novo perfil de hiperconsumidor com o conceito de “desenvolvimento sustentável”.

Proposto em 1987 pelo Relatório Brundtland, o desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987). Esta definição em si, e a agenda proposta pelo Relatório como um todo trazem, em essência, várias contradições e uma franca orientação ideológica desenvolvimentista (AURÉLIO SOBRINHO, 2008; VEIGA, 2006). O adjetivo “sustentável” refere-se àquilo que possa ser sustentado por um longo período ou indefinidamente. Já “desenvolvimento” pode compreender uma ampla gama de perspectivas, desde a satisfação das necessidades materiais mais básicas, até o próprio crescimento demográfico e/ou econômico, podendo também referir-se ao desenvolvimento espiritual ou ainda a alguma forma de coexistência harmônica entre diferentes civilizações e destas com o meio ambiente. O conceito de “necessidade” também é, e será cada vez mais, como afirma Fry (2005), “uma categoria contestada”, uma vez que “as ‘necessidades’ ecológicas da vida neste planeta estão claramente em disputa com as práticas culturais e econômicas de muitas das pessoas que o habitam” (FRY, 2005, p. 64). Segundo este autor, há que se falar em um sistema relativo de necessidades que incluam não apenas as “naturais”, mas também as necessidades simbólicas socialmente firmadas – o que levaria, em última análise, à impossibilidade de uma separação absoluta entre necessidade e desejo.

De forma geral, o Relatório Brundtland tende a ser mais benevolente com os países de capitalismo avançado, ou “países ricos”, do que com os de capitalismo tardio, ou “pobres”, responsabilizando mais a pobreza pela degradação ambiental, superpopulação, e conflitos pelo uso da terra, e desconsiderando as questões do materialismo histórico que os levaram a permanecer numa condição subalternizada.

Há, portanto, uma convergência político-ideológica entre a visão do desenvolvimento sustentável trazida pelo Relatório Brundtland (1987) e a construção social do hiperconsumidor proposta por Lipovetsky (2007). Essa construção, vale a pena frisar, não se dá por meio de “mãos invisíveis”. Ela ocorre por meio da ação institucional de atores sociais coletivos, estatais e não-estatais, em um campo

claramente definido, que é o campo econômico (BOURDIEU, 2005), e cuja crise atual decorre da busca pela acumulação infinita em um mundo finito.

No próximo capítulo será examinada uma das tentativas de resposta à atual crise da insustentabilidade, que é a chamada “produção e consumo sustentáveis”.

3 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS: ESTADO DA ARTE NA ÁREA DE CONHECIMENTO

Este capítulo traz uma revisão sistemática da literatura que buscou mapear o “estado da arte” na produção acadêmica sobre a PCS com o objetivo de subsidiar a elaboração de um modelo analítico para a etapa empírica da pesquisa. Segundo Paré et al. (2015), a revisão sistemática qualitativa visa localizar, identificar, selecionar, avaliar e sintetizar informações obtidas a partir de outros estudos anteriores não apenas de forma estatística, mas sobretudo qualitativa procurando contextualizar, comparar e verificar possíveis correlações para posterior análise e síntese textual

Nesta introdução do capítulo estão apresentados o protocolo da revisão sistemática e um panorama geral dos resultados. Em seguida o capítulo desdobra-se em quatro seções: a primeira apresenta a origem histórica do conceito; a segunda, as críticas a ele; a terceira, as implicações em termos de políticas públicas com uma discussão a respeito dos papéis do Estado, do mercado e da sociedade civil neste contexto e por fim, na quarta, o modelo analítico da pesquisa elaborado a partir destas discussões da literatura.

O processo de revisão consistiu de quatro etapas, ilustradas na Figura 3 e descritas a seguir.

Figura 3 - Resumo das etapas de busca e seleção de artigos.

Fonte: Érico Luciano Pagotto, 2019.

Na **Etapa 1** foram feitas buscas em bases de dados disponíveis *online*, incluindo *Web of Science*, SIBI/USP, *Scielo*, EBSCO e Periódicos CAPES com as expressões “sustainable production and consumption” e “produção e consumo sustentáveis”. Os critérios de inclusão nesta primeira etapa foram o idioma (inglês e português), serem artigos revisados por pares e estarem compreendidos no período 1990 a junho de 2018, totalizando 172 artigos. Foram desconsiderados artigos repetidos, ou seja, quando o mesmo artigo aparece em duas bases de dados distintas.

A análise dos artigos da primeira etapa quanto à fonte mostrou que 25% dos artigos sobre PCS foram publicados na revista *Journal of Cleaner Production*, 3% na *Sustainability* e 3% no *International Journal of Life Cycle Assessment* e o restante em mais de uma centena de revistas distintas, com uma a quatro ocorrências em cada (Figura 4). Isto sugere que: (I) o tema da PCS está distribuído de forma irregular na literatura científica especializada, com uma revista concentrando um quarto das publicações sobre o tema; e (II) a dispersão em muitos periódicos que têm publicado sobre PCS pode indicar seu caráter interdisciplinar.

Figura 4 - Distribuição dos artigos selecionados por periódico

Fonte: Érico Luciano Pagotto, 2019.

Foi analisada também a distribuição temporal no número de artigos por ano de publicação, identificando-se uma tendência de crescimento a partir do ano de 2007 (Figura 5).

Figura 5 - Evolução do no. de artigos publicados por ano (jan/1990 a jun/2018).

Fonte: Érico Luciano Pagotto, 2019.

Os achados desta revisão corroboram aqueles de outros autores, como por exemplo, a pesquisa bibliométrica realizada por Liu et al. (2017) sobre a produção científica a respeito do consumo sustentável entre os anos de 1995 a 2014. Estes autores demonstraram que a taxa de evolução no número de publicações foi comparável à de outros temas da área, como “impactos ambientais” e “desenvolvimento sustentável”. No geral, os resultados destes autores mostram que artigos mais citados foram aqueles que tratam de três temas: fatores que influenciam o consumo sustentável, medição e avaliação dos níveis de consumo sustentável e relações interdisciplinares deste tema com outros campos de pesquisa. Os autores também classificaram a produção bibliográfica em dois períodos: 1995 a 2005 e 2006 a 2014. A primeira década caracterizou-se pelo foco em pesquisas mais operacionais, voltadas ao comportamento do consumidor e a modelagens comportamentais. Já na segunda década, eles relatam ter encontrado uma maior amplitude de temas, abordagens, modelos e métodos de pesquisa, mas chamam a atenção para o fato de que a pesquisa sobre os aspectos psicológicos do consumo continua se destacando.

Na **Etapa 2**, a leitura de títulos e resumos levou à exclusão de 153 artigos, cujo tema fugiam ao escopo desta pesquisa ou cujo acesso não foi possível. Foram

considerados fora de escopo, por exemplo, artigos que tratavam sobre análise de ciclo de vida dos produtos, cadeias de abastecimento, entre outros. Também foram deixados de fora das etapas posteriores de análise artigos com temas específicos como, por exemplo, revisão bibliográfica sobre hábitos alimentares ou políticas públicas para acesso a alimentos orgânicos. A exclusão foi feita avaliando-se artigo por artigo, inicialmente por seus resumos e, quando necessário, por meio da análise do texto completo.

Aqui vale destacar que mesmo edições especiais de periódicos científicos dedicadas especificamente à PCS (VERGRAGT; AKENJI; DEWICK, 2014, BLOK et al., 2015) têm abordado mais questões relacionadas a ecoeficiência, gestão de resíduos, fontes renováveis e papel do consumidor. A influência de elementos de políticas públicas ou sobre as críticas aos modelos de desenvolvimento sustentável ou à própria sustentabilidade apareceram como temáticas pouco estudadas.

Assim, na **Etapa 3** foram incluídos artigos obtidos por meio de outras fontes, como citações em artigos pré-selecionados e contatos diretos com autores. Ao final da terceira etapa havia 48 artigos identificados como diretamente relacionados ao tema desta tese que foram então selecionados para análise em profundidade. A Figura 6 ilustra o número de ocorrência de artigos por classificação temática entre os selecionados, mostrando que a PCS é um tema transversal a outros temas de estudo.

Figura 6 - Foco dos artigos encontrados sobre PCS

Fonte: Érico Luciano Pagotto, 2019.

Por fim, na **Etapa 4** realizou-se a análise em profundidade dos 48 artigos selecionados, que puderam então ser classificados em torno de quatro temas: artigos com ênfase sobre o papel do Estado, ênfase sobre o papel da sociedade civil, ênfase na ação do mercado e abordagens interdisciplinares/ intersetoriais (Quadro 1).

Quadro 1 - Classificação temática dos artigos analisados em profundidade

Classificação temática	No.	Perc.	Aspectos
Estudos intersetoriais/ interdisciplinares	21	44%	Revisões bibliográficas, estudos culturais, modelagem, comunicação e discursos
Papel do Estado	15	31%	Políticas públicas, aspectos econômicos e regulatórios
Papel da sociedade civil	11	23%	Papel do consumidor, aspectos psicológicos do consumo
Papel do setor privado	1	2%	Mecanismos de mercado
TOTAL	48	100%	

Fonte: Érico Luciano Pagotto, 2019.

Este diagnóstico inicial também foi importante para auxiliar na definição do quadro analítico-conceitual sobre PCS, apresentado ao final deste capítulo. Para chegar até ele, serão discutidas inicialmente as bases conceituais da PCS, e então os papéis dos três grandes atores sociais coletivos (sociedade civil, mercado e Estado) em conformidade com a pesquisa sistemática da literatura.

3.1 Aspectos teóricos e conceituais da PCS

O surgimento do conceito de produção e consumo sustentáveis decorre do desdobramento dos próprios conceitos de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade. Por consequência, a PCS herda algumas dificuldades e contradições inerentes a esses conceitos. Para discutir estes pontos é necessário inicialmente apresentar duas correntes teóricas distintas e opostas, a da “sustentabilidade forte” e a da “sustentabilidade fraca”, surgidas a partir do desgaste

e uso indiscriminado do termo “sustentabilidade”. O debate tem implicações ideológicas sobre os desdobramentos da PCS e de sua expressão como objeto de políticas públicas, bem como sobre os discursos mercadológicos da sustentabilidade.

De antemão, é necessário apontar que o debate sobre a sustentabilidade forte e fraca já está bem sedimentado na literatura científica especializada. Para Adams (2006):

(...) O conceito de sustentabilidade forte tem como fundamento a constatação científica de que qualquer ação humana se dá no âmbito dos limites do Planeta, ou da biosfera, onde a humanidade habita. Isso inclui a vida social em geral e as atividades econômicas em particular (ADAMS, 2006).

Não se trata, portanto, de percorrer este debate em detalhes aqui, mas apenas de apresentar em linhas gerais suas principais diferenças, e trazer algumas indicações de referências bibliográficas onde possam ser encontrados outros aprofundamentos¹¹. Trata-se também de enfatizar os pontos de divergência entre as duas teorias de forma que se possa fazer a transposição dos conceitos (e seus conflitos) por ocasião do debate sobre as diferentes visões da PCS.

De forma geral, pode-se dizer que a sustentabilidade “fraca” se encontra alicerçada nos fundamentos epistemológicos da Economia Neoclássica. Nela a ênfase está na utilização do chamado capital natural (ou seja, na valoração econômica de elementos da natureza) para produção de bens e serviços, admitindo-se que o comportamento do mercado, baseado em demandas, custos e preços, seria suficiente para promover o equilíbrio intergeracional de sua obtenção, seja ela estável ou crescente (portanto “sustentável” do ponto de vista econômico), mesmo em se tratando de recursos naturais não renováveis (Turner, Pearce, Bateman, 1994; Tayra, 2012). O consumo é visto, então, como apenas uma etapa do processo econômico, sendo reversível e “neutro” para o meio ambiente. O que, sabe-se hoje, constitui-se numa falácia quando submetido a um escrutínio mais rigoroso pela ótica ecológica.

Essa perspectiva “rasa” da sustentabilidade, baseada em princípios econômicos essencialmente antropocêntricos e utilitaristas, foi adotada e desenvolvida por economistas neoclássicos considerados pioneiros na incorporação de noções de sustentabilidade na Economia. Aí, por exemplo, incluem-se John

¹¹ Para mais informações, v. “Sustentabilidade forte *versus* fraca” em Bursztyn e Bursztyn (2012, p. 49).

Hartwick, que tornou famosa a “regra de Hartwick”, segundo a qual todas as rendas econômicas oriundas da extração de recursos naturais podem ser convertidas em alguma outra forma de capital antropogênico (HARTWICK, 1977), Robert Solow, que admite os benefícios econômicos da rápida exploração do capital natural (SOLOW, 1974a; SOLOW, 1974b) e Martin Weitzman ao estabelecer a relação econômica entre sustentabilidade e desenvolvimento tecnológico (WEITZMAN, 1997), para citar alguns.

As premissas de tais conceitos constituem ainda hoje o cerne da corrente econômica hegemônica. Tendo recebido diversas críticas principalmente a partir das últimas décadas do século XX, houve uma cisão em duas correntes teóricas e epistemológicas distintas: a da Economia Ambiental (às vezes referida também como “Economia Verde”) e a da Economia Ecológica. Apesar da semelhança entre os nomes, tais campos científicos distinguem-se em sua essência. A Economia Ambiental possui como matriz fundante a própria Economia Neoclássica (LOISEAU et al., 2016), apenas inovando ao admitir a insuficiência das regras de mercado tradicionais como único elemento regulador das trocas econômicas. No entanto, mantém um referencial antropocêntrico e economicista em sua essência, e meramente inclui, por meio de diferentes métodos de avaliação e contabilidade ambiental, a valoração de elementos da natureza, referidos como sendo “recursos naturais”, como itens a mais a serem considerados nos cálculos econômicos. Permanece, portanto, como critica Moreno (2016, p. 286) “uma narrativa unificadora do capital financeiro”.

Já a Economia Ecológica é a base do conceito de sustentabilidade “forte”. Possui origem no pensamento ecológico não antropocêntrico, que tem como base a materialidade concreta dos elementos que compõem a natureza e suas inter-relações, e que está relacionada à capacidade de resiliência dos sistemas ambientais, à irreversibilidade de determinados impactos antropogênicos, às motivações bioéticas de solidariedade intergeracional e, em última análise, ao suporte à vida em termos absolutos (NEUMAYER, 2003; DITZ, NEUMAYER, 2007).

Os primeiros passos deste arcabouço teórico foram aportados por Georgescu-Roegen (1971) ao propor incorporar ao pensamento econômico a segunda lei da termodinâmica, que trata sobre a entropia. Em última análise, faz com que se pense os sistemas econômicos como sendo fechados e ecocêntricos e, portanto, devendo

incorporar as externalidades causadas pela produção humana. De um ponto de vista estritamente físico, isso significa que não existe “consumo” propriamente, já que matéria e energia não podem ser criadas ou destruídas, mas apenas transformadas. Assim, da perspectiva física, os impactos sobre o meio ambiente são uma decorrência das transformações da matéria em formas de energia com maior entropia – e, portanto, menos “aproveitáveis” para os seres humanos.

A Economia Ecológica é um campo de conhecimento científico que conta com pouco mais de quarenta anos desde o seu surgimento. Ela aponta, por um lado, para muitos desafios teóricos e metodológicos (CASTRO E SILVA, TEIXEIRA, 2011), e por outro, a grandes avanços e contínuo reconhecimento, com crescente número de publicações tanto em livros com contribuições fundantes (BOULDING, 1981; MARTINEZ-ALIER, 1987; COSTANZA, 1991; DALY, 1996; LEFF, 2009) como em periódicos especializados (*Ecological Economics*, *International Journal of Ecological Economics & Statistics*, Revista Iberoamericana de Economia Ecológica, Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, entre outros).

Esta diferenciação da matriz epistemológica entre sustentabilidade forte e fraca e as correntes do pensamento econômico que lhes subjazem são o ponto de partida para se compreender o conceito de PCS e suas críticas desde a proposição do desenvolvimento sustentável nos termos em que foi apresentado no Relatório Brundtland (1987).

A partir de sua propositura de origem política, o conceito de PCS vem sendo visto e estudado também como um campo de conhecimento científico emergente. Neste sentido, para Vergragt, Akenji, Dewick, (2014) este campo de pesquisa e atuação pode ser dividido didaticamente em nove áreas:

- i. Mudanças sistêmicas: discute transições sociotécnicas, aspectos visionários;
- ii. Macro abordagens: analisa tendências, modelagens e cenários futuros;
- iii. Produção, tecnologia e design: compreende avaliações do ciclo de vida, produção mais limpa, ecologia industrial, *design* para a sustentabilidade;

- iv. Negócios, inovação e marketing: estuda cadeias de abastecimento “verdes”, marketing “verde”, comércio justo, *choice editing*¹², relatórios de sustentabilidade, cooperativas e novos arranjos produtivos;
- v. Governança, arcabouço regulatório e dinâmicas políticas¹³: trata de compras sustentáveis, rotulagem e questões relacionadas às políticas públicas de PCS;
- vi. Sociedade civil: discute inovações radicais, experimentações sociotécnicas, educação, consumo colaborativo, movimentos sociais e organizações da sociedade civil;
- vii. Equidade: volta à erradicação da pobreza, desigualdades socioeconômicas, estilos de vida sustentáveis, acesso mais justo aos recursos naturais;
- viii. Consumo final: analisa e discute compras, bem-estar e felicidade, redução do número de horas trabalhadas, comportamento do consumidor, estilos e práticas de vida e consumo, valores humanos, suficiência;
- ix. Indicadores de avanço¹⁴: propõe indicadores e métricas de progresso e de bem-estar, alternativas à medida do “produto interno bruto”.

O grupo de pesquisadores formado por Lucia A. Reisch, Maurie J. Cohen, John B. Thøgersen e Arnold Tukker é, segundo a revisão bibliométrica de Liu et al. (2017), um dos mais proeminentes na produção científica sobre PCS. Em artigo sobre as fronteiras na pesquisa relacionadas ao consumo sustentável, Reisch et al. (2016) também realizam uma classificação deste campo em cinco áreas de pesquisa:

- i. Macroeconomia da sustentabilidade: propõe discussões a respeito de como seria um sistema macroeconômico onde as relações entre produção, consumo e meio ambiente pudessem se dar de forma mais equilibrada, e que tipo de políticas poderiam conduzir a ele;
- ii. Consumo sustentável, bem-estar e “viver bem”¹⁵: procura discutir conceitualmente o que significa “viver bem”, suas relações com a pegada

¹² Estratégia de marketing para direcionar escolhas de compras, alterando ou reduzindo determinada demanda. Ex.: selos indicativos do consumo de energia em eletrodomésticos para orientar a demanda.

¹³ No original: “Governance, policies, politics” (VERGRAGT, AKENJI, DEWICK et al., 2014)

¹⁴ No original: “Mapping progress” (VERGRAGT, AKENJI, DEWICK, 2014)

¹⁵ No original: “good life” (Reisch et al., 2016) em referência ao conceito de “buen vivir”, sobre o qual pode-se encontrar uma discussão aprofundada na obra de Acosta; Martinez (2009). O autor refere-se a estilos de vida alternativos, contra-hegemônicos, voltados à convivialidade e à vida mais simples.

ecológica, que necessidades humanas devem ser atendidas e como, além da importância de variáveis sociodemográficas para este debate;

- iii. Sustentabilidade em cadeias globais de abastecimento e produção: aborda questões relações às políticas de produção, distribuição, responsabilidade, certificação, rotulagem e transparência em cadeias de abastecimento;
- iv. Sistemas alternativos de suporte ao consumo sustentável: volta-se à investigação da viabilidade e escalabilidade de sistemas de abastecimento alternativos que considerem reutilização de bens, uso compartilhado ou colaborativo, entre outros;
- v. Políticas de fomento ao consumo sustentável: voltado ao estudo dos efeitos de políticas públicas que subsidiem estilos de vida associados a uma menor pegada ecológica, incluindo não apenas sistemas de produção e consumo, mas também elementos voltados à educação e uso massivo de sistemas de informação para tomada de decisão.

O mapeamento do campo que estes autores oferecem é ilustrativo da variedade e complexidade de temas que envolvem a questão da PCS. Considerando-se que o foco da presente pesquisa é a análise e comparação dos discursos acerca da sustentabilidade adotado pelo mercado e nas políticas públicas de PCS, identifica-se que este tema tem uma centralidade sobre os itens de número 5 nas listas de Vergragt, Akenji, Dewick (2014) e de Reisch et al. (2016), resumidas acima. No entanto, há uma outra discussão que não está destacada nos mapeamentos da literatura feito por estes autores, que é a questão dos discursos, da comunicação e dos sentidos da sustentabilidade ao se tratar da PCS. Este tema, juntamente com os conceitos e discussões sobre PCS, foram abordados a seguir a partir dos artigos levantados pela revisão sistemática.

3.2 O consumo além do romantismo ecológico e das ecotecnotopias¹⁶ liberais

¹⁶ Expressão utilizada por Spaargaren e Cohen (2009) para referirem-se ao suposto papel redentor das tecnologias que caracterizam a chamada “modernização ecológica”. Para Mol (1995), “modernização ecológica” é uma transformação ecológica do processo de industrialização de forma a garantir a base da produção e superar a crise ambiental enquanto se faz uso das instituições da modernidade sem abandonar o padrão de modernização.

A menção específica à sustentabilidade da produção e do consumo aparece na diplomacia internacional pela primeira vez na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (DECLARAÇÃO DO RIO, 1992). Ela traz vinte e sete princípios para o atingimento do desenvolvimento sustentável, e no oitavo princípio menciona especificamente:

(...) Para alcançar o desenvolvimento sustentável e uma qualidade de vida mais elevada para todos, os Estados devem reduzir e eliminar os padrões insustentáveis de produção e consumo, e promover políticas demográficas adequadas (DECLARAÇÃO DO RIO, 1992) [grifo nosso].

Devido à característica sucinta da Declaração do Rio (é apenas um documento de duas páginas), ela não permitiu maiores aprofundamentos conceituais. Alguns países, no entanto, iniciaram esforços locais neste sentido, e com isso surge a primeira proposta mais específica para se definir “consumo sustentável” dois anos após a Rio-92, feita pelo Ministério do Meio Ambiente da Noruega durante a realização do Simpósio sobre Consumo Sustentável de Oslo, ocorrido em 1994. Esta mesma definição viria a ser adotada e publicada internacionalmente pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU em 1995, nos seguintes termos:

(...) Consumo sustentável é o uso de serviços e produtos que respondem às necessidades básicas de toda a população e trazem a melhoria na qualidade de vida, ao mesmo tempo em que reduzem o uso dos recursos naturais e de materiais tóxicos, a produção de lixo e as emissões de poluição em todo o ciclo de vida, sem comprometer as necessidades das futuras gerações¹⁷ (*UN Commission on Sustainable Development*, 1995).

Esta definição traz três pontos interessantes para discussão. Em primeiro lugar é necessário contextualizar que a emergência das pautas do desenvolvimento sustentável provém de um campo de disputa, que é o campo ambiental. Complexo e multifacetado, o processo histórico e político deste campo perpassa, segundo Barry (2014), não apenas as questões “românticas” da política ambiental trazidas desde a segunda metade do século XX, mas estende-se até as reações contrárias ao movimento da revolução industrial desde o século XVIII.

¹⁷ Tradução do autor.

Em segundo lugar, cabe uma observação no que se refere à questão semântica. Como explicam Fuchs e Lorek (2005), desde a Conferência do Rio em 1992, ambas as expressões, “consumo sustentável” (“SC - Sustainable Consumption”) e “produção e consumo sustentáveis” (“SPC – Sustainable Production and Consumption”), ocuparam lugar tanto na produção acadêmica como em políticas públicas, mas foi a expressão “Produção e Consumo Sustentáveis” que acabou se consolidando. Esta padronização ocorreu, segundo as autoras, a partir da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, na África do Sul, também conhecida como Rio+10, e que por sua vez deu início ao lançamento do Processo de Marraquexe¹⁸, em 2003, responsável por endereçar propostas especificamente à produção e consumo sustentáveis. Já a expressão “produção sustentável”, segundo Cohen (2001), vem sendo utilizada desde o início da década de 1990 inicialmente para referir-se aos processos de melhoria na gestão industrial e, mais recentemente, ligada à corrente teórica da “Ecologia Industrial” (AYRES; AYRES, 2001, FERRÃO, 2012).

Um terceiro ponto importante na definição da ONU foi sua ênfase no consumo enquanto meio para o atingimento de uma melhor qualidade de vida para toda a população atual e futura. Está se falando, portanto, de uma forma de produção e consumo capaz não apenas de ser sustentável em termos físicos, mas de ser capaz de promover qualidade de vida, justiça social e intergeracional. Neste sentido, como explica Masera (2002, p. 82), um novo modelo de consumo deveria permitir condições de cidadania plena, com mais tempo livre para a convivialidade familiar e comunitária, engajamento em práticas artísticas, culturais, desportivas e espirituais.

A análise da definição de PCS internacionalizada pela ONU, então, tem uma centralidade para além da questão de volumes materiais de produção e consumo pois, como explicam Gonçalves-Dias e Teodósio (2012), consumo sustentável:

(...) não é uma quantidade específica entre o baixo consumo causado pela pobreza e o superconsumo gerado pela riqueza, mas um padrão de consumo bem diferente para todos os níveis de renda pessoal em países do mundo todo. O conceito de consumo sustentável compreende toda a gama de produtos e serviços da sociedade, os processos que os produzem e o consumo e a manufatura de muitos produtos colaterais e dependentes, que

¹⁸ Grafia aportuguesada das formas Marrakesh (ingl.) e Marraquech (fr.) de acordo com o Vocabulário Onomástico da Academia Brasileira de Letras (1999).

o uso de um único produto ou o fornecimento de serviços implicam (GONÇALVES-DIAS; TEODÓSIO, 2012, p. 68).

Assim, dentro do cenário que se vislumbra, parece fundamental que a questão seja abordada por duas vias: por um lado, que haja investimentos na melhoria dos padrões de produção, o que está associado às tecnologias produtivas e ao que e como se produz. Por outro lado, há questões dos níveis de produção e consumo, ou seja, o que e quanto se consome em termos absolutos.

As melhorias em termos de ecoeficiência ampliam a capacidade de “poupar” recursos ao longo das cadeias de produção desde seu início, passando por todo ciclo de vida do produto e indo até o pós-consumo. No entanto, melhorias incrementais ao longo deste processo não são suficientes para promover redução no impacto ao longo da cadeia em termos absolutos devido a dois fatores: um técnico e outro ideológico.

Do ponto de vista técnico, há que se considerar não apenas os efeitos termodinâmicos da entropia, mas as consequências econômicas da ecoeficiência. Conforme descrito na literatura científica, há indícios de que melhorias promovidas por meio de modernizações tecnológicas são perdidas total ou parcialmente pelo chamado “Paradoxo de Jevons” ou “efeito rebote”¹⁹ (ROY, SINGH, 2017). Como explicam Polimeni et al. (2008), trata-se do fenômeno em que o aumento de eficiência no uso de um determinado recurso leva, no médio ou longo prazo, a um aumento no consumo daquele recurso. Consta que este conceito foi proposto por William Stanley Jevons em 1865 ao observar que o aumento na eficiência das máquinas a carvão implicava em maior aumento no consumo deste recurso pelo aumento de número de máquinas – e não da diminuição bruta no consumo do combustível. Há muitos exemplos contemporâneos deste efeito bem descritos nos meios científicos, como, por exemplo, aqueles relacionados ao uso de fontes energéticas (POLIMENI et al., 2008), ao consumo de papel (YORK, 2006), à reciclagem das latinhas de alumínio (LAYRARGUES, 2002) e vários outros (ALCOTT, 2005). Ainda que o paradoxo possa não se verificar em alguns casos, autores como Dryzek (1987) e Princen (1997) argumentavam que os ganhos em eficiência era apenas formas de se deslocar o problema no tempo ou no espaço, respectivamente, para futuras gerações ou para grupos sociais mais vulneráveis.

¹⁹ As vezes referido também como “efeito bumerangue” (FACTOR Y, 2014).

Do ponto de vista ideológico, conforme explica Layrargues (2002), há uma predominância nos chamados “discursos ecológicos oficiais”, provenientes tanto do ambientalismo por parte do governo e das empresas, que buscam manter os valores econômicos e socioculturais hegemônicos, bem como o caráter expansionista do sistema de produção e acumulação. O problema com esta perspectiva ideológica é que ela não endereça à essência do problema (a forma como se produz e se consome, e as mazelas decorrentes), mas faz uma crítica superficial ao que chama “consumo insustentável”, propondo alternativas reformistas, moderadas e conservadoras, sem romper radicalmente com as reais causas da insustentabilidade sob o risco de causar sérios danos ao modelo econômico. Como afirma Poppe (2013), “o efeito rebote é um problema político porque levanta questões acerca de um modelo adequado de prosperidade e justiça global”. Da mesma forma, não é possível falar em consumo sustentável de alimentos enquanto houver fome no campo (ABRAMOVAY, 1985; GONÇALVES, 2011), em consumo sustentável de roupas enquanto houver trabalho análogo à escravidão em oficinas clandestinas dos grandes centros urbanos (SAKAMOTO, 2007), ou em consumo sustentável de eletrônicos enquanto a precária indústria de desmantelamento estiver terceirizada em regiões miseráveis da Ásia e da África (ROBINSON, 2009), para citar alguns exemplos.

Há, portanto, uma supervalorização dos enfoques que adotam uma abordagem “rasa”, insuficientemente “fraca” ou excessivamente “liberal”, para endereçar às causas dos problemas relacionados ao consumo. Dadas estas questões, e seguindo o debate entre sustentabilidade forte *versus* fraca, Doris Fuchs e Silvia Lorek propuseram que as expressões “consumo sustentável forte” e “consumo sustentável fraco” fossem adotadas a partir dos mesmos referenciais ontológicos (FUCHS, LOREK, 2005; LOREK, FUCHS, 2013). Assim, as autoras definem como “consumo sustentável forte” (SSC – *Strong Sustainable Consumption*) aquele capaz de promover mudanças qualitativas e quantitativas nos níveis e nos padrões de consumo, implicando, respectivamente, tanto em redução bruta dos níveis atuais, como em mudanças nas infraestruturas socioeconômicas, nas escolhas individuais e coletivas e nos fatores impulsionadores do consumo atual. Por oposição, as autoras também definem o “consumo sustentável fraco” (WSC – *Weak Sustainable Consumption*), que seria aquele baseado meramente em mudanças incrementais e investimentos em ecoeficiência. Tal diferenciação é importante pois se algum debate tem sido feito em

termos de políticas públicas é em direção ao WSC, enquanto o SSC está praticamente fora das pautas internacionais – o que, ainda de acordo com Lorek e Fuchs (2013), se deve à dificuldade de articulação e pressão da sociedade civil, por meio de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Outros autores também adotaram a terminologia do “consumo sustentável forte” e “fraco” (SEYFANG, 2006; HOBSON, 2013; VERGRAGT, AKENJI, DEWICK, 2014). As visões que tais estudos compartilham a respeito do consumo sustentável “fraco” é de que ele enfatiza o chamado “consumo verde”, de duas formas: a primeira, atuando sobre os elos produtores da cadeia, por meio de investimentos em modernização tecnológica, certificações de processos, compras públicas “sustentáveis”, rotulagens de produtos e práticas de responsabilidade socioambiental, enquanto a segunda atua sobre a outra ponta da cadeia, ou seja, sobre o consumo, investindo em processos educativos do consumidor (ARAÚJO, GONÇALVES-DIAS, PAGOTTO, 2019). É, pois, uma reorganização do tripé sociedade – capital – consumo na forma da já mencionada “sustentabilidade líquida” (TAVARES; IRVING, 2013).

Por outro lado, o SSC enfatiza mudanças estruturais na sociedade que passem por questionamentos acerca de equidade socioeconômica, do crescimento econômico contínuo, da redução do volume de horas trabalhadas, da reorientação do marketing, dos investimentos em inovações sociotécnicas (alimentação, mobilidade, serviços, energia, etc.), da conversão da posse física de bens para serviços compartilhados, da relação entre o bem-estar dos indivíduos e da sociedade – o que, no conjunto, passa pela adoção de limites materiais para produção e consumo a partir de estratégias normativas e não apenas voluntárias.

Fuchs e Lorek não foram as únicas a proporem uma cisão sobre a forma como se representam e se endereçam às questões relacionadas à sustentabilidade e ao consumo. Spaargaren e Cohen (2009, p. 257) já afirmaram que “o desafio em relação ao consumo [...] é navegar entre o verde-escuro romântico do desprezo pela modernidade e a aceitação ingênua das ecotecnotopias liberais orientadas pelo mercado”.

Alguns autores ponderam ainda sobre uma terceira possibilidade, mais pragmática, além das visões “reformista” (do WSC) e “revolucionária” (do SSC): a chamada “reconfigurativa” (GEELS et al., 2015). Ela se caracterizaria por apoiar-se nas teorias sociais de Bourdieu (1990[1980]), Schatzki (1996) e Giddens (1984), mas

atuar numa escala intermediária, sem a pretensão de resolver problemas sistêmicos globais, como pobreza, desigualdades sociais, e democracia, analisando como estes temas amplos concorrem (ou alinham-se) com as pautas relacionadas ao meio ambiente, e direcionam determinadas práticas sociais.

Como explicam Geels et al. (2015), estas três posições podem ser resumidas da seguinte forma:

- i. Reformistas: criticam as “falhas de mercado”, e propõem um modelo de sustentabilidade baseada em melhorias tecnológicas incrementais, por meio de melhorias em ecoeficiência ao longo das cadeias de produção, na educação dos consumidores e na manutenção de sua liberdade de escolha;
- ii. Revolucionárias: enxergam o funcionamento do mercado capitalista como principal causa do problema, e propõem ações regulatórias e apelos à frugalidade voluntária como alternativas para redução da demanda e do consumo em termos absolutos;
- iii. Reconfigurativas: utiliza a abordagem sistêmica onde diversos elementos (políticos, culturais tecnológicos, etc.) influenciam-se mutuamente, e as alternativas encontram-se na reconfiguração dos sistemas sociotécnicos, ou seja, na forma como se produz e consome alimentos, energia, bens, meios de transporte, etc.

Liu et al. (2010) e Roy e Singh (2017) discutem as diferenças na abordagem da PCS entre os países de economia desenvolvida e em desenvolvimento. Neste segundo, o desenvolvimento de uma produção mais sustentável pode ser visto como uma possibilidade de geração de empregos, redução de custos, atendimento a necessidades básicas ainda não satisfeitas pelo consumo, bem como combate à miséria, à fome, ao desemprego e ao uso de tecnologias menos poluentes. Além disso, os autores destacam que na articulação política entre desenvolvidos e em desenvolvimento há um importante papel desempenhado pelas empresas transnacionais.

Para Sessa e Ricci (2014) a produção e consumo sustentável será uma condição necessária a um pretendido novo estado de bem-estar social planetário em 2050. A perspectiva de um futuro onde um mundo mais populoso terá que compartilhar uma menor quantidade de recursos disponíveis em um novo paradigma de bem estar-social pressupõe, segundo os autores, as seguintes premissas: (i) a redefinição de

bem-estar e de novas métricas de sustentabilidade; (ii) a mudança para um novo paradigma de resiliência socio-ecológica e uso de tecnologias “naturais” (substituição da exploração de recursos naturais pela produção que simula os ciclos naturais); (iii) adoção de sistemas de economia e governança dos bens comuns; (iv) uso social da internet para remover barreiras de comunicação, melhorar a qualidade da democracia e apoiar novos sistemas de produção social.

Mais recentemente, Reisch et al. (2016) apontam que as principais fronteiras da pesquisa a respeito do consumo sustentável se encontram nas pesquisas a respeito da Macroeconomia de Sustentabilidade, nas relações entre consumo sustentável e qualidade de vida, na inserção da sustentabilidade ao longo das cadeias de abastecimento, nos sistemas alternativos de abastecimento de insumos e, por fim, nas áreas de políticas públicas voltadas ao consumo sustentável.

3.3 Formulação de políticas públicas de PCS

Implementar políticas públicas²⁰ para tornar produção e consumo mais sustentáveis é um grande desafio tanto pelas dificuldades técnicas inerentes à complexidade do tema ainda em construção, como por mobilizar grande número de interesses conflitantes em disputa – desde aspectos relacionados à organização do mercado, passando pela questão da liberdade e soberania de escolha dos indivíduos e ainda pelo espectro de possibilidades quanto aos limites de atuação do Estado.

Os resultados da implementação de uma política pública estão relacionados tanto ao seu contexto quanto aos instrumentos utilizados. No caso das políticas de PCS, Heiskanena et al. (2009) apontam que os instrumentos políticos, definidos como o conjunto de técnicas de governança por meio dos quais atores públicos e privados criam condições para a mudança social, são centrais para isso. Em revisão bibliográfica sobre o tema, as autoras encontraram que os principais instrumentos destas políticas são os regulatórios, seguidos pelos econômicos, informacionais e por

²⁰ Políticas públicas são, para Marques (2013), “um conjunto de ações implementadas pelo Estado e pelas autoridades governamentais em um sentido amplo”, analisando porque e como o Estado age, dadas as condições que o cercam. Ou, nas palavras de Jobert e Muller (1987), é o estudo do “Estado em ação”.

fim os voluntários. Além deste próprio trabalho, vários estudos têm demonstrado como cada um destes diferentes instrumentos podem ser utilizados para promoção de práticas de produção e consumo mais sustentáveis (STANISKIS, 2012; LOREK; BARBER; ONTHANK, 2013; SPANGENBERG, 2014).

Também há casos em que determinadas políticas públicas não avançam, seja na sua formulação ou implementação. Marques (2013) discute as chamadas “teorias de não-decisão”, sob as quais enquadram-se, por exemplo, os modelos propostos por Barach e Baratz (1963) e Lukes (1974). Neste caso, os autores recomendam a observância do sistema de crenças, valores e ideologias dos atores em campo, essencial para compreender o que está em jogo no campo e os interesses dos diferentes atores sociais.

Em se tratando de PCS, é importante ter em conta que o consumidor é sempre o elo mais fraco da cadeia (SANNE, 2002; SILVA; ARAÚJO; SANTOS, 2012). Em primeiro lugar, viver em uma cultura materialista tem impactos na capacidade de escolha autônoma, e em segundo, o consumidor raramente estará apto a fazer escolhas eticamente competentes, pois dadas as condições da atual sociedade globalizada lhe faltam informações suficientes a respeito da forma como são produzidas, industrializadas, distribuídas, comercializadas e destinadas pós-consumo as mercadorias e suas matérias-primas (JACOBSEN; DULSRUD, 2007). Isto posto, é importante que se tenha em devida consideração os diferentes papéis Estado, mercado e sociedade desempenham neste embate. É o que está apresentado a seguir.

3.3.1 O papel do Estado nas políticas públicas de PCS

Se, por um lado, é impossível discutir sustentabilidade a partir de delimitações político-territoriais, por outro, é no âmbito das decisões nacionais ou de blocos econômicos que as “regras do jogo” são estabelecidas. Em outras palavras, são as políticas públicas que orientam e dirigem os mercados e é por meio delas que mudanças, graduais ou disruptivas, são possíveis (ROY, SINGH, 2017). É papel do Estado estabelecer políticas de PCS que permitam o funcionamento dos sistemas produtivos, assegure qualidade de vida à convivialidade dos cidadãos e não exauram os recursos naturais disponíveis (CLAY, GIBSON, WARD, 2007). Zhu et al. (2008) destacam a importância da regulação estatal e outras pressões públicas não apenas

locais, mas também no âmbito das redes de comércio internacional como elementos importantes na adoção de melhores práticas socioambientais na gestão da cadeia de produção.

A nível nacional, segundo Hausknost (2014) muitas dificuldades na criação e implementação de políticas de PCS devem-se à tendência de governos priorizarem a estabilidade dos sistemas econômicos no curto prazo (de seus mandatos) ao invés de mudanças sistêmicas. A falta de tomada destas decisões leva justamente à inação, uma espécie de “trava” (no original: “lock-in”) criada pelo próprio modelo político-econômico, identificadas no fato de tanto o ato de consumo como a “soberania do consumidor” serem vistas como expressão de cidadania, e não de individualismo político. A alternativa, segundo Hausknost (2014), passaria por um novo e disruptivo modelo de tomada de decisões mais cidadã e independente das decisões governamentais de curto prazo. Anbumozhi et al. (2010) sugerem que o arcabouço regulatório e a dinâmicas das políticas públicas estimulem a ação intersetorial e a criação de agendas comuns entre os atores estatais e não-estatais, potencializando os benefícios em termos sociais, econômicos e ambientais.

Heiskanena et al. (2009) classificam os instrumentos governamentais para políticas pública de PCS nos seguintes tipos: instrumentos regulatórios, instrumentos econômicos (incluindo compras públicas), instrumentos informacionais voltados à comunicação (incluindo indicadores e rotulagem) e instrumentos voluntários. Reisch et al. (2016) elencam algumas políticas que consideram promissoras a serem desenvolvidas pelos governos nacionais e supranacionais: ampliar a integração ao longo de toda cadeia de abastecimento, incluindo fabricantes, varejistas e consumidores finais, adoção do conceito de “suficiência” em políticas públicas para regular os tetos de produção, conectar financiamentos a políticas regulatórias, ampliar e integrar sistemas produtivos baseados em coprodução, colaboração e compartilhamento, e por fim adoção de políticas de “sustentabilidade forte”. Plepys, Heiskanena, Mont (2015) lembram que uma das possibilidades de importante atuação do Estado em PCS está no estímulo à transformação de produtos em serviços.

Políticas públicas de PCS repercutem em última análise sobre a sociedade e o comportamento do consumidor. Thøgersen (2005) identifica que o Estado tem se mostrado relutante a adotar políticas voltadas à regulação do consumo, visto por vezes como “um dever patriótico” (PRINCEN, 1999), especialmente em momentos de

recessão econômica, mas destaca que se tais políticas não forem colocadas, dificilmente o cidadão vai se comprometer a utilizar menos o transporte individual, reduzir o consumo de carne, fazer menos viagens aéreas entre outros. Lebel e Lorek (2008) destacam que o acesso a mercados e as políticas de preços são importantes em termos de produção e consumo, e que neste sentido políticas públicas têm sido utilizadas desfavoravelmente para subverter o funcionamento dos mercados à medida que inserem subsídios em cadeias “sujas” ou formadas por monopólios ou oligopólios. A adoção de instrumentos de mercado, tais como alíquotas fiscais diferenciadas para produtos que se deseja estimular (como alimentos orgânicos, transportes coletivos, etc.) e aqueles que se deseja restringir (tóxicos, supérfluos, etc.), bem como a adoção de taxas pigouveanas são exemplos de ferramentas e instrumentos governamentais de políticas públicas de PCS.

Gyene (2009) chama a atenção, no entanto, para o risco de o Estado adotar o discurso da sustentabilidade “fraca”, facilmente capturável pela agenda econômica, e com poucos resultados efetivos em termos de PCS. Para alguns autores, a alternativa estaria na adoção de políticas econômicas de decrescimento (JACKSON, 2009, KALLIS, 2011).

3.3.2 O papel do mercado nas políticas públicas de PCS

Assumir que as empresas têm responsabilidade para além do lucro tem levado algumas delas a criar os chamados “programas de responsabilidade social corporativa”. Diversas críticas têm sido feitas a tais iniciativas. De fato, a noção de Responsabilidade Social Corporativa de que negócios têm responsabilidades para além do lucro continua ambígua e “essencialmente contestada” (OKOYE, 2009). Silva (2011) demonstrou como uma série de empresas com um grande histórico negativo de passivos ambientais vem produzindo uma “epidemia de responsabilidade social corporativa” para construir uma imagem ética por meio de ações midiáticas que recontam suas histórias a partir de sua própria perspectiva. Na opinião deste autor, ao longo dos anos, a sociedade tem criado um vínculo de dependência cada vez maior das empresas, enquanto as empresas têm desenvolvido uma estratégia para gerenciar a percepção do consumidor e acumular um capital de reputação positivo e diminuir desconfiças em momentos de crise – e com isso possivelmente minimizar

perdas econômicas quando as crises acontecerem. Ainda hoje, persistem as contradições quanto à real responsabilidade na contenção de danos e externalidades por parte da empresa, assim como ao objetivo exclusivo de retorno financeiro (DEVINNEY, 2009; CORTES, DUARTE, GONÇALVES-DIAS, 2014).

Além da responsabilidade corporativa, o setor produtivo tem adotado práticas voltadas à ecoeficiência, ou à chamada “produção mais limpa”. Nesta perspectiva, o mais evidente seria o investimento de recursos financeiros em ativos tecnológicos, físicos e organizacionais que promovem a ecoeficiência produtiva, reduzindo os custos relativos com insumos e disposição de resíduos. Esse caminho virtuoso redundaria em aumento dos retornos financeiros privados e ganhos sociais com redução dos impactos sobre o meio ambiente (BRANCO, RODRIGUES, 2006).

Há um debate sobre as motivações éticas de tal comportamento, mas qualquer que seja ela, é fato que tais práticas têm permitido a criação de vantagens competitivas e amortização de investimentos em tecnologia para seus investidores (OLIVEIRA NETO et al., 2015). Por outro lado, estudos empíricos relatam que apesar das vantagens da ecoeficiência, a produção de resíduos vem aumentando devido a fatores relacionados ao crescimento econômico, redução de custos e aumento no consumo (CLAY, GIBSON, WARD, 2007; POLIMENI et al., 2008). Os ganhos relativos em ecoeficiência conferem alguma elasticidade à relação entre produção e seus impactos, mas não garantem a redução absoluta dos insumos consumidos ou da poluição gerada, que é dependente do volume total de produção (JOSEPH et al 2018). Caso os aumentos de produção superem os ganhos com ecoeficiência, os impactos socioambientais negativos totais aumentarão (FARLEY, VOINOV, 2016).

Faz parte também do conjunto de responsabilidades das empresas que atuam particularmente em vendas para o consumidor final prestar informações corretas, completas e suficientes para sua tomada de decisão competente. Isso passa não apenas pelo cumprimento de acordos, regras e leis sobre rotulagem, mas também por oferecer um conjunto de informações e canais de contato capazes de prestar os devidos esclarecimentos (instrumentos informacionais). É importante ainda que o setor privado adira e colabore com avanços intersetoriais e protocolos internacionais (instrumentos voluntários) para que avanços sejam feitos em termos de qualificar a informação sobre seus produtos e serviços de uma perspectiva estendida, ou seja, da

origem do material ao descarte do produto pós consumo e não apenas nos casos onde a logística reversa seja obrigatória ou lucrativa (THØGERSEN, 2005).

Outra crítica que se faz ao setor privado é quanto à sua defesa de políticas econômicas de livre mercado e ênfase na autorregulação. Há vários problemas com essa perspectiva: o primeiro é dar uma tratativa meramente econômica (e não ecológica) às externalidades decorrentes da produção; o segundo é considerar que as escolhas são de fato “livres” (e não condicionadas historicamente), não oferecendo risco ao equilíbrio biofísico do sistema e terceiro, desconsiderar que esta atuação pouco regulada e apoiada por esforços publicitários favorece a produção homogênea em grande escala, o que aumenta a obsolescência e a pressão sobre os recursos naturais (PRINCEN, 1999). De qualquer forma, seja por razões econômicas ou ecológicas, considerando-se as perspectivas e os riscos socioambientais atuais e futuros, adaptar os negócios parece ser de alguma forma inevitável dadas as contingências biofísicas (SCHOON, SEATH E JACKSON, 2013).

Por fim, há um debate em torno da comunicação, que hoje está em grande parte voltado a criar, ampliar e atender continuamente demandas por produtos e serviços. A crítica que alguns autores fazem é de que esforços publicitários e mercadológicos repercutem na forma como desejos e necessidades são imiscuídos e elaborados dos pontos de vista individual e social, estimulando o consumo conspícuo e gerando confusão quanto às escolhas de compras (SANNE, 2002; LEBEL, LOREK, 2008). A este respeito, alguns autores sinalizam possíveis mudanças em curso (KOTLER, KARTAJAYA, SETIAWAN, 2010). Há pesquisas e estudos no sentido de demonstrar como a demanda pode ser reduzida, modificada ou “guiada” (BRADLEY, BLYTHE, 2014; EAGLE, DAHL, 2015) para desacoplar o nível de consumo dos indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento (SCHOON, SEATH, JACKSON, 2013). Alguns mecanismos sugeridos para que isso seja feito incluem: aumentar a responsabilidade dos fabricantes sobre as externalidades, atuar de maneira integrada desde a concepção de novos produtos (“*design for recycling*”), passando por todos os elos da cadeia logística até a transformação da posse física em serviços, criar processos de certificação e responsabilização internacionais eticamente responsáveis, entre outros (LEBEL, LOREK, 2008), muitos dos quais não estão sob total responsabilidade das empresas, mas encontram nelas os grandes protagonistas para mudanças. Apesar das visões convergirem no sentido de acreditar que o

mercado tem uma função social a cumprir na sociedade, há discordância fundamental sobre a natureza das atribuições empresariais e também sobre quem se beneficiará com elas (CORTES, DUARTE, GONÇALVES-DIAS, 2014).

3.3.3 O papel da sociedade nas políticas públicas de PCS

Ao discutir o papel da sociedade no ciclo de produção e consumo há por vezes tentativas de se superestimar seu papel como elemento que “puxa” a cadeia de produção, cabendo ao consumidor, em última análise, refrear seus impulsos consumistas ou adotar posturas mais responsáveis (THØGERSEN, 2005, BARR, GILG E SHAW, 2011). Há muitas críticas sobre que responsabilidade seria esta e qual é de fato o papel do consumidor. Thøgersen (2005) e Silva, Araújo e Santos (2012) destacam que no momento em que um indivíduo faz suas escolhas de consumo as macrocondições históricas já estão dadas, e sobre elas nenhum consumidor isoladamente tem poder algum, inclusive quanto às suas possibilidades de “livres” escolhas mercantis. Portanto, é fundamental que se considere que o ato de consumo não pode ser tratado como mera questão de escolha individual (PRINCEN, 1999). Ele é, antes, um processo histórico-cultural, civilizatório, que pertence à esfera social e coletiva (SANNE, 2002; DOLLAN, 2002; SILVA, ARAÚJO, SANTOS, 2012) e o discurso que sobrevaloriza o papel do consumidor esconde o conflito entre as práticas sociais de produção, transferindo ao indivíduo a responsabilidade de atuar como agente de mudança (BARR, GILG, SHAW, 2011).

Outro ponto importante é que os mercados não são transparentes, e no “momento da verdade”, diante das prateleiras varejistas, faltam informações seguras ao consumidor que lhe permitam traçar comparações e fazer escolhas competentes. Da forma como as cadeias de produção, distribuição e comercialização estão estruturadas na sociedade atual, as pré-condições para tal escolha simplesmente inexistem. Neste caso, acreditar na possibilidade de um consumidor proativo e dotado de racionalidade plena torna-se parte da ideologia que estabelece as responsabilidades rateadas entre governo, mercado e sociedade (JACOBSEN, DULSRUD, 2007). A alternativa para a PCS, segundo Barr, Gilg e Shaw (2011) é a mudança de foco do consumidor para aspectos políticos e socioeconômicos mais sistêmicos.

Também frequentemente associada ao papel do cidadão está a educação a partir de processos formais e informais. Da perspectiva da educação formal, há dificuldade, sobretudo nos países em desenvolvimento, de formação ambiental crítica em função de um quadro conjuntural de precariedades e vieses (LAYRARGUES, LIMA, 2015). Quanto à educação não formal, apesar do crescente número de informações ambientais disponíveis aos consumidores, o acúmulo de informações principalmente online não tem facilitado a tomada de decisão pelo consumidor, que se vê às voltas com orientações confusas, eventualmente contraditórias ou ideologicamente enviesadas, tornando suas decisões de consumo mais demoradas e estressantes (MARKKULA, MOISANDER, 2012), além de ser menos efetivas (THØGERSEN, 2005).

Isso não significa que o consumidor esteja alijado de algum poder de escolha, nem que inexistam possibilidades de ações no nível do consumidor, nem tampouco se nega a importância de sua consciência crítica. Pelo contrário: é fundamental agir também na microescala das trocas econômicas e da qualificação das escolhas do consumo – não na esfera das escolhas individuais, mas sobretudo coletivas e por meio de contingências sociais favoráveis como, por exemplo, banimento de produtos tóxicos, controle e fiscalização estatais mais efetivos com a criação de padrões e restrições legais, entre outras que não dependam da motivação ou vontade do consumidor (THØGERSEN, 2005). No entanto, deve-se considerar que outros fatores tanto individuais, como disponibilidade de tempo, recursos financeiros e conhecimento, como coletivos, na forma de políticas, padrões e normas culturais que operam como subsídios indiretos à imposição de um estilo de vida insustentável. Além de melhorar o nível de informação do consumidor sobre o mercado e os produtos, são necessárias políticas para reorientar o consumo e explorar novas janelas de oportunidades para mudanças de comportamentos, hábitos e rotinas, já que o desenvolvimento de estratégias que recaiam apenas sobre as escolhas do consumidor produz efeito marginal sobre a esperada “sustentabilidade do consumo” (TUKKER et al., 2010; THØGERSEN, 2005).

Cohen, Comrov e Hoffner (2005) discutem também a importância dos movimentos sociais de consumidores como uma forma de ativismo nos EUA. Os autores descrevem os casos dos movimentos anti-consumismo, anti-televisão, anti-propaganda, aqueles voltados à frugalidade voluntária, o movimento *slow-food* e as

organizações voltadas à valorização da produção e consumo local. Há uma certa parcela de consumidores que estão de fato preocupados com seus hábitos de consumo ou com as condições socioambientais de produção, seja pagando preços mais caros por produtos assim identificados, seja fiscalizando e denunciando malfeitos (VERGRAGT, AKENJI, DEWICK, 2014; OLIVEIRA NETO et al., 2015).

3.4 O modelo analítico da pesquisa a partir da revisão sistemática

A partir dos debates políticos e acadêmicos a respeito da PCS, seus conceitos e possibilidades de implementação, Geels et al. (2015) propõem um enquadramento analítico PCS baseado em três posicionamentos distintos: um reformista, outro revolucionário e um terceiro, reconfigurativo.

Para os “reformistas” o problema são as “falhas de mercado”. Pautados em modelos econômicos neoclássicos, políticas ortodoxas que admitem apenas intervenções marginais do Estado, positivismo acadêmico e melhorias da gestão empresarial, enxergam produção e consumo como domínios distintos que interagem por meio de trocas econômicas. Propõem a correção das “falhas” por meio de adaptações tecnológicas, mecanismos de mercado, adoção de produção mais limpa e ecoeficiente, análises de custo-benefício, cadeias de abastecimento “verdes”, investimentos em transparência, responsabilidade corporativas, certificações, rotulagens e educação para o consumo com ampla liberdade de escolha.

Os revolucionários enxergam as causas da crise atual no funcionamento dos mercados capitalistas e trazem uma crítica radical ao crescimento econômico apoiado em consumismo e acumulação. Pautam-se em valores mais ecocêntricos da Ecologia Profunda e em uma visão mais ampla de sustentabilidade, focada não apenas em questões ambientais, mas também socioeconômicas e políticas. Produção e consumo são vistos como domínios distintos unidos pela lógica macroestrutural capitalista. Propõem uma ruptura sistêmica por meio da adoção de valores alternativos, como a frugalidade, o localismo e a suficiência, que seriam alcançados por meio de uma regulação econômica disruptiva, que priorize o bem-estar em detrimento do crescimento econômico, ou mesmo contrário a ele (decrescimento), em direção à uma sociedade mais justa, igualitária e feliz. As críticas a esta abordagem estão nas dificuldades de implementação de acordo com as escalas de mudanças sistêmicas

requeridas e que demandariam um grande esforço de coalização intersetorial para se viabilizarem.

Por fim, os reconfigurativos identificam que o principal problema são as falhas estruturais em sistemas integrados, como aqueles relacionados ao transporte, energia, produção de alimentos etc. Ao contrário das anteriores, seu foco não está em mudanças sociais e econômicas, nem em aspectos de escolhas individuais, mas na estruturação e funcionamento de sistemas – que levariam a mudanças nas práticas sociais. Enxergam produção e consumo como domínios sobrepostos e decorrentes de alinhamento entre múltiplos elementos (infraestrutura, tecnologia, política, cultura, práticas sociais etc.). Ao contrário dos revolucionários, que olham as contradições do capitalismo de uma macroescala de disputas entre mercado e um Estado monolítico, os reconfigurativos olham o Estado como uma amálgama de interesses eventualmente divergentes e o funcionamento dos sistemas em uma mesoescala de dinâmicas sociais multicêntricas de múltiplos atores sociais com interesses, recursos e estratégias distintas, mas mutuamente influenciadoras e dependentes tanto da operação dos mercados como de políticas públicas. Seu foco não é abandonar o capitalismo, o crescimento econômico ou alcançar a frugalidade, mas diminuir a pressão dos impactos sobre o meio ambiente. Para seus defensores, isso se daria por meio de mudanças socio-técnicas que permitam a transição para práticas cotidianas capazes de reduzir a pressão dos impactos antropogênicos. Do ponto de vista político, as mudanças podem acontecer tanto de baixo para cima, por meio de projetos demonstrativos, P&D, planejamento estratégico etc., como de cima para baixo, por meio de instrumentos econômicos e regulatórios.

Assim, a partir da síntese proposta por Geels et al. (2015) e da revisão bibliográfica desta seção, tem-se um quadro conceitual analítico com as premissas da sustentabilidade forte e fraca, os papéis dos atores sociais e o posicionamento das ações de PCS – reformista, reconfigurativo ou revolucionário.

As ações reformistas estão alinhadas aos princípios da sustentabilidade fraca, enquanto as disruptivas estão alinhadas à sustentabilidade forte. No centro, e ao redor dele, estão ações reconfigurativas, que podem estar associadas à sustentabilidade forte ou fraca, conforme o caso, entendidas como uma tratativa sistêmica da PCS para redução dos impactos sobre o meio ambiente, sem a pretensão de plena superação das atuais contradições político-econômicas (Quadro 2).

Quadro 2 - Quadro analítico dos papéis dos atores e seus posicionamentos quanto à sustentabilidade e à PCS

Atores	Fundamentos	Ações	Posicionamentos quanto à PCS		
			Reformista	Reconfigurativo	Revolucionário
ESTADO	SUSTENTABILIDADE FRACA	Fraca regulação de redes de comércio internacional (Zhu et al., 2008)	■		
		PCS como acordos intersetoriais voluntários (Anbumozhi et al., 2010)	■		
		Políticas para estimular a “produção verde” por meio de instrumentos econômicos de mercado (Geels et al, 2015), como licenças e taxas (Bithas, 2011)	■		
		Subsídios e taxações com foco em aumento de produção (Lebel e Lorek, 2008)	■	■	
		Estímulo cívico ao consumo para geração de emprego (Thøgersen, 2005)	■	■	
		Foco na atuação apenas em esfera nacional (Hausknost, 2014)	■	■	
	SUSTENTABILIDADE FORTE	Adotar protocolo para compras públicas mais “sustentáveis” (Heiskanena et al., 2009)		■	■
		Criação de contingências sociais favoráveis (Thøgersen, 2005)		■	■
		Subsídios e taxações estratégicos (Thøgersen, 2005; Lebel e Lorek, 2008)		■	■
		Atuação internacional e aprofundamento em políticas nacionais (Reisch et al., 2016) com maior participação cidadã e foco em mudanças disruptivas para PCS (Cohen, Comrov e Hoffner, 2005)		■	■
		Políticas para transformação de bens em serviços (Plepy, Heiskanena, Mont, 2015)		■	■
		Combate aos monopólios e oligopólios comerciais (Lebel e Lorek, 2008)		■	■
		Adoção de políticas regulatórias intersetoriais de PCS (Anbumozhi et al., 2010)		■	■
		Adoção de novos indicadores socioambientais (Schoon, Seath e Jackson, 2013)			■
		Teto máximo de produção (noção de “suficiência”) (Vergragt, Akenji e Dewick, 2014; Reisch et al., 2016)			■
		Limitar ou reorientar a comunicação comercial (Cohen, Comrov e Hoffner, 2005; Bradley e Blythe, 2014)			■
		Mecanismos de comando e controle baseados na preservação absoluta de sistemas ecológicos com base em critérios éticos intergeracionais (BITHAS, 2011)			■

cont.

Atores	Fundamentos	Ações	Tipos de posicionamentos		
			Reformista	Reconfigurativo	Revolucionário
MERCADO	SUSTENTABILIDADE FRACA	Ecoeficiência produtiva (Vergragt, Akenji e Dewick, 2014)	■		
		Produção autorregulada (Princen, 1999)	■		
		Adoção de instrumentos voluntários (Heiskanena et al., 2009)	■		
		Programas de responsabilidade social corporativa (Okoye, 2009)	■		
		Uso ideológico de meios de comunicação em massa (Jacobsen e Dulsrud, 2007)	■		
		Atuação transnacional para homogeneização dos mercados (Princen, 1999; Liu et al., 2010)	■		
	SUSTENTABILIDADE FORTE	Rotulagem e certificação (Vergragt, Akenji e Dewick, 2014; Reisch et al., 2016; Heiskanena et al., 2009; Thøgersen, 2005; Lebel e Lorek, 2008)	■	■	■
		Restrição ao acesso para financiamentos a partir de critérios de PCS (Reisch et al., 2016)		■	
		Aumento da prestação de contas socioambientais e responsabilização das empresas por suas externalidades (Lebel e Lorek, 2008)		■	
		<i>Design for recycling</i> (Lebel e Lorek, 2008)		■	
	SUSTENTABILIDADE FRACA	Ação intersectorial mais integrada nas cadeias de produção para redução de volumes absolutos (Princen, 1999; Anbumozhi et al., 2010; Reisch et al., 2016; Lebel e Lorek, 2008)			■
		Consumo como dever patriótico (Thøgersen, 2005)	■		
		Tratar consumo da perspectiva individual ao invés de coletiva (Princen, 1999)	■		
		Foco na responsabilidade, soberania e “consciência” do consumidor (Jacobsen, Dulsrud, 2007; Barr, Gilg e Shaw, 2011; Vergragt, Akenji, Dewick, 2014)	■		
SOCIEDADE	SUSTENTABILIDADE FORTE	Educação formal/ informal ideológica (Layrargues e Lima, 2015)	■	■	
		Ativismo socialmente comprometido (Cohen, Comrov e Hoffner (2005)		■	■
		Escolhas de consumo como processo sócio-histórico (Sanne, 2002)			■
		Educação formal crítica (Layrargues e Lima, 2015)			■
	SUSTENTABILIDADE FRACA	Organização social para tomada de decisões disruptivas em PCS (Hausknost, 2014)			■

Fonte: Érico Luciano Pagotto, 2019.

A proposição deste quadro atende ao **primeiro objetivo específico** desta pesquisa, que foi propor um quadro analítico relacionando os atores e os posicionamentos quanto à sustentabilidade e à PCS.

Ele parte de determinado contexto socioeconômico e cultural que circunscrevem a análise, e de que aspectos conjunturais já estão postos historicamente, os quais atuam como fatores restritivos à livre tomada de decisão dos atores. Em outras palavras, o contexto importa, e sua macroestrutura já está dada.

A partir deste contexto, o desenvolvimento de qualquer estratégia de PCS passa necessariamente pela articulação de forças dos diferentes atores sociais. É importante destacar que a PCS não é nem atribuição de qualquer ator isoladamente, nem possível de ser inscrita em quaisquer planos, relatórios ou instrumentos legais, ainda que se utilize destes instrumentais: ela é resultante da própria relação dinâmica dos diferentes atores em dado contexto (DRIESSEN et al., 2012). A PCS é essencialmente política, aí entendida como resultado da ação estratégica dos diferentes atores que a compõem.

Sendo um arranjo político, a tomada de decisão passa a ser crucial para o desenvolvimento da PCS. Uma vez que as tomadas de decisão política são baseadas em poder, as resultantes dos arranjos políticos para PCS serão dadas pelas capacidades de mobilização de poderes e das tomadas de decisão dos atores – sejam elas “reformistas”, “revolucionárias” ou “reconfigurativas” (GEELS et al., 2015)

Do ponto de vista político, a PCS só faz sentido se for entendida a partir das cadeias logísticas de abastecimento em suas extensões mais amplas, tanto na cadeia de distribuição direta, como nas cadeias reversas. Ainda que grandes avanços tenham sido alcançados na ecoeficiência das cadeias logísticas, é importante destacar que a administração pública ainda é a responsável pela gestão do saneamento básico no país, cuja etapa reversa encontra-se ainda, com algumas exceções, em estágio incipiente ou pouco integrada.

Sendo uma questão política, há diversas disputas no campo da PCS, para além da dicotomia entre público e privado, onde interesses de diversos atores muitas vezes não são exatamente claros, ou há zonas “cinzentas” de interesses conflitantes ou ambíguos – como ocorre com os relatórios corporativos socioambientais e o próprio PPCS, focos desta pesquisa. Os capítulos anteriores discutiram que os conflitos entre

o desenvolvimento econômico e a conservação do meio ambiente têm levado à uma crise socioambiental sem precedentes na história da civilização humana, e que respostas a este desafio têm emergido a partir de abordagens de diferentes premissas ontológicas que buscam inserir as questões ambientais e socioambientais em contextos políticos em que operam diferentes atores sociais. Daí decorre a necessidade de se investigar caso a caso os atores, seus interesses, discursos e ações. Como base teórica para esta investigação, recorreu-se à Teoria de Campos, apresentada no próximo capítulo.

4 A NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA: ALGUMAS NOTAS TEÓRICAS

O professor emérito da Escola Nacional de Administração Pública da Universidade de Quebec, Benoît Lévesque, considera que as abordagens econômicas clássicas e neoclássicas são abordagens econômicas “mutiladas” (LEVESQUE, 2007, p. 58), uma vez que apresentam-se em grande medida “subsocilizadas”, focadas preponderantemente nos mecanismos de troca econômicas de uma perspectiva meramente mercantil, sem levar em devida consideração importantes aspectos sociais, o que torna suas propostas insuficientes para superar os desafios que se apresentam em termos socioambientais.

Seguindo uma corrente teórica alternativa, o autor trabalha em uma abordagem sociológica, chamada “Nova Sociologia Econômica” (NSE), que surge a partir do reconhecimento de que a sociedade é protagonista da economia, e não uma força apartada dela. Segundo o Lévesque (2007), o fato de a sociedade estar passando atualmente por grande e profunda mudança social e tecnológica, onde se verificam fortes críticas ao modelo do *Homo economicus* dotado de racionalidade plena, à globalização política e econômica, e à crise socioambiental provocada pelos atuais sistemas de produção e consumo acaba contribuindo para o agravamento da imponderabilidade dos limites sistêmicos, configurando uma “sociedade de risco”, como definiu Beck²¹ (2010). Para a NSE, as relações econômicas deixam de ser meramente trocas mercantis e são vistas como mais dependentes das relações sociais e dos contextos socioambientais em que se dão (ou “imersas” numa amálgama social, para se utilizar o conceito de Granovetter, 1985).

A NSE é uma abordagem interdisciplinar e abrangente, com diversos autores e correntes de pensamento, como bem descrito por Levesque (2007), entre elas a economia social e solidária (LAVILLE, 1994), a imersão social da economia e das redes (GRANOVETTER, 1990), os neoschumpeterianos (FREEMAN, 1991), os neocorporativistas (HOLLINGSWORTH; BOYER, 1997), entre outros. Aqui será abordada apenas uma destas correntes, que é a chamada “Teoria de Campos”, uma abordagem que privilegia o interacionismo simbólico, destacando nela os conceitos

²¹ Para Beck (2010), vive-se hoje uma “sociedade de risco”, na qual os riscos de extinção da vida humana são ao mesmo tempo reais e incalculáveis devido à escala dos impactos humanos sobre o meio ambiente, das mudanças climáticas globais aceleradas por processos antropogênicos, da beligerância de sociedades hostis e do intrincado sistema de relações políticas, econômicas e sociais da sociedade atual.

fundamentais que foram utilizados na operacionalização da etapa empírica da pesquisa.

A teoria de campos tem origem nos trabalhos desenvolvidos por Kurt Lewin a partir da década de 1940. Lewin integrava a chamada “Escola de Frankfurt” e foi considerado um dos psicólogos mais influentes do século XX (HAGGBLOOM *et al.*, 2002). Seus estudos foram fundamentais à Gestalt, à pesquisa-ação e à institucionalização da Psicologia Social como uma nova área de conhecimento com interfaces na Psicologia e nas Ciências Sociais. Pouco antes do início da Segunda Guerra Mundial, Lewin emigrou aos EUA onde aprofundou diversas linhas de pesquisa, uma delas sobre grupos e campos sociais. A partir de uma abordagem gestáltica (que compreende que o todo é mais que a soma das partes), avançou para além do comportamento dos indivíduos e da subjetividade intrapsíquica como elementos que auxiliam a compreender a dinâmica operativa de grupos, valorizando a influência de aspectos ambientais e interacionais (LEWIN, 1943).

Um dos autores que mais contribuíram para o desenvolvimento da teoria de campos foi o sociólogo francês Pierre Bourdieu. Partindo de elementos trazidos por Karl Marx e de Max Weber na compreensão de ordens sociais e relações sociais, Bourdieu procurou desenvolver uma base teórica que auxiliasse a superar dicotomias e matizar questões como liberdade *versus* determinismo, subjetivismo *versus* objetivismo e macroescala *versus* microescala (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). Seus construtos teóricos discutem como atores mobilizam diferentes formas de capital (financeiro, cultural, tecnológico, jurídico, organizacional, comercial e simbólico) por meio de seus *habitus* (um conjunto de disposições específicas para a ação em campo) em um modelo cognitivo capaz de interpretar a ação social nos campos (BOURDIEU, 1990).

Outros autores procuraram desenvolver e ampliar ainda mais a operacionalização do conceito de campos. Fligstein e McAdam (2012) consideram que a teoria bourdesiana está mais voltada à compreensão de ações individuais que coletivas, deixando de aprofundar tanto a discussão a respeito do papel da cooperação e da competição entre atores coletivos na dinâmica dos campos, como a interrelação entre diferentes campos, e que, no conjunto, tais pontos seriam importantes para compreender processos de estabilidade e mudanças em campos de ação.

Assim, os sociólogos Neil Fligstein e Doug McAdam (2012) propuseram a chamada “Teoria de Campos de Ação Estratégica” (TCAE), que busca compreender como a ordem social se desenvolve e como as mudanças sociais ocorrem em uma *mesoescala* de ação em que determinadas regras sociais são produzidas e mantidas, ainda que não claramente expostas. Para estes autores, “a compreensão de tal confluência permite traçar uma figura parcialmente incompleta de como a sociedade funciona” (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012, p. 31). Sob sua perspectiva teórica, procuram aprofundar a discussão sobre o papel dos atores coletivos e sua dinâmica na transformação do espaço social, aproximando sua teoria de campos de outros teóricos que trabalham sobre a perspectiva dos movimentos sociais (MCADAM; TARROW; TILLY, 2004).

4.1 Principais elementos da TCAE

A TCAE proposta por Fligstein e McAdam (2012) possui diversos construtos teóricos fundantes capazes de operacionalizá-la na prática. Esta seção trata de delinear alguns deles que foram utilizados posteriormente na etapa empírica da pesquisa de campo desta tese.

4.1.1 Campos de Ação Estratégica - CAE

Por definição, Campos de Ação Estratégica – CAE são ordens sociais de “mesonível”, estruturantes da organização social como um todo, incluindo sociedade civil, mercados e Estado. Os CAEs possuem um conjunto partilhado de pressupostos ou regras que caracterizam a dinâmica que nele se estabelece.

O pertencimento a um determinado CAE é dado não necessariamente por afiliação voluntária, mas por envolvimento contextual, por exemplo, quando há valores em disputa. Assim, os limites dos campos não são rígidos, mas variáveis de acordo com a situação e o contexto.

A lógica de um CAE é dada pela confluência dos valores em disputa, pelas “regras do jogo”, pelo poder de cada ator social e pela “leitura” própria que cada ator faz a partir de sua posição em relação às demais.

Os CAEs têm a característica de estarem “imersos” em um campo maior, formado por inúmeros outros campos inter-relacionados por meio de diferentes níveis de conexão e que no conjunto formam um sistema intrincado de campos de ação estratégica, sendo que cada ator busca estabelecer para si o melhor nível possível de imersão e conexão a partir das configurações dos campos.

Por fim, CAEs podem ser estatais ou não-estatais. Os estatais têm autoridade formal para intervir, criar regras, legitimar e viabilizar a maioria dos campos não-estatais. A ação de campos estatais, portanto, é estratégica para os não-estatais. No entanto, para Fligstein e McAdam (2012), os Estados não existem como entidades hegemônicas, mas sim como miríades de ordens sociais interagindo horizontal e verticalmente de forma dinâmica, formando um sistema denso de campos interdependentes, ou simplesmente “como um conjunto de campos” (op. cit., p. 19).

Para os autores, a estabilidade de um campo é uma função das relações que mantem com outros campos. Conquanto a estabilidade esteja sujeita a seus processos internos, as ameaças ao equilíbrio localizam-se mais comumente em campos externos próximos, sejam eles estatais ou não-estatais.

4.1.2 Atores, poderes e ações em um CAE

A dinâmica nos CAEs se dá por meio da alternância entre períodos de crise e estabilidade, seja por imposição hierárquica, coalizão política ou cooperação, à medida que os diferentes atores sociais ocupam espaços quer como incumbentes, quer como desafiadores.

Incumbentes são aqueles que dispõem de maior poder, e assim suas visões e interesses tendem a ser os que prevalecem em dado campo. Sacomano (2016) traz uma importante distinção entre os conceitos de “incumbentes” e “dominantes”:

(...) É importante notar que enquanto em Bourdieu os atores que concentram os recursos do campo são denominados de “dominantes”, na abordagem dos Campos de Ação Estratégico [de Fligstein e McAdam, 2012] eles são os “incumbentes”. Essa diferença de categorização reflete uma diferença de posicionamento dos autores acerca do papel da crítica social em suas teorias. Enquanto Fligstein e McAdam (2012) adotam uma postura mais pragmática, não destacando o aspecto negativo da concentração do poder, mas a forma como ele incumbe os atores de responsabilidades pela organização dos

campos, Bourdieu é adepto da sociologia crítica, “denunciando” as formas de dominação no campo (SACOMANO, 2016, p. 30).

Já os desafiantes ocupam posição menos privilegiada e têm menor influência sobre o campo. As relações entre desafiantes e incumbentes não são necessariamente conflituosas, ainda que para os desafiantes configurem-se menos confortáveis. Quanto mais assimétricas as relações de poder, mais hierarquizada é a relação entre os atores, ou, alternativamente, quanto mais equilibrada a distribuição de poder, mais horizontais são as relações entre eles.

As relações entre incumbentes e desafiantes se dão por meio das chamadas “unidades internas de governança”, uma espécie de institucionalização construída por atores incumbentes de conjuntos de regras tácitas ou explícitas, utilizadas exatamente para manter sua dominância, e que permitem com que o sistema funcione e se reproduza. Estes sistemas de governança são importantes na TCAE pois auxiliam a manter, legitimar, naturalizar e reproduzir as condições de dominância, além de servirem como elo de conexão com outros campos externos.

Além de incumbentes e desafiantes, a TCAE destaca a participação dos atores estatais. Nesta teoria, o Estado representa um conjunto formado por diversos CAEs, cujos atores reivindicam para si o poder de estabelecer regramentos em um dado território geográfico (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012, p. 68). Assim, é importante notar que o Estado não é um ator unificado. Seus campos de ação estão organizados, em maior ou menor grau, para servirem aos interesses daqueles grupos ou classes que dominam as estruturas estatais, criam e arbitram sobre as regras em torno das quais gira todo o funcionamento da sociedade. Estas regras procedimentais, ou “leis”, é que determinam os limites possíveis de atuação estatal, e tornam possíveis a criação de novos regramentos a partir do aparato burocrático que opera e mantém tais regras.

Para a TCAE, a estabilidade ou instabilidade de qualquer campo não-estatal depende em alguma medida, direta ou indiretamente, de suas relações com o Estado – o que não significa que tais relações são adquiridas e mantidas sem conflito. O potencial de cooperação ou conflito entre atores estatais e não-estatais vai depender de seu desempenho no campo. Atores estatais e não-estatais competem continuamente por recursos: por um lado, o Estado utiliza os recursos da sociedade

para bancar suas ações no campo, e por outro, setores da população que não se sintam beneficiados pela ação do Estado tendem a se opor a suas práticas.

Na burocracia estatal há constantes disputas sobre diversas questões e que sofrem influência também da ação coletiva de cidadãos que atuam fora do aparelho do Estado buscando expandir, redefinir ou reorientar a ação estratégica nos campos. Na atualidade, os principais elementos catalizadores dos movimentos de expansão do Estado são os movimentos sociais, ou seja, de grupos sociais responsáveis pela atuação política não institucionalizada (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012, p. 73). O número de grupos desafiante da ordem social vigente tem aumentado progressivamente, e à medida que adquirem mais poder, tornam-se capazes de modificar a ação estratégica nos campos para o atendimento de parte de suas demandas, produzindo novas formas de governança proveniente de grupos anteriormente excluídos.

As relações entre atores estatais e não estatais não são unilaterais. Fligstein e McAdam (2012) explicam que a estabilidade no campo se dá a partir do balanço de forças destes diferentes atores. Na ausência da manifestação de atores incumbentes, a maioria dos atores estatais lutam para sobreviver. Os Estados-nações atuais são formados por inúmeros CAEs (estatais e não-estatais) e pelas alianças estabelecidas pelos atores incumbentes e seus aliados em ambos os terrenos de forma a cumprirem com os objetivos que norteiam suas relações. Se um ator estatal ou um CAE perde sua capacidade de oferecer estabilidade ambiental para o funcionamento “adequado” de um determinado campo não-estatal, os desafiante podem empenhar esforços no sentido de substituir seus aliados na estrutura estatal e superar qualquer disfunção estatal ou até mesmo aliar-se a outros atores para mudança no campo.

4.1.3 Estágios de um CAE

Uma das principais contribuições da TCAE é aprofundar os mecanismos de compreensão da dinâmica que ocorre nos campos de ação, e não apenas quanto à sua estrutura, mas sobretudo quanto às respectivas performances. Tal dinâmica temporal permite compreender as disputas ao longo do tempo, como processo contínuo à medida que recursos estão em disputa e atores envidam seus esforços para atingir seus objetivos. Fligstein e McAdam (2012) propõem três possíveis

estágios em que um CAE pode se encontrar: emergente, estável ou em transformação.

Um campo emergente encontra-se em estágio inicial de formação. Nele atuam dois ou mais atores sociais que compartilham interesses, visões de mundo e alguma interrelação em um jogo cujas regras ainda não estão totalmente estabelecidas, ainda que recebam influência de campos externos.

Uma vez estabelecido o CAE, as regras que regem sua dinâmica são reconhecidas por seus atores, e então o campo torna-se resistente a mudanças pois tanto incumbentes e seus aliados passam a atuar na defesa de seu campo, enquanto desafiantes buscam encontrar oportunidades junto às crises ou por meio da violação ou transgressão das regras para se beneficiar. Vale destacar que mesmo campos estáveis caracterizam-se por mudanças próprias do equilíbrio dinâmico que são peculiares a tais sistemas.

Segundo Fligstein e McAdam (2012), crises podem ocorrer por ocasião da invasão de um campo por grupos externos, ou por mudanças em um campo próximo, criando oportunidades ou ameaças, ou ainda devido a episódios de grande monta (“macroeventos”), capazes de produzirem crise generalizada em diversos campos e grupos sociais. Em situações de crise, incumbentes podem mobilizar à disputa grande volume de recursos, tanto materiais quanto políticos, como tentativa de manter o controle do campo.

Os campos em transformação ou em crise, portanto, configuram oportunidades para mudanças de papéis dadas as possibilidades de ruptura de equilíbrio. Tais desestabilizações podem ser proporcionadas pela entrada de novos atores sociais em disputa ou da ação de atores estatais com seu poder de influenciar as unidades internas de governança (FLIGSTEIN, 2007). As turbulências causadas pelas crises e a elevação dos níveis de incerteza das regras tendem a fazer com que os atores se tornem mais receptivos a alternativas para resolução de conflitos. A crise em um campo pode ser considerada superada quando se verificar a superação das incertezas, o retorno da ordem e o estabelecimento de consensos a respeito das posições relativas de incumbentes e desafiantes.

O papel dos atores estatais costuma ser importante para estabelecer um arranjo institucional novo (ou “reformado”). Já os movimentos sociais podem se

dissolver ou dar origem a novos grupos, as organizações apropriam-se dos processos de legitimação e os juízes admitem novas interpretações das regras por analogia.

4.2 Operacionalizando a TCAE

Pesquisas anteriores já demonstraram o potencial da TCAE para compreender a dinâmica dos atores estatais e não-estatais em ação e as implicações destes movimentos. Assim, por exemplo, Barbalho (2014) realizou um estudo no Brasil investigando as políticas públicas de produção e consumo de dados abertos governamentais. O autor constatou, entre outras coisas, que as disputas de narrativas que tendem a dominar as pautas de acordos capazes de levar à estabilização do campo trazem uma extensa agenda para negociação e ação.

Já Godoy (2011) demonstrou como a TCAE pode ser utilizada para analisar a construção de políticas ambientais. Em um estudo de caso sobre um conselho municipal de meio ambiente, a autora constatou que grupos dominantes tendem a obstruir o avanço de pautas mais progressivas exercendo influência política e financeira sobre outros atores e as unidades internas de governança.

A TCAE já foi utilizada também para estudar a dinâmica dos atores sociais em Conselhos Nacionais, como o da Biodiversidade – CONABIO (MANDAI, 2017) e de Turismo – CNTur (ALENCAR; REYES JUNIOR, 2017), que ao cabo puderam ser caracterizados como campos em disputa. Outros autores utilizaram a TCAE para o estudo de aspectos relacionados à gestão de resíduos sólidos (RAM et al., 2017; CANDIDO, SOULÉ, SACOMANO NETO, 2018; FERREIRA, 2018 e CSEH, 2019)

Os trabalhos de Fligstein (2007) e Fligstein e McAdam (2012) trazem indicações sobre como seus conceitos podem ser operacionalizados em estudos empíricos. Assim, os autores recomendam:

- Identificar a existência do campo, seus atores participantes, como ele funciona e quais são as ferramentas disponíveis para que os atores estratégicos reforcem sua existência no *status quo*;
- Dentre os atores sociais, identificar quais são seus recursos e as regras que orientam a possibilidade de ação;
- Identificar os principais conflitos existentes, e quem são seus defensores;

- Procurar os empreendedores e examinar suas táticas. Como eles divulgam suas ideias, constroem cooperações políticas, persuadem os outros e criam novas identidades?

Na presente pesquisa, a operacionalização da TCAE foi feita em três etapas: primeiro, a caracterização do campo, depois a caracterização dos atores sociais e então a identificação dos interesses a partir dos respectivos discursos (Quadro 3).

Quadro 3 - Operacionalização da TCAE nesta tese.

O QUÊ FAZER	PARA QUE FAZER
Caracterização do campo da PCS	Para identificar a existência e funcionamento do campo, as unidades internas de governança, sua lógica institucional, os recursos em disputa e o grau de organização (emergente, estável, em transformação)
Análise dos atores sociais	Para identificar conflitos, posições, ferramentas, recursos e o mútuo reconhecimento dos atores incumbentes, desafiantes e estatais.
Compreender os discursos e interesses dos atores	Para identificar nível de cooperação buscada pelos atores, histórias contadas, exploração das ambiguidades de seus discursos e sua ação estratégica

Elaborado pelo autor.

Considerando-se os objetivos estabelecidos inicialmente e a revisão da literatura apresentada e discutida até aqui, é possível enunciar como proposições de pesquisa que (1) há uma convergência entre discursos sobre a sustentabilidade nas políticas públicas e no mercado em direção a estratégias reformistas (GEELS et al., 2015) com vistas a adaptações pretendidas por atores sociais incumbentes (FLIGSTEIN; McADAM, 2012); (2) essa convergência se dá por meio da construção e ressignificação da sustentabilidade como matriz discursiva (MEYER, 2015) e (3) políticas de PCS não avançam no sentido de garantir sustentabilidade biofísica dos sistemas ecológicos e ainda (4) as políticas propostas colaboram para a criação de uma visão idealizada e “rasa” sobre a sustentabilidade, favorável aos atores incumbentes. Os detalhes sobre os procedimentos metodológicos estão apresentados no próximo capítulo.

5 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Neste capítulo estão apresentados os aspectos metodológicos da etapa empírica desta pesquisa. Aqui apresentam-se o método de abordagem do problema, os procedimentos metodológicos e os instrumentos e técnicas para coleta e análise das informações, e então de que forma elas respondem às proposições da pesquisa.

O quadro-síntese desta tese busca demonstrar a coerência e a consistência entre o referencial teórico e o modelo analítico utilizados. Este quadro é análogo ao que diversos autores têm chamado de “matriz de amarração” (MAZZON, 1981, TELLES, 2001, MASSI, 2017). Massi (2017) diz que essa matriz apresenta de maneira esquemática os principais elementos da pesquisa permitindo uma visualização sistematizada e possibilitando o exame de sua estrutura, da coerência da proposta, do desenvolvimento, de suas limitações, além de, na mesma medida, favorecer a compreensão e a avaliação por terceiros.

Assim, o quadro-síntese dos elementos estruturantes desta tese está apresentado na Figura 7 a seguir.

Figura 7 - Quadro-síntese dos elementos estruturantes da pesquisa

Fonte: Érico Luciano Pagotto, 2019.

A presente tese trata-se de uma pesquisa qualitativa. Para Creswell (1994) uma pesquisa qualitativa é definida a partir do processo de busca por compreensão de um problema humano ou social baseada na construção de uma figura holística e complexa, transformada em palavras e investigada em detalhes por meio dos agentes e da forma como protagonizam em seus ambientes. Em sua etapa empírica, adota métodos qualitativos baseados em levantamento documental e que foram estudados pela técnica analítica da chamada “análise sociológica do discurso”. É o que está apresentado em detalhes nas próximas seções deste capítulo.

5.1 Desenho metodológico da pesquisa

Nos capítulos anteriores procurou-se a partir de revisão bibliográfica sistemática, de referências bibliográficas dos artigos levantados e de referências fornecidas a partir de contatos com alguns autores da área levantar e discutir aspectos teóricos e conceituais relevantes para esta pesquisa. Nesta seção serão descritos os procedimentos específicos da etapa empírica da pesquisa.

Há diversos procedimentos metodológicos descritos na literatura científica e correntemente utilizados nas pesquisas de abordagem qualitativa (CRESWELL, 1994, CASSEL; SIMON, 2004, DENZIN; LINCOLN, 2005, BERG, 2007, STRAUSS; CORBIN, 2008). A escolha de um ou vários procedimentos depende essencialmente da natureza do fenômeno que se observa, dos objetivos buscados e das condições logísticas sob as quais a pesquisa se dá – ou seja, suas possibilidades de execução técnica.

Para esta pesquisa foram adotados os procedimentos de pesquisa documental e codificação temática (FEREDAY; MUIR-COCHRANE, 2006, GIBBS, 2009), apoiados nos preceitos da análise sociológica do discurso. A Figura 8 apresenta um resumo do desenho metodológico, que será explicado a seguir.

Figura 8 - Desenho metodológico da pesquisa.

Fonte: Érico Luciano Pagotto, 2019..

A pesquisa documental, segundo Calado e Ferreira (2005), pode ser subdividida nas seguintes etapas: (i) localização dos documentos, (ii) classificação segundo a natureza dos dados documentais, (iii) seleção dos documentos e (iv) análise crítica.

A presente pesquisa comparou as diferentes visões e sentidos da sustentabilidade nas políticas e práticas de PCS a partir do levantamento documental sobre o PPCS nacional do período de 2011 a 2018 e os relatórios corporativos socioambientais mais recentes das empresas selecionadas. Aqui vale a pena destacar alguns documentos que foram considerados fundamentais para a análise: as contribuições dos diferentes atores sociais por ocasião da consulta pública do PPCS, contendo centenas de páginas com centenas de sugestões, e as atas de reuniões do Comitê Gestor, contendo a transcrição literal das falas dos diferentes representantes de cada ator social, também com centenas de páginas. O Quadro 4 traz a relação de documentos analisados relacionados ao PPCS. Nos capítulos seguintes eles foram referenciados entre colchetes, junto com o nome do respectivo agente, quando for o caso (exemplo: *[Ata4reunião, Gerente de Sustentabilidade]*).

Quadro 4 - Cadastro do conjunto de documentos do PPCS

Código	Referência bibliográfica	Título	Volume	Obs.	No. pág.	Conteúdo
[PPCS1]	BRASIL, 2011a	Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS	Volume I - Plano de Ação	1º. Ciclo	64	Traz objetivos, estratégias, prioridades, tipos e mecanismos de implementação, metas e orientações para o monitoramento
[PPCS1anexo1]		Antecedentes	Volume II - Subsídios para Elaboração	Anexo I	20	Traz um histórico, antecedentes, prioridades, a descrição do processo de elaboração do Plano e seu marco legal
[PPCS1anexo2]		Consulta aos Órgãos Governamentais – 2011		Anexo II	70	Traz a lista dos órgãos dos três poderes federais que responderam ao questionário de consulta do PPCS, e suas respectivas contribuições
[PPCS1anexo3]		Sistematização da consulta pública de 2010		Anexo III	25	Traz as contribuições da sociedade civil, especialistas, ONGs e outras instituições governamentais enviadas através de formulário específico disponibilizado pela internet entre setembro e novembro de 2010
[PPCS1anexo4]		Leituras Recomendadas		Anexo IV	11	Apresenta uma relação de livros, artigos, webgrafias e outras referências sobre o tema PCS
[PPCS1anexo5]		Glossário		Anexo V	8	Traz um pequeno glossário de 5 páginas, e mais a bibliografia geral do Plano
[PPCS1exec]		Sumário Executivo do PPCS	Volume III	Sumário	34	Traz um resumo geral do Plano
[Ata1reunião]	BRASIL, 2011b	Ata da 1ª. reunião do CGPCS	Volume único	22/nov/2011	53	Transcrição da 1ª Reunião do Comitê de Produção e Consumo Sustentáveis, realizada em 22/ nov/ 2011.
[RelatAval]	BRASIL, 2014	Relatório de Avaliação do 1o. Ciclo de Implementação do PPCS	Volume único	-	164	Traz um resumo geral do 1o. Ciclo do PPCS, e apresenta o relatório de implementação de 2011 a 2014, classificado por setor (Finanças, Educação, Varejo, etc.)

Código	Referência bibliográfica	Título	Volume	Obs.	No. pág.	Conteúdo
[AtaConsumo]	BRASIL, 2015a	Registros de reuniões intersetoriais	Volume Consumo Sustentável	12/08/2015	5	Relato de reuniões das Mesas de Diálogo da Agenda para o 2º. Ciclo de PPCS em formato de manuscritos fornecidos pelo BRASIL
[AtaConstrução]	BRASIL, 2015b		Volume Construção Sustentável	20/08/2015	9	
[AtaVarejo]	BRASIL, 2015c		Volume Varejo Sustentável	11/08/2015	4	
[AtaA3P]	BRASIL, 2015d		Volume A3P	28/08/2015	2	
[AtaResíduos]	BRASIL, 2015e		Volume Resíduos	30/09/2015	3	
[AtaAgric]	BRASIL, 2015f		Volume Agricultura Sustentável	21/09/2015	6	
[Ata2reunião]	BRASIL, 2015g	Ata da 2ª. reunião do CGPCS	Volume único	15/dez/15	2	Relato de reunião do Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis
[Ata3reunião]	BRASIL, 2016a	Ata de reunião do CGPCS	Volume único	30/mar/16	4	Anuncia ao Comitê a abertura das diretrizes do 2o Ciclo à consulta pública e colheu sugestões pontuais
[PPCS2]	BRASIL, 2016b	Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis	Volume único	2º. Ciclo	167	Documento destinado à consulta pública. Recebeu contribuições de atores do CGPCS, mas não chegou a ser lançado oficialmente.
[PlanilhaContr]	BRASIL, 2016c	Planilha com as contribuições dos membros do CGPCS	Planilha eletrônica	-	114 sugestões	Contribuições ao texto original do 2o. Ciclo do PPCS enviados pelos seguintes integrantes do CGPCS: MAPA, Inmetro, MPOG, CNI, Akatu e ONU Ambiente
[Ata4reunião]	BRASIL, 2018	Ata de reunião do CGPCS	Dois volumes (dois dias)	02 e 03/abr/2018	255	Transcrição das reuniões do CGPCS realizadas nos dias 2 e 3/abr/2018
[Oficina]	Comunicação pessoal, 2018	Oficina Aberta sobre PCS	-	18/out/2018	-	Evento aberto realizado pelo MMA para discutir o alinhamento do PPCS com os ODS-2030

Fonte: Érico Luciano Pagotto, 2019.

Analisar os documentos do PPCS envolveu analisar não apenas o contexto de cada peça, mas sobretudo os discursos dos representantes de cada ator social presente a partir de uma fundamentação epistemológica interpretativista. No caso das atas e planilhas de contribuições da consulta pública foi possível identificar tanto o ator social (empresa, organização da sociedade civil etc.) como o respectivo representante (gerente, diretor etc.).

Aqui vale destacar que, conforme preconiza a ASD, os documentos foram analisados na íntegra, nos quais um grande número de atores estatais e não-estatais, bem como os respectivos representantes fizeram-se presentes. Nem todos, no entanto, participaram de forma sistemática ao longo dos Ciclos de PPCS, nem trouxeram contribuições relevantes ao debate, especificamente no que tange aos objetivos desta pesquisa. Assim, na etapa analítica, mais ênfase foi dada àqueles atores cujas contribuições foram importantes para o mapeamento do campo e a compreensão do papel dos atores representados. O Quadro 5 destaca os representantes cujas contribuições foram analisadas, e que nos capítulos seguintes estarão identificados por seu código.

Quadro 5 - Lista dos atores e seus representantes

Código	Representante	Gênero	Ator social	Papel social
GerenteBB	Gerente de Inovação e Responsabilidade Socioambiental	mulher	Banco do Brasil	Banco público
GerenteANA	Gerente Geral de Articulação e Comunicação	homem	ANA	Governo Federal
AssesANA	Assessor	homem	ANA	Governo Federal
GerentAnvisa	Gerente de Produtos Biológicos	mulher	ANVISA	Governo Federal
AnalistBacen	Analista	homem	Bacen	Governo Federal
AnalistBNDES	Analista	homem	BNDES	Governo Federal
AssesCONAB	Assessora da Diretoria de Política Agrícola e Informações	mulher	CONAB	Governo Federal
PesqEmbrapa	Pesquisador	homem	Embrapa	Governo Federal
CoordCPAI	Coordenador da Produção Agrícola Integrada	homem	MAPA	Governo Federal
RepresMAPA	Representante	s.i.	MAPA	Governo Federal
CoordMDA	Coordenador de Formação de Agentes de ATER	homem	MDA	Governo Federal
SecretMDS	Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	homem	MDS	Governo Federal
SecretMMA	Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável	homem	MMA	Governo Federal
ConsultMMA	Consultora externa	mulher	MMA	Governo Federal
DiretoraMMA	Diretora	mulher	MMA	Governo Federal
AnalistDPCS	Analista	homem	MMA / DPCS	Governo Federal
DiretoraDPCS1	Diretora da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania	mulher	MMA / SAIC	Governo Federal
DiretoraDPCS2	Diretora da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania	mulher	MMA / SAIC	Governo Federal
CoordSNAES	Coordenador Geral de Comércio Justo e Crédito	homem	MTE	Governo Federal

Código	Representante	Gênero	Ator social	Papel social
CoordExecIDEC	Coordenadora Executiva	mulher	IDEC	Organização da sociedade civil
RepresAkatu	Representante	s.i.	Instituto Akatu	Organização da sociedade civil
RepresAlana	Representante	s.i.	Instituto Alana	Organização da sociedade civil
RepresEcoEco	Representante	s.i.	Sociedade Brasileira de Economia Ecológica	Organização da sociedade civil
GestCBIC	Gestora de Projeto de Meio Ambiente e Sustentabilidade	mulher	CBIC	Representante das empresas do setor construção civil
CoordCBIC	Coordenadora de projetos da CBIC	mulher	CBIC	Representante das empresas do setor da construção civil
PresidCBIC	Presidente	homem	CBIC	Representante das empresas do setor da construção civil
RepresCBIC	Representante	s.i.	CBIC	Representante das empresas do setor da construção civil
AssesCNA	Assessor Técnico	homem	CNA	Representante das empresas do setor do agronegócio
EspCNI	Especialista em Sustentabilidade	homem	CNI	Representante das empresas do setor industrial
RepresCNI	Representante	mulher	CNI	Representante das empresas do setor industrial
AdvABRAS	Advogada da Divisão Jurídica da ABRAS	mulher	ABRAS	Representante das empresas do setor varejista
SuperintABRAS	Superintendente	homem	ABRAS	Representante das empresas do setor varejista
SecretCONTAG	Secretário de Política Agrícola	homem	CONTAG	Representante dos trabalhadores rurais
PessoaFis1	participação espontânea na consulta pública	homem	Pessoa física	Sociedade civil

Fonte: Érico Luciano Pagotto, 2019.

A seleção das empresas privadas que tiveram seus documentos avaliados foi feita levando-se em consideração os seguintes critérios:

- (i) foram selecionados para análise os segmentos considerados prioritários pelo 2º. Ciclo do PPCS brasileiro (BRASIL, 2016b): Finanças, Agronegócio/Alimentos, Varejo, Indústria e Construção Civil (Quadro 6);
- (ii) A partir do anuário das 1.500 maiores empresas do país no ano de 2017 (BERNARDES, 2017), foram selecionadas as duas maiores de cada segmento;
- (iii) Destas, foram descartadas aquelas que não apresentaram relatórios corporativos socioambientais após 2015;
- (iv) Por definição, foram excluídas as empresas públicas e/ou de economia mista²².

Para compreender os discursos do setor privado a análise foi feita a partir dos relatos integrados ou então os relatórios de sustentabilidade, conforme disponibilidade para cada caso. Sabe-se de antemão, por meio de estudos anteriores, que os relatos integrados apresentam limitações quanto a sua capacidade de incentivar a gestão integrada da sustentabilidade às estratégias empresariais (STACCHEZZINI, MELLONI, LAI, 2016) pois seu enfoque está mais sobre a geração de valor e pouco alinhados aos princípios da “sustentabilidade forte” que caracterizaria a Economia Ecológica (BELOSEVICH, 2017), problemas que também já haviam sido identificados no conceito de responsabilidade social corporativa (GONÇALVES-DIAS, TEODÓSIO, 2012; ANTONIOLLI, GONÇALVES-DIAS, 2015).

O Quadro 6 apresenta uma relação com os documentos que foram utilizados para análise dos discursos empresariais sobre sustentabilidade.

²² As maiores empresas do setor financeiro foram Itaú (R\$ 1,43 tri), Banco do Brasil (R\$ 1,40 tri), Caixa (R\$ 1,26 tri) e Bradesco (R\$ 1,18 tri). Apenas os bancos privados, Itaú e Bradesco, foram selecionados para análise.

Quadro 6 - Cadastro dos relatórios corporativos socioambientais

Setor	Empresa	Tipo	Código	Referência bibliográfica
Agronegócio e alimentos	Bunge	Relatório Anual de Sustentabilidade 2017	RS-Bunge	Bunge, 2017
Agronegócio e alimentos	JBS	Relatório Anual e de Sustentabilidade 2017	RS-JBS	JBS, 2017
Financeiro	Itaú	Relato Integrado 2017	RI-Itaú	Itaú, 2017
Financeiro	Bradesco	Relatório Integrado 2017	RI-Brad	Bradesco, 2017
Industrial	Ambev	Relatório de Sustentabilidade, 2016	RS-Ambev	Ambev, 2016
Industrial	Braskem	Relatório Integrado 2017	RI-Bras	Braskem, 2017
Construção civil	Andrade Gutierrez	Relatório de Sustentabilidade, 2015	RS-AG	AG, 2015
Construção civil	MRV	Relatório de Sustentabilidade, 2017	RS-MRV	MRV, 2017
Varejo	GPA	Relatório de Sustentabilidade, 2017	RS-GPA	GPA, 2017
Varejo	Walmart Brasil	Relatório de Sustentabilidade, 2016	RS-WB	WB, 2016

Fonte: Érico Luciano Pagotto, 2019.

5.2 Técnica de análise dos dados

Borchardt e Siena (2016) falam sobre as diferentes “tradições” na prática da Análise do Discurso (AD). Dentre as mais conhecidas, os autores citam quatro: (i) a americana (transformacional e pragmática etnográfica), (ii) a britânica (análise crítica do discurso), (iii) a alemã (pragmática e hermenêutica) e (iv) a francesa (semiótica e Escola Francesa de Análise do Discurso). Menos utilizada que as anteriores, há também a tradição espanhola, conhecida como ASD ou “Análise Sócio-hermenêutica do Discurso”, desenvolvida desde o início da década de 1970 (COELHO; GODOI; COELHO, 2015).

Há, portanto, diferentes abordagens da AD, e mesmo dentro da ASD há diversas possibilidades metodológicas. Conde (2009) aponta, no entanto, que duas características são comuns às diversas correntes da ASD e distinguem-na das demais tradições da AD. A primeira característica é o fato de estar focada em evidenciar as relações de poder a partir de quem emite os discursos e seu contexto sócio-histórico, numa abordagem mais contextual e “externalista”. A segunda é o foco no “corpo dos textos” em sua totalidade, sem recortes e levando-se em consideração o poder dos próprios discursos e seus respectivos atores sociais, decorrentes de sua força

simbólica intrínseca. Ou seja, na ASD busca-se compreender não apenas os discursos, mas levar-se em consideração os papéis protagonizados pelos atores sociais que os emitem e os respectivos contextos. Neste sentido, a ASD mostrou-se muito apropriada para cumprir os objetivos desta tese.

Para atender aos objetivos desta pesquisa foram adotados os procedimentos da técnica chamada “Análise Sociológica do Discurso” (ASD), que “consiste na reconstrução crítica de seu sentido ligada à contextualização histórica de sua enunciação” (Rodríguez Victoriano, 2003, p. 25). Outros autores que têm utilizado a ASD são, por exemplo, Garcia, Ibáñez e Alvira (1986), Ibáñez (1979; 1990), Conde (2002; 2009) e, no Brasil, Godoi e Coelho (2011), entre outros.

A escolha desta técnica deveu-se ao fato de ser aquela que, segundo Ruiz Ruiz (2009), permite estabelecer uma conexão com o social em sentido mais amplo. Tanto Conde (2009) como Godoi e Coelho (2011) destacam que a ASD está relacionada à perspectiva crítica do método da “Análise Crítica do Discurso”, com a diferença da ênfase da ASD na busca pela compreensão do texto em seu contexto social e histórico, levando-se em conta os interesses dos atores envolvidos no discurso. Tal escolha justifica-se também pela busca de uma maior coerência epistêmica entre a Teoria de Campos e a ASD.

Estudos anteriores utilizando-se a ASD para investigar o tema da sustentabilidade demonstraram sua viabilidade para investigar contradições e disputas em torno do tema.

Borchardt e Siena (2016) realizaram um estudo temporal das transformações dos sentidos da sustentabilidade junto à comunidade de partes interessadas do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. Os autores observaram que “o discurso da sustentabilidade utiliza a expressão ‘sustentabilidade’ de forma indiscriminada e muitas vezes não representa o que de fato ocorre no campo” (id., p. 4), e concluíram, entre outros pontos, que as empresas pesquisadas se esforçaram para divulgar seu discurso sobre sustentabilidade mas acabam por privilegiar suas autorreferenciadas dimensões social, ambiental, ecológica e econômica.

Coelho e Godoi (2010) compararam os discursos institucionais de empresas sobre a sustentabilidade com notícias sobre as mesmas empresas divulgadas pela mídia. As autoras observaram que:

(...) os padrões e funções discursivos transmitidos pelos Relatórios de Sustentabilidade, buscando uma imagem de empresa sustentável, operam de forma ideológica, procurando legitimidade por meio da repetição. Apresentam-se como discursos prescritivos propondo regras de conduta e emitindo conselhos. Tratam-se de discursos brilhantes na forma, acompanhados de símbolos e pobres de ideias, no sentido pejorativo da retórica (GODOI; COELHO, 2010, p. 70).

Coelho et al. (2012) investigaram o discurso da sustentabilidade em uma empresa do setor elétrico. As autoras observaram que também neste caso o discurso prevalecente sobre sustentabilidade é aquele criado e mantido pela empresa, utilizado sobretudo em associações a funções de desempenho econômico, de forma a legitimar sua função social de produtora de energia hidroelétrica, que ela considera limpa e renovável, enquanto as dimensões social e ambiental são visualizadas como complementares ao objetivo econômico.

Jonquieres (2008) analisou o discurso ecológico de um dos principais jornais de notícias na Espanha por meio da ASD, e constatou que as notícias ambientais aparecem com menor expressão, e quase sempre social e politicamente descontextualizadas, que é o oposto do que se passa com as matérias econômicas do mesmo jornal.

Para fins operacionais, Ruiz Ruiz (2009) propõe uma subdivisão ASD em três etapas, que devem ser compreendidas de forma integrada e dialógica: análise textual, contextual e interpretação sociológica. Para esta tese, agregamos à etapa da análise textual também um procedimento de codificação temática (GIBBS, 2009). A Figura 9 ilustra o encadeamento lógico destas etapas, que foram explicadas a seguir.

Figura 9 - Detalhamento das etapas de análise dos discursos.

Fonte: Érico Luciano Pagotto, 2019.

Na análise textual parte-se do texto integral, em sua forma e estrutura, para se investigar “o que se diz”. Godoi, Coelho e Serrano (2014) explicam que a ASD busca no texto integral evidências dos conteúdos que buscam revelar. Na etapa empírica desta pesquisa, algumas destas evidências foram apresentadas na forma de excertos exemplares do texto – sem se perder de vista os respectivos atores e papéis sociais.

Para auxiliar, foi utilizado o procedimento de codificação temática aberta por temas que emergiram do texto ao longo da análise (GIBBS, 2009). Os temas foram desdobrados em dimensões, categorias e subcategorias, sendo dimensões os temas de nível mais amplo que emergiram da análise, enquanto as categorias são características das dimensões que ajudam a explicar o fenômeno dos discursos analisados e subcategorias são subtipos analíticos das dimensões. Esta taxonomia de categorias temáticas é importante pois ajuda a explicar e prever determinados fenômenos discursivos (STRAUSS; CORBIN, 2008). O Quadro 7 exemplifica algumas das categorias temáticas resultantes após a análise.

Quadro 7 - Categorias temáticas da ASD

Dimensão	Categorias	Subcategorias
Econômica	Papel dos atores	a) Estatais b) Não estatais
	Perdas econômicas	a) Perdas financeiras b) Perdas de recursos c) ...
	Desregulamentação	a) ... b) ... c) ...
	Comunicação	a) ... b) ... c) ...
	Regulamentação	a) ... b) ... c) ...
	Desregulamentação	a) ... b) ... c) ...
Legal	Comunicação	a) ... b) ... c) ...
	Conciliação	a) ... b) ... c) ...
	Reformismo	a) ... b) ... c) ...

Fonte: Érico Luciano Pagotto, 2019.

A partir da análise textual foram identificados os respectivos atores e papéis sociais. Em seguida, foi realizada a análise contextual e interpretação sociológica (RUIZ RUIZ, 2009). O objetivo da ASD nesta etapa foi identificar os atores, seus papéis, interesses, visões de mundo, posições no campo, interrelações sistêmicas com outros atores, cooperações, conflitos, crises existentes no campo, como os atores agem em busca da manutenção da ordem, como persuadem outros atores, e como exploram oportunidades a partir das crises.

Na análise contextual buscam-se revelar as intenções discursivas investigando-se dois contextos: um situacional e outro intertextual (RUIZ RUIZ, 2009). O contexto situacional considera quem diz e em que contexto diz. O contexto intertextual considera as interrelações do discurso, ou seja, as conexões com outros discursos e outros atores sociais.

Por fim, a interpretação sociológica busca revelar aspectos ideológicos do discurso (RUIZ RUIZ, 2009), ou seja, “o que está em jogo” do ponto de vista sociológico, o que se quer dizer “por trás das palavras”, formando o que Conde (2009) chama de “configurações narrativas”.

Neste trabalho, a ASD foi dividida em duas etapas: Etapa 1 - mapeamento do campo e seus atores e Etapa 2 - análise dos sentidos da sustentabilidade pelos atores.

A **primeira etapa** teve como objetivo mapear e analisar a PCS como um campo de ação estratégica (FLIGSTEIN, MCADAM, 2012). Para isso, a partir dos textos integrais dos documentos do PPCS (planos, atas, documentos da consulta públicas) foi feita a codificação temática aberta e então a ASD, como explicado anteriormente.

Na **segunda etapa** da ASD o objetivo foi compreender os sentidos da sustentabilidade para os diferentes atores sociais identificados anteriormente. Aqui, ao invés da codificação aberta, optou-se pela codificação seletiva a partir da categoria central, que foram os elementos que auxiliam a explicar o uso que cada ator faz da expressão “sustentabilidade” de uma perspectiva não apenas semântica, mas sobretudo sociológica. Além dos artefatos do PPCS, optou-se por utilizar nesta etapa os relatórios corporativos socioambientais (Relatórios Integrados ou Relatório de Sustentabilidade) do setor privado. Isto se justifica pelo fato de que as empresas do setor privado não participaram diretamente do processo de construção do PPCS, mas sim indiretamente, por meio de entidades representantes de classe. Assim, por

exemplo, a Confederação Nacional da Agricultura - CNA, representando alguns atores do agronegócio, e a Confederação Nacional da Indústria, representando o setor industrial, e assim por diante.

Vale frisar que na ASD os passos indicados são apenas orientadores do processo metodológico, pois:

[...] A Análise Sociológica do Discurso é um processo criativo, intuitivo, reflexivo, minucioso e (...) que exige tempo de trabalho, atenção, concentração, dedicação à leitura, pois que está repleto de idas e voltas, contrastes, esclarecimentos, matizações na busca de regularidades e diferenças (GODOI; COELHO; SERRANO, 2014, p. 527).

Este capítulo apresentou em linhas gerais os procedimentos metodológicos para execução da parte empírica desta pesquisa. Vale lembrar que os princípios da análise sociológica do discurso preconizam um processo contínuo e iterativo de coleta, interpretação e reconfiguração as análises. Ao final do processo foram encontrados subsídios suficientes que permitiram discutir de forma consistente as proposições da pesquisa.

6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo traz os principais achados da pesquisa e está subdividido em três seções. A primeira seção traz os antecedentes históricos que levaram à emergência da PCS como um campo de ação estratégica, nos termos definidos por Fligstein e McAdam (2012, p. 9), ou seja, uma ordem socialmente construída de escala intermediária cujos atores estão conectados e interagem com base na compreensão compartilhada sobre o que está em disputa e como funcionam as regras do campo.

Na segunda seção estão apresentados os resultados da ASD realizada sobre os documentos produzidos ao longo do processo de construção do PPCS tendo em vista o mapeamento do estágio campo e a dinâmica entre os atores estatais e não-estatais.

Por fim, a terceira seção traz uma análise comparativa dos discursos mostrando as convergências e divergências quanto ao sentido da sustentabilidade dos atores estatais e não-estatais. A Figura 10 mostra este percurso.

Figura 10 - Fluxo da apresentação e discussão dos resultados.

Fonte: Érico Luciano Pagotto, 2019.

6.1 Antecedentes históricos do campo da PCS

O campo da PCS emerge em decorrência da sucessão de uma série de fatos históricos relacionados à politização da crise socioambiental. De acordo com a teoria

de campos de Fligstein e McAdam (2012), uma “crise” pode ser definida como um evento que perturba a rotina de operação de um campo que se encontrava em estabilidade, dando origem a novos campos. Neste sentido, a publicação pelo Clube de Roma do documento “Os limites do crescimento” (“Relatório Meadows”) em 1972, mesmo ano em que ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (“Eco-72”) em Copenhague, na Suécia, podem ser considerados dois marcos importantes da mobilização internacional em torno das questões socioambientais emergentes à época, e que vem se agravando desde então, conforme já discutido no primeiro capítulo deste trabalho.

Ao longo da década de 1970 e 1980 uma série de catástrofes ambientais de grandes proporções, como o derramamento de 220 mil toneladas de petróleo em Amoco Cadiz, na França, em 1978, o vazamento de gás tóxico em Bhopal, na Índia, que afetou mais de 700 mil pessoas em 1984 e a explosão da usina nuclear de Chernobyl, em 1986, com mais de um milhão de mortes, sinalizavam as dimensões que o conflito entre o avanço da industrialização e questões socioambientais representavam.

O avanço das pautas ambientais nas agendas nacionais e supranacionais pode ser considerado como um evento desestabilizador (uma “crise”) no campo dos atores não-estatais. No setor privado, algumas empresas têm desenvolvido ferramentas e estratégias para conter a crise no campo e manter a “ordem”. Rowe (2005) descreve os esforços destes atores do setor privado na década de 1970 para transformarem os códigos de conduta empresarial obrigatórios em voluntários.

Na impossibilidade ou desinteresse de se conter ou reverter o processo de industrialização, o lançamento em 1987 do relatório “Nosso futuro comum”, pela Comissão Brundtland, sinalizava uma possibilidade de saída teoricamente mais conciliatória por meio do chamado “desenvolvimento sustentável” (DS). Dias e Tostes (2009) consideram que a ideia de DS prosperou em relação ao conceito de “ecodesenvolvimento”, proposto anteriormente em 1971 por Maurice Strong, então secretário-geral da Eco-72, e desenvolvida pelo economista Ignacy Sachs, por ser mais favorável às políticas econômicas de livre-mercado. Assim, o DS pode ser considerado uma resposta do mercado à “crise” que havia se instalado no campo.

A Agenda 21 (BRASIL, 1992) é considerada por diversos autores como um dos principais resultados da Rio-92, (MALHEIROS; PHILIPPI Jr.; COUTINHO, 2008;

BURSZTYN; BURSZTYN, 2012), que auxiliou a consolidar e difundir o próprio conceito de desenvolvimento sustentável em dois níveis: global e nacional.

A Agenda 21 Global é um documento amplo, organizado em quarenta capítulos distribuídos por quase quinhentas páginas. A questão do consumo é tratada na Agenda 21 em seu capítulo 4 de forma superficial. Diz seu Capítulo 4:

4.5. Especial atenção deve ser dedicada à demanda de recursos naturais gerada pelo consumo insustentável, bem como ao uso eficiente desses recursos, coerentemente com o objetivo de reduzir ao mínimo o esgotamento desses recursos e de reduzir a poluição (...).

4.6. Malgrado o reconhecimento crescente da importância dos problemas relativos ao consumo, ainda não houve uma compreensão plena de suas implicações. (...) Para que haja condições de formular políticas internacionais e nacionais coerentes é preciso aumentar o conhecimento acerca do papel do consumo relativamente ao crescimento econômico e à dinâmica demográfica (BRASIL, 1992, grifo nosso).

Neste ponto a Agenda 21 ressaltou que não apenas se produza mais conhecimento a respeito da interrelação entre disponibilidade de recursos naturais e consumo, como também que se desenvolvam mecanismos de governança política voltados à questão. Representava um novo abalo no campo. Já a Agenda 21 brasileira foi construída a partir dos debates nacionais conduzidos desde 1992, oficialmente apresentada à sociedade apenas uma década depois, em 2002, mas nem sequer citou a questão do consumo. A própria Conferência de Johannesburgo (“Rio +10”), em 2002, reportou uma “lacuna de implementação” para referir-se ao vácuo entre as intenções da Agenda 21, e a ausência de progressos uma década depois (LEBEL e LOREK, 2008).

Estas dificuldades podem estar relacionadas às estratégias desenvolvidas pelo setor privado para aquilo que Coli (2017) chama de “estratégias empresariais de contenção da contestação social”. De acordo com este autor, uma série de práticas passaram a ser adotadas principalmente a partir da década de 1990, como a cidadania corporativa, a responsabilidade social e as certificações voluntárias para bloquear tanto exigências de ativistas, como tentativas de estabelecer regulamentações por autoridades públicas, como ainda eventuais riscos da perda de clientes. Assim, esse modelo de gestão seria “uma espécie de ‘tradução microeconômica’ do ‘desenvolvimento sustentável’ que buscava conciliar desempenho econômico, social e ecológico” (COLI, 2017, p. 5).

Para tratar especificamente das questões do consumo na ecodiplomacia²³, em 1995 a Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU formalizou o conceito de consumo sustentável a partir de uma definição originalmente proposta pelo Ministério do Meio Ambiente da Noruega (LOREK; FUCHS, 2013):

É o uso de serviços e produtos que respondem às necessidades básicas de toda a população e trazem a melhoria na qualidade de vida, ao mesmo tempo em que reduzem o uso dos recursos naturais, de materiais tóxicos, a produção de lixo e as emissões de poluição em todo o ciclo de vida, sem comprometer as necessidades das futuras gerações (UNCSD, 1995).

Em 2003 foi criada uma iniciativa internacional, o chamado “Processo de Marraquexe” (THE MARRAKECH PROCESS, 2003), para elaboração de políticas de produção e consumo “mais sustentáveis”. Seu histórico e decorrências foram bem descritos por Portilho e Russo (2008). Em linhas gerais, o Processo solicita e estimula que cada país membro das Nações Unidas desenvolva seu plano de ação, e o compartilhe com os demais. Do ponto de vista da teoria de campos (FLIGSTEIN, MCADAM, 2012), estas ações de alguma podem ser entendidas como movimentos políticos que tentam de alguma forma desestabilizar o campo, e enfrentam resistência de atores incumbentes.

Após o lançamento da Agenda 21, diversos estudos foram publicados pela ONU e pela OCDE a respeito da PCS, mas foi durante a Rio +20, em 2012, que se constituiu o GRF - Fórum Global de Pesquisa de Produção e Consumo Sustentável. O lançamento deste Fórum foi marcado pela realização de um encontro internacional que contou com a presença no Brasil de renomados pesquisadores vindos de dezenas de países e que conduziram uma série de atividades, como palestras, debates e *workshops*, e que contribuíram com as abordagens científicas sobre o tema da PCS. O resultado destas ações está materializado em uma edição especial do *Journal of Cleaner Production* (VERGRAGT; AKENJI; DEWICK, 2014), que é um periódico de

²³ Antonescu (2015) define ecodiplomacia como sendo "um conjunto de instrumentos e regras, instituições e fóruns diplomáticos, organizados a nível global, onde vários atores globais (estados, corporações, representantes ambientais, ONGs e meios de comunicação globais, etc.) negociam criar estratégias de governança global e nacional do ambiente para reduzir os riscos ambientais e propor as bases para futuros regulamentos legais, institucionais e políticos quanto a proteção e preservação ambiental".

abordagem inter/transdisciplinar voltado à divulgação científica na área da Sustentabilidade.

Inspirado pela Agenda 21 Global, pelo modelo político da SCP europeias, e apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA²⁴ após ingressar no Processo de Marraquexe em 2007, o Brasil iniciou os trabalhos para elaboração do PPCS nacional em 2008 por meio da criação de um Comitê Gestor de PCS, com a responsabilidade de elaborar o PPCS brasileiro (Figura 11).

Figura 11 - Principais marcos do processo de elaboração do PPCS no Brasil

Fonte: Érico Luciano Pagotto, 2019.

Para isso, adaptou seu programa de “Produção Mais Limpa” (o programa “P+L”, de 1995) e lançou à consulta pública em 2010 a versão preliminar do seu PPCS – Plano de Produção e Consumo Sustentáveis (BRASIL, 2011a).

A versão definitiva do PPCS, chamada de “1º. Ciclo”, ocorreu em 2011 (BRASIL, 2011a). Ele trouxe um cronograma de projetos que foram executados entre 2011 e 2014.

Em 2013 a ONU Ambiente lançou o programa *Ten Year Framework Program on Sustainable and Consumption Production – 10YFP*, que tem como objetivo o

²⁴ Posteriormente rebatizado de ONU Ambiente.

desenvolvimento de um programa internacional para produção e consumo sustentável a ser implementado até 2023. O Brasil foi um dos signatários, reforçando seu compromisso de avançar nesta agenda.

Já em 2015 a ONU lançou os "Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS-2030" (ONU, 2015), cujo 12o. objetivo é a "Produção e Consumo Responsáveis". O Brasil também aderiu a este problema e em 2016 lançou à consulta pública o documento referente ao "2º. Ciclo do PPCS". Estes eventos marcaram tentativas de avanços da pauta ambiental no campo, que não ocorreram sem oposição de atores incumbentes que são desafiados em suas posições.

Para alinhar os objetivos dos ODS-2030 aos do 10YFP, a ONU publicou em 2016 o documento *Sustainable Consumption and Production Indicators for the future SDGs*. Na ocasião o Brasil passava por uma grave crise política, de forma que apenas em outubro de 2018 o MMA promoveu uma oficina aberta sobre o PPCS para construir alinhamentos com os ODS-2030 e também com o Planejamento Plurianual do Governo Federal, na tentativa de transformar o Plano em política e integrá-los em uma nova estrutura de governança até 2030. Porém, o documento final referente ao período compreendido entre 2016 e 2020 não foi lançado até o final de 2018, quando se encerrou o prazo para coleta de fontes para esta tese.

O Quadro 8 traz um resumo dos principais fatos históricos, com destaque às crises, que foram discutidas aqui.

Quadro 8 - Linha do tempo da PCS destacando principais fatos.

Em **negrito** as crises e elementos mais relevantes, discutidos no texto.

	Década de 1970	Década de 1980	Década de 1990	Década de 2000	Década de 2010
Evento	<p>1972: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Copenhague, na Suécia</p>		<p>1992: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco Rio 92). Lança as bases da Agenda 21, que propõe “mudanças nos padrões de consumo”.</p>	<p>2002: Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +10), em Johannesburgo.</p> <p>2003: Primeiro encontro internacional e lançamento do "Processo de Marraquexe", no Marrocos.</p>	<p>2012: Realização no Rio de Janeiro da "Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável " e do primeiro encontro <i>Global and Regional Research on Sustainable Production and Consumption Systems: Achievements, Challenges, and Dialogues</i>.</p> <p>2015: Mesas de diálogo intersectoriais promovidas pelo MMA para elaboração do 2º. Ciclo do PPCS</p>
Marco	<p>1989: Criação do programa Produção Mais Limpa (P+L) pela ONU.</p>		<p>1994: O Simpósio de Oslo sobre Consumo Sustentável traz a primeira definição de consumo sustentável, adotada no ano seguinte pela ONU.</p> <p>1995: A Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU documenta o conceito de consumo sustentável: “É o uso de serviços e produtos que respondem às necessidades básicas de toda a população e trazem a melhoria na qualidade de vida, ao mesmo tempo em que reduzem o uso dos recursos naturais, de materiais tóxicos, a produção de lixo e as emissões de poluição em todo o ciclo de vida, sem comprometer as necessidades das futuras gerações.”</p> <p>1995: Lançamento pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU do "Programa Internacional de Trabalho sobre Mudança nos Padrões de Produção e Consumo".</p> <p>1995: Criação do Centro Nacional de Tecnologias Limpas (SENAI-RS/CNTL) para desenvolver o conceito de Produção Mais Limpa (P+L) no Brasil</p> <p>1999: Lançada pelo governo federal brasileiro a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).</p>	<p>2002: Lançada a Agenda 21 Brasileira, incluindo o objetivo de “produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício.</p> <p>2007: Brasil e Mercosul aderem ao Processo de Marraquexe.</p> <p>2008: Primeira campanha do Ministério do Meio Ambiente voltada para o consumo consciente com o nome "Consumo Consciente de Embalagens: a escolha é sua, o planeta é nosso".</p> <p>2009: O Ministério do Meio Ambiente institui 15 de outubro como o "Dia Nacional do Consumidor Consciente".</p> <p>2010: Lançada pelo MMA em parceria com ABRAS - Associação Brasileira de Supermercados a campanha "Saco é um Saco".</p>	<p>2015: Lançamento pela ONU dos "Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS-2030", cujo 12o. objetivo é "Produção e Consumo Responsáveis". Brasil adere.</p> <p>2011: Lançada pelo MMA a campanha do mês de Consumo Sustentável (em outubro).</p>

	Década de 1970	Década de 1980	Década de 1990	Década de 2000	Década de 2010
Política		<p>1981: Publicada a Lei nº 6.938/1981 que estabelece a PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente.</p> <p>1985: Criação do Ministério do Meio Ambiente – MMA</p> <p>1988: Promulgada a nova Constituição Federal</p> <p>1989: Criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA</p>	<p>1999: Publicada a Lei 9.795/1999 que cria a Política Nacional de Educação Ambiental.</p>	<p>2008: Publicada pelo MMA a Portaria no. 44/2008 instituindo o Comitê Gestor de PCS, com a responsabilidade de elaborar o PPCS brasileiro.</p> <p>2010: Versão preliminar do PPCS brasileiro é submetida à consulta pública.</p> <p>2010: Instituída a Lei nº 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos após vinte anos de tramitação no Congresso Nacional.</p>	<p>2011: Lançado pelo MMA o Plano de Ação de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS – 1º. Ciclo).</p> <p>2016: Lançamento à consulta pública do documento “Diretrizes do 2º Ciclo do PPCS (2016-2020) pelo MMA.</p> <p>2016: Publicado Decreto 8892/2016 criando a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.</p> <p>2018: Lançamento pelo MMA da nova proposta de governança para alinhamento do PPCS com o ODS-12.</p>
Publicação	<p>1972: Publicado pelo Clube de Roma o documento “Os limites do crescimento” (“Relatório Meadows”)</p>	<p>1987: Relatório “Nosso futuro comum”, pela Comissão Brundtland.</p>	<p>1997: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE publica: <i>Sustainable Consumption and Production: Clarifying the Concepts</i>.</p> <p>1997: ONU publica conjunto de estudos de casos sobre comércio internacional num relatório chamado: <i>Unlocking Trade Opportunities: Changing Consumption and Production Patterns</i>.</p> <p>1997: ONU publica o livro: <i>Changing Consumption Patterns in Human Settlements</i>.</p> <p>1995: ONU publica o relatório: <i>Changing Consumption Patterns - Report of the Secretary General</i>.</p> <p>1999: OCDE publica o relatório: <i>Towards More Sustainable Household Consumption Patterns - Indicators to Measure Progress</i>.</p> <p>1999: ONU publica o relatório: <i>Comprehensive Review of Changing Consumption and Production Patterns. Report of the Secretary-General</i>.</p>	<p>2002: Publicação pela OECD do relatório: <i>Information and Consumer Decision-Making for Sustainable Consumption</i>.</p> <p>2002: Publicação pela OECD do relatório: <i>Towards Sustainable Household Consumption? Trends and Policies in OECD Countries</i>.</p> <p>2002: Publicação pela ONU do relatório: <i>Tracking Progress: Implementing Sustainable Consumption Policies</i>.</p> <p>2007: Quarto relatório do IPCC sobre mudanças climáticas globais.</p> <p>2008: Publicação pelo Parlamento da Europa o Plano de Ação sobre PCS Europeu.</p>	<p>2011: ONU Ambiente: <i>Paving the Way for Sustainable Consumption and Production: The Marrakech Process Progress Report</i>.</p> <p>2012: ONU Ambiente: <i>Global Outlook on Sustainable Consumption and Production Policies: Taking action together</i>.</p> <p>2013: ONU Ambiente: Ten Year Framework Program on Sustainable and Consumption Production - 10YFP Brochure</p> <p>2014: MMA publica o Relatório de Implementação do 1º. Ciclo do PPCS.</p> <p>2014: Quinto relatório do IPCC sobre mudanças climáticas globais.</p> <p>2016: ONU Ambiente: <i>Monitoring the Shift to Sustainable Consumption and Production Patterns in the context of the SDGs</i>.</p> <p>2016: ONU Ambiente: Sustainable Consumption and Production Indicators for the future SDGs.</p>

Fonte: Érico Luciano Pagotto, 2019.

Com base nos antecedentes históricos apresentados nesta seção, é possível traçar um primeiro quadro interpretativo proposto da PCS (Figura 12).

Figura 12 - Quadro interpretativo inicial da PCS

Fonte: Érico Luciano Pagotto, 2019.

Neste quadro, o eixo das abcissas representa a dimensão da sustentabilidade, que varia de “fraca” a “forte” (ADAMS, 2006; LOREK, FUCHS, 2013), e das ordenadas, que parte do posicionamento mais reformista, passando pelo reconfigurativo até o revolucionário (GEELS et al., 2015). Como fundo deste plano cartesiano há a crise ecológica (socioambiental, sistêmica), sobre o qual estão plotados os atores, ainda de forma genérica, conforme seu papel.

As grandes empresas e transnacionais ocupam a posição de incumbentes, detentoras do maior poder econômico e, como tais, seu interesse é na manutenção do quadro atual, na acumulação e na expansão dos negócios. Têm uma visão de mundo “liberal” e tecnocrática, para a qual a autorregulação é sempre preferível à regulação estatal e de que a crise ecológica pode ser gerenciada a partir de procedimentos técnicos adequados. Utilizam ferramentas e estratégias de gestão e contenção da contestação social como aquelas descritas por Coli (2017). Disputam com outras empresas acesso a mercados, capital e recursos naturais, pois para elas

é isso que está em jogo, mas eventualmente podem estabelecer relações de cooperação mútua, principalmente na dimensão política, para manutenção do *status quo*. Nestes casos, sua atuação se dá geralmente de maneira indireta, por meio de instrumentos como as associações de classe, que operam atividades de *lobby* político, relações públicas e formação de recursos humanos. Adotam práticas de sustentabilidade fraca e posicionamentos reformistas.

O MMA ocupa a posição de principal ator estatal no âmbito da PCS. Tem a tarefa de promover a conservação ambiental e ao mesmo tempo garantir acesso aos recursos naturais, manejando os conflitos de escolha entre estas duas funções frequentemente antagônicas. Para implementação do PPCS, vem adotando prioritariamente dois tipos de instrumentos (BRASIL, 2011a [PA1]): os por ele denominados (1) “diálogos intersetoriais”, que são grupos de trabalho *ad hoc* para tratar de temas específicos de acordo com as prioridades do Plano e (2) instrumentos para divulgação de informações, como sites, eventos e cartilhas. Para isso, seu principal instrumento de trabalho é o Comitê Gestor de PCS – CGPCS, uma unidade interna de governança formada por um grupo executivo que atua de forma transversal entre os diferentes setores da sociedade envolvidos e por meio de iniciativas “liberais” (como compromissos voluntários) e exercendo uma assessoria técnico-política para indução da agenda de PCS. Como ator social no campo, seu interesse está no cumprimento dos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, como o Processo de Marraquexe, o 10-YFP e os ODS-2030. A análise dos documentos do PPCS mostrou que o MMA reconhece a necessidade de mudança de paradigmas para a sustentabilidade forte, mas os meios propostos são alvo de intenso debate ao longo de todo o processo do PPCS, sendo esta diferença de visões de mundo motivo de embate com outros atores no campo, principalmente as organizações da sociedade civil e da iniciativa privada.

Estas diferentes visões de mundo e posições adotadas pelos atores sociais ficam claras ao se analisar e triangular os documentos do PPCS. Tais posições foram detalhadas nas próximas seções deste capítulo. No entanto, apresenta-se aqui apenas um exemplo para justificar o quadro interpretativo inicial. Em seu capítulo de introdução, o documento do 2º. Ciclo de PPCS traz o seguinte excerto:

(...) “Toda atividade econômica gera algum impacto ambiental”. É a partir dessa afirmativa que se iniciou o PPCS (...). Parte significativa das políticas públicas está focada no aumento da capacidade produtiva e do consumo do País. A lógica é bem simples: quanto mais produção, maior é o número de

empregos, garantindo renda para as famílias, que despendem parte dela consumindo o que foi produzido, sendo que o capital utilizado no consumo é reinvestido pelo setor produtivo para aumentar a produção, aumentando os empregos, aumentando a renda das famílias, aumentando o consumo, aumentando a produção (...) Acontece que para o funcionamento desse modelo teórico é necessária uma base real que é a Natureza. E ela é limitada na sua capacidade de fornecer matéria prima e de absorver os resíduos da produção e do consumo [excerto do PPCS2, 2016, p. 7].

A CNI, representante dos atores do setor industrial, formaliza uma crítica a esta passagem por ocasião da abertura do documento à consulta pública:

SUGERE-SE SUMARIZAR PARTE DESTE DOCUMENTO COM OBJETIVIDADE. É DESNECESSÁRIO UMA PARTE HISTÓRICA EM UM DOCUMENTO ESTRATÉGICO. “Toda atividade antrópica gera algum impacto ambiental”. Na verdade, é a prática adotada [RepresCNI, PlanilhaContr, em maiúsculas no original].

Já a representante do Instituto Akatu apresenta uma proposta mais voltada à sustentabilidade forte, como a transformação de produtos em serviços (PLEPYS; HEISKANENA; MONT, 2015) e a adoção de novos indicadores socioambientais (SCHOON; SEATH; JACKSON, 2013):

Incluir novos parágrafos, entre o 1º e 2º parágrafos dessa página: “(...) transitar para uma sociedade mais sustentável requer o rompimento desse círculo vicioso, promovendo-se o foco não nos meios (os bens e serviços) mas nos fins (o bem-estar, a felicidade e a segurança). Uma reconfiguração de valores como esta é essencial para que se possa, por exemplo, viabilizar os esquemas produto → serviço, em que o público consumidor passa a demandar prioritariamente (e o sistema produtivo a oferecer) não a propriedade dos bens, mas os serviços por eles prestados [RepresAkatu, PPCS1anexo3].

As organizações da sociedade civil formam um grupo complexo e multifacetado. Por um lado, entidades ambientalistas e de defesa da cidadania contribuem de forma voluntária para a construção das políticas públicas de PCS pois entendem que o que está em jogo é a crise ambiental sistêmica e compreendem também a disputa de interesses entre as organizações privadas e a sociedade civil. Atuam, portanto, como desafiantes no campo. Por outro lado, entidades representantes de classe e de setores produtivos atuam como incumbentes, acompanhando amiúde a evolução do PPCS, pois compreendem que os interesses dos setores que representam estão em jogo e podem ser afetados do ponto de vista político e econômico. Estes dois grupos tendem a adotar posicionamentos distintos

quanto à sustentabilidade e seus mecanismos de implementação. Estas diferenças foram analisadas e estão apresentadas e discutidas na próxima seção.

A ONU Ambiente exerceu um papel consultivo no desenvolvimento do PPCS. Ela reconhece a crise ambiental sistêmica, e atua no sentido de fomentar o debate no campo e de produzir conhecimento a respeito, por exemplo, por meio de publicações técnicas específicas. No caso do PPCS brasileiro, atuou inclusive aportando recursos que colaboraram para viabilizar essa agenda, mas ao longo das reuniões do CGPCS adotou um posicionamento de observação, sem atuar de forma incisiva nos debates.

Por fim, a comunidade científica tem contribuído com o aporte de informações relevantes na apresentação de um diagnóstico claro a respeito dos problemas a serem enfrentados. Embora não participem diretamente do PPCS, instituições como o IPCC, a *World Meteorological Association* e uma parcela significativa da academia reconhece a atual crise de insustentabilidade e a necessidade por mudanças de paradigmas em termos de produção e consumo. No âmbito do PPCS, no entanto, a participação de grupos de pesquisadores especializados no tema foi modesta, quase ausente, o que é possível observar pela própria composição do CGPCS.

Este quadro interpretativo inicial, elaborado a partir de uma análise do contexto socio-histórico da PCS, atende ao **segundo objetivo** desta pesquisa, que foi propor um quadro analítico relacionando os atores e os posicionamentos quanto à sustentabilidade e à PCS. Na próxima seção foi feito o mapeamento dos atores que ocupam tais posições a partir da análise sociológica de seus discursos com base em evidências empíricas.

6.2 Os atores na construção do campo da PCS

Desde a criação do Processo Marraquexe, a operacionalização das políticas federais de PCS ficou sob a responsabilidade do MMA – Ministério do Ambiente, cuja estrutura vertical está organizada em Secretarias e seus Departamentos. Até 2018, o PPCS foi executado pelo Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis – DPCS, que respondia à Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC, destacados na Figura 13.

Figura 13 - Organograma do Ministério do Meio Ambiente

Fonte: Érico Luciano Pagotto, 2019.²⁵

O fato de a construção do PPCS ter ficado a cargo do MMA também traz um posicionamento claro de que sustentabilidade é uma “questão ambiental”, e não transversal estratégica – e por isso não é endereçada ao Ministério do Planejamento, ou à Casa Civil, por exemplo.

Ao longo da elaboração do PPCS, o MMA contou com a participação da ONU Ambiente no apoio técnico e financeiro à equipe brasileira. Parte dos recursos aportados pela ONU Ambiente foi utilizado na contratação de consultorias especializadas e na execução de projetos das áreas consideradas prioritárias: Educação para o Consumo, Compras Públicas Sustentáveis, Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Resíduos Sólidos e Construções Sustentáveis.

Ao final de 2014, por ocasião dos preparativos para início do 2º. Ciclo do PPCS, o MMA reativou o grupo intersetorial chamado de “Comitê Gestor de PCS”. Este Comitê foi formado por vinte e seis organizações, sendo treze ligadas ao Governo Federal, uma a ONU Ambiente, cinco à indústria, uma ao comércio, uma aos sindicatos, quatro da sociedade civil e um instituto de pesquisa (Quadro 9).

²⁵ A partir de dados da página eletrônica do MMA, disponível em <http://www.mma.gov.br>, acesso em 10 jun 17.

Quadro 9 - Atores do Grupo Intersectorial do Comitê Gestor de PCS

REPRESENTANTES ESTATAIS		REPRESENTANTES NÃO ESTATAIS	
Ministérios	Meio Ambiente (MMA)	Organizações e representantes empresariais	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)
	Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)*		Confederação Nacional da Indústria (CNI)
	Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)		Confederação Nacional da Agricultura (CNA)
	Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)		Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)
	Minas e Energia (MME)		Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE)
	Cidades		Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE)
	Fazenda (MF)		Confederação Nacional do Comércio (CNC)
	Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)*		Câmara Brasileira da Indústria de Construção (CBIC)*
	Desenvolvimento Agrário (MDA)*		Associação Brasileira de Ciclo de Vida (ABCV)*
	Transportes (MT)*		Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS)
Setor financeiro	Banco Central do Brasil (BACEN)*	ONU	ONU Ambiente
	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Univer-sidades	Fundação Getúlio Vargas (FGV)
	Banco do Brasil (BB)*	Org. soc. civil	Instituto Akatu
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO)*	Instituto Ethos		
Institutos de pesquisa	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*	Org. soc. civil	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC)
			Associações de classe
		Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON)*	
			Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPTI)

* participaram apenas do 2º. Ciclo.

Fontes: adaptado de BRASIL, 2011a e BRASIL, 2016b.

Nem todos os atores, no entanto, mostraram o mesmo nível de participação ao longo da construção do PPCS. A análise dos documentos do PPCS mostrou que entre os que mais se destacaram, tanto pela participação nas reuniões do CGPCS como no envio de sugestões foram, além do próprio MMA: Banco do Brasil, ONU Ambiente, Instituto Akatu, ABRAS/CNC, CNI, CBIC, MAPA, além de um grande número de pessoas físicas da sociedade civil que enviaram sugestões por ocasião da consulta pública.

A partir da análise dos discursos desses atores sociais foi possível extrair evidências por meio de excertos exemplares indicativos das ações e interesses dos atores no campo segundo seus próprios discursos e os de seus pares.

6.2.1 Os representantes do setor financeiro

A versão preliminar do documento do 2º. Ciclo do PPCS [PPCS2] foi para consulta pública em abril de 2016. O capítulo sobre “Finanças Sustentáveis” foi elaborado após as mesas de diálogo intersetoriais realizadas em 2015. No que tange à sustentabilidade, ele traz um posicionamento muito claro alinhado à sustentabilidade forte, porém, reformista quanto à PCS. Os seguintes excertos são evidências disto:

[1] Inúmeros sinais parecem confirmar, de maneira explícita, a tendência a considerar a internalização das variáveis social e ambiental na estratégia de negócios, como fator não mais indissociável da análise econômica e das perspectivas de retorno financeiro e valorização acionária [PPCS2, p. 67, grifo nosso].

[2] Tendo em vista que, no modelo econômico vigente, o sistema financeiro é um dos agentes mais importantes na determinação do desenvolvimento econômico, este não poderia caminhar à margem da agenda da sustentabilidade. As instituições financeiras estão expostas a riscos que podem se traduzir em prejuízos relevantes, comprometer sua saúde financeira e, no limite, sua continuidade [PPCS2, p. 67, grifo nosso].

Nas passagens [1] e [2] o PPCS reconheceu os conflitos entre o desenvolvimento econômico e a crise socioambiental e que a solução pode se dar por meio da internalização de custos para dentro do sistema econômico. A opção adotada no texto traz um tom politicamente conciliatório e eufemístico ao discurso ao referir-se à crise socioambiental planetária que afeta a todos, inclusive aos atores do sistema financeiro, abrindo espaço ao diálogo com os interlocutores, especialmente sobre quem se fala – os bancos.

Como interpretação sociológica, o trecho [2] pode significar uma forma eufemística preferível a dizer que no capitalismo financeiro são os bancos quem majoritariamente determinam os rumos da economia e devem incorporar a sustentabilidade como pauta em suas agendas sob pena de irem ao colapso.

A contradição surge em seguida, quando o PPCS discute caminhos para as chamadas “finanças sustentáveis”:

[3] Considerando a perspectiva que instituições financeiras não possuem qualquer tipo de atividade extrativista ou manufatureira e sem fornecer serviços e produtos de impacto significativo direto no meio ambiente, o setor financeiro não é considerado de alto impacto ambiental [PPCS2, p. 67, grifo nosso].

[4] (...) a sustentabilidade corporativa pode ser inserida no setor financeiro de diversas formas. E alguns casos, ela se faz mais presente na criação de novos produtos, com características específicas ligadas à inclusão social ou à preservação ambiental, por exemplo. Em outros há maior esforço na mudança de processos existentes, como a inserção de variáveis socioambientais no processo de avaliação de risco de crédito, nas decisões de financiamento e alocação de recursos e, ainda, na adoção de critérios de sustentabilidade para o desenvolvimento e seleção de fornecedores [PPCS2, p. 74, grifo nosso].

De acordo com o trecho [3], para o PPCS a atividade financeira exerce apenas um impacto indireto sobre o meio ambiente, a despeito do reconhecimento do próprio Plano de que “o sistema financeiro é um dos agentes mais importante na determinação do desenvolvimento econômico”, seja como indutor das atividades econômicas de seus clientes, seja atuando como acionistas.

Afirmar que os bancos não produzem “impacto significativo direto no meio ambiente” pode ser questionável, já que seu impacto ambiental não pode ser adequadamente mensurado pelo papelório que consume, ou por suas funções administrativas, mas sim por seu papel como ator social do campo, que é o financiamento da economia. A empresa JBS, por exemplo, é a maior produtora mundial de proteína animal e tem entre seus sócios o Banco Original (majoritário, com 44,35%) e o Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES (21,32%)²⁶.

Por fim, em [4] as propostas apresentadas são baseadas em ecoeficiência e melhoria de processos internos, reafirmando-se a fórmula neoclássica da crença na tecnologia e na autorregulação como alternativas para as mazelas socioambientais. Neste sentido, vale destacar a pesquisa realizada por Tosini (2013), que constatou

²⁶ Fonte: www.jbs.com.br. Acesso em 10/jun/2018.

que nem o meio ambiente nem o sistema financeiro são capazes de sobreviver à gestão exclusiva dos mecanismos de mercado, ou seja, não são capazes de se autorregular, e que, portanto, faz-se necessária a presença do Estado.

No caso do Banco do Brasil, o setor é regulado por uma normativa do Banco Central, a Resolução nº 4.327/2014, que dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras. A partir desta normativa, a Gerente de Inovação e Responsabilidade Socioambiental informou [cf. Ata4reunião] que o BB criou sua política interna de responsabilidade socioambiental, cujo prazo de implementação foi de 2015 a 2019. A Gerente explicou também que:

[5] (...) eu acho que essa questão de mensuração de impactos é uma coisa assim, muito recente, a gente responde ali vários índices de sustentabilidade, tanto nacionais como internacionais, então (...) a própria Sociedade Civil (...) cobra muito essa questão, porque a gente tem fazer a divulgação além daquilo que é dado financeiro: daquilo que é impacto social e ambiental. [Ata4reunião, GerenteBB, grifo nosso].

[6] O Banco do Brasil, ele está tentando ser acreditado porque o GCF [*Green Climate Fund*] tem recurso, são muitos bilhões de dólares para investir em projetos socioambientais. Só que a instituição financeira, para ter essa possibilidade de internalizar esse recurso, tem que passar por um processo de acreditação, e isso não é simples Gente, o BNDES já tentou, a Caixa Econômica Federal tentou, ninguém conseguiu, (...) é um fundo internacional que é para isso, ele oferece dinheiro barato [Ata4reunião, GerenteBB, grifo nosso].

A partir da análise sociológica do discurso, pode-se compreender a explicação dada pela representante: de que a demanda pela incorporação de variáveis socioambientais aos negócios dos bancos parte de iniciativas externas, regulatórias e de prestação de contas à sociedade. A mensuração de impactos é vista com cautela, como “uma coisa muito recente” [5], mas sobre a qual tem interesse para que se tenha acesso àquilo que está em jogo, que são “muitos bilhões de dólares para investir em projetos socioambientais” [6], provenientes do “dinheiro barato” de fontes internacionais, apesar das dificuldades técnicas envolvidas. Mostra preocupação com a comunicação social e adota um discurso cauteloso, pois sabe as regras do jogo, ou seja, a importância da comunicação com as partes interessadas e o papel de um banco no tecido social.

Um dos pontos importantes, trazidos tanto pela Resolução 4.327/14 como pela Política de Responsabilidade Socioambiental do BB, é a mensuração de riscos e impactos socioambientais:

[7] Art. 4º Para fins desta Resolução, define-se risco socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições mencionadas no art. 1º decorrentes de danos socioambientais.

(...)

Art. 6º O gerenciamento do risco socioambiental das instituições mencionadas no art. 1º deve considerar:

(...) III - avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014, grifo nosso).

Segundo a Resolução do BACEN, o “risco socioambiental” está relacionado às questões socioambientais que oferecem risco às instituições financeiras, enquanto os “impactos” são potenciais decorrências dos “produtos e serviços” da instituição, com destaque ao “risco de reputação”.

Com relação aos impactos socioambientais, outro debate que emerge na construção do PPCS é sobre a internalização de variáveis socioambientais nas atividades econômicas dos bancos. Diz o documento do 2º. Ciclo do PPCS:

[8] (...) entende-se que, para alcançar o objetivo de alavancar, de modo negociado, voluntário e planejado, a internalização da variável socioambiental nas atividades, tanto internas quanto externas, desenvolvidas pelas entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional, deve-se coordenar e promover ações e iniciativas com vistas a (...) implementação e melhoria contínua de sistemas de gestão socioambiental e fomento à adoção da ABNT NBR 16001 – Responsabilidade Social/ Sistema de Gestão [PPCS2].

No entanto, o MMA desejava negociar a inclusão também outros aspectos socioambientais como parte das políticas que constituiriam o PPCS. A Diretora do MMA, responsável pelo PPCS, e a Gerente de Inovação e Responsabilidade Socioambiental têm este diálogo:

[9] - Acho que para a gente continuar deixando aquilo como política lá no final no 12, o que a gente podia colocar é, ampliar um pouco mais o estímulo à adoção de normas, e aí a gente pode citar algumas, a 14.000, a 26.000... O que vocês acham? [Ata4reunião, DiretoraPPCS2, grifo nosso].

- Eu acho que fica interessante [Ata4reunião, GerenteBB, grifo nosso].

As incoerências aqui são duas. Primeira, que apenas a internalização dos custos das externalidades não é suficiente para garantir sustentabilidade “forte”: é necessário também garantir que os processos ecológicos e os serviços por eles

prestados assegurem os direitos ambientais das futuras gerações, o que só é possível a partir da preservação ambiental absoluta (BITHAS, 2011). Segunda, que certificações socioambientais, como as citadas, são insuficientes do ponto de vista da sustentabilidade forte, uma vez que estão circunscritas no tempo e no espaço, enquanto os impactos ambientais não (BITHAS, 2011). O acordo firmado neste diálogo entre diretora e gerente revela, no entanto, um alinhamento entre o MMA e o BB no sentido de trazer para o PPCS um posicionamento reformista da sustentabilidade fraca que as certificações voluntárias representam.

Outro ator social do sistema financeiro que participou do desenvolvimento do PPCS foi o BNDES. Os dois excertos a seguir servem como evidências do posicionamento do ator no campo:

[10] O BNDES demonstrou-se disposto a reunir-se com a equipe do PPCS para fomentar a melhora do uso de recursos financeiros e ambientais. O representante do Banco afirmou que estão comprometidos com o documento do 2º Ciclo do PPCS e que podem colaborar muito mais [Ata3reunião, grifo nosso, 2016].

[11] Tentando responder um pouco pelo BNDES, que é o que tem as maiores linhas de financiamento, existem todas essas linhas [de crédito com finalidade socioambiental], tá? De longo prazo são difícil [sic] de fazer por causa dos projetos, os projetos são complicados, tem o risco cambial também, como foi falado né, tem o uso do dinheiro do fundo do clima né... Então o banco, o BNDES, está realmente trabalhando nessas linhas, e vai divulgar alguma coisa nova nos próximos meses aí sobre isso [Ata4reunião, analistBNDES, grifo nosso, 2018].

O banco demonstrou interesse em participar do processo e em contribuir com o documento do 2º. Ciclo do PPCS, e informou sobre as linhas de crédito específicas para projetos de saneamento e o agronegócio. O que foi possível constatar a partir da análise de sua participação foi que há um mútuo reconhecimento entre os atores, uma convergência de interesses a partir de seus papéis sociais, que são os negócios que podem ser gerados para o setor financeiro a partir das questões socioambientais, e o interesse em divulgar e ampliar o acesso a tais linhas de produtos financeiros, ainda que sejam projetos que no longo prazo “são difíceis de fazer”.

Já o BACEN acredita que a participação do setor financeiro é limitada, embora tenha informado que realiza o acompanhamento da evolução do PPCS com interesse:

[12] O representante do BACEN ressaltou que já vêm dialogando há algum tempo sobre finanças sustentáveis com o Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis do MMA. O alcance do sistema financeiro em política ambiental é limitado (Ata3reunião, grifo nosso, 2016).

O BACEN é a instituição responsável por, entre outras atividades, executar políticas monetárias e supervisionar, fiscalizar e intervir no sistema financeiro. Como ator social, enxerga sua responsabilidade sobre questões socioambientais de uma perspectiva mais técnica-operacional e com pouca capacidade para intervenção política, o que se revela pelo posicionamento do agente na reunião:

[13] Bom, o Banco Central ele não tem linha de crédito né, a gente só regula as instâncias financeiras. O que tem é a Resolução [nº 4.327/2014] que obriga instâncias financeiras a terem a política socioambiental, e na área de crédito rural em si que tem um pouco mais de política pública envolvida. Existe algumas tentativas de incentivos para determinadas produções ou coisas do tipo (...) (Ata4reunião, analistBacen, grifo nosso, 2018).

Um dos atores mais poderosos na regulação financeira do país, o BACEN reconhece o campo, sua importância, a incipiência regulatória sobre a questão ambiental e mesmo assim revela uma participação discreta nele. Para este representante, o papel do setor financeiro é de estimular ou desestimular a produção, que estão, segundo o analista, no âmbito das “tentativas para determinadas produções”.

Pesquisa realizada por Tosini (2013) demonstrou a importância e necessidade de instrumentos regulatórios atuarem não apenas sobre o setor financeiro, mas também produtivo, uma vez que os sistemas autorregulados vêm produzindo crises financeiras e ecológicas, e no médio e longo prazos não há resiliência institucional e sistêmica possível em meio a tais crises.

Resumindo-se, então, pode-se dizer que os atores do setor financeiro que se participaram diretamente da construção do PPCS foram instituições públicas federais, BB, BNDES e BACEN. Para estes atores, o que está em jogo é a sua credibilidade perante a sociedade. As regras do jogo estão dadas de forma explícita pela Resolução nº 4.327/2014 do Banco Central, que obriga as instituições a exporem suas políticas de responsabilidade socioambiental, e a regra tácita é a compreensão compartilhada entre MMA e os bancos sobre sua ação limitada do setor econômico sobre as questões ambientais.

Sua ênfase está na autorregulação por meio de instrumentos econômicos de mercado (GEELS et al, 2015), como acordos e certificações voluntárias (ANBUMOZHI

et al., 2010), programas e relatórios de responsabilidade corporativa (OKOYE, 2009) e lançamento de novos produtos financeiros, como linhas de crédito socioambientais (TOSINI, 2013).

De acordo com Magalhães (2010, p. 234): “a resposta dos bancos às pressões do movimento ambientalista não foram apenas ações reativas, mas sim, estratégias que visaram manter o poder de influência sobre a definição das regras e das estruturas do mercado”.

No conjunto, estes elementos permitem concluir que, de acordo com o quadro analítico dos papéis dos atores e seus posicionamentos quanto à sustentabilidade e à PCS, os representantes do setor financeiro adotam um posicionamento reformista quanto à PCS e baseados em estratégias de sustentabilidade fraca.

6.2.2 *Os representantes do setor varejista*

O setor varejista e supermercadista esteve representado nas reuniões do Comitê Gestor de PCS por dois atores sociais: a Confederação Nacional do Comércio – CNC e a Associação Brasileira de Supermercado – ABRAS, que enviaram representantes técnicos e do corpo diretivo. Em uma delas, o superintendente da ABRAS, que na ocasião também representava a CNC, mostrou-se crítico aos trabalhos do CGPCS:

[14] Foram muito poucas as reuniões que aconteceram, e eu posso dizer que nesse período houveram [sic] três reuniões que nós participamos, e pelo que me consta participamos de todas. (...) a gente sentia um pouco de falta de uma estrutura mais efetiva e de uma prestação de conta, se é esse o nome ou não, dos trabalhos que estavam sendo desenvolvidos em cada elo da cadeia, por exemplo [Ata4reunião, SuperintABRAS, 2018, grifo nosso].

A crítica do representante foi à baixa capacidade executora e de prestação de contas do MMA em relação ao PPCS e à interlocução com outros atores da cadeia. A ABRAS reconhece a importância do CGPCS, considera-se um ator protagonista dada sua participação anterior e cobra ações do agente estatal.

Os motivos que levam este setor ao engajamento com os atores estatais, e em particular com o PPCS, estão relacionados às possíveis ações regulatórias que possam emergir. Dois exemplos podem ser citados: o primeiro é que dentre os ODS-2030, a meta 12.3 fala especificamente:

[15] Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita (ONU, 2015, grifo nosso).

O segundo exemplo são as iniciativas brasileiras para regulamentar o setor e reduzir as perdas. De acordo com um levantamento realizado pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados – CEDES, em dezembro de 2018 havia cerca de trinta projetos de lei em análise no Congresso Nacional versando sobre o tema (DOLABELLA et al., 2018).

Além da “ameaça” de uma possível atuação do Estado, a ABRAS preocupa-se sobretudo com as atuais perdas econômicas bilionárias do setor:

[16] (...) a grande preocupação até então do varejo era a questão das perdas, e aqui relacionada as perdas em valores ou perdas financeiras, porque como envolve vários motivos hoje um dos trabalhos que nós fizemos na 'ABRAS' foi abrir essas informações, porque ao longo do tempo a gente verifica que os números eles não vem melhorando e aqui nós estamos falando do faturamento líquido do supermercado (...) a gente verifica que o total de 2016 houve uma perda de R\$ 7,11 bilhões; isso significa a 5ª maior rede de supermercado do País [Ata4reunião, SuperintABRAS, 2018, grifo nosso].

Como possíveis respostas ao problema, a ABRAS tem atuado em três frentes relacionadas à prevenção de perdas:

[17] Só reforçando que nós estamos trabalhando, então, nesses três eixos, que é a comunicação, a educação e a transparência, porque a gente acredita que somente através dessas agendas é que a gente vai conseguir tratar esse assunto de uma forma mais objetiva e aí pelos históricos dar para se identificar a necessidade desses três pilares [Ata4reunião, SuperintABRAS, 2018, grifo nosso].

A ênfase destas frentes está relacionada à abordagem pela soberania do consumidor, considerada de sustentabilidade fraca ao tratar justamente o elo mais fraco da cadeia de produção e consumo como se fosse dotado de racionalidade plena, resultando num individualismo político – isto é, que lança para o indivíduo a responsabilidade para solucionar um problema que é coletivo (JACOBSEN, DULSRUD, 2007; BARR, GILG, SHAW, 2011; VERGRAGT, AKENJI, DEWICK, 2014).

Outra dificuldade relatada pela ABRAS está na comunicação com o cliente, particularmente no que se refere ao valor agregado pelo discurso da sustentabilidade, e para isso sua proposta é que o Estado conceda espaço aos atores privados para lançarem mão de iniciativas de autorregulamentação e autodeclaração:

[18] (...) a questão da autodeclaração, que, muitas vezes, nós também ficamos aguardando uma formalização ou uma legislação e, muitas vezes,

nós temos competência para fazer. Alguns podem chamar de autodeclaração ou até de uma auto-regulamentação, porque tem muitas iniciativas que acabam ficando soltas ao longo do tempo, e a gente, muitas vezes, perde a oportunidade para fazer isso [Ata4reunião, SuperintABRAS, 2018, grifo nosso].

Neste momento, o representante faz uma crítica velada ao tempo e modo de resposta do Estado (supostamente mais lento) em comparação com o da iniciativa privada (supostamente mais ágil), que é visto pelo ator como uma "competência" e que, sob sua ótica, justificaria a autorregulamentação. De uma perspectiva da interpretação sociológica do discurso, o que se revela na fala deste ator é a propositura de uma abordagem político-econômica liberal para os problemas enfrentados pelo setor varejista, que vê o Estado como moroso e ineficiente.

Em relação à comunicação da PCS, os atores acreditam que o excesso de informação confunde o consumidor e espera contribuições interdisciplinares do Comitê Gestor, ao mesmo tempo em que valoriza as certificações de produtos, capazes de "descomoditizar" produtos e serviços e assim resultar em produtos de maior valor agregado:

[19] A representante da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) considerou que o consumidor tem muitas informações. A depender de como se usa o selo, acaba perdendo credibilidade, a exemplo do que se vivencia com os produtos orgânicos. A ABRAS propôs que, após a consulta, se forme Grupo de Trabalho para tratar do tema [Ata3reunião, AdvABRAS, 2016, grifo nosso].

Esta representante considera a certificação importante para credibilidade de sua instituição e seus produtos junto aos consumidores. Reconhece no CGPCS um fórum adequado para tratar da questão. Interpreta-se que certificações ajudam na "descomoditização" para a criação de reservas de mercado, e quanto mais restritos, maior o diferencial mercadológico.

Resumindo-se, o que está em jogo para este setor são as suas perdas econômicas ao longo da cadeia logística de produção e distribuição. O setor busca adotar sob o discurso da sustentabilidade um conjunto de estratégias reformistas, pautadas por ênfase na ecoeficiência para redução das perdas e desperdícios capazes de lhe proporcionar economias financeiras, e não na redução do consumo em termos absolutos (VERGRAGT, AKENJI, DEWICK, 2014). Há também uma disputa quanto à regulação da comunicação com o cliente, que é importante para este ator, que reivindica uma comunicação mais autorregulada por meio da adoção de

instrumentos voluntários (HEISKANENA et al., 2009), principalmente aquelas voltadas à autodeclaração (VERGRAGT et al., 2014; REISCH et al., 2016; HEISKANENA et al., 2009; THØGERSEN, 2005; LEBEL, LOREK, 2008). Trata-se, por fim, de um posicionamento de sustentabilidade fraca com ênfase em práticas reformistas.

6.2.3 Os representantes do setor da construção civil

O setor da construção civil esteve representado nas reuniões do CGPCS por meio de técnicos e gestores da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC. Trata-se de uma das maiores entidades do setor, que reúne dezenas de sindicatos e associações patronais, cujo único sócio honorário foi o ex-Vice-Presidente da República José Alencar, de perfil conservador e liberal. Na prática, a CBIC atua como uma poderosa entidade lobista da construção civil. Diz seu estatuto (CBIC, 2018):

[20] Art. 3º. – Os objetivos da Câmara são:

I) Defender os princípios da democracia representativa, da economia de mercado e da livre iniciativa e livre concorrência, com a valorização do trabalho humano e do desenvolvimento sustentável;

(...)

III) Promover o desenvolvimento da indústria da construção e do mercado imobiliário por meio de ações da seguinte natureza:

a) no âmbito do Poder Executivo, buscando formas de participação na definição das políticas setoriais de desenvolvimento, nacionais ou regionais, e nas suas regulamentações, que tenham reflexos nas atividades dos segmentos empresariais que representa (...);

b) no âmbito do Poder Legislativo, de apoio aos projetos de interesse do setor e de oposição àqueles que podem ter como consequência a desorganização da produção e das relações de mercado (...);

c) De estímulo, prestígio, promoção e participação em eventos com a presença de representantes do Poder Judiciário (...).

A identificação de seu papel social auxilia a compreender sua posição no campo como representante de atores incumbentes do setor, bem como seu interesse na participação no CGPCS. Os excertos a seguir trazem evidências que auxiliam a compreender de forma mais específica quais são estes interesses:

[21] [durante reunião da Mesa de Diálogo da Agenda da Construção Civil para o 2º. Ciclo de PPCS o representante da CBIC] acrescentou que irá lançar uma série de três publicações sobre sustentabilidade de obras (...).

[22] Destacou ainda a publicação do mapeamento de incentivos econômicos para construção sustentável, onde a CBIC buscou boas práticas no mundo

inteiro sobre incentivos para construção – leis, decretos etc. [cita vários exemplos]. Salientou que a parte relativa à legislação é prioridade para a CBIC.

[23] Acrescentou que estão também incentivando e buscando elaborar as diretrizes gerais para levar aos estados (...) e construindo um acordo de cooperação com a ABRAFATI [Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas], visando à mudança na resolução 307 do CONAMA²⁷ (...)

[24] Concluiu informando que essas iniciativas são contribuição para atingir as metas estabelecidas no 1º. Ciclo do PPCS, o que estão propondo para o segundo ciclo do plano e o que estão planejando trabalhar para contribuir para o segundo ciclo de implementação do plano [AtaConstrução, represCBIC, 2015, grifo nosso].

As publicações referidas em [21] são guias de boas práticas sociais e ambientais para a construção civil. Já o [22] é um documento estratégico que visa instrumentalizar as empresas do setor no jogo político com os governos locais para incentivarem tanto a adoção de suas práticas, como determinados modelos de negócios (IPTU Verde, flexibilização do licenciamento ambiental e da gestão de resíduos da construção, citado em [23], entre outros). Já em [24] a CBIC apresenta-se como parceira do PPCS. Em síntese, este ator justifica sua atuação a partir do conhecimento técnico especializado para influenciar as agendas políticas.

A entidade enfatiza também suas ações na formação e divulgação das boas práticas do setor, de forma geral voltadas à ecoeficiência e inovação tecnológica:

[25] A CBIC tem um prêmio, chama Prêmio CBIC de Inovação e Sustentabilidade (...). Nesse prêmio, a gente tem categorias tanto para trabalhos acadêmicos como pra cadeia produtiva, fabricantes de materiais, uma terceira categoria sistemas construtivos, uma quarta categoria de tecnologias de informação, e estamos aí desenhando uma nova categoria estreante esse ano de startups pra gente realmente movimentar um pouco o nosso modelo de negócio, sair dessa pecha de produção artesanal para entrar mais ainda nos ecossistemas de inovação [Ata4reunião, CoordCBIC, 2018, grifo nosso].

Por fim, o ator destaca seu papel junto ao ator estatal, pois reconhece nele seu maior cliente, maior vitrine e responsável pelo desenvolvimento de políticas públicas importantes para o setor:

[26] A gente tem uma Comissão Técnica específica para os temas ligados nesses dois temas de meio ambiente e sustentabilidade. (...) Com relação a questão de habitação e interesse social, a gente sempre participa junto com o Ministério das Cidades, Caixa Econômica e outros demais agentes para fomentar a questão da sustentabilidade em habitação de interesse social. Isso inclui questão de fomento à energia renovável nas habitações de

²⁷ Esta resolução trata, entre outras coisas, da responsabilidade pela gestão dos resíduos da construção civil.

interesses social, incentivo de programas que fomentem essa prática, também disseminação junto as nossas construtoras. (...) Na parte de energia, além da eficiência energética junto ao Procel Edifica, a gente também tem iniciativas que voltam para a questão de energias renováveis, fotovoltaicas, solar e eólica [Ata4reunião, GestCBIC, 2018, grifo nosso].

Neste excerto [26], o que está em jogo é a definição de padrões de mercado e a formação de opinião no sentido da convergência de interesses entre incumbentes e estatais como, por exemplo, a certificação e a adoção de fontes energéticas renováveis. Esta atuação se dá de forma inclusive muito incisiva:

[27] A gente gostaria muito de retomar essa iniciativa do Esplanada Sustentável. Vamos lá, essa questão de quem chamar, já tem elencado alguns... Já posso colocar? O Ministério das Cidades, CAIXA, o pessoal do CBCS, que é o Conselho Brasileiro de Construção Sustentável, pessoal do Setor Reciclador, a ABRECON, ABSOLAR, ABÉolica, Ministério de Minas e Energia, o pessoal do Instituto Clima e Sociedade, que é um instituto que está trabalhando muito forte com os fundos internacionais para incentivo de uso de energia renovável aqui no Brasil, e está abrindo várias frentes. (...). Então, de legislação a gente já faz o acompanhamento, a gente tem uma agenda legislativa temática para meio ambiente, só com acompanhamento de legislação, assim como a CNI também. Então, nessa parte de legislação, eles têm um acompanhamento bastante forte. Então, a gente já pode apresentar os PLs [projetos de lei] na reunião, que a gente já acompanha com relação a esse assunto [Ata4reunião, GestCBIC, 2018].

A passagem [27] mostra como este ator age: em suas próprias palavras, de forma “bastante forte” para atuar em espaços de poder e obter vantagens (como os citados “incentivos econômicos”, definição de padrões de mercado, entre outros) a partir da interferência no processo legislativo e regulatório.

Resumindo-se, pode-se dizer que o que está em disputa para este setor quanto à sustentabilidade é o estabelecimento de normas e padrões de mercado. Aqui a regra do jogo é proteger-se institucionalmente por meio de estratégias de atuação junto aos atores estatais para defesa de seus interesses, assim como o fazem outros atores não-estatais que representam demais setores econômicos. Trata-se, portanto, de ação ativamente reformista de PCS, cuja ênfase recai sobre o desenvolvimento e implementação de tecnologias ecoeficientes (VERGRAGT, AKENJI, DEWICK, 2014), o *benchmarking* internacional para homogeneização dos mercados (PRINCEN, 1999; LIU et al., 2010) e para autorregulação da produção (HEISKANENA et al., 2009). Ainda que a adoção de sistemas energéticas baseados em fontes renováveis possa ser considerado como uma iniciativa de sustentabilidade “forte”, nada é dito sobre a redução de volumes absolutos ou a responsabilização das empresas por suas

externalidades (LEBEL, LOREK, 2008), caracterizando um alinhamento à sustentabilidade fraca e a práticas reformistas.

6.2.4 Os representantes do setor do agronegócio

Ao longo da construção dos ciclos de PPCS houve uma maior participação de atores estatais que não-estatais, particularmente no setor do agronegócio. No primeiro grupo, além do próprio MMA, destacam-se:

- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA,
- Ministério de Trabalho e Emprego – MTE,
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS,
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA,
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA,
- Agência Nacional de Águas – ANA,
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa
- Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.

Já no segundo grupo, apenas a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, uma entidade representante dos trabalhadores rurais, e a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária – CNA, que congrega lideranças rurais e políticas.

A análise dos documentos do PPCS mostrou que as principais categorias analíticas que emergiram nas discussões deste setor foram o uso de agrotóxicos, questões econômicas, agroecologia e processos de certificação da produção. O posicionamento dos atores sobre algumas destas categorias já foi suficiente para uma compreensão inicial de seu posicionamento no campo.

Assim, para o representante do MAPA:

[28] (...) o texto do 2º Ciclo é um documento importante porque o órgão tem trabalhado, durante as duas últimas décadas, com agricultura sustentável, visando a modificar paradigmas produtivistas. A orientação dada pelo MAPA foi de que as contribuições deveriam respeitar as ideias originais, porque sabiam que ali havia um paradigma estruturante. No entanto, ressaltou que há de se ter o cuidado de não criar um texto que desfavoreça a atuação internacional do Brasil, um importante *player* no comércio internacional de alimentos [Ata3reunião, RepresMAPA, 2016, grifo nosso].

O MAPA adotou um discurso moderado, valorizando a possibilidade de transição paradigmática, mas destacando a importância do setor para a economia nacional. Seu discurso reflete uma visão estratégica governamental: reconhece avanços possíveis em PCS, principalmente em se considerando a possibilidade de modificação para paradigmas menos produtivistas, sem deixar de enfatizar a importância do setor para a balança comercial brasileira. Seu posicionamento reflete a orientação de “reformismo político fraco” praticado pelos governos federais até meados da segunda década do século XXI, que se caracterizou, segundo Singer (2012), pelo combate à pobreza sem ameaçar romper de fato com a “ordem” estabelecida pelas elites.

Quanto aos agrotóxicos, a posição dos representantes foi a seguinte:

[29] A indústria de agrotóxicos é a que mais ganha com os mesmos. Deve-se valorizar a agricultura sustentável e o Programa Produtor de Águas [AtaAgric, GerenteANA, 2015, grifo nosso].

[30] Hoje vê que o problema maior é no uso de agrotóxico [AtaAgric, AssesANA, 2015, grifo nosso].

[31] A questão do agrotóxico está altamente vinculada às sementes transgênicas. Primeira coisa: identificar que sustentabilidade estaria sendo discutida [AtaAgric, CoordMDA, 2015, grifo nosso].

[32] O foco do PARA [Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos, do Governo Federal] é de agrotóxico com foco na saúde (...), não é um agente de regulação. O IBAMA e MAPA é que fazem a regulação, caso esta vá ser uma meta. Existem mais 400 agentes químicos para análise e já estamos analisando em torno de 260. (...) Existe uma política de mercado que associa o agrotóxico às sementes comercializadas, especialmente às transgênicas [AtaAgric, GerentAnvisa, 2015, grifo nosso].

[33] Tem de haver política para o mercado de agrotóxicos e sementes transgênicas. Formulação de indicadores para o acompanhamento. [AtaAgric, PesqEmbrapa, 2015, grifo nosso].

[34] O agrotóxico usado é de alto custo. Chega a custar 50% da safra. Precisamos de alternativas tecnológicas mais eficientes para substituição. É necessário dispor de produtos menos agressivos. Há alternativa, mas se necessita avançar muito mais para se ganhar escala. Quanto menos se usar agrotóxico, melhor. (...) A transição demanda muita informação e capacitação para total conhecimento da integração da propriedade (...) Vamos ter de conviver com o agroquímico por mais algum tempo. Mas é preciso que isso seja feito de modo regulamentado. Não existe seguro para hortifrúti. Deveria passar a existir, pois no desespero o agricultor pode aplicar agrotóxico fora do período autorizado, de modo a garantir a safra. Muitas vezes o agricultor usa o agrotóxico de forma inapropriada para proteger a produção [AtaAgric, AssesCNA, 2015].

Neste debate, foi possível perceber que todos os atores estatais têm um posicionamento crítico em relação aos agrotóxicos. O único favorável foi o da CNA, que representa o setor privado e vê os agrotóxicos como uma contingência, uma espécie de “mal necessário” para que se atinja “a escala” desejada. Para este ator, os problemas são: a falta de regulamentação para o uso de agrotóxicos e de orientação ao produtor rural, a inexistência de alternativas tecnológicas e a indisponibilidade de seguros contra perdas.

O posicionamento da CNA também deve ser contextualizado do ponto de vista sócio-histórico, uma vez que os incumbentes representados por este ator são exatamente aqueles que mais têm se beneficiado com práticas convencionais geradoras de impactos ambientais, como contaminação hídrica, perda da biodiversidade e emissões atmosféricas. Seu discurso traz um posicionamento conservador e reativo que antagoniza não apenas com o do MAPA, mas com o próprio PPCS: ao mesmo tempo em que adere ao discurso da “sustentabilidade rasa” (LOREK, FUCHS, 2013), enxerga, por exemplo, as certificações como um custo que frequentemente não se reverte em lucros econômicos (“A certificação é de alto custo e muitas vezes não atende a contento suas funções” [AtaAgric, AssesCNA, 2015]), caracterizando um posicionamento reformista.

Já para os trabalhadores rurais, os principais problemas são os custos e a dificuldade de acesso à extensão rural:

[35] O crédito está “bancarizado” no Brasil. O banco financia aquilo o que lhe interessa. É necessário “desbancarizar” o crédito para que a agricultura sustentável possa ter recursos disponíveis.

(...)

[36] Quem hoje vai entrar na agroecologia? Quais são as condições oferecidas para o agricultor fazer a transição para a agroecologia? O aparato de Estado hoje não está preparado para uma agricultura sustentável. O documento deve trabalhar numa mudança da estrutura do Estado para este tipo de agricultura [AtaAgric, SecretCONTAG, 2015].

Com relação ao tipo de extensão rural a ser proporcionada, os atores estatais reconhecem que a agroecologia é o caminho:

[37] Toda a assistência técnica tem que ser agroecológica [AtaAgric, PesqEmbrapa, 2015].

[38] Trata-se de qual o modelo de desenvolvimento que se quer para o campo. E a agroecologia é o modelo. A Ministra Izabella é signatária do PLANAPO²⁸. Este plano ainda está muito vinculado à Agricultura Familiar,

²⁸ Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), principal instrumento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, lançada pelo Governo Federal em 2012. Articula

mas a não familiar deve estar dentro. (...) O MDA tem dito claramente sobre o que se espera do desenvolvimento do campo: o Plano Safra da agricultura familiar coloca que toda a Assistência Técnica e Extensão Rural terá enfoque de agroecologia [AtaAgric, CoordMDA, 2015].

[39] O texto proposto [do PPCS2] traz o documento da UNCTAD [Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento], produto da reunião de mais de 50 especialistas. Esta publicação da ONU associa mudanças climáticas, adaptação as mesmas e a transição para agroecologia [AtaAgric, AnalistDPCS, 2015].

Foi possível encontrar também divergências internas nos discursos do MAPA. Se dentre os participantes da Mesa de Diálogo para a Agricultura Sustentável os representantes apresentaram um discurso moderado, na etapa da consulta pública para o 2º. Ciclo, surgiram posicionamentos bem mais conservadores deste ator, propondo a retirada de pontos que faziam referência aos incentivos ao PRONARA, à agricultura agroecológica, à responsabilidade estendida ao longo da cadeia de produção, ao cumprimento de critérios sociais na produção e à redução no consumo de alimentos ultraprocessados (Quadro 10).

Quadro 10 - Sugestão de contribuição do MAPA ao PPCS

Texto original [PPCS2]	Sugestão de alteração [RepresMAPA]	Situação
O sistema de produção e distribuição dos alimentos pode promover justiça social, saúde pública e proteger o ambiente; ou, ao contrário, gerar desigualdades sociais, problemas de saúde e ameaças aos recursos naturais e à biodiversidade. Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014, p.10; 125-126), três dos dez passos para uma alimentação adequada e saudável são: fazer que alimentos in natura ou minimamente processados, em grande variedade e predominantemente de origem vegetal, sejam a base da alimentação; limitar o consumo de alimentos processados; e evitar o consumo de alimentos ultraprocessados.	O sistema de produção e distribuição dos alimentos pode promover justiça social, saúde pública e proteger o ambiente; ou, ao contrário, gerar desigualdades sociais, problemas de saúde e ameaças aos recursos naturais e à biodiversidade. [sugestão de exclusão:] Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014, p.10; 125-126), três dos dez passos para uma alimentação adequada e saudável são: 1) “fazer que alimentos in natura ou minimamente processados”, em grande variedade e predominantemente de origem vegetal, sejam a base da alimentação; 2) limitar o consumo de alimentos processados; e 3) evitar o consumo de alimentos ultraprocessados. [inclusão] desde que as regras não sejam perseguidas mediante um amplo projeto de educação ambiental	Não acatado
O Pronara está sendo elaborado de forma a orientar e organizar diferentes iniciativas do governo para desencadear a construção de mecanismos suplementares de controle. Ferramentas como restrição ao uso, produção e comercialização de agrotóxicos no País, com especial atenção para aqueles com alto grau de toxicidade e ecotoxicidade; incentivo à redução do uso dos agrotóxicos, promovendo a conversão para sistemas de produção como os orgânicos e de base agroecológica; e educação em torno da temática agrotóxicos, de forma a conscientizar a população dos problemas advindos do seu uso, bem como das alternativas existentes para o seu enfrentamento.	Excluir o parágrafo	Não acatado
O respeito às questões sociais e de direitos humanos é também fundamental para a sustentabilidade da agricultura e a segurança de varejistas e consumidores. O cumprimento de critérios sociais relacionados ao processo produtivo do setor e a utilização de certificação de produtos, para além da obediência da legislação ambiental, são aspectos a serem promovidos e valorizados.	Excluir Parágrafo	Não acatado
A oferta desses produtos pode ser estimulada, com o fomento de sistemas mais sustentáveis de produção e distribuição, o desenvolvimento de cadeias que estendam a responsabilidade pelo desempenho social e ambiental, e a disponibilização de incentivos e estrutura de crédito que tornem o preço do produto final mais acessível aos consumidores.	Excluir Parágrafo	Não acatado

Fonte: excerto de [PlanilhaContr], BRASIL, 2016c

Como produto final, no PPCS, o subcapítulo sobre “Agricultura Sustentável” é um dos mais extensos dentre os setores econômicos prioritários, organizado em duas partes: a primeira, “Descrição e contexto”, em que apresenta um diagnóstico dos principais desafios e potencialidades do setor, seguida do “Cenário desejado e estratégias para sua realização”, que apresenta linhas gerais de ação estratégica.

Ao longo do texto, o PPCS adota uma posição discursiva que se assemelha à de um observador externo, tecendo críticas e apontando mudanças para um “tipo ideal” de produção agroecológica, com baixo impacto ambiental e capaz de promover justiça social. Ao mesmo tempo, ao não indicar responsáveis pela maior parte destas transformações, produz um estilo narrativo abstrato e normativo, quase como se fosse um narrador externo, e não a voz do próprio Estado. Isso pode ser compreendido, à luz da teoria de campos (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012), pelo fato de que o Estado não é um ator unificado, como pode-se verificar, por exemplo, nos seguintes excertos:

[40] O sistema de produção e distribuição de alimentos pode promover justiça social, saúde pública e proteger o ambiente; ou, ao contrário, gerar desigualdades sociais, problemas de saúde e ameaças aos recursos naturais e à biodiversidade [PPCS2, p. 102].

[41] Há necessidade de fortalecer iniciativas que promovam a racionalização do consumo (...) [PPCS2, p. 109].

[42] Torna-se necessário um esforço que envolva governo, setor varejista, setor produtivo, certificadoras e outros atores, para identificar claramente as medidas e instrumentos que precisam ser adotados para superar as dificuldades e aumentar a oferta de produtos mais sustentáveis do setor agrícola [PPCS2, p. 110].

Por outro lado, o texto enuncia e procura conclamar à ação intersetorial diversos planos, políticas e programas governamentais, que concorrem para a “Agricultura Sustentável” [PPCS2, p. 102], como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade – PGPMBio, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, entre outros.

Por fim, no capítulo sobre “Agricultura Sustentável” o PPCS apresenta “algumas tendências/ iniciativas que poderão alavancar a agricultura sustentável” (BRASIL, 2016b, p. 108), que podem ser resumidas da seguinte forma:

- Combate ao desperdício e às perdas de alimentos;
- Aumento da oferta de produtos mais sustentáveis;
- Estímulo à certificação e a selos de qualidade e origem dos produtos;

- Apoio a produtores e fornecedores locais;
- Fortalecimento da comunicação e sensibilização de consumidores;
- Facilitar o acesso ao crédito e financiamento rurais;
- Ampliação da assistência técnica e extensão para agricultura sustentável;
- Programas de P&D de tecnologias para transição para agroecologia;
- Outras ações: controle e gerenciamento dos impactos socioambientais na produção agrícola; incentivo ao desenvolvimento de produtos com diferenciais ambientais e/ou sociais; e a racionalização da oferta de produtos, fazendo uso de entregas a granel com a redução do uso de embalagens.

A análise sociológica do discurso deste subcapítulo mostra que as principais contradições entre os discursos dos atores estatais e não-estatais está no estímulo à certificação dos produtos agrícolas e à agroecologia. No caso do PPCS, a construção discursiva se apresenta no plano de possibilidades condicionais, de “iniciativas”, “tendências” ou “desejos” de que certas medidas e instrumentos políticos de competência governamental ocorressem, mas sem explicar como. Esta falta de objetividade é um dos elementos que pode ter feito com que o PPCS recebesse críticas de um representante da sociedade civil durante a consulta pública, acusando-o de consistir em “meros votos de desejo” (BRASIL, 2011a, p. 94).

Resumindo-se, pode-se dizer que o que está em jogo para os atores não-estatais deste setor é a manutenção do seu modelo de negócio, baseado na produção extensiva e em larga escala. Essa ação entra em conflito com determinadas iniciativas do ator estatal, particularmente aquelas voltadas à regulação do setor e do incentivo à agroecologia. O PPCS, enquanto mero plano de ação, não tem força para constituir uma política de comando e controle, e por isso é criticado por atores representantes da sociedade civil. O resultado é que atores do agronegócio adotam uma posição de reformismo de sustentabilidade fraca, enquanto o Estado reconhece a necessidade de caminhar em direção à sustentabilidade “forte”, mas não tem força para propor medidas neste sentido, permanecendo nas iniciativas reformistas ou reconfigurativas.

6.2.5 Os representantes do setor industrial

De todos os atores sociais analisados, a CNI, representante dos atores do setor industrial, mostrou-se estar entre os mais participativos ao longo do processo de

construção do PPCS, mas também entre os mais reativos às proposições trazidas pelo Plano.

Em seu discurso, a CNI reforçou um posicionamento político com ênfase em uma visão de mercado neoliberal, com um Estado coadjuvante e pouco regulado, ora pleiteando a retirada de procedimentos administrativos e isenções fiscais, ora pedindo mais oportunidades de negócios em compras públicas. Na consulta pública do 1º. Ciclo, por exemplo, este ator propõe:

[43] Incentivo e facilidades de licenciamento para empresas que possuem sistema de gestão ambiental implantado / certificado (ISO 14001), como forma de motivar os empresários a investirem em sistema de gestão ambiental, buscar certificação e manter o sistema visando à redução dos impactos ambientais causados por seu processo [PPCS1anexo3, p. 105, grifo nosso].

Nesta passagem [43], o representante do setor industrial propõe que por meio do PPCS o Estado abra mão de parte de seu poder regulatório e fiscalizador das atividades geradoras de impacto ambiental em troca de uma maior autogestão por parte do setor privado.

Já na reunião setorial da Mesa de Diálogo sobre Resíduos, a CNI:

[44] sugeriu que, no documento, fosse dada mais ênfase aos custos associados ao processo; criticou a abordagem do documento sobre a obsolescência programada; ressaltou a importância de realizar um debate sobre a desoneração das cadeias de logística reversa e reciclagem [AtaResíduos, 2015, grifo nosso].

Aqui em [44] o ator faz críticas aos posicionamentos do PPCS que tocam em aspectos relacionados às práticas do setor. O representante reivindica vantagens fiscais, justificando a partir de seus custos com a sua produção.

Na reunião de lançamento da consulta pública do 2º. Ciclo de PPCS, reiterou o apoio da instituição, mas fez ressalvas quanto ao conteúdo do Plano:

[45] O representante da Confederação Nacional da Indústria - CNI (...) reafirmou que o Plano pode contar com o apoio da Confederação. Com relação à Análise do Ciclo de Vida, observou que uma questão é a ideia de ACV e outra é a aplicação da ferramenta. Enquanto a primeira deve ser adotada, a segunda não pode aparecer como uma exigência, pois é um processo complexo e custoso para a indústria. O representante da CNI solicitou a exclusão do tópico “aumento da durabilidade do produto”, já que a

noção não necessariamente pode ou deve ser empregada para todos os produtos. Em alguns momentos, pode inibir a inovação. Então, talvez não seja tão interessante trazer o tema como projeção [Ata3reunião, analistCNI, 2016, grifo nosso].

Na passagem [45], chama a atenção em especial o discurso da CNI contrário ao aumento da durabilidade dos produtos, portanto, a favor da obsolescência, um completo desalinhamento com qualquer perspectiva de sustentabilidade, por mais fraca que seja.

Por ocasião da consulta pública para o 2º. Ciclo do PPCS, o MMA organizou um quadro completo de todas as contribuições recebidas. Nele, a CNI colaborou enviando cerca de cinquenta sugestões de alterações na redação original, que iam desde correções ortográficas, passando por supressões, questionamentos ou propostas de revisões estruturais não apenas sobre aspectos específicos da produção industrial como também, em muitas passagens, sobre o setor do agronegócio. Algumas destas contribuições mais significativas foram discutidas a seguir.

[46] Trecho original [PPCS2]: Eixo temático: Indústria Sustentável: (...) 6) Prolongamento da durabilidade dos produtos”

Contribuição da CNI [PlanilhaContr]: Substituir por “6) Melhoria de atributos ambientais dos produtos”. É necessário também tomar cuidado com a questão do prolongamento da durabilidade, visto que existem produtos onde a descartabilidade é fundamental para a eficácia da aplicação.

Situação após avaliação pelo MMA: não acatado.

Sob a ótica produtivista, o descarte é visto como uma das etapas que leva à retroalimentação do ciclo de produção e consumo. A posição deste representante não considera os limites da produção das perspectivas ecológica e entrópica, mas tão somente econômica (MARTINEZ-ALIER, 1987; DALY, 1996).

[47] Trecho original [PPCS2]: Eixo temático: Gestão de Resíduos Sólidos 5) Análise do Ciclo de Vida do produto – ACV, para definir o perfil ambiental do produto ou processo, bem como possibilitar que os fluxos de matéria e energia envolvidos no ciclo de vida de um bem sejam medidos e relacionados a diversas categorias de impactos ambientais.

Contribuição da CNI [PlanilhaContr]: [A ACV é] ferramenta de alto custo, aplicada caso a caso e em situações específicas. Para aumentar a reciclagem deveriam constar ações mais práticas, como: desoneração da cadeia; redução da burocracia na emissão de licenças para armazenamento, transporte e destinação final de produtos após o uso pelo consumidor; ampliação e desburocratização de ofertas de financiamento de ações

voltadas à reciclagem; incremento à reciclagem energética de rejeitos; estabelecer obrigatoriedade dos governos, em todos os níveis, na aquisição de produtos, que contenham em sua composição, materiais reciclados (...).

Situação após avaliação pelo MMA: não acatado.

A CNI preocupa-se fortemente com os custos da ACV e propõe como alternativa medidas relacionadas à redução tributária, acesso a mercados via intervenção estatal e redução de trâmites processuais. O Estado é visto como facilitador de negócios. Nada é dito sobre os conflitos entre a lógica produtiva e seus impactos socioambientais.

[48] Trecho original [PPCS2]: Eixo temático: Relatos de Sustentabilidade 3) Exigência progressiva, nos vários níveis de Estado, como critério para participação em compras públicas sustentáveis, política de incentivos fiscais e acesso facilitado ao crédito, licenciamento e concessões, de divulgação integrada de informações não financeiras e financeiras, na modalidade Relate ou Explique;

Contribuição da CNI [PlanilhaContr]: Não cabe ao PPCS exigir que as empresas tenham relatório de sustentabilidade para acesso às compras públicas sustentáveis. O papel aqui deveria ser de induzir que os setores adotem o relatório de sustentabilidade e criar mecanismos para que isso aconteça. Sugestão de alteração: criação de mecanismos para viabilizar a adoção de estratégias de sustentabilidade na gestão corporativa, quando aplicável, a fim de aumentar os relatos de sustentabilidade no país, com vistas a incorporar este item em processos futuros de compras públicas sustentáveis, etc...

Situação após avaliação pelo MMA: não acatado.

O representante reforça que em sua opinião não é papel do Estado induzir empresas privadas a produzirem relatórios de responsabilidade – no máximo, a “viabilizá-los quando aplicáveis” para que possam ser adotados, p. ex., como requisito de compras públicas. Isto pode ser compreendido pelo fato de que, da perspectiva da CNI, tais relatórios seriam instrumentos voluntários, prescindindo, portanto, de regulação estatal. Neste ponto vale citar que para além de voluntários, os relatórios cumprem um papel social de prestar informações às partes interessadas, inclusive ao próprio Estado (OKOYE, 2009). O que este ator social expressa é aqui o desejo por uma atuação estatal fraca, meramente indutora e que só deve ocorrer caso proporcione vantagens econômicas.

[49] Trecho original [PPCS2]: Os países desenvolvidos e em desenvolvimento precisariam proceder mudanças de paradigma no desenvolvimento agrícola, no qual a “revolução verde” seria substituída por uma opção de intensificação verdadeiramente ecológica. Isso implicaria em

uma mudança rápida e significativa dos insumos para a indústria e da monocultura convencional rumo a um mosaico sustentável, com sistemas regenerativos que melhorariam consideravelmente a produtividade dos pequenos agricultores. É necessária uma mudança de visão linear para uma abordagem holística na gestão agrícola. Esta reconheceria que um agricultor não é apenas um produtor de bens agrícolas, mas um gestor de um sistema agroecológico, que fornece um grande número de bens públicos e serviços, como água, solo, paisagem, energia, biodiversidade e recreação.

Contribuição da CNI [PlanilhaContr]: Afirmar que o mundo precisaria “proceder mudanças de paradigma no desenvolvimento agrícola, no qual a “revolução verde” seria substituída por uma opção de intensificação verdadeiramente ecológica” é como desejar implementar uma peça de ficção científica, considerando que todo o contexto necessário a essa alteração de paradigma ainda inexistente. Com relação a paradigma, há uma confusão conceitual, pois o paradigma é determinado pelas práticas daquele determinado momento – então são as práticas que implicam na alteração de paradigma, e não o contrário. Afirmações quanto a mudanças dos insumos para a indústria e da monocultura convencional para um “mosaico sustentável” calcado em pequenos produtores, além de demandar tecnologias que são atualmente escassas (para manutenção da produtividade), são contrárias à realidade produtiva de qualquer segmento e da teoria econômica – exceto em situações de subsistência. Ganhos de escala, dentre outros benefícios econômicos são fundamentais para manutenção do volume de produção necessário para suprimento da demanda por alimentos.

Situação após avaliação pelo MMA: não acatado

Aqui o representante utiliza-se de discurso irônico para tentar desqualificar o texto do PPCS. Adota argumentações sofisticadas (mudança de paradigma, tecnologias escassas) para justificar a manutenção das atuais condições de produção, às quais se refere eufemisticamente por “realidade produtiva” e “teoria econômica”, esquecendo-se que políticas públicas são muitas vezes imprescindíveis para mudar as práticas. Ao lançar mão deste tipo de discurso e de argumentação, o representante procura justificar suas próprias práticas, omitindo o fato de que muitas externalidades do sistema produtivo são socialmente excludentes, economicamente injustas e ecologicamente insustentáveis, sendo em parte responsáveis pela crise socioambiental sistêmica para qual não há saída dentro do atual paradigma econômico.

[50] Trecho original [PPCS2]: O sistema de produção e distribuição dos alimentos pode promover justiça social, saúde pública e proteger o ambiente; ou, ao contrário, gerar desigualdades sociais, problemas de saúde e ameaças aos recursos naturais e à biodiversidade. Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014, p.10; 125-126), três dos dez passos para uma alimentação adequada e saudável são: fazer que alimentos in natura ou minimamente processados, em grande variedade e predominantemente de origem vegetal, sejam a base da alimentação; limitar

o consumo de alimentos processados; e evitar o consumo de alimentos ultraprocessados.

Contribuição da CNI [PlanilhaContr]: O início do parágrafo (...) não diz qual é o sistema de produção / distribuição alternativo. O texto deve se preocupar com sua objetividade e na efetividade das ações que se propõe, e não em abrir debates ideológicos sobre modelos econômicos e sobre polarização social. (...) É bom ressaltar que há espaço mercadológico para todo tipo de alimento. Não há qualquer justificativa para marginalizar esses produtos [processados e ultraprocessados], já que o consumo praticado em níveis adequados não traz prejuízos à saúde. Então, o que se observa é a inversão da racionalidade de mercado, já que é mais fácil marginalizar a indústria. Essa abordagem não deve existir em documento dessa natureza, até por que a produção de alimentos processados e ultraprocessados pode ser sustentável.

Situação após avaliação pelo MMA: em discussão.

Aqui o discurso da CNI opta por um debate retórico na tentativa de desclassificar o ideal conservacionista do PPCS como “debate ideológico” sobre “polarização social”. Sob a lógica liberal de mercado, argumenta que haver “espaço mercadológico” justifica o lançamento de “todo tipo de alimento” e de que “alimentos ultraprocessados podem ser sustentáveis” – a primeira, um tanto maquiavélica, e a segunda, falaciosa – e mesmo assim o MMA se propõe a discutí-las.

[51] Trecho original [PPCS2]: O Pronara está sendo elaborado de forma a orientar e organizar diferentes iniciativas do governo para desencadear a construção de mecanismos suplementares de controle. Ferramentas como restrição ao uso, produção e comercialização de agrotóxicos no País, com especial atenção para aqueles com alto grau de toxicidade e ecotoxicidade; incentivo à redução do uso dos agrotóxicos, promovendo a conversão para sistemas de produção como os orgânicos e de base agroecológica; e educação em torno da temática agrotóxicos, de forma a conscientizar a população dos problemas advindos do seu uso, bem como das alternativas existentes para o seu enfrentamento.

Contribuição da CNI [PlanilhaContr]: Conteúdo frágil / tendencioso. O Pronara visa preponderantemente a agricultura familiar. (...) desconsidera que a agricultura brasileira é predominantemente tropical, sendo o país o único no mundo a realizar não apenas uma, mas duas ou três safras em 12 meses – daí justificando maior uso destes insumos. O autor também, por mais de uma vez, acredita no controle econômico pelo Estado, o estabelecimento de restrição de uso. O registro é temerário para um documento de governo.

Situação após avaliação pelo MMA: não acatado.

Trata-se aqui de um discurso para justificar a manutenção e o controle social dos meios de produção seguindo-se o modelo hegemônico do agronegócio intensivo no consumo de agrotóxicos e transgênicos em grandes latifúndios com altos custos socioambientais não contabilizados. A CNI apresenta uma crítica ao PRONARA, e busca justificar o uso intensivo de insumos a partir da possibilidade de produção

intensiva. Aparece novamente uma crítica neoliberal à uma possível intervenção estatal no setor, que em seu discurso o representante chama de “controle econômico”. A própria escolha da palavra “insumos”, ao invés, p. ex., de agrotóxicos (que é a expressão adotada na legislação ambiental) é significativo para a ASD. A Confederação acusa o discurso do PPCS de “tendencioso” ao mesmo tempo em que “se esquece” de que no texto original a iniciativa é mencionada como “mecanismo suplementar”. A reação defensiva no discurso da CNI parece ser disparada porque a entidade reconhece eventual oposição ou incompatibilidade entre suas práticas e aquelas agroecológicas enfatizadas pelo PPCS.

[52] Trecho original [PPCS2]: (...) realizar amplas campanhas estimulando os(as) consumidores(as) a reduzirem o consumo de descartáveis, inclusive de embalagens e sacolas plásticas.

Contribuição da CNI [PlanilhaContr]: Se o descartável for reciclável, qual o problema? Cuidado para que a ação não se contraponha aos objetivos da PNRS. Se reduzir a quantidade de descartáveis, haverá menor quantidade para as pessoas que sobrevivem desse mercado.

Situação após avaliação pelo MMA: não acatado.

Para a CNI, parece não haver problema na utilização de bens descartáveis, desde que sejam recicláveis, uma vez que já existem políticas específicas para tratá-los. A preocupação manifesta pela entidade é com uma eventual redução na disponibilidade de matéria-prima para os catadores destes recicláveis, e não com a condição destes trabalhadores. O representante aqui desconsidera as questões entrópicas e ecológicas das externalidades ao longo do ciclo de vida dos descartáveis, tanto do ponto de vista ambiental, como no que se refere às consequências sociais sobre a vida e o trabalho dos catadores.

Resumindo-se a interpretação sociológica dos discursos da CNI, pode-se dizer que a leitura que este ator faz do papel do Estado é de atuar provendo desonerações fiscais e facilidades administrativas, simplificação da emissão de licenças ambientais e ampliar seu mercado por meio da ação estatal no estímulo ao financiamento da reciclagem, criação de uma obrigatoriedade dos governos (em todos os níveis) adquirirem produtos provenientes de materiais reciclados, vantagens em compras públicas, entre outras.

Em sua argumentação proposições de mudanças por parte do Estado são ironizadas como sendo “peças de ficção”, “confusão conceitual”, “indisponibilidade

tecnológica” ou “contrárias à teoria econômica”, desconsiderando que são exatamente as atividades antropogênicas as responsáveis pela ultrapassagem dos limites planetários e que a compreensão destes limites é crucial para as decisões políticas sobre os riscos civilizatórios (inclusive econômicos) a serem assumidos (STEFFEN et al., 2015).

Uma consequência importante do discurso neoliberal adotado pela CNI é tocar na questão da soberania do consumidor (supostamente) dotado de racionalidade plena (BARR; GILG; SHAW, 2011), um dos indicadores de sustentabilidade fraca. Assim, o modelo econômico neoclássico baseado no discurso da autorregulação pelo livre mercado com a menor interveniência possível do Estado conduz à lógica proposta por este ator de que o consumo de alimentos ultraprocessados e de bens descartáveis “não são necessariamente ruins, podendo ser inclusive bons”, ainda que tais afirmações não encontrem respaldo científico – aliás, o oposto disto (CÁCERES-CORTEZ, 2007; BELL, 2015; BIELEMANN, 2015).

6.2.6 Os representantes da sociedade civil

A ASD dos atores da sociedade civil mostra uma série de questões que diferem e eventualmente opõem-se àquelas trazidas pelos demais atores não-estatais. Os principais excertos foram apresentados a seguir.

[53] Quanto à implementação do PPCS, sugiro o envolvimento de atores institucionais com maior capacidade de articulação política e de influência na economia, levando essa questão para o coração do governo, como Casa Civil e ministérios da área econômica [PPCS1anexo3, PessoaFis1, 2011, grifo nosso].

Aqui em [53] o cidadão que participou voluntariamente da consulta pública do 1º. Ciclo reconhece as diferentes instâncias de poder no aparelho estatal e recomenda que o PPCS seja escalado a níveis hierárquicos com maior capacidade de implementação, uma iniciativa relacionada ao posicionamento reconfigurativo quanto à PCS (ANBUMOZHI et al., 2010). Historicamente a PCS ficou sob responsabilidade do MMA por conta da afinidade temática e do protagonismo deste Ministério em outros marcos regulatórios, ainda que comparativamente não seja a pasta com maior poder político, nem econômico.

[54] (...) Nós não vamos ter consumo sustentável se nós não tivermos uma produção sustentável (...). Temos um Plano [PPCS] que está quase que completamente embasado em iniciativas voluntárias. O Estado está se isentando do papel de formulador de política pública estruturante de regular e de fiscalizar. Eu fico meio com receio de ter um plano que seja só como se fosse uma vitrine de boas práticas [Ata1reunião, CoordExeclDEC, 2011, grifo nosso].

A representante do IDEC traz em [54] uma crítica à forma excessivamente liberal e voluntária como o plano é conduzido. Como ator da sociedade civil, espera que o Plano exija maior comprometimento do setor produtivo para além das ações voluntárias e do Estado quanto à implementação e fiscalização. Este tipo de reivindicação surgiu em vários momentos durante a construção do PPCS, como por exemplo, nesta contribuição [55] de outra organização da sociedade civil enviada durante a consulta pública do 1º. Ciclo:

[55] [o PPCS deve] Atuar no plano da cultura e da opinião pública, visando ampliar a conscientização sobre a necessidade da transição para uma economia mais sustentável (...) Atuar no plano da regulação econômico-política e institucional, visando à construção ou reforma/ajuste dessas instituições, no sentido de criar um marco regulatório fiscal e econômico-financeiro favorável à transição para a PCS [PPCS1anexo3, RepresAkatu, 2011, grifo nosso].

Este representante cobra maior amplitude do PPCS como marco regulatório e mecanismo para maior alcance institucional de outros atores sociais. O representante demanda uma posição mais reguladora do Estado em termos políticos e econômicos, uma estratégia de sustentabilidade “forte”, segundo Thøgersen, (2005) e Lebel e Lorek (2008).

[56] Deve ser criado um subitem a mais dentro de “Mecanismos institucionais”, qual seja, uma função de acompanhamento e difusão/discussão das propostas para mudanças em leis, regulamentos, portarias, e outros instrumentos de políticas públicas e/ou organização institucional, etc. que tenham impacto sobre a PCS. (...) A falta de um mecanismo como o sugerido fragiliza a capacidade de acompanhamento e efetivação do PPCS por seus responsáveis e torna menos eficaz sua articulação com os demais atores sociais [PPCS1anexo3, RepresAkatu, 2011, grifo nosso].

Na passagem [56] acima, o representante faz uma crítica à ausência de mecanismos que permitam a implementação e o acompanhamento das políticas de

PCS. Reivindica maior protagonismo político e transparência por parte do Estado para permitir seu acompanhamento pela sociedade civil, o que é importante em termos de sustentabilidade forte e mudanças sociais reconfigurativas ou revolucionárias (COHEN; COMROV; HOFFNER, 2005).

[57] Na página 33, quando nós identificamos os atores e como eles podem participar, eu acho que às vezes, é um pouco ingênuo essa proposta aqui porque na verdade os órgãos de governo nacional e estaduais e locais não aderiram a compromissos. O papel do Estado não é aderir a compromisso, o papel do Estado é regular, fiscalizar, definir política pública que incentive novos padrões de produção e consumo. A questão é nesse sentido que eu falo da lógica de produção e consumo, tem uma hora que fala do varejo. É um pouco gentil nós olharmos como dois lados de uma mesma moeda [Ata1 reunião, CoordExecIDEC, 2011, grifo nosso].

A crítica que esta representante faz em [57] é quanto ao excesso de liberalidade do Plano. Ela reivindica um papel mais regulatório do Estado, principalmente como indutor na esfera federal. Demanda ainda que o Estado atue como um todo de forma mais incisiva, já que o MMA é apenas um dos integrantes de um governo plural que, assim sendo, tem seus matizes políticos e está sujeito a disputas de poder. Vale lembrar que a adoção de políticas regulatórias intersetoriais de PCS são consideradas de sustentabilidade “forte” (ANBUMOZHI et al., 2010).

[58] É fundamental que haja política pública para equilibrar a concorrência com o mercado privado. É fundamental que o setor produtivo seja regulado. A publicidade infantil é mais fácil de ser tratada, pois tem mais apelo, mas a publicidade de adultos também é massacrante. Não se pode colocar toda a responsabilidade no consumidor [AtaConsumo, RepresAlana, 2015, grifo nosso].

Este representante apresentou em [58] uma preocupação com a ausência de regulação do Estado de forma geral e quanto à publicidade em específico, enquanto instrumento de estímulo ao consumo junto à sociedade civil. Trata-se de uma organização voltada à discussão crítica da publicidade em geral e daquela voltada ao público infantil em particular. Suas reivindicações vão no sentido de coibir o excesso de liberalidade do governo quanto à publicidade. Limitar ou reorientar a comunicação comercial está relacionado à sustentabilidade forte, conforme Cohen, Comrov e Hoffner (2005) e podem ser socialmente reconfigurativo ou mesmo revolucionário (BRADLEY; BLYTHE, 2014).

[59] A ordem de prioridade do Plano deveria ser invertida: o Plano deve fazer um esforço de desenhar estratégias que aliem a redução da pobreza e da inclusão social às propostas para a produção e consumo sustentáveis, ou seja, o objetivo da redução da pobreza com inclusão social deve caminhar casado com os demais objetivos. As diretrizes e objetivos do PPCS deveriam ser descolados em relação aos protocolos internacionais. Esses são importantes, mas o País é independente para elaborar suas próprias diretrizes e objetivos [PPCS1anexo3, RepresEcoEco, 2011, grifo nosso].

Para este representante, a inclusão social e o combate à pobreza são mecanismo prioritários e habilitadores da PCS. Destacou em [59] a importância da busca por estratégias nacionais descoladas daquelas adotadas em realidades distintas. Aqui o representante destacou sua preocupação quanto à compatibilização entre políticas nacionais e internacionais de PCS, já que elas são uma decorrência de protocolos internacionais, priorizando uma das questões socioambientais mais críticas no Brasil, que é a pobreza. A atuação internacional e aprofundamento em políticas nacionais é uma estratégia considerada de sustentabilidade forte para Reisch et al. (2016).

Um dos elementos recorrentes nos discursos de vários destes atores está justamente na demanda por um maior protagonismo dos atores estatais. Esta atuação passa não apenas pela formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas, mas também pela regulação do setor privado.

Por fim, outro ponto que se destacou na análise dos discursos da sociedade civil foi a crítica feita ao PPCS quanto à ausência de indicadores e mecanismos de acompanhamento e fiscalização do Plano.

A comparação entre os resultados da ASD dos atores da sociedade civil com o quadro de posicionamento dos atores mostra que Instituto Akatu, Instituto Alana e IDEC adotam em um quadro interpretativo posicionamentos que vão do reconfigurativo ao revolucionário.

Assim, ao posicionar-se pela ampliação da conscientização sobre a necessidade da transição para uma economia mais sustentável, a representante do Akatu [55] está propondo uma educação formal/informal crítica dos consumidores, nos termos propostos por Layrargues e Lima (2015). Ao propor maior regulação econômico-política e institucional, visando à construção ou reforma/ajuste dessas instituições e a criação de um marco regulatório fiscal e econômico, a representante do Akatu [54 e 55] refere-se à adoção de políticas regulatórias intersetoriais de PCS

como definidas por Anbumozhi et al. (2010). Da mesma forma, propor o acompanhamento e efetivação do PPCS por seus responsáveis e demais atores sociais significa um aumento da prestação de contas socioambientais e responsabilização das empresas por suas externalidades (LEBEL, LOREK, 2008). Por fim, ao cobrar que o Estado exerça seu papel quanto a regular, fiscalizar, definir política pública que incentive novos padrões de produção e consumo [57] o IDEC está propondo um aprofundamento das políticas nacionais de PCS como discutidas por Reisch et al., 2016.

A representante do Instituto Alana destaca a importância da regulação do setor produtivo como um todo, e mais especificamente quanto à publicidade [58], tema discutido por Cohen, Comrov e Hoffner (2005) e por Bradley e Blythe (2014), e aqui tratados como revolucionários.

Já a Sociedade Brasileira de Economia Ecológica propõe que “o objetivo da redução da pobreza com inclusão social deve caminhar casado com os demais objetivos (...) descolados em relação aos protocolos internacionais” [59], o que pode ser considerado um posicionamento revolucionário ao envolver maior participação cidadã e foco em mudanças disruptivas para PCS (COHEN; COMROV; HOFFNER, 2005) com adoção de novos indicadores socioambientais (SCHOON; SEATH; JACKSON, 2013).

A partir da análise das formas de participação, tanto de movimentos da sociedade civil organizada ao longo das reuniões do CGPCS, como também por ocasião da consulta pública, é que o engajamento destes atores desafiantes mostra um posicionamento crítico com relação à ação dos incumbentes e estatais. Esta atuação é um tipo de ativismo, como descrito por Cohen, Comrov e Hoffner (2005), e faz parte da dinâmica do campo de atuação estratégica, como discutido por Fligstein e McAdam (2012). O tipo de crítica que estes atores trazem relaciona-se à sustentabilidade forte e a estratégias de PCS reconfigurativas.

6.2.7 Os representantes do MMA como atores estatais

O MMA é o principal agente estatal articulador das ações relacionadas ao PPCS desde a sua origem a partir da adesão do país ao Processo de Marraquexe. Sendo assim, está encarregado de desenvolver ações específicas no âmbito nacional

tendo em vista as estratégias firmadas no âmbito internacional. Os excertos a seguir são indicadores de como este ator compreende e posiciona-se no campo.

Na primeira reunião do CGPCS, a diretora do MMA responsável pelo Plano apresentou a seguinte contextualização:

[60] [durante uma discussão inicial sobre a paridade do Comitê entre os diferentes atores sociais] Aqui não é o Conama, vocês têm que lembrar coisa que isso aqui é uma coisa muito setorial, muito pontual de um tema novo que pouca gente está atuando, nós estamos construindo uma coisa. Isso aqui não é uma assembleia de decisão sobre a política nacional de nada. É um plano de ação, eu reitero.

[61] A missão do plano é fomentar políticas e ações que visem ampliar as soluções de problemas socioambientais por meio de consumo e produção sustentáveis, consoante com as políticas nacionais, visando à erradicação da miséria e o desenvolvimento sustentável, com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e as diretrizes do Processo de Marraquexe [Ata1reunião, DiretoraMMA, 2011, grifo nosso].

Na passagem [60] acima, em um momento um pouco exaltado da reunião, a diretora deixa claro que entende que o PPCS é um “plano de ação”, “muito pontual”, e não uma “política de nada”. Em [61], ela explica que vê o PPCS como uma resposta aos problemas socioambientais e aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil; um ponto que mais adiante detalha:

[62] Ele é um plano de ação porque ele não é uma política proposta pelo Governo Federal per si. Não é uma política per si, é um plano de ação que é transversal às políticas estruturantes do Governo que estão sob jurisdição de outros órgãos de governo. Você tem política de energia, você tem política de clima, você tem política de desenvolvimento produtividade você tem várias políticas nacionais. O PPCS vai olhar esse componente e vai tentar articular. A ideia é ressaltar esse papel de transversalidade e não, pelo contrário, ser o dono da bola. A ideia do plano não é ser o dono da bola, é tentar sensibilizar todo mundo para a questão do consumo dentro das suas respectivas áreas de atuação [Ata1reunião, DiretoraMMA, 2011, grifo nosso].

Com o PPCS o governo não quer criar uma política à parte, mas um plano de ações transversais que tome elementos de outras políticas e destaque a questão da PCS. Não transformar o PPCS em uma política por um lado o fragiliza enquanto instrumento operacional, mas por outro permite que algumas reformas sejam alcançadas enfrentando menos oposição de atores incumbentes no campo.

[63] Não é que não estamos considerando produção. O que nós estamos considerando é o papel do setor produtivo enquanto consumidor de recursos por isso que nós achamos, você tem consumidores que não necessariamente

são produtores, mas todo mundo que produz alguma coisa é consumidor. Nem todo mundo produz, mas todo mundo consome. A ideia é corresponsabilização de todos os atores [Ata1reunião, DiretoraMMA, 2011, grifo nosso].

A visão do MMA expressa em [63] é de que "consumidores" não são apenas os cidadãos, mas também as empresas ao "consumirem" matérias-primas ao longo da cadeia de produção. Para o MMA, há uma corresponsabilização ao longo da cadeia. Em seguida, ela explica como pretendia que se desse a implementação do PPCS:

[64] Então, em que contexto vamos trabalhar com esse plano? (...) Nós pretendemos fomentar essas dinâmicas e ações em produção e consumo, engajar os atores, isso é muito importante, mudar o atual paradigma, e por fim chegar ao desenvolvimento sustentável da economia e da sociedade [Ata1reunião, DiretoraMMA, 2011, grifo nosso].

[65] a coordenação é do Ministério do Meio Ambiente, o PNUMA vai fornecer o apoio técnico, e isso tudo vai estar concentrado no Comitê Gestor, e os mecanismos de implementação são esses por tipologia de ação: a ações governamentais, as ações de parceria, as iniciativas voluntárias, os pactos setoriais e as forças-tarefas [Ata1reunião, DiretoraMMA, 2011, grifo nosso].

É interessante notar na comparação entre as passagens [64] e [65] que os objetivos pretendidos são ambiciosos ("mudar o atual paradigma, e por fim chegar ao desenvolvimento sustentável da economia e da sociedade") mas que os meios para se alcançá-los são predominantemente voluntários.

Ao longo do tempo, mesmo com as sucessivas mudanças na estrutura e equipe da SAIC e do DPCS, bem como nas instâncias responsáveis pelo PPCS, o discurso institucional do ator estatal permaneceu muito parecido, ou seja, o papel que o MMA se atribuiu foi o de articulador, e não de gestor. Na reunião da Mesa de Diálogo para a Agricultura Sustentável, por exemplo, a diretora do DPCS/MMA trouxe o seguinte posicionamento:

[66] O MMA pretende fomentar as diferentes agendas do ODS. Não é intenção ser protagonista. Nosso papel é enxergar quem são os atores e fomentar, eventualmente, por meio de estudos. Pretendemos apontar diretrizes para se definir linhas de base para verificarmos como o Brasil vem avançando nos compromissos internacionais (...). A tarefa do MMA é reunir os atores para identificar onde estão os avanços, onde estão, sobretudo, os desafios. Fomentar a articulação. (...) É impressionante o quanto se

conseguiu avançar na temática ao longo do 1º Ciclo. É muito gratificante. A ideia não é ter um documento [do PPCS2] fechado, mas que dê indicações de caminho. A ideia é que o documento seja um instigador [AtaAgric, DiretoraMMA1, 2015].

O que se pode analisar é que o MMA vê o PPCS como um instrumento para articular de forma intersetorial as iniciativas dos diferentes atores sociais, e não como um instrumento de comando e controle. Quando fala em “reunir os atores para identificar onde estão os avanços”, o que se quer dizer é que o PPCS está fazendo um mapeamento do campo, de quem está fazendo o quê, e quando fala em “identificar os desafios e fomentar a articulação”, está se falando de auxiliar a construir estes diálogos intersetoriais entre os atores. Segue, portanto, uma lógica liberal a partir de compromissos voluntários. Por fim, quando fala que “é impressionante o quanto se conseguiu avançar na temática ao longo do 1º Ciclo”, está se falando dos avanços promovidos pelos próprios atores, dentro desta ação política de compromissos voluntários – e que, portanto, não desafia as posições dos atores no campo.

Por ocasião da realização do 2º. Ciclo do PPCS, a consultoria contratada mantém a mesma visão da diretoria atual e das que a antecederam:

[67] O Plano pode fortalecer as implementações de sustentabilidade no país, principalmente no cumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro junto aos fóruns internacionais. (...) É preciso avançar numa economia sustentável de forma gradativa, evitando as rupturas no setor privado, e aí esse processo de construção junto com o Governo é muito importante, porque, às vezes, você trabalha uma Lei super moderna e o Brasil é campeão em ter uma legislação muito boa, mas não tem como implementá-la, porque isso não foi acordado com todos os setores envolvidos. (...) na realidade acontece o contrário, o setor privado avança mais que o Governo e aí não tem o reconhecimento dentro dos incentivos que o Governo poderia dar para esse avanço que está sendo dado, né? [Ata4reunião, ConsultMMA, 2018, p. 47].

A consultoria reforça a importância de o governo pactuar políticas com o setor privado antes de implementá-las. Dizer que o setor privado “avança mais” está relacionado a mudanças voluntárias e reformistas de sustentabilidade fraca, enquanto reconhecer o papel dos incentivos governamentais está relacionado sobretudo a vantagens fiscais para o setor privado. Trata-se de um discurso bastante liberal e que retrata o governo como menos eficiente que o setor privado. Traz aí uma crítica recorrente em discursos do setor privado, a partir do qual pleiteia uma ação estatal na promoção de reduções fiscais e facilidades regulatórias.

[68] [apresentando os resultados de uma pesquisa sobre expectativas do setor privado estar engajado no PPCS] A definição e utilização de metodologias de mensuração e verificação de critérios de sustentabilidade para produtos e serviços, abrangendo diversas modalidades, dentre essas a autodeclaração, que seria um passo importante, em vez de um processo de certificação maior [Ata4reunião, ConsultMMA, 2018, p. 47].

Aqui a consultoria alude à oposição entre autorregulação e certificação, sendo que o primeiro é sempre mais vantajoso à iniciativa privada, dados os custos e os riscos envolvidos. Nesta passagem também se verifica a ocorrência do discurso liberal, composto pela valorização das iniciativas de setor privado e menor participação do Estado - neste caso, como ente regulador.

Resumindo-se o que foi visto nesta seção, pode-se dizer que o MMA adotou a estratégia de trabalhar a Produção e Consumo Sustentáveis em um “plano de ação” intersetorial e transversal, e não em uma política “formal”, baseada em instrumentos de comando e controle positivada pelo Poder Executivo, como por exemplo a Política Nacional de Resíduos Sólidos ou a Política Nacional do Meio Ambiente. As razões para isso foram buscar articular com outras políticas existentes e criar um diálogo de cooperação entre os diferentes atores envolvidas, como as diretoras do MMA explicaram em [62], [64] e [66]. Ou seja, uma forma de superação de oposições, principalmente as do setor privado, visto pelo Estado como principal elo “consumidor” de recursos naturais [63].

No entanto, a análise dos discursos da consultoria contratada pelo MMA reforça uma visão de sustentabilidade fraca às proposições do Plano, o que está relacionado ao enquadramento interpretativo do reformismo. Ao mencionar as leis que não são implementadas por falta de adesão do setor privado e evitar rupturas, enfatiza-se os poderes deste ator, ao mesmo tempo em que reafirma que “o setor privado avança mais que o setor público sem receber contrapartidas em troca” [67]. Este discurso neoliberal também aparece ao propor a autodeclaração de sustentabilidade como “um passo importante” a ser tomado [68]. Vê-se neste grupo de consultores um ator ideologicamente alinhado àqueles do setor privado quanto às suas crenças, princípios e práticas.

Assim, o próprio MMA acaba apresentando uma posição ambígua: vê-se como articulador político da PCS, não como responsável pela implementação e gestão de uma política pública, faz um diagnóstico correto do problema da exaustão de recursos

naturais do ponto de vista biofísico, mas propõe medidas reformistas para atacar o problema, apoiado pela equipe de consultores com viés econômico liberal para auxiliar no processo de construção do PPCS. Isto se deve em parte porque também reconhece as regras do jogo, tem poderes limitados de atuação, e opta neste caso por atuar “pelas bordas”, contando com o esforço intersetorial voluntário ao invés de atuar de forma regulatória com a mão forte do Estado – que neste caso estaria sujeito a mais enfrentamentos e oposições por parte dos atores incumbentes.

6.2.8 O estágio do campo da PCS

A análise dos documentos produzidos ao longo do processo de formulação e elaboração do PPCS permitiu realizar um mapeamento do campo da PCS no Brasil e identificar que ele se encontra ainda em processo de emersão e busca por legitimação – ou seja, em estágio emergente.

O princípio norteador desta análise foram as principais questões propostas por Fligstein e McAdam (2012, p. 86), apresentadas no Quadro 11 e discutidas na sequência.

Quadro 11 - Questões importantes para a análise lógica de um campo

- Como o campo de ação estratégica emergiu?
- Como ganha estabilidade?
- Quais as Unidades Internas de Governança (UIG) estabelecidas para criar a rotina e configurar os estabelecimentos?
- Quem eram os atores que disputavam o controle do campo emergente?
- Como os arranjos anteriores adaptam-se às mudanças?
- Quais as concepções do campo estes atores representam? Que forças de ruptura existem?
- Que recursos materiais, políticos e ideológicos os combatentes trazem à luta?
- Que papel atores externos e estatais desempenham como resultado do episódio inicial?
- Quem vence, e por quê?

Fonte: a partir de Fligstein, McAdam, 2012

O campo da PCS emerge a partir dos desdobramentos da Agenda 21, firmada em 1992, como marco das políticas para o desenvolvimento sustentável.

Em 2002, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (“Rio+10”), houve a proposição de um conjunto de programas, com duração de dez anos (*10 Years Framework Program – 10YFP*) para fortalecer iniciativas regionais e nacionais para promoção de mudanças nos padrões de consumo e produção. A partir daí os países signatários organizam a força-tarefa para o Processo de Marraquexe, firmado em 2003, e ao qual o Brasil aderiu em 2008.

O campo ganha força partir da ação do MMA, inicialmente por meio da atuação da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania, e posteriormente pela criação do Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis, responsável por estruturar o Comitê Gestor e desenvolver os Ciclos do Plano de Produção e Consumo Sustentável por meio da articulação intersetorial entre os vários atores estatais e não-estatais.

As principais UGI’s foram inicialmente o Processo Marraquexe (2003), seguido pela institucionalização do grupo intersetorial que compõe o CGPCS (2008) e pela criação dos dois ciclos do PPCS que contaram com a participação dos atores do grupo intersetorial que formam o Comitê Gestor, incluindo tanto atores estatais como não-estatais – este último grupo, incluindo atores do setor privado e da sociedade civil.

Quanto à lógica institucional do campo da PCS, o MMA opta por uma organização “liberal”, baseada em um “plano de ação” de acordos voluntários. Como ator estatal, assume para si o papel de um articulador dos acordos intersetoriais possíveis como forma de evitar oposições, enquanto as associações de classe (CNI, CNA, CBIC etc.) incumbem-se de organizar entre as empresas por elas representadas os termos de seu envolvimento voluntário no campo.

Os diferentes atores sociais já estavam se mobilizando para adequar-se à Agenda 21. No setor privado, por exemplo, as movimentações se deram em torno dos compromissos voluntários e da intensificação das iniciativas voltadas à Programas de responsabilidade social corporativa (OKOYE, 2009, COLI, 2017). Nos dados da presente pesquisa, isto aparece, por exemplo, na fala de representantes da ABRAS e da CNI quando exaltam a capacidade de atores sociais do grupo que representam na autorregulamentação e autodeclaração, como uma “competência”, uma “oportunidade”, principalmente se vier acompanhada de desonerações fiscais. Os principais protagonistas, além do próprio MMA, foram: Banco do Brasil, ONU Ambiente, Instituto Akatu,

ABRAS/CNC, CNI, CBIC e MAPA. Vale ressaltar que empresas do setor privado não atuaram diretamente no PPCS, mas o fizeram por meio de representantes de classe.

A partir da iniciativa do MMA de liderar os compromissos do Processo de Marraquexe, os atores organizam-se para tomar parte das principais ações iniciadas a partir de então, como, por exemplo, a participação ativa no Comitê Gestor de PCS, nas mesas de diálogo setoriais e na consulta pública que ocorreram ao longo da construção do PPCS, conforme registros em atas e documentos da consulta pública.

Não foram identificados registros de oposição à estrutura de governança do PPCS, mas críticas à estrutura do Comitê Gestor, e divergências (às vezes antagônicas) com relação ao conteúdo do PPCS. De forma geral, as críticas que partem do setor privado referem-se à descontinuidade de suas ações, criticam o posicionamento “ideológico” (regulador) do Plano e demandam incentivos econômicos para o avanço da PCS, enquanto por parte da sociedade civil referem-se perfil liberal das iniciativas do Plano e falta de articulação com outras instâncias mais estratégicas do Governo Federal.

Sendo uma iniciativa liderada pelo MMA como principal ator estatal responsável pelo desenvolvimento e articulação desta política, dois posicionamentos emergem: um reformista, representado pelos atores do setor privado, e outro reconfigurativo/revolucionário, integrado por grupos da sociedade civil, incluindo organizações da sociedade civil como Akatu, IDEC e Instituto Alana, além de cidadãos que participaram da consulta pública. Nenhum grupo se caracteriza apenas com posicionamentos revolucionários.

Aqui vale mencionar que o campo da PCS interage e depende fortemente das relações com outros dois campos: o campo econômico e o campo da diplomacia global, recebendo deles contribuições e influências, também os influenciando nas mudanças possíveis.

Os atores do setor privado se fazem representar por meio associações de classe, que trazem a força política e econômica de seus principais atores coletivos (bancos, varejo, construção civil, agronegócio e indústria). Já os atores da sociedade civil se fazem presentes de forma institucional, trazendo sua experiência técnica e ativista em áreas como meio ambiente, direito do consumidor, consumo consciente e proteção da infância e juventude.

O MMA, enquanto principal ator estatal, atua como articulador político em busca dos consensos possíveis entre os acordos internacionais assumidos e as disputas de interesses entre os atores nacionais. Dentre os atores externos, pode-se mencionar a ONU Ambiente, dada sua atuação também no âmbito internacional, que acompanha o debate e auxilia no custeio de atividades, mas não interfere no conteúdo dos acordos pactuados, e as próprias empresas do setor privado, que se fazem representar pelas suas associações, que são as verdadeiras incumbentes deste campo. Embora não participem diretamente das atividades do Plano, as empresas se fazem representar por meio de associações de classe e desenvolvem suas próprias iniciativas incorporando elementos do desenvolvimento sustentável e da PCS, principalmente tecnologias voltadas à ecoeficiência e a matriz discursiva da sustentabilidade.

De forma geral, a planilha de contribuições recebidas a partir da consulta pública do 2o. Ciclo do PPCS (BRASIL, 2016b) mostra que o MMA incorpora em parte sugestões de diferentes atores sociais, adquirindo contornos que não são nem tão "liberais" quanto propostos pelos atores da iniciativa privada, mas nem tampouco tão "reguladores" como demandados pelas organizações da sociedade civil.

Já o Relatório de Avaliação do 1o. Ciclo de Implementação do PPCS (RA: BRASIL, 2014) apresentou que, por um lado, a pauta ambiental e da sustentabilidade está posta para todos os setores econômicos, mas que, por outro, a sua implementação tem se dado principalmente por mecanismos voluntários e pactos setoriais – ou seja, dentro da lógica da sustentabilidade fraca e do reformismo político.

Quanto aos desdobramentos e possíveis indicadores, a publicação da versão final do Plano do 2º. Ciclo, prevista para em 2018, não aconteceu até o final daquele ano, e a versão anterior (a versão preliminar, encaminhada à consulta pública) não possuía um cronograma de metas e indicadores que pudessem ser acompanhados.

6.2.9 O quadro interpretativo dos atores no campo do PCS

Com base nas análises feitas até aqui, é possível retomar o quadro interpretativo inicial do campo de forma mais analítica, considerando o posicionamento de seus principais atores (Figura 14).

Figura 14 - Posicionamento dos atores no campo da PCS

Fonte: Érico Luciano Pagotto, 2019.

A partir da ASD foi possível identificar os quadros interpretativos de quatro posicionamentos discursivos quanto à PCS, propostos aqui a partir da compreensão das ações e interesses dos respectivos atores. O **Grupo I, dos “Reformistas”**, são discursos que trazem uma visão de mundo conservadora e reformista, apoiada em iniciativas de sustentabilidade fraca com o intuito de defender suas posições neste campo da PCS e no campo econômico (BOURDIEU, 2005). Este grupo inclui atores incumbentes, aqui representados por associações dos setores da Construção Civil, Agronegócio, Varejo e Indústria, além de representantes do Setor Financeiro. Para estes atores, a crise da insustentabilidade biofísica abre um horizonte de oportunidades para estímulo contínuo aos investimentos em tecnologias ecoeficientes que melhoram seu desempenho produtivo e econômico, e na adaptação de seus discursos à matriz discursiva de sua autorreferenciada sustentabilidade.

O **Grupo II, dos “Adaptadores”**, compreende os discursos de atores estatais que reconhecem a atual crise socioambiental, bem como a necessidade de mudança para um paradigma mais sustentável, mas para isso propõem medidas adaptativas, capazes de “mudar sem romper”, posicionadas entre as reformistas e as reconfigurativas. As características deste grupo são fortemente dependentes da configuração governamental.

O **Grupo III, dos “Inovadores”**, inclui os atores desafiantes, que reconhecem a crise sistêmica e as limitações das iniciativas liberais para promover mudanças disruptivas. Para enfrentamento do problema, propõem alternativas baseadas em mudanças ora reconfigurativas, ora revolucionárias, baseadas na ruptura com os atuais padrões de produção e consumo e por meio da ação estatal regulatória.

Por fim, o **Grupo IV, dos “Indutores”**, representado aqui pela ONU Ambiente como ator supraestatal. Caracteriza-se pelo também reconhecimento da crise e atua para induzir mudanças que vão das reformistas às reconfigurativas no âmbito da sustentabilidade fraca de forma a não produzir rupturas no campo econômico, distinguindo-se neste ponto do Inovadores por um posicionamento mais conservador dada à própria complexidade de sua natureza política enquanto ator social. Se, no caso do PPCS brasileiro, os Indutores atuaram de maneira a apenas induzir mudanças possíveis dentro de um espectro limitado de atuação estatal, por outro lado, desenvolvem um papel muito mais protagonista no campo próximo da ecodiplomacia internacional, auxiliando na construção de mudanças incrementais, por exemplo, da Agenda 21, do 10YFP e dos ODS-2030.

Quanto aos atores sociais participantes, a ABRAS reconhece e participa ativamente do CGPCS. Como representante do setor supermercadista, mostra-se preocupada com a comunicação com o consumidor final, que acredita ficar confuso perante uma profusão de rotulagens e certificações. Além disso, uma de suas maiores preocupações é com as perdas físicas e econômicas ao longo da cadeia, sendo esta questão motivo de investimentos vultosos do setor e, que considera localizado no âmbito da PCS.

Para a CBIC, representante do setor da construção civil, a sustentabilidade é uma questão técnica, quase que associada a um conjunto de métodos construtivos, relacionados à ecoeficiência. Como ator social, destaca o “acompanhamento” que vem fazendo de processos legislativos que lhe são de interesse específico. Tal atuação permite compreender que este ator tem uma relação de pertencimento com o campo e que está atento à movimentação dos atores e surgimento de eventuais conflitos com questões legais e normativas que possam afetar o setor, agindo inclusive, como um influenciador da agenda política.

Já a CNA, representante coletivo do setor do agronegócio por se beneficiar historicamente das práticas convencionais da "revolução verde"²⁹, entende o que está em jogo e apresenta em seu discurso uma postura crítica e reativa ao PPCS e ao interesse dos atores estatais na agroecologia. Seu discurso demonstra ceticismo quanto às contribuições das certificações e enxergam os agrotóxicos como uma contingência a ser regulamentada.

A CNI, representante do setor industrial, teve uma participação ativa ao longo do processo de elaboração do PPCS, tanto nas reuniões do Comitê Gestor, como formalizando proposições durante a etapa de consulta pública (cerca de 50 propostas ao todo). Alguns pontos polêmicos defendidos pela Confederação incluem a tolerância quanto à obsolescência programada, os pedidos de isenções fiscais para o setor, a crítica à exigência da análise de ciclo de vida dos produtos e forte oposição à atuação estatal no campo da PCS, exceto quando possa lhe proporcionar benefícios econômicos ou regulatórios.

É revelador observar que diversas sugestões apresentadas pela iniciativa privada são de pleitear vantagens legais e econômicas, como autodeclaração dos indicadores de sustentabilidade ou facilidades para o licenciamento ambiental de empresas que fizeram investimentos em sistema de gestão ou determinadas certificações – em outras palavras, a proposta propõe uma “troca” do rigor da fiscalização estatal pelos investimentos privados na melhoria da própria gestão interna. Nos termos de Fligstein e McAdam (2012), seria o equivalente à ideia de transformar o campo de forças do arcabouço regulatório de licenciamento ambiental por meio da transferência do poder do Estado para a iniciativa privada.

Já os atores da sociedade civil enfatizaram a importância de o poder público atuar na regulação econômico-política por meio de atores institucionais com maior capacidade de articulação política e de influência na economia. Também mostraram preocupações com a "publicidade massacrante" do setor privado. IDEC e Instituto Alana, por exemplo, reconhecem que o elo produtor da cadeia tem uma responsabilidade maior que o consumidor e que iniciativas voluntárias não são suficientes, enfatizando o papel do Estado na definição, regulação e fiscalização de

²⁹ De acordo com Albergoni e Pelaez (2007), a “revolução verde” pode ser caracterizada como um paradigma tecnológico derivado da evolução dos conhecimentos da química e da biologia, que definiram uma trajetória tecnológica baseada no uso intensivo de insumos químicos (fertilizantes e pesticidas).

políticas públicas específicas para esta finalidade. Também houve convergência nos discursos da sociedade civil e das organizações da sociedade civil, que divergiram do setor produtivo e da consultoria contratada pelo MMA para avaliação do PPCS.

Claramente as associações de classe que representam as empresas do setor privado, que detêm o maior poder econômico, consistem no grupo de atores incumbentes, reproduzidor do discurso hegemônico sobre sustentabilidade, enquanto as organizações da sociedade civil buscam colocar suas posições no campo emergente, à medida em que propõem uma atuação mais reguladora do Estado, priorizando outros aspectos além dos econômicos. De acordo com a Teoria de Campos de Ação Estratégica (FLIGSTEIN, MCADAM, 2012), estas interpretações particulares do seu papel e daquele dos demais atores sobre pontos específicos é um dos elementos típicos que caracteriza a existência do campo em si.

Essa seção procurou demonstrar que nas últimas décadas o reconhecimento da crise ecológica planetária pôs em curso a negociação de uma série de acordos discutidos na esfera da ecodiplomacia global, entre eles o do Protocolo de Marraquexe, o 10YFP e os ODS-2030. O Estado brasileiro, como um dos signatários destes acordos, vem trabalhando no âmbito federal na construção de unidades internas de governança voltadas à produção e consumo sustentáveis, das quais o principal instrumento é o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS, operacionalizado pelo Comitê Gestor de PCS, e tendo como recursos humanos a equipe do Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis - DPCS. Paralelamente, ao longo deste período, atores não-estatais do setor privado vêm desenvolvendo práticas voltadas à gestão da crise, principalmente na esfera discursiva de sua responsabilidade corporativa e no desenvolvimento de tecnologias ecoeficientes. Este diagnóstico permitiu identificar os atores sociais e analisar seu posicionamento no campo no campo da PCS, atendendo ao **terceiro objetivo específico** desta pesquisa.

A próxima seção analisou como os discursos sobre a sustentabilidade auxiliam a transformar a PCS em um campo de disputas retóricas entre os atores à medida em que lutam para manter ou conquistar posições.

6.3 Os discursos sobre sustentabilidade no PPCS e nas empresas

Na seção anterior, discutiu-se a “Produção e Consumo Sustentáveis” como sendo um campo de ação estratégica emergente, no sentido proposto por Fligstein e McAdam (2012), no qual atores dos setores financeiro, do agronegócio, varejista, da construção civil e industrial, além de atores estatais e organizações da sociedade civil, atuam em defesa de seus interesses à medida em que compreendem que deste campo podem emergir questões que os afetem de diferentes formas, como políticas públicas, por exemplo.

Nesta seção, foram analisados os discursos especificamente de atores do setor privado dos setores financeiro, agronegócio, industrial, varejista e da construção civil, sendo dois atores por segmento, comparando-os com os discursos do PPCS. O intuito é verificar em que medida tais discursos aproximam-se ou distanciam-se mesmo em se tratando de atores sociais com papéis, posições e interesses distintos no campo, e de que forma o embate retórico confere pertencimento e vantagens no campo.

Vale lembrar que aqui o processo metodológico de análise dos discursos também se utilizou dos textos integrais, porém o foco da análise esteve na “sustentabilidade” como categoria analítica – diferentemente da seção anterior, em que as categorias emergiram a partir de suas dimensões e aspectos. Isto foi feito pois aqui o que se buscou foi a compreensão dos sentidos da sustentabilidade para os atores incumbentes, identificados na etapa anterior, para verificar de que forma estes sentidos aproximam-se ou distanciam-se dos sentidos utilizados nas políticas públicas, em particular, no PPCS.

6.3.1 O setor financeiro nos relatórios integrados

O primeiro ponto que chama a atenção nos relatórios integrados dos dois bancos analisados é a qualidade de seu design gráfico, o apelo emocional das ilustrações que acompanham o texto e a iconografia infantilizada, procurando relacionar a expressão “sustentabilidade” a elementos como bicicletas, animais, árvores e flores (Figura 15).

Figura 15 - Exemplos de ilustrações dos RI's dos bancos.

A: Capa do capítulo “Sustentabilidade” no Relatório Integrado 2017 do Itaú

B: Capa do capítulo “Sustentabilidade” no Relatório Integrado 2017 do Bradesco

Fontes: (A) Itaú (2017) e (B) Bradesco (2017)

Já com relação ao conteúdo textual, uma questão importante é que a análise dos RI's dos bancos mostrou que em nenhum lugar há uma definição clara do que se entende por “sustentabilidade” apesar da expressão ser mencionada 35 vezes no Relatório do Itaú e 91 vezes no do Bradesco. Ao não definir objetivamente, os textos parecem explorar a multiplicidade de sentidos que podem ser atribuídos à sustentabilidade, ou seja, sua polissemia.

A realização da ASD encontrou referências à sustentabilidade nos seguintes sentidos: (1) como parte de indicadores de performance específicos do setor, (2) como referência à sustentação dos próprios negócios da empresa, (3) referindo-se ao uso ecoeficiente de recursos naturais, (4) relacionada à sustentação das relações comerciais do banco com seus clientes e fornecedores, (5) em referência ao desenvolvimento sustentável (e/ou *triple bottom line*) e (6) em referência a novas oportunidades de negócios, produtos ou serviços financeiros. O Quadro 12 apresenta um resumo destes achados com excertos exemplares que permitem ilustrar os sentidos encontrados.

Quadro 12 - Excertos com os sentidos da sustentabilidade encontrados nos RI's do setor financeiro.

Sentidos de Sustentabilidade	RI do ITAÚ (2017)	RI do BRADESCO (2017)
(1) Sustentação dos negócios da empresa	(i) Buscamos processos robustos de gerenciamento de riscos que permeiem toda a organização e sejam a base de decisões estratégicas para assegurar a <u>sustentabilidade de nossos negócios</u> (p. 102).	(ii) A Política Corporativa de Sustentabilidade prevê diretrizes que visam promover com responsabilidade socioambiental a <u>perenidade de nossas operações e negócios</u> (p. 52).
(2) Indicador de performance ou requisito técnico específico do setor	(iii) Fazemos parte dos principais <u>índices de mercado de sustentabilidade</u> do mundo, como o <i>Dow Jones Sustainability Index</i> (DJSI), o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, o Índice de Carbono Eficiente (ICO2) e o índice <i>Euronext Vigeo Emerging Markets</i> 70 (p. 118).	(iv) Buscamos reforçar <u>nosso posicionamento relacionado à sustentabilidade</u> ampliando nossas instâncias de governança. (...) fomos selecionados novamente para integrar o <i>Dow Jones Sustainability Index</i> (DJSI), a carteira <i>Dow Jones Sustainability Emerging Markets</i> e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Também somos signatários do Pacto Global, dos Princípios do Equador, dos Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI) e dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI) (p. 18).
(3) Uso ecoeficiente de recursos naturais	(v) Como continuidade das nossas ações e gerenciamento de nosso desempenho ambiental, definimos novos compromissos de longo prazo, buscando uma <u>operação cada vez mais sustentável</u> . Nossas metas contemplam o consumo de <u>água, energia, emissões, resíduos e viagens</u> a negócios de nossas operações no Brasil (p. 395).	(vi) Alinhado às diretrizes de nossa Política Estratégica de Sustentabilidade, o Grupo Bradesco Seguros tem promovido ações que contribuem para a conscientização sobre questões socioambientais corporativa e estimulado práticas que visam o <u>consumo consciente de água, energia e gestão de resíduos</u> (p. 19).
(4) Relações comerciais	(vii) <u>Sustentabilidade e satisfação dos clientes</u> é ser o banco líder em <u>performance sustentável</u> e em satisfação dos clientes. (p. 60).	(viii) O Ecossistema inovaBra nasceu com a proposta de promover a inovação dentro e fora da Organização por meio de programas baseados no <u>trabalho colaborativo entre a Organização, Empresas, Startups, Investidores e Mentores</u> a fim de solucionar desafios, <u>atender às necessidades de nossos clientes</u> e garantir a <u>sustentabilidade dos negócios</u> em longo prazo (p. 100).

Sentidos de Sustentabilidade	RI do ITAÚ (2017)	RI do BRADESCO (2017)
(5) Referência ao desenvolvimento sustentável	(ix) Para formalizar nosso compromisso com o <u>desenvolvimento sustentável</u> , temos uma <u>Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental</u> . Anualmente, essa política é revisada e aprovada pelo Conselho de Administração (p. 14)	(x) Missão: Contribuir para a realização das pessoas e para o desenvolvimento sustentável, mediante a oferta de soluções, produtos e serviços financeiros e de seguros, amplamente diversificados e acessíveis (p. 19).
(6) Oportunidades de negócios	(xi) Para implementar os Princípios para Sustentabilidade em Seguros, criamos, em 2017, um portal interno que abrange <u>todos os temas relativos a sustentabilidade</u> e também desenvolvemos uma ferramenta para avaliar riscos socioambientais de novos produtos (p. 389). (xii) Nosso Mapa da Sustentabilidade determina três focos estratégicos para nossas atividades: Diálogo e Transparência, Educação Financeira, e Riscos e Oportunidades Socioambientais (...) <u>oferecemos aos nossos clientes recursos com um acréscimo ambiental e social</u> : Fundos Itaú Excelência Social (FIES), Fundos Itaú “Ecomudança”, Fundo Itaú Futura (p. 391-392).	(xiii) Em longo prazo, a <u>economia mundial sofrerá significativa influência das mudanças climáticas</u> geradas pela ação humana (...). Este novo cenário de alterações físicas e de transição apresenta <u>riscos e oportunidades</u> para o setor financeiro (p. 65). (xiv) As mudanças climáticas conferem riscos e <u>proporcionam oportunidades para nossos negócios e clientes</u> . (...) Os produtos CDC Reuso de Água, CDC Aquecedor Solar, CDC Kit Gás, CDC Florestal, CDC Energia Fotovoltaica e Capital de Giro Ambiental foram criados a partir de <u>oportunidades relacionadas às mudanças climáticas</u> (p. 93-94).

Fonte: Itaú (2017) e Bradesco (2017), grifos nossos.

A análise comparada entre os discursos dos RI's dos dois bancos demonstrou que a sustentabilidade é central para ambos, e que há um alinhamento ao longo dos documentos como um todo no emprego desta expressão, que é o da plenitude de seu uso polissêmico. Tal polissemia não se verifica de forma aleatória, mas, ao contrário, é possível identificar um “núcleo duro”, centrado na sustentação dos negócios, e que se interpenetra com os outros sentidos possíveis.

Assim, por exemplo, um destes outros sentidos é o da sustentação das relações comerciais (Figura 16): o Itaú, ao descrever sua gestão de riscos, declara (de forma um tanto tautológica) que “Sustentabilidade e satisfação dos clientes é ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes” (ITAÚ, 2017, p. 60). Já o Bradesco considera seu programa de empreendedorismo, o “Ecossistema

inovaBra”, como uma de suas principais e mais promissoras iniciativas de novos negócios e que visa “o trabalho colaborativo entre a Organização, Empresas, *Startups*, Investidores e Mentores a fim de solucionar desafios, atender às necessidades de nossos clientes e garantir a sustentabilidade dos negócios” (BRADESCO, 2017, p. 100).

Figura 16 - Sentidos da sustentabilidade nos discursos do setor financeiro.

Fonte: Érico Luciano Pagotto, 2019.

6.3.2 O setor do agronegócio nos relatórios de sustentabilidade

As empresas do setor de agronegócio JBS e Bunge foram selecionadas para análise nesta pesquisa de acordo com os critérios definidos anteriormente. Da mesma forma como ocorreu na análise dos bancos, a sustentabilidade é um fator importante para estas empresas, conforme informações de seus próprios relatórios: a expressão “sustentabilidade” apareceu 51 vezes no da JBS e 45 vezes no relatório da Bunge.

A JBS opta por publicar em um único volume seu Relatório Anual e de Sustentabilidade, enquanto a Bunge disponibiliza seu Relatório de Sustentabilidade separado do relatório anual consolidado. No primeiro caso, o relatório traz outras informações da companhia, num total de 210 páginas. Já no caso da Bunge, o Relatório de Sustentabilidade, com 49 páginas, foi o objeto de análise deste capítulo. Ambos os relatórios foram publicados em 2018 com data base de 2017 (Figura 17).

Figura 17 - Capas dos RS's das empresas do agronegócio.

(A) Capa do Relatório Anual e de Sustentabilidade da JBS

(B) Capa do Relatório Anual de Sustentabilidade da Bunge

Fontes: (A) JBS (2017) e (B) Bunge (2017)

Apesar do grande número de ocorrências da expressão “sustentabilidade”, nenhuma das empresas a define propriamente. A JBS apenas traz uma referência “inspiracional”, e não uma definição propriamente, ao afirmar que:

Para a empresa, a sustentabilidade é uma jornada de melhoria contínua, que envolve superar o desempenho dos negócios a curto e longo prazo, equilibrando e gerindo fatores econômicos, sociais e ambientais (JBS, 2017, p. 140).

A análise dos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor do agronegócio identificou que os principais sentidos da sustentabilidade em ambos os relatórios estavam relacionados a: (1) sustentação dos negócios da empresa; (2) indicador de performance ou requisito técnico específico do setor; (3) uso ecoeficiente de recursos naturais; (4) referência ao desenvolvimento sustentável; (5) práticas de gestão e processos; (6) cumprimento de requisitos legais; (7) eixo da imagem corporativa; (8) preocupações com a formação e a educação.

O Quadro 13 a seguir apresenta uma relação de excertos exemplares que permitem ilustrar os sentidos encontrados.

Quadro 13 - Excertos com os sentidos da sustentabilidade encontrados nos relatórios do setor do agronegócio.

Sentidos de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade da JBS (2017)	Relatório de Sustentabilidade da BUNGE (2017)
(1) Sustentação dos negócios da empresa	<p>(i) O compromisso de fornecer alimentos seguros, com foco em qualidade, compreende uma série de estratégias e iniciativas que são desenvolvidas e aplicadas nas várias etapas da cadeia de valor. Incluem <u>ações de ecoeficiência dos processos e responsabilidade ambiental</u> voltadas a aprimorar constantemente os padrões de operação, fabricação e fornecimento de produtos alimentícios, de forma a contribuir para a <u>sustentabilidade dos negócios</u> da JBS (p. 138).</p> <p>(ii) Como <u>a sustentabilidade é matéria estratégica para os negócios em âmbito global</u>, a JBS conta, ainda, com um Comitê de Sustentabilidade, que se reporta ao Conselho de Administração (p. 138).</p> <p>(iii) <u>A sustentabilidade de nossas operações foi confirmada nos resultados financeiros e também nos projetos e políticas de preservação ambiental</u> (p. 7).</p>	<p>(iv) Há 200 anos no mundo e há 113 anos no Brasil, carregamos em nosso DNA a resiliência de quem já passou por diversos cenários com grande capacidade de se adaptar e de se reinventar a cada novo momento e configuração de mercado, contribuindo para a longevidade e <u>sustentabilidade da empresa</u> (p. 9).</p> <p>(v) Trabalhamos diante de um dos maiores desafios do mundo contemporâneo: garantir a alimentação de uma população em crescimento, <u>melhorando a sustentabilidade de toda a cadeia</u> e utilizando o mais alto padrão de governança corporativa (p. 36).</p>
(2) Indicadores setoriais	<p>(vi) A JBS S.A. estabelece, como aspectos altamente relevantes para a <u>sustentabilidade global de seus negócios</u> e para os principais públicos de relacionamento, cinco questões (GRI 102-47): Saúde e Segurança dos Colaboradores, Integridade dos Produtos, Bem-Estar Animal, Água e Mudanças Climáticas (p. 16).</p> <p>(vii) SMETA – auditoria de responsabilidade social e <u>sustentabilidade</u>, requerida por clientes da Europa. Verifica as condições de trabalho (...), trabalhadores contratados e legislações aplicáveis ao estabelecimento (p. 67).</p> <p>(viii) O prédio sede da JBS, em São Paulo, conquistou, em 2017, o Green Building (...) de acordo com o LEED. Tal chancela atesta o comprometimento da edificação com os <u>princípios da sustentabilidade para a construção civil</u> antes, durante e depois das obras (p. 29)</p>	Não foram encontradas evidências.

Sentidos de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade da JBS (2017)	Relatório de Sustentabilidade da BUNGE (2017)
(3) Uso ecoeficiente de recursos naturais	(ix) O selo reconhece a responsabilidade das empresas na redução da emissão de gases do efeito estufa (GEE), na <u>utilização sustentável do solo</u> , na <u>proteção de biosferas naturais</u> e no aumento da <u>sustentabilidade social</u> (p. 67).	(x) Além de manter controles operacionais para a <u>redução do consumo de matérias-primas</u> , buscamos assegurar a <u>destinação ambientalmente correta de todos os nossos resíduos industriais</u> , principalmente insumos e embalagens. (...) O método é definido segundo a melhor opção sustentável possível, considerando o reúso, reciclagem e recuperação como métodos prioritários (p. 67).
(4) Práticas e processos de gestão	(xi) Conduzindo suas operações com foco em excelência operacional, em alta qualidade e segurança dos alimentos, e na adoção das <u>melhores práticas de sustentabilidade em toda sua cadeia de valor</u> , a JBS atua por meio de uma plataforma global e diversificada de produção e distribuição de alimentos (p. 28). (xii) Os riscos são classificados por categoria e nível de criticidade pré-definidos. Dessa forma, possibilitam avaliar cenários existentes e priorizar ações corretivas. A gestão desse tema, portanto, contribui para a <u>sustentabilidade das operações e à perenidade do negócio</u> (p. 48)	(xiii) Lançamento de (...) guia online gratuito para os produtores rurais, contendo 13 técnicas simples e acessíveis de cultivo agrícola, que podem <u>ampliar a produtividade e a sustentabilidade no campo</u> (p. 22). (xiv) A Bunge se uniu a outras empresas, organizações da sociedade civil e instituições de pesquisa para desenvolver e lançar em 2017 o Agroideal, sistema inovador que visa impulsionar a expansão sustentável da produção de soja na América do Sul. (...) Agroideal.org é uma ferramenta aberta, gratuita e com uma interface <i>user-friendly</i> , que <u>integra uma ampla gama de dados e indicadores de sustentabilidade, incluindo adequação agrônômica, indicadores socioeconômicos, mudanças no uso do solo e outros impactos ambientais</u> (p. 81).
(5) Referência ao desenvolvimento sustentável	(xv) Para a empresa, a <u>sustentabilidade é uma jornada de melhoria contínua</u> , que envolve superar o desempenho dos negócios a curto e longo prazo, equilibrando e gerindo fatores <u>econômicos, sociais e ambientais</u> (p. 140).	(xvi) A cada contrato, todos os fornecedores renovam seu compromisso com as questões socioambientais difundidas pela empresa, <u>compartilhando práticas alinhadas com as premissas do desenvolvimento sustentável</u> (p. 60). (xvii) A política de Sustentabilidade da Bunge Brasil está alinhada <u>à política global</u> e foi validada em consulta às partes interessadas, de forma a refletir interesses de todas as áreas de atuação e estabelecer compromissos compartilhados. Com isso, <u>nosso objetivo é promover o equilíbrio entre o crescimento econômico e a responsabilidade socioambiental da empresa</u> (p. 80).

Sentidos de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade da JBS (2017)	Relatório de Sustentabilidade da BUNGE (2017)
(6) Cumprimento de requisitos legais	<p>(xviii) O <u>maior risco no Brasil</u>, em termos de <u>sustentabilidade</u>, está relacionado à compra de matéria-prima, especialmente o gado. Para gerenciar essa questão, a JBS conta com sistema de <u>monitoramento via satélite</u> das fazendas fornecedoras (p. 139).</p> <p>(xix) Embora exista uma <u>diretriz global para instituir estratégias regionais de sustentabilidade</u>, cada empresa tem autonomia para conduzir os temas de forma condizente aos desafios locais, em linha com as <u>exigências regulatórias</u> observadas em cada um dos mercados. A plataforma América do Sul, por exemplo, conduz sua <u>estratégia de sustentabilidade</u> com o objetivo de contribuir para a gestão de risco dos negócios, reduzir da pegada ambiental e gerenciar as relações com a sociedade e engajamento de stakeholders.</p>	<p>(xx) Em 2017, foram apresentados os resultados de cinco anos do projeto Caminhos Sustentáveis, uma parceria da <i>The Nature Conservancy</i> (TNC) e da Bunge com o objetivo de <u>aumentar a sustentabilidade da produção</u> ao longo de regiões de fluxo agrícola. <u>O projeto ajudou produtores rurais e governos municipais da Bahia, Mato Grosso e Pará a cumprir o Código Florestal</u>, melhorar a sustentabilidade das práticas agrícolas e a gestão territorial de regiões produtoras de grãos (p. 25).</p>
(7) Eixo da imagem corporativa	<p>(xxi) Essa forma de atuar contribui para estabelecer relações de confiança com clientes e consumidores, o que faz com que a <u>sustentabilidade</u> – juntamente com Compliance e Governança Corporativa - se torne <u>um eixo central na gestão da imagem e reputação da JBS</u> (p. 140)</p>	<p>(xxii) No Brasil, a Bunge é signatária de <u>compromissos públicos</u> que apoiam e complementam sua <u>Política de Sustentabilidade</u> (p. 78).</p> <p>(xxiii) A Bunge Brasil foi eleita uma <u>das empresas mais sustentáveis do Agronegócio brasileiro</u> pelo Guia Exame de Sustentabilidade.</p> <p>(xxiv) Desde 2003, a Bunge Brasil publica anualmente seu <u>Relatório de Sustentabilidade</u>, reforçando seu <u>compromisso com uma gestão transparente e voltada para a sustentabilidade</u></p>
(8) Educação	Não foram encontradas evidências.	<p>(xxv) (...) programas para estreitar a relação entre o homem e o seu ambiente natural, social, econômico e cultural, seja por meio de uma <u>educação sustentável</u> ou por meio de formação profissional voltada à sustentabilidade (p. 54).</p> <p>(xxvi) TNC e Bunge ainda promoveram <u>eventos sobre sustentabilidade e agricultura para produtores rurais</u>, além de reforçarem o debate da questão hídrica com a publicação do Guia de Boas Práticas Agrícolas e Água para o Oeste da Bahia.</p> <p>(xxvii) Guia online gratuito com técnicas simples e acessíveis de cultivo agrícola voltadas ao <u>aumento da produtividade e a sustentabilidade no campo</u> (p. 77)</p>

Fonte: JBS 2017) e Bunge (2017), grifos nossos.

Da mesma maneira como no caso dos bancos, a “sustentação dos negócios” parece ser o “núcleo duro” do sentido da sustentabilidade para as empresas do agronegócio. Assim, de acordo com o excerto (ii), “como a sustentabilidade é matéria estratégica para os negócios em âmbito global, a JBS conta com um Comitê de Sustentabilidade” (JBS, 2017, p. 138), enquanto a Bunge considera sua “capacidade de se adaptar e de se reinventar a cada novo momento e configuração de mercado” contribui “para a longevidade e sustentabilidade da empresa” (BUNGE, 2017, p. 9 – excerto iv).

Outro ponto em comum que emergiu tanto da análise das empresas do setor financeiro e como do agronegócio foi a referência ao uso ecoeficiente de recursos naturais. Ao mesmo tempo em que a JBS reconhece suas responsabilidades “na utilização sustentável do solo, na proteção de biosferas naturais [sic] e no aumento da sustentabilidade social (JBS, 2017, p. 67 – excerto ix), a Bunge afirma, por exemplo, que busca “manter controles operacionais para a redução do consumo de matérias-primas” de forma a “assegurar a destinação ambientalmente correta de todos os nossos resíduos industriais (...) segundo a melhor opção sustentável possível” (BUNGE, 2017, p. 67 – excerto x).

Um terceiro ponto em comum foi a referência ao desenvolvimento sustentável. A JBS afirma de maneira quase poética que “para a empresa, a sustentabilidade é uma jornada de melhoria contínua, que envolve superar o desempenho dos negócios a curto e longo prazo, equilibrando e gerindo fatores econômicos, sociais e ambientais” (JBS, 2017, p. 140, excerto xv). A referência ao desenvolvimento sustentável surge no discurso de conciliação dos “fatores econômicos, sociais e ambientais”. Considerar sociedade e meio ambiente como “fatores” a serem geridos, mais que uma licença poética, revela um discurso reducionista e pretensioso, como se conflitos socioambientais inconciliáveis com os interesses econômicos do agronegócio pudessem ser solucionados com “melhorias” administrativas.

Neste ponto, a BUNGE adota um discurso menos pretensioso e mais direto, ao afirmar que adota e exige de seus fornecedores “práticas alinhadas com as premissas do desenvolvimento sustentável” e que sua “Política de Sustentabilidade está alinhada à política global e foi validada em consulta às partes interessadas, de forma a refletir interesses de todas as áreas de atuação e estabelecer compromissos compartilhados” pois o objetivo da empresa é “promover o equilíbrio entre o crescimento econômico e a responsabilidade socioambiental da empresa” (BUNGE, 2017, p. 80 – excerto xvi).

Outros três elementos se destacaram apenas nos sentidos da sustentabilidade para as empresas do agronegócio, que foram as práticas e processos de gestão, o cumprimento de requisitos legais e o peso da imagem corporativa.

Quanto às práticas de processos de gestão, JBS afirma que adota “as melhores práticas de sustentabilidade em toda sua cadeia de valor” (JBS, 2017, p. 28 – excerto xi), e a Bunge informa que desenvolveu um *software*, o “Agroideal”, que “integra uma ampla gama de dados e indicadores de sustentabilidade, incluindo adequação agrônômica, indicadores socioeconômicos, mudanças no uso do solo e outros impactos ambientais” com vistas a “impulsionar a expansão sustentável da produção de soja na América do Sul” (BUNGE, 2017, p. 81 – excerto xiv). As expressões “práticas de sustentabilidade” e “indicadores de sustentabilidade” aparecem em um contexto similar: referem-se a práticas de eficiência produtiva que ao serem qualificadas como “de sustentabilidade” ajudam a compor a matriz discursiva da sustentabilidade (MEYER, 2015) dadas as limitações de se identificar objetivamente o que seriam tais indicadores (VEIGA, 2010).

Já quanto ao cumprimento de requisitos legais, a JBS enxerga que a compra de gado no Brasil é “o maior risco no Brasil, em termos de sustentabilidade” (JBS, 2017, p.139 – excerto xviii), já que a pecuária e a produção de soja na Amazônia são as maiores causas do desmatamento no bioma (RIVERO et al., 2019), com implicações legais e econômicas para as empresas. A companhia estabelece em seu nível estratégico as diretrizes globais e exige o atendimento aos requisitos legais, mas concede às empresas do grupo “autonomia para conduzir os temas de forma condizente aos desafios locais” (JBS, 2017, p.139 – excerto xviii).

Pesquisa realizada por Galuchi (2018) sobre as estratégias de gestão de risco dos frigoríficos demonstrou que o risco econômico, legal e reputacional refere-se ao desmatamento, invasão de terras indígenas, trabalho análogo à escravidão e destruição de unidades de conservação e que para mitigá-los as empresas mantêm práticas de inspeção, de mudanças frequentes de fornecedores ou simplesmente de aceitarem o risco quando a percepção da sociedade sinaliza que os frigoríficos não são responsáveis por irregularidades de pecuaristas.

Já a Bunge tem enfatizado suas ações voltadas ao treinamento e capacitação local de seus fornecedores no cumprimento do Código Florestal “com o objetivo de aumentar a sustentabilidade da produção” (BUNGE, 2017, p. 25 – excerto xx). Aqui vale destacar que a Bunge apoiou a reforma do Código Florestal Brasileiro, doando

cerca de R\$ 2,8 milhões³⁰ para candidatos que participaram do processo eleitoral, sendo vários deles da bancada ruralista. A empresa também conta com um histórico de multas ambientais e fiscais milionárias (MPT, 2015; ALVES, 2017; DOWBOR, 2017; BORGES, 2018).

Por fim, quanto ao peso da imagem corporativa, a JBS afirma em seu relatório que sua forma de atuar é que contribui para estabelecer relações de confiança com clientes e consumidores, “o que faz com que a sustentabilidade (...) se torne um eixo central na gestão da imagem e reputação” (JBS, 2017, p. 140 – excerto xxi).

O relatório da Bunge, por sua vez, enfatiza sua Política de Sustentabilidade (BUNGE, 2017, p. 78 – excerto [22]), suas premiações setoriais (id., p. 25 – excerto xxiii) e seu Relatório de Sustentabilidade (ibid., p. 10 – excerto xxiv) como compromissos públicos voltados à sustentabilidade.

A crítica que alguns autores, como Okoye (2009), Silva (2011) e Coli (2017) fazem a esta ênfase à imagem corporativa é de que elas ficam limitadas às funções empresariais da comunicação corporativa, sem uma relação direta com a sustentabilidade “forte” do ponto de vista biofísico.

Por fim, dois outros sentidos da sustentabilidade emergiram a partir da análise dos relatórios das empresas do agronegócio: os “Indicadores Setoriais” e a “Educação”. Os indicadores setoriais apareceram relacionados à sustentabilidade apenas para a JBS (excertos vi, vii e viii). Embora a Bunge também utilize indicadores similares, como o GRI, por exemplo, no seu relatório ela não o relaciona diretamente à sustentabilidade. Da mesma forma, para esta empresa suas iniciativas voltadas à formação e educação de stakeholders ressaltam ao longo do respectivo relatório bastante associadas à ideia da sustentabilidade (excertos xxv, xxvi e xxvii) enquanto no relatório da JBS isto não ocorre, o que pode indicar uma diferença no enfoque estratégico de cada empresa.

6.3.3 O setor varejista nos relatórios de sustentabilidade

A análise do setor varejista foi feita a partir dos Relatórios de Sustentabilidade do Walmart Brasil – WB de 2016 e do Grupo Pão de Açúcar – GPA de 2017, as datas mais recentes disponíveis por ocasião desta pesquisa.

³⁰ Segundo informações disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral, em: <http://spce2010.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2010/resumoReceitasByCandidato.action>

A Figura 18 mostra as capas dos dois relatórios, ambos fartamente ilustrados e com design gráfico profissional e em linguagem acessível para leigos.

Figura 18 - Capas dos relatórios das empresas do setor varejista.

(A) Capa do Relatório de Sustentabilidade do GPA

(B) Capa do Relatório de Sustentabilidade do WB

Fontes: (A) GPA (2017) e (B) WB (2017)

O GPA não define “sustentabilidade” ao longo do texto. Já o relatório do WB apresenta um glossário de termos ao seu final, onde consta a seguinte definição: “sustentabilidade: uso dos recursos naturais, de forma inteligente, para suprir as necessidades atuais dos seres humanos sem comprometer as gerações futuras” (WB, p. 92). Uma definição própria, claramente inspirada no conceito de desenvolvimento sustentável do relatório Brundtland (1987).

Os sentidos da sustentabilidade encontrados nestes relatórios foram seis: (1) sustentação dos negócios da empresa; (2) indicadores setoriais; (3) uso ecoeficiente de recursos naturais; (4) práticas e processos de gestão; (5) referência ao desenvolvimento sustentável; (6) gestão de RH e no caso do GPA uma outra categoria que emergiu, o (7) consumo consciente. O Quadro 14 mostra os excertos exemplares que representam estes sentidos.

Quadro 14 - Excertos com os sentidos da sustentabilidade encontrados nos relatórios do setor varejista

Sentidos de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade do Grupo Pão de Açúcar (2017)	Relatório de Sustentabilidade do WB (2016)
(1) Sustentação dos negócios da empresa	(i) No ano em que comemoramos o 120º aniversário do Casino e os 70 anos do GPA, seguimos comprometidos com a sustentabilidade do negócio, zelando pelo interesse dos nossos colaboradores, clientes, fornecedores e acionistas, em um processo contínuo de inovação e geração de valor para o nosso negócio e para a sociedade (p. 5).	(ii) <u>Liderar em questões sociais e ambientais</u> é um dos princípios do jeito Walmart de trabalhar. Acreditamos que não basta fazer o nosso papel, precisamos também contagiar nossos parceiros e fornecedores (p. 7).
(2) Indicadores setoriais	(iii) O GPA é signatário de princípios e pactos desenvolvidos por instituições nacionais e internacionais, participando de debates do setor em relação a <u>boas práticas e sustentabilidade</u> : Fórum de Empresas e Direitos LGBT, Coalização Empresarial pela Equidade Racial e de Gênero, Pacto pela Erradicação do Trabalho Escravo, <u>Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)</u> [entre outros] (p. 69).	(iv) Iniciativas ou associações das quais o Walmart participa: Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS); Associação <u>Movimento Mulher 360</u> , Instituto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (Inpacto), Conselho Empresarial Brasileiro para o <u>Desenvolvimento Sustentável</u> (CEBDS) [entre outros] (p. 74).
(3) Uso ecoeficiente de recursos naturais	(v) Desenvolver a <u>cultura interna da sustentabilidade</u> é essencial para a evolução do GPA. Com esse objetivo, lançamos o sistema de <u>coleta seletiva</u> na sede do Assaí Atacadista. Durante cinco meses, todos(as) os(as) funcionários(as) foram impactados por ações relacionadas a temas como o <u>correto descarte e minimização de resíduos, ciclo de reciclagem e excessos de consumo</u> (p. 57).	(vi) <u>Gestão da Sustentabilidade na operação</u> : a busca por processos que tornem nosso negócio <u>mais eficiente e sustentável</u> é constante. Parte disso está nos esforços para economizar recursos naturais e destinar resíduos de forma adequada (p. 62).
(4) Práticas e processos de gestão	(vii) Em 2017, o GPA iniciou um ciclo de visitas aos maiores produtores de <u>[gado] Rubia Gallega</u> . O objetivo dessa ação é confirmar o uso de modelos sustentáveis pelas fazendas, que <u>respeitem as legislações vigentes</u> e o bem-estar dos animais. A ONG Aliança da Terra, <u>parceira da área de Sustentabilidade do GPA</u> , é responsável por essa visita e por <u>facilitar o diálogo com os pecuaristas</u> (p. 49). Tb ciclo de vida	(viii) Walmart é membro do conselho diretor do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) e único representante do do varejo que contribuiu para desenvolvimento do Guia de Indicadores da Pecuária Sustentável (GIPS), para incentivar o uso de indicadores de <u>sustentabilidade</u> por todos os elos da cadeia produtiva da pecuária (p. 27). (ix) [O WB] adota globalmente uma atuação sobre 3 pilares: <u>Produtos mais sustentáveis, Clima e Energia e Gestão de Resíduos</u> em suas operações em todo o mundo (p. 24).

Sentidos de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade do Grupo Pão de Açúcar (2017)	Relatório de Sustentabilidade do WB (2016)
(5) Referência ao desenvolvimento sustentável	(x) A Política Ambiental da Companhia foi estabelecida em 2014, com base nos <u>ODS-2030</u> , na Política Ambiental do Grupo Casino e nas Diretrizes de Sustentabilidade do GPA. Essa política ambiental contempla quatro frentes de ação: (1) garantir o uso adequado de recursos naturais; (2) seguir as normas e políticas vigentes; (3) garantir o gerenciamento adequado de resíduos; (4) reduzir as emissões de gases de efeito estufa e proteger os ecossistemas (p. 54).	(xi) No ano em que completamos duas décadas no Brasil, podemos afirmar que continuamos nos desafiando a seguir firme na jornada do <u>desenvolvimento sustentável</u> , como pode ser visto neste Relatório de Sustentabilidade (p. 7).
(6) Gestão de RH	(xii) Nos últimos quatro anos, investimos em iniciativas para a evolução de gestão de pessoas, de processos e em <u>sustentabilidade</u> . Como <u>consequência, colhemos frutos em 2017: redução constante de turnover voluntário, crescimento no índice de produtividade e no engajamento de nossos(as) colaboradores(as)</u> (p. 37). (xiii) <u>Do ponto de vista da sustentabilidade, avançamos de maneira relevante nas questões de diversidade cultural e social</u> , com a realização da primeira Semana da Diversidade (...). Nesse evento, <u>assinamos a carta de adesão “10 Compromissos da Empresa com os Direitos LGBT”, que consideramos um avanço na promoção da equidade de gênero no GPA</u> . Todas as iniciativas permanecem alinhadas aos princípios do Pacto Global das Nações Unidas (ONU) (p. 7). (xiv) Resumo das metas e plano de ações de sustentabilidade: implementar, pelo segundo ano consecutivo, uma <u>meta de sustentabilidade para os(as) colaboradores(as) elegíveis à remuneração variável; aplicar um treinamento de diversidade</u> focado para as áreas de RH de todos os negócios; desenvolver <u>Programa de Voluntariado Corporativo</u> para os(as) colaboradores(as) do GPA (p. 68)	(xv) Globalmente, o Walmart é uma empresa que apoia e promove ações de <u>diversidade</u> , pois dessa forma é possível reunir diferentes pensamentos e posições, o que valoriza o ambiente de trabalho e o desenvolvimento das atividades. Para fomentar internamente esse valor, a empresa estimula a inclusão de <u>mulheres, pessoas com deficiência, negros e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros)</u> (p. 56). OBS: não faz referência à STB (...)
(7) Consumo consciente	(xvi) <u>A estratégia de sustentabilidade do GPA também se expressa em iniciativas de consumo e oferta consciente</u> . (...) assumimos o compromisso de <u>aumentar o sortimento de produtos saudáveis e sustentáveis em nossas marcas e negócios</u> , influenciando nossa cadeia de valor e <u>estimulando nossos(as) clientes</u> na adoção de hábitos saudáveis de consumo, com respeito ao meio ambiente e às pessoas (p. 38). (xvii) Resumo das metas e plano de ações de sustentabilidade: (...) <u>Consumo e oferta consciente</u> : aumentar em 1 ton a quantidade de resíduos recicláveis descartados por Estação de Reciclagem Pão de Açúcar (p. 68).	Não foram encontradas evidências.

Fonte: GPA (2017) e Walmart Brasil (2016).

Para o GPA, o sentido da sustentabilidade também aparece fortemente como referência à sustentação dos negócios da empresa (“seguimos comprometidos com a sustentabilidade do negócio”, excerto i). Já para o WB, esta associação se dá de forma indireta (“continuamos nos desafiando a seguir firme na jornada do desenvolvimento sustentável”, excerto ii). Na verdade, o WB faz um uso cuidadoso da expressão “sustentabilidade” e expressões afins (“sustentável”, “desenvolvimento sustentável”, etc.). Por outro lado, três elementos parecem receber destaque nos relatórios de sustentabilidade das duas empresas: a rastreabilidade da carne, as relações trabalhistas e a ecoeficiência.

Quanto aos indicadores setoriais, eles aparecem na forma de parcerias com organizações que desenvolvem ações voltadas às questões ambientais, de grupos vulneráveis (gênero, etnia, orientação sexual, deficientes e combate ao trabalho escravo) e de rastreabilidade da pecuária – esta última devido ao histórico das relações conflituosas entre expansão da fronteira agropecuária com o desmatamento da Amazônia. Sobre este ponto, vale destacar que diversos autores enfatizam a importância da ação integrada ao longo das cadeias de abastecimento, mas para que isso se dê no sentido da sustentabilidade forte, esta integração deve atuar no sentido da redução de volumes absolutos (PRINCEN, 1999; ANBUMOZHI et al., 2010; REISCH et al., 2016; LEBEL, LOREK, 2008).

Outro ponto em comum nos dois relatórios foi a associação entre sustentabilidade e ecoeficiência, principalmente levando-se em consideração que a operação dos negócios destas empresas é intensiva consumidora de água, energia (iluminação, refrigeração), combustíveis (na movimentação de frotas) e geradora de resíduos (principalmente embalagens). A ecoeficiência aqui tem sobretudo um forte papel econômico, no sentido de contribuir para melhorar a performance financeira das empresas, e por si só, é considerada como sustentabilidade fraca (VERGRAGT; AKENJI; DEWICK, 2014).

Quanto às práticas de gestão, elas aparecem relacionadas à própria ecoeficiência, mas também às atuações ao longo da cadeia de abastecimento, envolvendo controle de processos, como seleção de fornecedores e desenvolvimento de marcas próprias. Aqui também recebe destaque nos relatórios de sustentabilidade das duas empresas a ênfase na construção de alianças e parcerias com outros atores da cadeia, como cooperativas de produtores e organizações ambientalistas que apoiam nos processos de rastreabilidade dos produtos (sobretudo os da pecuária).

Estas ações são importantes para as empresas evitarem conflitos com as autoridades que realizam fiscalizações de âmbito trabalhista e ambiental, além de eventualmente tais problemas repercutirem na reputação pública das empresas.

Um ponto muito enfatizado pelo GPA foi quanto à gestão de seus recursos humanos. Além das parcerias, a empresa destaca os programas próprios voltados à equidade no ambiente corporativo. O motivo desta ênfase pode ser explicada pelo processo de reestruturação produtiva do capital que produz o que Antunes (2014) chamou de “uma nova morfologia do trabalho”, caracterizada por um proletariado de trabalhadores precarizados (os “precariados”), constituído em grande parte por mulheres, negros e homossexuais, que não raro encontram maior dificuldade de colocação no mercado e piores condições de trabalho. No Relatório de Sustentabilidade do WB estes pontos também são enfatizados, porém, diferentemente do GPA, eles não são associados especificamente ao sentido da sustentabilidade, mas sim de forma ampla aos indicadores de sustentabilidade adotados pela empresa.

Por fim, o consumo sustentável aparece apenas no relatório do GPA como estratégia, meta e plano de ação de sustentabilidade. Na prática, no entanto, a sustentabilidade se verifica para a empresa como aumento na oferta de “produtos sustentáveis” e aumento na coleta de resíduos recicláveis, características da sustentabilidade “fraca” (GEELS et al., 2015, VERGRAGT; AKENJI; DEWICK, 2014).

6.3.4 O setor da construção civil nos relatórios de sustentabilidade

A análise do setor da construção civil foi feita a partir dos relatórios de sustentabilidade da empresa Andrade Gutierrez - AG, de 2015 e da empresa MRV, de 2017, as datas mais recentes disponíveis no momento de realização desta pesquisa. A Figura 19 mostra as capas dos dois relatórios.

Figura 19 - Capas dos relatórios das empresas do setor da construção civil.

(A) Capa do Relatório de Sustentabilidade da AG

(B) Capa do Relatório de Sustentabilidade da MRV

Fontes: (A) AG, 2015 e (B) MRV, 2017.

Nenhum dos relatórios analisados define a expressão “sustentabilidade” ao longo do texto. Foi possível, no entanto, identificar neles os sentidos da sustentabilidade: (1) Sustentação dos negócios da empresa, (2) Indicadores setoriais, (3) Uso ecoeficiente de recursos naturais, (4) Práticas e processos de gestão, (5) Relações comerciais, (6) Imagem corporativa, (7) Referência ao desenvolvimento sustentável, (8) Oportunidades de negócios. O Quadro 15 mostra os excertos exemplares que os representam.

Quadro 15 - Excertos com os sentidos da sustentabilidade encontrados nos relatórios do setor da construção civil

Sentidos de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade da AG (2015)	Relatório de Sustentabilidade da MRV (2017)
(1) Sustentação dos negócios da empresa	(i) O Grupo AG (...) iniciou uma revisão estratégica e reestruturação da sua cultura corporativa em 2014. (...) <u>Nesse novo modelo, que visa à perenidade e sustentabilidade do negócio</u> construído ao longo de 68 anos, o foco é fomentar a competência ética e a integridade em todos os processos, envolvendo funcionários, fornecedores, parceiros e, principalmente, clientes (p. 4).	(ii) <u>Nosso sucesso se deve à atuação focada na sustentabilidade.</u> (...) Temos uma atuação diferenciada com <u>forte investimento na sustentabilidade</u> , que permeia as nossas áreas e operações há bastante tempo e hoje está inserida em todas as nossas práticas (p. 10).
(2) Indicadores setoriais	(iii) (...) a AG Engenharia implementou, de forma bem-sucedida, a sua estratégia de gerenciamento das dívidas (...) o que demonstra a <u>confiança das instituições financeiras nas ações de sustentabilidade da companhia</u> (p. 29). (iv) A AG Engenharia publica anualmente relatórios com informações do seu <u>desempenho em sustentabilidade</u> desde 2009, seguindo as diretrizes da <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI) (p. 80).	(v) Exemplos que atestam a adoção das mais <u>avançadas práticas sustentáveis</u> e de governança na nossa empresa são a presença, pelo segundo ano consecutivo, na carteira do <u>Índice de Sustentabilidade Empresarial</u> - ISE (p. 10). (vi) <u>Adere voluntariamente a uma série de iniciativas</u> , entre elas o Pacto Global, da ONU; o Centro de Estudos em Sustentabilidade, da Fundação Getúlio Vargas (GVCes); o Instituto Ethos; o Programa Brasileiro GHG Protocol; o CDP; e o Selo Casa Azul, da Caixa Econômica Federal (p. 29)
(3) Uso ecoeficiente de recursos naturais	(vii) A empresa segue os princípios da <u>filosofia Lean</u> , (...), mediante a <u>eliminação de desperdícios</u> e a solução de problemas de maneira sistemática, com o aproveitamento de oportunidades de melhoria e <u>ganhos sustentáveis</u> (p. 36). (viii) A AG Engenharia zela pelo uso responsável dos recursos naturais e incentiva seus funcionários e parceiros a buscar soluções sustentáveis para suas atividades com o menor impacto possível ao meio ambiente (p. 60).	(ix) [A <u>Política de Sustentabilidade</u>] estabelece as seguintes diretrizes: (...) buscar <u>novas tecnologias de construção</u> e uso de <u>matérias-primas economicamente viáveis</u> e aperfeiçoar os processos de engenharia a fim de <u>minimizar os impactos no meio ambiente</u> (p.27).

Sentidos de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade da AG (2015)	Relatório de Sustentabilidade da MRV (2017)
(4) Práticas e processos de gestão	(x) Na estrutura da companhia, a área de <u>gestão de Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho</u> é responsável pelas questões ambientais. (...) A AG conta com <u>ferramentas de gestão</u> ao longo de todo o <u>ciclo de vida de seus empreendimentos</u> . Entre elas, a elaboração da matriz de riscos, as auditorias semestrais de conformidade com o <u>Código de Ética e Conduta</u> , <u>requisitos legais</u> , apoio para implantação e manutenção do <u>SGI</u> e acompanhamento de indicadores e metas do <u>Balanced Scorecard</u> vinculadas à <u>conformidade ambiental</u> (p. 60).	(xi) <u>Relacionamento com fornecedores, prestadores de serviço e agentes intermediários</u> : nortear as relações entre a área de Suprimentos com os fornecedores, prestadores de serviços e agentes intermediários e <u>apresentar os critérios gerais, de sustentabilidade e de integridade</u> utilizados de forma integrada no <u>processo de contratação</u> de materiais, serviços e equipamentos (p. 29).
(5) Relações comerciais	(xii) A empresa também <u>apoiar o maior evento da CNI</u> , o Encontro Nacional da Indústria, que <u>debate a sustentabilidade nas atividades empresariais</u> e outros assuntos relacionados. A Holding AG também integra o Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon) e participa da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base (Abdib), levando para ambas suas experiências para debates em temas como infraestrutura, relações do trabalho, desenvolvimento nacional, exportação de serviços, responsabilidade social e <u>sustentabilidade</u> (p. 83).	(xiii) Em 2017, a MRV foi contemplada com prêmios e títulos que atestam suas boas práticas em <u>todas as dimensões da sustentabilidade</u> (...) [entre outros] Prêmio Hugo Werneck de <u>Sustentabilidade & Amor à Natureza</u> , conferido ao fundador e presidente do Conselho de Administração da MRV (...) pelo Grupo Ecológico, como reconhecimento de pessoas, projetos e instituições que desenvolvem práticas sustentáveis (p. 22). (xiv) Ante o <u>engajamento cada vez maior dos clientes</u> , a companhia tem sido capaz de mostrar também duas outras importantes características: a <u>inovação, expressa em soluções facilitadoras</u> , tanto em produtos quanto em serviços, e a <u>sustentabilidade, que transpassa toda a sua atuação</u> (p. 26).
(6) Imagem corporativa	(xv) Compromissos da AG Engenharia com a <u>Responsabilidade Social</u> : atendimento dos <u>requisitos legais</u> ; combate ao trabalho forçado ou análogo ao escravo; <u>relacionamento com comunidades</u> ; compromisso da cadeia de fornecimento; cumprimento do horário de trabalho; proibição do trabalho infantil e exploração de crianças e adolescentes; satisfação dos funcionários e diversidade (p. 77)	(xvi) Há verba destinada à aplicação de <u>ações sustentáveis na vizinhança</u> em todas as obras. Programada no âmbito da <u>PEP Sustentabilidade</u> , ela é utilizada em projetos como Dia da Dengue, campanha de vacinação, <u>Semana do Meio Ambiente</u> , <u>plantio de árvores</u> e limpeza de praias (p.58). (xvii) Para estreitar os laços com a academia, a companhia otimizou a ação <u>Portas Abertas</u> , em que os estudantes participam de visitas orientadas às obras para conhecerem não apenas os processos produtivos, mas também o foco em sustentabilidade, que abrange meio ambiente, inovação, gestão de resíduos, mudanças climáticas e selos de sustentabilidade contemplados pela empresa (p. 58).

Sentidos de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade da AG (2015)	Relatório de Sustentabilidade da MRV (2017)
(7) Referência ao desenvolvimento sustentável	Não foram encontradas evidencias.	<p>(xviii) Ao planejarmos os empreendimentos, buscamos considerar todas as <u>dimensões da sustentabilidade</u>: a econômica, a social e a ambiental (p. 11).</p> <p>(xix) [A <u>Política de Sustentabilidade</u>] estabelece as seguintes diretrizes: (...) Promover, implementar e disseminar ações de <u>desenvolvimento sustentável</u> (...) (p. 27).</p>
(8) Oportunidades de negócios	Não foram encontradas evidencias que relacionem as oportunidades de negócios à sustentabilidade.	<p>(xx) Nos últimos anos, a companhia vem fortalecendo sua relação com as <u>consultorias de sustentabilidade</u> para o <u>mercado de capitais</u>, inclusive do exterior, municiando-as com relatórios e planos de ação capazes de subsidiar os investidores (p. 31).</p> <p>(xxi) Exemplo, nesse sentido, são os lançamentos, em 2017, das <u>linhas Eco, Bio e Premium</u>, que agregaram soluções inéditas no setor imobiliário. Tendo a <u>sustentabilidade</u> como essência, os residenciais inovam no tipo de acabamento dos imóveis (...) com cores modernas nas fachadas e guaritas com acabamento em <u>granito ecológico</u> (p. 50).</p>

Fonte: AG (2015) e MRV (2017).

Para os atores da construção civil, a sustentação dos negócios é um dos elementos centrais da sustentabilidade. A AG reestruturou seu posicionamento mercadológico e sua estrutura de governança após ser flagrada nos escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato, e informa em seu relatório de sustentabilidade que após esta reestruturação a empresa “visa a perenidade e a sustentabilidade do seu negócio” (excerto i). Já a MRV passa por um momento mais favorável aos negócios devido, entre outros fatores, à sua segmentação de mercado, voltada ao atendimento da demanda imobiliária da classe trabalhadora, e que ela discricionariamente explica como sendo motivada por seu “forte investimento na sustentabilidade em operações” (excerto ii).

Ambas as empresas também associam sustentabilidade aos seus indicadores setoriais, como o fizeram empresas de outros segmentos, por meio da demonstração à adesão a protocolos de mercado, como o *Global Report Initiative* – GRI, o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, e também à boa reputação que auferem junto a instituições financeiras, parcerias com centros de pesquisa e organizações da sociedade civil, e demais partes interessadas (excertos ii e iii).

Da mesma forma, ambas as empresas procuram demonstrar que operam na busca contínua pela ecoeficiência, que lhes garantem “ganhos sustentáveis” (excerto vii) e menor impacto ambiental (excertos viii e ix).

A performance “sustentável” de ambas as empresas é alcançada, segundo afirmam, graças às suas práticas, processos e ferramentas de gestão administrativa, voltadas à qualidade, controle de riscos, processos de relacionamentos com fornecedores, entre outros (excertos x e xi).

Ambas as empresas também cultivam boas práticas de relações comerciais, seja debatendo a sustentabilidade com outros atores e associações de classes que atuam em segmentos de mercado afins (excertos xii e xiii), seja demonstrando a sustentabilidade em todas suas ações a “clientes engajados” (excerto xiv).

A demonstração da sustentabilidade, inclusive, aparece também como prática associada à valorização da imagem corporativa da empresa perante a sociedade civil, e por este motivo as empresas investem em práticas de responsabilidade social (excerto xv) e no que a MRV chama de “ações sustentáveis”, como colaborar em campanha para a vacinação, e desenvolver ações para o combate contra a dengue, etc. (excerto xvi). Em um mundo onde quase todos os serviços públicos estão privatizados, a filantropia empresarial cumpre o papel de demonstrar o bom-mocismo

das empresas aos menos favorecidos e aos formadores de opinião, como estudantes (excerto xvii).

Por fim, dois sentidos da sustentabilidade que aparecem apenas no relatório da MRV e não no da AG são a relação com o desenvolvimento sustentável e as oportunidades de novos negócios. No primeiro caso, as referências ao DS no relatório da MRV são tanto explícitas, em sua “política de sustentabilidade (excerto xviii) quanto implícitas, numa referência ao *triple bottom line* (excerto xix). No segundo caso, a MRV revela explorar proativamente as novas possibilidades de negócio abertas pelos discursos da sustentabilidade, tanto no mercado de capitais (excerto xx) como nas suas grifes próprias de produtos batizados como “eco, bio e premium” (excerto xxi), mostrando-se bastante engajada.

6.3.5 O setor industrial nos relatórios de sustentabilidade

A análise do setor industrial foi feita a partir dos relatórios de sustentabilidade da Ambev de 2016 e do relatório integrado da Braskem de 2017, as datas mais recentes disponíveis no momento desta pesquisa. A Figura 20 mostra as capas dos dois respectivos relatórios.

Figura 20 - Capas dos relatórios das empresas do setor industrial.

(A) Capa do Relatório Anual e de Sustentabilidade da Ambev

(B) Capa do Relatório Anual e de Sustentabilidade da Braskem

Fontes: (A) Ambev (2016) e (B) Braskem (2017)

Nos relatórios, a Braskem não adota nenhuma definição de “sustentabilidade”, e a Ambev o faz de forma “inspiracional”: “Sustentabilidade para a gente não é teoria. É realização. É fazer as coisas certas, tendo como inspiração um sonho grande” (AMBEV, 2016, p. 64).

Os sentidos da sustentabilidade encontrados nestes relatórios foram (1) Sustentação dos negócios da empresa, (2) Indicadores setoriais, (3) Uso ecoeficiente de recursos naturais, (4) Práticas e processos de gestão, (5) Responsabilidade social, (6) Referência ao desenvolvimento sustentável, (7) Imagem corporativa. O Quadro 16 mostra os excertos exemplares que representam estes sentidos.

Quadro 16 - Excertos com os sentidos da sustentabilidade encontrados nos relatórios do setor industrial

Sentidos de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade da Ambev (2016)	Relatório Integrado da Braskem (2017)
(1) Sustentação dos negócios da empresa	<p>(i) Para garantir um futuro próspero, <u>trabalhamos sempre de forma sustentável</u>, considerando a preservação de recursos naturais e o cuidado com as pessoas e o meio ambiente (p. 7)</p> <p>(ii) Mostramos com clareza que estamos juntos em um compromisso de longo prazo, trabalhando pela <u>sustentabilidade do negócio</u>, em uma curva de crescimento, construindo boas marcas, gerando valor econômico, social e ambiental (p. 46).</p>	<p>(iii) <u>Sustentabilidade está no centro da nossa Empresa</u>. É o nosso jeito de gerar transformações positivas e concretas (p. 9).</p>
(2) Indicadores setoriais	<p>(iv) Lista das cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de <u>caráter econômico, ambiental e social</u> que a organização subscreve ou endossa: <u>[segue lista com 21 itens]</u> (p. 94)</p>	<p>(v) Integramos o Comitê da Rede Brasileira do Pacto Global e, desde 2013, o grupo LEAD do <u>Global Compact</u>, além de fazer parte das iniciativas <u>Green Industry Platform</u> da UNIDO e <u>Caring for Climate</u> do Pacto Global. Também participamos ativamente da iniciativa <u>Empresas pelo Clima</u>, plataforma empresarial criada pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e, em 2017, assumimos a <u>coordenação do Grupo Técnico de Energia e Clima da Rede Brasileira do Pacto Global-ONU</u> (p. 86).</p>
(3) Uso ecoeficiente de recursos naturais	<p>(vi) Nosso modelo de gestão padronizado, o Voyager Plant Optimization (VPO), tem o objetivo de <u>gerar ganhos de eficiência e reduzir de impactos ambientais</u> nas nossas plantas (p. 41).</p> <p>(vii) A Cervejaria Adriática utiliza os equipamentos mais modernos da indústria e tecnologias de ponta na <u>ecoeficiência operacional</u>, garantindo o menor consumo de energia e água (p. 40).</p>	<p>(viii) Seguindo nosso <u>compromisso com a sustentabilidade</u> e a inovação, também somos a principal fabricante mundial de biopolímeros, com capacidade anual de 200 mil toneladas de produção do Plástico Verde l'm green™, Polietileno produzido a partir do etanol de cana-de-açúcar, de origem 100% renovável (p. 10).</p>
(4) Práticas e processos de gestão	<p>(ix) Queremos que nossos fornecedores cresçam e se desenvolvam conosco. O apoio aos agricultores rurais e a parceria com a Embrapa são exemplos de como compartilhamos valor e desenvolvemos os nossos fornecedores, também assegurando a qualidade das nossas bebidas e a <u>sustentabilidade da nossa cadeia</u> (p. 57).</p>	<p>(xii) Neste contexto, nossa estratégia segue pautada na busca por avanços em produtividade e competitividade (...) e no fortalecimento da imagem e reputação da Braskem perante (...) por meio de avanços em <u>conformidade, sustentabilidade</u>, inovação e gestão de pessoas (p. 6).</p> <p>(xiii) Implantação da Ferramenta de <u>Compras Sustentáveis</u>, que possibilita a <u>incorporação de critérios de</u></p>

Sentidos de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade da Ambev (2016)	Relatório Integrado da Braskem (2017)
	<p>(x) Com os nossos fornecedores, compartilhamos o <i>know-how</i> da gestão Ambev de maneira que possam melhorar seus processos <u>garantindo eficiência, qualidade e sustentabilidade</u>. Fomentamos nossos produtores de guaraná, na Amazônia, e de cevada, no sul do Brasil, impulsionando a economia local (p.81).</p> <p>(xi) Investimos em reciclagem há mais de 30 anos, com iniciativas de promoção à coleta seletiva, inovações em <u>embalagens sustentáveis</u>, fábrica de vidros que recicla cacos de vidros e o programa Ambev Recicla, que apoia cooperativas de coleta de material reciclável (p. 72).</p>	<p><u>sustentabilidade</u> na seleção de fornecedores nos processos de compras (p. 3).</p> <p>(xiv) Buscamos mobilizar as empresas, articular governos e educar o consumidor na <u>incorporação da análise do ciclo de vida como uma ferramenta para determinar a sustentabilidade dos produtos</u> (p. 39).</p>
(5) Responsabilidade social	<p>(xv) O [Programa] Ambev Recicla reúne nossas iniciativas voltadas ao descarte correto e à reciclagem de embalagens pós-consumo (...). <u>O programa beneficia consumidores, cooperativas, sociedade e meio ambiente</u> (...) em cinco eixos: educação ambiental; apoio às cooperativas; pontos de entrega voluntária (PEVs) de resíduos; fomento ao movimento reciclagem; embalagens sustentáveis (p. 75).</p>	<p>(xvi) Trabalhamos de forma <u>comprometida com a sustentabilidade</u>, com a inovação e com o desenvolvimento das pessoas (p. 2).</p> <p>(xvii) Desde 2013, o Edukatu – projeto desenvolvido por meio de uma parceria da Braskem com o Instituto Akatu – ajuda na disseminação dos conceitos de <u>consumo consciente e sustentabilidade</u> para professores e alunos do ensino fundamental no Brasil (p. 58).</p>
(6) Referência ao desenvolvimento sustentável	<p>(xviii) Buscamos também a <u>sustentabilidade da sua produção</u>. Nos nossos programas de incentivo ao cultivo desses grãos, capacitamos agricultores rurais para que possam adotar <u>processos de plantio ambiental, social e financeiramente sustentáveis</u> (p. 57).</p>	<p>(xix) Nossos <u>princípios de sustentabilidade</u>, incorporados aos processos operacionais e de fabricação de produtos da Companhia, (...) materializadas pela participação em fóruns e associações para acelerar o processo de transição para uma <u>economia de baixo carbono competitiva, responsável e inclusiva</u> (p. 12).</p>
(7) Imagem corporativa	<p>(xx) Trabalhamos continuamente para que todas as <u>campanhas e anúncios</u> estejam sempre de acordo com a norma do órgão regulador e também com nosso <u>código interno de Marketing e Comunicação Responsável</u>, e sempre cumprimos prontamente todas as determinações do <u>Conar</u></p>	<p>(xxi) Em 2016, expandimos nossas fronteiras e levamos o Plástico Verde I'm green™ para a Estação Espacial Internacional (<i>International Space Station - ISS</i>). Agora, com as novas soluções desenvolvidas pela Braskem, a partir de 2018 os astronautas poderão utilizar uma máquina recicladora de embalagens e objetos plásticos, capaz de ampliar ainda mais a autonomia e a <u>sustentabilidade das futuras missões</u> (p. 38).</p>

Fonte: Ambev (2016) e Braskem (2017).

Ambas as empresas afirmam a centralidade da sustentabilidade para a gestão do seu negócio (excertos i e iii), sendo que a Ambev o faz aproveitando o jogo de palavras com o sentido da “sustentação dos negócios” (excerto ii), da mesma forma que empresas de outros segmentos o fazem.

Quanto à associação da sustentabilidade com os indicadores setoriais, o padrão também é o mesmo observado nos casos anteriores: as duas empresas analisadas enfatizam seus compromissos com protocolos sociais e ambientais (excertos iv e v). O mesmo padrão se verifica quanto à associação entre sustentabilidade e ecoeficiência (excertos vi, vii e viii).

Destacou-se nos relatórios das empresas do setor industrial uma associação muito forte entre sustentabilidade e eficiência na gestão administrativa de seus processos e recursos (excerto ix a xiii). Particularmente, foi interessante observar que no relatório da Braskem a empresa revela praticar e incentivar seus parceiros a praticarem a análise do ciclo de vida de produtos, uma prática criticada negativamente pela CNI por ocasião de suas contribuições ao PPCS (excerto xiv).

Com relação à sustentabilidade nas práticas de responsabilidade social, o padrão praticado pelas empresas do setor industrial também é muito parecido com o das empresas dos demais setores (excertos xv e xvi). Destaque para o excerto xvii, que revela a parceria com o Instituto Akatu para promover o “consumo consciente e a sustentabilidade” (excerto xvii), uma prática “liberal” focada no princípio da soberania do consumidor (BIERWAGEN, 2016), voltada à sustentabilidade fraca (BARR, GILG E SHAW, 2011).

As referências à sustentabilidade no sentido do desenvolvimento sustentável aparecem em ambos os relatórios, sendo que, no caso da Ambev, a referência é ao *triple bottom line* (excerto xviii), e da Braskem é no sentido dos ODS-2030 (excerto xix).

Por fim, as práticas voltadas à imagem corporativa relacionam sustentabilidade à comunicação social da empresa. No caso da Ambev, é um ponto sensível por tratar-se da venda de bebidas alcoólicas, e para isso a empresa afirma contar com um Comitê Interno de Marketing e Comunicação Responsável e cumprir as determinações do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária – CONAR (excerto xx). Já no caso na Braskem, dentre os diversos casos citados no relatório, um deles menciona o uso do plástico biodegradável produzido pela empresa e

utilizado pelos astronautas da Estação Espacial Internacional como uma solução de sustentabilidade para as missões espaciais.

6.3.6 Os sentidos da sustentabilidade para os atores do setor privado

A análise comparada dos relatórios corporativos socioambientais das dez empresas mostrou que o conceito de sustentabilidade aparece relacionado a treze categorias analíticas distintas (Quadro 17).

Quadro 17 - Sentidos da sustentabilidade para atores do setor privado

Sentidos da Sustentabilidade	Itaú	Bradesc	Bunge	JBS	GPA	WB	AG	MRV	Brasken	Ambev
1. Sustentação dos negócios da empresa	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
2. Uso ecoeficiente de recursos naturais	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
3. Indicador técnico ou de desempenho do setor	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
4. Referência ao desenvolvimento sustentável	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓
5. Práticas e processos de gestão			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
6. Eixo da imagem corporativa			✓	✓			✓	✓	✓	✓
7. Relações comerciais	✓	✓					✓	✓		
8. Oportunidades de negócios	✓	✓						✓		
9. Cumprimento de requisitos legais			✓	✓						
10. Gestão de RH					✓	✓				
11. Responsabilidade social									✓	✓
12. Educação corporativa				✓						
13. Consumo consciente					✓					

Fonte: Érico Luciano Pagotto, 2019.

Este quadro revelou que nem todas as empresas empregam a expressão “sustentabilidade” no mesmo sentido, o que demonstra a sua polissemia. Também foi possível observar que empresas do mesmo setor (identificados por cores) tendem a empregar a expressão no mesmo sentido, embora isso não seja uma regra.

Destacou-se ainda o fato que dos treze sentidos identificados, seis foram os mais recorrentes, aparecendo em mais da metade das empresas analisadas: sustentação dos negócios, ecoeficiência, indicador de performance, referência ao desenvolvimento sustentável, prática de gestão e imagem corporativa, sendo que os dois primeiros apareceram em todas as empresas. Isso indica tendência a certa

prática de mercado quanto à comunicação, principalmente levando-se em consideração que estas empresas estão entre as líderes em seu segmento.

Como estas empresas estão entre os incumbentes, a polissemia da sustentabilidade torna-se um recurso simbólico importante, no sentido descrito por Fligstein e McAdam (2012). A partir de uma sucessão de eventos de crises socioambientais e políticas, estes atores adotam a estratégia do discurso reformista incumbindo-se de ressignificar a sustentabilidade para um enquadramento interpretativo que lhes seja mais favorável. Com isso conseguem transformar a crise ecológica em oportunidade de melhorar seu desempenho ecoeficiente, ao mesmo tempo em que ampliam o capital simbólico de sua reputação corporativa.

6.3.7 Os sentidos da sustentabilidade: comparação entre atores estatais e não-estatais

A análise comparativa dos sentidos da sustentabilidade nos relatórios empresariais mostrou que as categorias que se repetem podem ser sintetizadas em uma categoria ampla de “gestão e controle empresarial”. Pode-se dizer que esta é a forma como as empresas significam e aplicam a sustentabilidade em suas práticas produtivas. Esta é, portanto, a principal convergência dos discursos da sustentabilidade para os atores do setor privado e que compõem a matriz discursiva destes atores.

Quanto à triangulação dos discursos dos atores estatais com os não-estatais do setor privado, enquanto o PPCS representa oficialmente a voz do Estado, os relatórios corporativos socioambientais representam a voz das principais empresas dos setores do campo da PCS. Tratam-se, portanto, de grandes protagonistas da economia nacional. Enquanto o MMA é o principal ator estatal no campo na PCS, as empresas do setor privado configuram os incumbentes, incluindo grandes empresas privadas dos setores financeiro, varejista, do agronegócio, da construção civil e da indústria.

O conceito de sustentabilidade praticado pelo MMA é mais normativo, relacionado ao “desenvolvimento sustentável”, assim como a definição de PCS, elaborada a partir do Processo de Marraquexe. Já para as empresas analisadas na etapa empírica, a sustentabilidade adquire um sentido mais polissêmico, relacionado

e operacionalizado pela gestão e controle empresarial sobre os recursos materiais e tecnológicos da produção.

O MMA opera a sustentabilidade da PCS a partir de um foco centrado em instrumentos voluntários e pactos intersetoriais. Já os atores não-estatais do setor privado adotam um foco mais administrativo, por meio de indicadores setoriais de gestão e controle empresarial, além da ênfase na comunicação empresarial por meio de práticas discursivas em instrumentos como os relatórios corporativos socioambientais – relato integrado e relatório de sustentabilidade – que consistem em ferramentas importantes para seu posicionamento no campo e para a formação da matriz discursiva da sustentabilidade.

Como alternativas à crise de insustentabilidade, o MMA propõe a internalização dos custos ambientais para dentro do sistema econômico, enquanto as empresas analisadas propõem a sustentabilidade de seus próprios negócios, além de melhorias incrementais em indicadores setoriais e ecoeficiência, alinhamento institucional ao discurso do desenvolvimento sustentável e investimentos na própria imagem corporativa. Seu discurso é o da Economia Neoclássica, tornada “verde” pela inclusão de elementos associados à ecoeficiência e ao seu desempenho empresarial.

A partir da análise sociológica dos discursos foi possível identificar que o interesse do MMA está sobretudo no cumprimento dos acordos internacionais. Este ator reconhece o problema dos limites planetários e o “imperativo ecológico” da humanidade manter-se dentro deles. No entanto, reconhece também suas possibilidades limitadas de atuação para fazê-lo e assume para si o papel de indutor, de promover a integração, articulação e o diálogo entre diferentes atores sociais sobre temas, ações e projetos relacionados à PCS.

Já para as empresas que formam o grupo dos atores incumbentes, o interesse está na manutenção da ordem no campo e ampliação das novas oportunidades abertas por meio das mudanças reformistas para expansão dos mercados, melhoria da imagem corporativa, ganho de performance financeira e em ecoeficiência para assegurar a sustentação dos negócios.

Ao longo do processo de emersão do campo, foram criadas uma série de unidades de governança interna: o próprio Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis e seu respectivo Comitê Gestor, além dos protocolos internacionais dos quais o Brasil é signatário e com os quais tem compromissos a cumprir em termos políticos.

Vale a pena demarcar aqui também que diversas contradições surgiram entre os discursos dos relatórios corporativos socioambientais das empresas quando triangulados com aquele expresso pelas entidades representantes de classe ao longo do processo de discussão do PPCS. De acordo com os fundamentos metodológicos da ASD, é importante levar em consideração o contexto dos discursos – quem fala, como fala, onde fala, o que fala. Assim, por exemplo:

a) Setor varejista: o relatório de sustentabilidade de um dos atores destaca sua ênfase na economia de recursos e operação sustentável, enquanto a ABRAS destaca as perdas bilionárias do setor:

(...) a grande preocupação até então do varejo era a questão das perdas, e aqui relacionada as perdas em valores ou perdas financeiras (...) porque ao longo do tempo a gente verifica que os números não vêm melhorando (...) a gente verifica que, o total de 2016 houve uma perda de 7,11 bilhões [SuperintABRAS, Ata3reunião, 2016]

O Walmart Brasil busca adotar e aprimorar constantemente práticas mais sustentáveis em sua operação. Ao longo de 2015, diversas ações resultaram em economia de recursos como água e energia, além dos esforços para a correta destinação de resíduos [WB, 2016, p. 62].

b) Setor industrial: o relatório integrado de um dos atores enfatiza sua proatividade histórica em avaliação do ciclo de vida, enquanto a CNI afirma tratar-se de um processo complexo, custoso e que não deve ser estimulado:

Com relação à Análise do Ciclo de Vida, observou que uma questão é a ideia de ACV e outra é a aplicação da ferramenta. Enquanto a primeira deve ser adotada, a segunda não pode aparecer como uma exigência, pois é um processo complexo e custoso para a indústria [Ata3reunião, analistCNI, 2016].

Desde 2005 utilizamos a metodologia conhecida como Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) (...) buscamos mobilizar as empresas, articular governos e educar o consumidor na incorporação do ACV como uma ferramenta para determinar a sustentabilidade dos produtos [Braskem, 2017, p. 39].

c) Setor do agronegócio: o relatório de sustentabilidade de um dos atores afirma promover a melhor gestão possível dos recursos naturais, com produtos adequados aos mercados, enquanto a CNA afirma que os “agroquímicos” devem ser regulamentados:

Vamos ter de conviver com o agroquímico por mais algum tempo. Mas é preciso que isso seja feito de modo regulamentado. (...) Muitas vezes o agricultor usa o agrotóxico de forma inapropriada para proteger a produção [AtaAgric, AssesCNA, 2015].

Temos uma política para orientar os processos de avaliação da empresa nos aspectos relacionados à biodiversidade e ao uso da terra, auxiliando na promoção da melhor gestão possível dos recursos naturais. O conteúdo dessa política está em contínua revisão com a realização de trabalhos e planos de ação. (...) Entre os princípios da Política de Uso da Terra e Biodiversidade da Bunge estão: (...) 2. Garantir produtos adequados aos mercados [Bunge, 2017, p. 66].

d) Construção civil: o relatório de sustentabilidade de um dos atores informa sobre os investimentos feitos pela companhia em seu comitê de ética após os escândalos de corrupção em que foi flagrada, enquanto a CBIC destaca o acompanhamento “bastante forte” do processo legislativo:

Então, de legislação a gente já faz o acompanhamento, a gente tem uma agenda legislativa temática para meio ambiente, só com acompanhamento de legislação, assim como a CNI também. Então, nessa parte de legislação, eles têm um acompanhamento bastante forte [Ata4reunião, GestCBIC, 2018]

A composição do Comitê de Ética é eleita e escolhida entre profissionais de reputação ilibada. O Comitê de Ética é responsável pelo acompanhamento e aprimoramento do Programa de Compliance e Integridade da AG Engenharia [AG, 2015, p. 21].

Nestes quatro exemplos, os excertos são evidências de que há um descompasso entre os discursos. Enquanto as entidades de classe tendem a adotar um discurso mais objetivo, aberto e pragmático, os relatórios corporativos socioambientais tendem a exibir um estilo discursivo mais moderado, e posições discursivas por vezes antagônicas com as respectivas entidades de classe – o que não significam que divirjam do conteúdo, mas que em alguma medida os relatórios corporativos socioambientais ajudam a construir o papel do “bom-mocismo”, à medida que, do ponto de vista do campo, as empresas são as grandes beneficiadas da atuação de seus representantes de classe.

A análise comparativa do PPCS com os relatórios corporativos socioambientais mostra que estes documentos reconhecem o cenário da atual crise ambiental como desafiador, e trazem, cada um, suas propostas e alternativas de intervenção, que como demonstrado, encontra-se em grande parte alinhado quanto às suas práticas reformistas.

É importante pontuar que, particularmente em situações de crise econômica, a propositura de iniciativas mais arrojadas para conter a expansão da produção em termos biofísicos pode encontrar muitas oposições, o que já foi constatado em outros países que estão em processo de implementação de seus PPCS (BRIZGA et al., 2014,

GEELS et al. 2015). Especificamente no caso do Brasil, a crise político-econômica instalada após 2016 tem promovido cortes nos orçamentos governamentais, aumento da precarização de condições trabalhistas, desaparecimento dos órgãos responsáveis pelo monitoramento e fiscalização do meio ambiente e retrocessos na legislação ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2018), criando um ambiente político desfavorável ao debate sobre PCS.

A combinação de fatores como baixo protagonismo social, incompreensão das causas e consequências dos limites ecossistêmicos e prevalência do pensamento neoliberal podem criar um cenário propício à retórica neodesenvolvimentista (VEIGA, 2006) que, dada sua centralidade economicista, leva a políticas de governança baseadas em sustentabilidade fraca (LOREK, FUCHS, 2013), incapazes de oferecerem soluções concretas à crise sistêmica. Isto vai ao encontro do que Antonioli e Gonçalves-Dias (2015) alertavam sobre a importância de uma compreensão mais profunda das estratégias de comunicação ambiental das organizações e da necessidade de um trabalho conjunto entre empresas e poder público em torno de um quadro regulatório que, ao mesmo tempo, enfatize a importância de se comunicar adequadamente questões referentes ao meio ambiente e evite o *greenwashing*. Não se tratam, portanto, de problemas apenas brasileiros, mas que estão relacionados à nova configuração de forças no cenário econômico mundial e demandam tratativas intersetoriais.

Quando se interpreta que o principal sentido da “sustentabilidade” expressa nos relatórios das empresas do setor privado, é a sustentação de seus negócios, esta é posição mercadológica que estes atores se propõem a sustentar. Desta forma, do ponto de vista semântico, torna-se possível para as empresas afirmarem que “deseja ser o banco líder em performance sustentável”, ou que busca “uma jornada de melhoria contínua (...) gerindo fatores econômicos, sociais e ambientais” e que “sustentabilidade não é teoria, é realização, fazer as coisas certas, tendo como inspiração um sonho grande”, ao mesmo tempo em que admite que esteja assentada sobre relações comerciais que se sustentem mutuamente, permanecendo aderente aos padrões de mercado expressos por meio de indicadores setoriais, alinhada ao desenvolvimento “sustentável”, e com as variáveis ambientais sob monitoramento de sistemas eletrônicos. Para as empresas, sustentabilidade é controle.

Esta seção procurou traçar uma análise dos discursos dos atores sobre sustentabilidade a partir dos respectivos posicionamentos e interesses no campo, atendendo ao **quarto objetivo específico** desta pesquisa. Na próxima seção foram apresentadas as considerações finais sobre os resultados aqui analisados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas de PCS estão em discussão no cenário mundial a partir do reconhecimento por Estados e sociedade civil dos limites ecossistêmicos para o desenvolvimento contínuo de economias baseadas no crescimento da produção material. Este embate não é consensual, pois mudanças nos modelos de produção repercutem efeitos em atores incumbentes que se veem ameaçados em suas posições no campo.

Apesar disto, esforços têm sido envidados pela diplomacia internacional no sentido de construir alternativas ao problema. Como signatário de diversos protocolos internacionais específicos, como a Agenda 21, o Processo Marraquexe e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2030, o Brasil também assumiu compromissos de formular suas políticas públicas para produção e consumo mais sustentáveis.

A presente pesquisa demonstrou que a Produção e Consumo Sustentáveis no Brasil configura um campo emergente, onde atores incumbentes, constituídos por grandes empresas dos setores financeiro, industrial, varejista, do agronegócio e da construção civil são representados por associações de classe que buscam manter controle político e retórico das pautas. Neste campo, os atores estatais são influenciados por acordos internacionais, e buscam avançar na agenda da PCS por meio de acordos setoriais e pactos voluntários. Como atores desafiantes, organizações da sociedade civil dedicadas a questões socioambientais e de defesa da cidadania lutam para um aprofundamento de políticas que caminhem para a sustentabilidade “forte”.

A análise sociológica do discurso permitiu revelar os interesses dos atores no campo, e de que forma os incumbentes têm impedido a emergência de pautas voltadas à redução substantiva da produção e consumo, uma vez que são os principais beneficiários da manutenção do *status quo*. As disputas que estão em jogo compreendem a regulamentação/ desregulamentação dos sistemas de produção e consumo, as estratégias empresariais de comunicação, a organização dos investimentos necessários, e a prestação de contas às partes interessadas.

O objetivo último de se criar políticas públicas de produção e consumo sustentável é reverter o atual estado de insustentabilidade para outro menos insustentável com base não apenas na ecoeficiência de processos, mas de reduzir a discrepância entre a pegada ecológica e biocapacidade de produção e regeneração

da biosfera. Na prática, o embate de forças entre atores incumbentes e desafiantes no campo de ação estratégica tem produzido alternativas reformistas dentro do sistema econômico vigente por meio da desregulamentação da produção, adoção de instrumentos de incentivo econômico, limitada transparência das iniciativas do setor privado e adoção da matriz discursiva da sustentabilidade.

Ao longo desta pesquisa foi possível identificar que há um campo de PCS em formação, iniciado por meio de protocolos e acordos internacionais, e desenvolvido pelo Governo Federal brasileiro. As ferramentas indutoras deste processo foram as próprias unidades internas de governança, criados ao longo do processo, principalmente o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentável – PPCS (1º. e 2º. Ciclos), bem como o Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentável – CGPCS, coordenado pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania e pelo Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis no MMA.

A elaboração de um quadro analítico que correlaciona os papéis dos diferentes atores sociais aos conceitos de sustentabilidade forte e fraca, e à atuação quanto à PCS foi importante para a análise de como eles se posicionam no campo de ação estratégica. A partir deste enquadramento, foram analisados os atores que contribuíram para a construção deste campo no Brasil, principalmente a partir do ingresso do país no Processo de Marraquexe.

Após a análise do posicionamento e da dinâmica dos atores no campo, foram investigados os discursos dos atores incumbentes sobre sustentabilidade, e de que forma eles se aproximam e se distanciam dos discursos dos atores estatais, uma vez que isto tem relação com a própria dinâmica dos atores no campo da PCS e das políticas que nele são construídas.

O principal conflito existente na disputa entre os atores incumbentes e desafiantes está na visão de mundo de cada um, entre o desejo de conquistar e expandir mercados por meio da apropriação privada dos recursos naturais por meio de baixa regulação estatal, e a visão de que é impossível expandir a produção e o consumo infinitamente em um planeta finito e em grave crise ecológica e sistêmica.

É possível assim, responder ao problema de pesquisa (**“por que e como os conceitos de sustentabilidade estão sendo incorporados nas políticas públicas e práticas de mercado no que tange à PCS?”**) com a constatação de que, a despeito da atual crise socioambiental e civilizatória, as estratégias propostas pelos atores incumbentes estão alinhadas a um discurso reformista com o intuito de manter

e ampliar sua dominação sobre o campo e os demais atores desafiantes por meio da ressignificação dos discursos da sustentabilidade – levando-os de seu sentido biofísico, material, para uma sustentabilidade voltada à ecoeficiência dos processos produtivos e à uma retórica voltada à gestão corporativa.

Quanto aos objetivos específicos, foi possível propor um quadro analítico capaz de relacionar os atores sociais e seu posicionamento quanto à sustentabilidade (ADAMS, 2006, LOREK; FUCHS, 2013) e quanto à PCS (GEELS et al., 2015) a partir da revisão sistemática da literatura científica sobre o tema.

Este quadro foi utilizado para caracterizar o campo de ação estratégica da PCS no Brasil, bem como analisar e compreender o posicionamento dos atores estatais e não-estatais. Os interesses, conflitos, recursos e dinâmicas dos atores foram investigados a partir da análise dos documentos produzidos ao longo do PPCS.

Os discursos dos atores revelaram quatro posições discursivas quanto à sustentabilidade e à PCS: reformistas, adaptadores, inovadores e indutores. Estas posições não são estáticas, mas dinâmicas e dependentes sobretudo da orientação político-ideológica do governo, uma vez que mudanças abruptas nas plataformas de governo podem desestabilizar tanto a ação estatal como as unidades internas de governança, resultando em crises e instabilidade no campo, mas também em oportunidades de reconfiguração de poderes para dominantes e desafiantes.

Por fim, foi possível validar as proposições de pesquisas trazidas inicialmente. Verificou-se que há uma convergência entre discursos no campo da PCS que aponta para estratégias reformistas de sustentabilidade (GEELS et al., 2015) com vistas a adaptações pretendidas por atores sociais incumbentes (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Os atores estatais reconhecem a necessidade de incorporação de estratégias de sustentabilidade “forte”, ao contrário dos incumbentes, que têm um enquadramento interpretativo particular, formulado a partir das possibilidades de ação pelo caminho do livre mercado com baixa intervenção estatal.

A convergência dos discursos se dá pela ação de atores incumbentes, que atuam tanto por meio da sua comunicação corporativa, como do intermédio de entidades representantes de classe para influenciar as agendas políticas no sentido do reformismo e da sustentabilidade “fraca”, explorando seu caráter polissêmico.

Esta ressignificação discursiva não endereça às causas socioeconômicas e biofísicas da crise ambiental sistêmica, visto que os discursos analisados não fazem menção à redução absoluta de volumes produzidos e respectivos impactos. As

estratégias dos incumbentes estão centradas na sustentabilidade dos negócios, no desempenho ecoeficiente da produção, na busca por melhores práticas de gerenciamento administrativo e alinhamento ao discurso do desenvolvimento sustentável, ressignificado em práticas reformistas de PCS e ganhos em imagem corporativa como recurso simbólico.

A manipulação discursiva ainda constitui elemento agravante à medida que ajuda a compor parte da crença de que a adoção de melhores práticas de mercado é capaz de suportar um crescimento econômico “sustentável” por meio de práticas reformistas de sustentabilidade fraca.

A contribuição desta pesquisa vai na direção de mapear como tem se dado o embate de forças políticas na construção das políticas públicas nacionais de PCS. Neste ponto, a teoria de campos (FLIGSTEIN, MCADAM, 2012) mostrou-se importante para revelar interesses em disputa, e movimentações dos atores em campo. Longe de sugerir a mera polarização dicotômica dos atores sociais no campo, ela ajudou a revelar que, a despeito das dificuldades inerentes do jogo político, avanços têm sido feitos, há contribuições assertivas e positivas por parte dos diversos atores e que outras pautas podem emergir à medida que sejam criadas condições para maior autonomia dos atores sociais que estão sob maior dominação.

Outra contribuição foi quanto ao estabelecimento de uma associação metodológica entre a teoria de campos (FLIGSTEIN, MCADAM, 2012) e a análise sociológica do discurso (RUIZ RUIZ, 2009, CONDE, 2009, GODOI, COELHO, SERRANO, 2014), tendo em vista que ambas partem de uma mesma matriz filosófica-epistemológica, essencialmente qualitativa, crítica, subjetivista e historicamente situada.

Como sugestão de estudos futuros, caberia investigar outros recortes horizontais capazes de analisar os discursos e a dinâmica de atores sociais em outros campos e políticas públicas.

Também seria interessante como agenda futura que novas pesquisas fossem elaboradas sobre o mesmo domínio substantivo, ou seja, a PCS, mas sob outras abordagens teóricas e metodológicas. Valeria a pena investigar, por exemplo, se a realização de entrevistas de campo em profundidade com atores-chave do campo traria contribuições significativas à compreensão do fenômeno dos discursos e das políticas relacionadas à sustentabilidade.

Considerando-se que a teoria de campos de ação estratégia de Fligstein e McAdam (2012) é melhor aplicada na compreensão de fenômenos de escala intermediária (“mesoescala”), pesquisas que se debruçassem sobre o mesmo fenômeno com foco em uma escala mais “micro”, adotando, por exemplo, a teoria das práticas, poderiam ampliar a compreensão do processo de produção de políticas públicas relacionadas às questões ambientais, ou mesmo sobre o efeito da manipulação discursiva sobre a sociedade civil e sua compreensão da gravidade da crise socioambiental na atualidade.

7.1 Perspectivas para o PPCS

O ano de 2019 apontou para o surgimento de uma nova crise no campo, iniciada já campanha eleitoral para as eleições presidenciais de 2018. Houve uma grande polarização dos discursos, que incluiu os temas ambientais. Os então candidatos Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL) tinham propostas antagônicas para o setor³¹.

O primeiro propôs em seu plano de governo uma “transição ecológica” para uma economia de baixo carbono, tributar a emissão de carbono, investir em fontes energéticas renováveis, reduzir o uso de agrotóxicos, conter a expansão da fronteira agropecuária sobre áreas florestais, zerar o desmatamento até 2022 e investir em reflorestamento (COLIGAÇÃO “O POVO FELIZ DE NOVO”, 2018).

Já o segundo não chegou a apresentar um plano de governo propriamente, mas *slides* em formato *PowerPoint*. Neles, sequer mencionava a expressão “meio ambiente”, apenas prometia facilidades ao licenciamento ambiental e uma integração entre “Recursos Naturais e Meio Ambiente Rural” (BOLSONARO, 2018). Aliado à bancada ruralista, o então candidato adotou como discurso críticas ao “ativismo ambiental xiita”, à suposta “indústria de multas ambientais”, defendeu a saída do Brasil do Acordo de Paris e chegou a propor a extinção do Ministério do Meio Ambiente – o que efetivamente não aconteceu inclusive por recomendação dos próprios ruralistas (PONTES, 2018).

Em 2019, com a vitória de Bolsonaro e início do novo mandato presidencial, houve grande alteração na estrutura do Governo Federal, incluindo o próprio

³¹ Disponíveis em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>.

Ministério de Meio Ambiente. Tais mudanças marcam uma nova crise no campo da PCS: tanto o Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis, como a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, que o coordenava, foram extintos pelo Decreto Presidencial no. 9.672, de 2 de janeiro de 2019. Com o fim destas instâncias, extingue-se também uma das principais unidades internas de governança do campo: o Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis, inviabilizando a implementação do Plano de Ação e Consumo Sustentáveis pelo desmonte das instâncias executoras e redistribuição dos integrantes da respectiva equipe.

Após seis meses do início do mandato, ainda não se sabe que estrutura do Governo Federal será responsável por conduzir e alinhar a política nacional aos protocolos ambientais internacionais dos quais o Brasil é signatário, como aqueles voltados às questões do clima e da PCS. Outro ministério responsável por este tema é o Itamaraty; no entanto, sua direção cabe ao Ministro Ernesto Araújo, cujo discurso alinha-se ao dos negacionistas das Ciências do Clima.

Estes sinais apontam não apenas para uma ruptura com o campo da PCS, mas com a própria ecodiplomacia global e com o protagonismo histórico do Brasil nas políticas ambientais. O quadro discursivo mudou: há um afastamento das ciências e uma aproximação ao obscurantismo ambiental e político.

O que se pode verificar nos primeiros seis meses de governo foi um esforço no sentido de desmontar a estrutura do Ministério de Meio Ambiente da forma como constituída até então. Se, por um lado, a PCS parece ter saído da pauta deste governo, no entanto, ela permanece posta no cenário internacional, principalmente no 12º. objetivo dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2030 (ONU, 2015), do qual o Brasil é signatário. Além deste protocolo, o discurso da sustentabilidade permanece politicamente na pauta internacional como um discurso poderoso. No caso dos atores sociais brasileiros, cabe-se perguntar: o que se pretende sustentar, por que, como e a que preço?

REFERÊNCIAS ³²

ABRAMOVAY, Ricardo. Fome e assalariados rurais. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Raízes da fome**. Petrópolis, Vozes, p.116-134, 1985.

ACOSTA. A; MARTINEZ, E. **El Buen Vivir**: Una vía para el desarrollo. Quito: Abya Yala, 2009.

ADAMS. W. M. **The future of sustainability**: re-thinking environment and development in the twenty-first century. Report of the IUCN renowned thinkers meeting, 2006.

ALBERGONI, L.; PELAEZ, V. Da Revolução Verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas? **Revista de Economia**, v. 33, n. 1, p. 31-53, jan./jun. 2007.

ALCOTT, Blake. Jevons' paradox, **Ecological Economics**, vol. 54, no. 1, p. 9-21, 2005.

ALENCAR, Joana Luiza Oliveira; REYES JUNIOR, Edgar. Análise da rede de relações e sua influência nas políticas públicas de turismo. **Texto para Discussão** no. 2355. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

ALVES, Fred. Bunge recebe multa por crime ambiental que ultrapassa R\$ 10 milhões. **Portal CNN**. 20 nov 2017. Disponível em <<http://www.centronortenoticias.com.br/noticia-1515286993-bunge-recebe-multa-por-crime-ambiental-que-ultrapassa-r-10-milh-es>>, acesso em 01 jun 2019.

Ambev. **Relatório de Sustentabilidade**, 2016. Disponível em: <www.ambev.com.br>. Acesso em 20 mar 2018.

ANBUMOZHI, V.; GUNJIMA, T.; Prem-Ananth, A.; VISVANATHAN, C. An assessment of inter-firm networks in a wood biomass industrial cluster: lessons for integrated policymaking. **Clean Technology Environmental Policy** no. 12, p. 365–372, 2010.

Andrade Gutierrez. **Relatório de Sustentabilidade**, 2015. Disponível em: <<http://www.andradegutierrez.com.br>>. Acesso em 20 mar 2018.

ANTONESCU, Madalina Virginia. New legal Concepts in the XXIst Century Global Society: from “Global Good Governance” to “Global Eco-diplomacy”. **Polis Journal of Political Science** no. 9, vol. 3, p. 239-256, 2015.

³² De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023 (2002)

ANTONIOLLI, G., GONÇALVES-DIAS, S.L.F. Uma discussão em torno de responsabilidade, comunicação ambiental e greenwashing: o caso da Petrobrás. **Organizações e Sustentabilidade**, Londrina, v. 3 n. 1, 3-46, jan./jun. 2015.

ANTUNES, R. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

ARAÚJO, R. S.; DIAS, S. L. F. G.; PAGOTTO, E. L. Rotulagem Ambiental e Greenwashing: análise de discursos e práticas empresariais. **Organizações e Sustentabilidade**, no prelo, 2019.

ASSUNÇÃO, Matheus Carneiro. Incentivos Fiscais em Tempos de Crise: impactos econômicos e reflexos financeiros. **Revista da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional**. vol. 1, no. 1, 2011.

AURÉLIO SOBRINHO, Carlos. **Desenvolvimento sustentável**: uma análise a partir do Relatório Brundtland. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília, 2008.

AYRES, R. U.; AYRES, L. W. **A Handbook of Industrial Ecology**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2001.

BARACH, P.; BARATZ, M. Decisions and non-decisions: an analytical framework. **American Political Science Review**, 57, 1963.

BARBALHO, Fernando Almeida. **Emergência de um campo de ação estratégica**: o caso da política pública sobre dados abertos. Tese (Doutorado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de Brasília. 2014.

BARBER, J. Production, Consumption and the World Summit on Sustainable Development. **Environment, Development and Sustainability** v. 5, no. 63, 2003.

BARR, Stewart; GILG, Andrew; SHAW, Gareth. Citizens, consumers and sustainability: (Re)Framing environmental practice in an age of climate change. **Global Environmental Change** no. 21 p. 1224–1233, 2011.

BARRY, John. Green Political Theory. In: GEOGHEGAN, V. and WILFORD, R. (eds), **Political Ideologies**, 4th edition, London: Routledge, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34. 2010.

BECK, Ulrich. **World risk society**. Cambridge: Polity, 1999.

BELL, Karen. Can the capitalist economic system deliver environmental justice? **Environmental Research Letters** n. 10, 2015.

BELOSEVICH, P. R. S. **O Relato integrado sob a ótica da economia ecológica: uma análise multimétodo**. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2017.

BERG, Annukka. Not Roadmaps but Toolboxes: Analysing Pioneering National Programmes for Sustainable Consumption and Production. **Journal of Consumer Policy** vol. 34, no. 1, p. 9-23. 2011.

BERG, B. L. **Qualitative research methods for the social sciences**. Toronto: Pearson Education. 2007.

BERNARDES, Ernesto (org.). **Empresas Mais**: o ranking das 1.500 maiores companhias do Brasil. Edição 3. São Paulo: Agência Estado e Broadcast. out/2017.

BIELEMANN, R., MOTTA, J., MINTEN, G., HORTA, B., GIGANTE, D. Consumption of ultra-processed foods and their impact on the diet of young adults. **Revista de Saúde Pública**, 49, 1-10, 2015.

BIERWAGEN, Mônica Yoshizato. A ideologização do consumo consciente: soberania do consumidor e liberdade de escolha no caso do instituto AKATU. **Gestão.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, vol. 14, 2016.

BITHAS, Kostas. Sustainability and externalities: Is the internalization of externalities a sufficient condition for sustainability? **Ecological Economics**, Volume 70, Issue 10, 2011, p. 1703-1706

BLOK, Vincent; LONG, Thomas B.; GAZIULUSOY, A. Idil; CILIZ, Nilgun; LOZANO, Rodrigo; HUISINGH, Donald; CSUTORA, Maria; BOKS, Casper. From best practices to bridges for a more sustainable future: advances and challenges in the transition to global sustainable production and consumption. Introduction to the ERSCP stream of the Special volume. **Journal of Cleaner Production** no. 108, p. 19-30, 2015.

BOLSONARO, J. **O caminho da prosperidade**. Proposta de Plano de Governo. 2018

BORCHARDT, Marcos Aurélio; SIENA, Osmar. Discurso Organizacional sobre Sustentabilidade no Contexto do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. **Revista Espacios** vol. 37, nº 32. 2016.

BORGES, André. Algar, Bunge e Cargill são multadas por comprar grãos de produção ilegal. **O Estado de São Paulo** 23 de maio de 2018. Disponível em <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,algar-bunge-e-cargill-sao-multadas-por-comprar-graos-de-producao-ilegal,70002321078>>, acesso em 01 jun 2019.

BOULDING, K. E. **Evolutionary Economics**. Beverly Hills: Sage Publications, 1981.

BOURDIEU, P. **The Logic of Practice**. Oxford: Polity Press, (1990 [1980]).

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **An Invitation to Reflexive Sociology**. Chicago: University of Chicago Press. 1992.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. **Política e Sociedade** no. 6, p. 15-57, 2005.

BRADESCO. **Relatório Integrado 2017**. Disponível em: <www.bradesco.com.br/ri>. Acesso em 20 mar 2018.

BRADLEY, Nigel; BLYTHE, Jim. **Demarketing**. London: Routledge, 2014.

BRANCO, M. C.; RODRIGUES, L. L. Corporate social responsibility and resource-based perspectives. **Journal of Business Ethics**, vol. 69, n. 2, p. 111-132, 2006.

BRASIL. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Agenda 21. Brasília, 02 Ago. 1994. Tradução do Ministério das Relações Exteriores.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Ata da 1a. reunião do Comitê Gestor de Produção e Consumo sustentáveis**. Brasília, DF, 22 de novembro de 2011b.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Ata da 2a. reunião do Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis**. Brasília, DF, 15 de dezembro de 2015g.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Ata de reunião do Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis**. Brasília, DF, 30 de março de 2016a.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Ata de reunião do Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis**. Brasília, DF, 2 e 3 de abril 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Contribuições do Comitê de Produção e Consumo Sustentáveis para o 2o. Ciclo do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis**. Planilha eletrônica. Brasília, DF, 2016b.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis**. Brasília, DF, 2011a.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis 2º. Ciclo**. Diretrizes para implementação do 2º. Ciclo 2016 – 2020. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Registro de reuniões intersetoriais. Volume Consumo Sustentável**. 12 de agosto de 2015a.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Registro de reuniões intersetoriais. Volume Construção Sustentável**. 20 de agosto de 2015b.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Registro de reuniões intersetoriais. Volume Varejo Sustentável**. 11 de agosto de 2015c.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Registro de reuniões intersetoriais. Volume A3P**. 28 de agosto de 2015d.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Registro de reuniões intersetoriais. Volume Resíduos**. 30 de setembro de 2015e.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Registro de reuniões intersetoriais. Volume Agricultura Sustentável**. 21 de setembro de 2015f.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Relatório de Avaliação do 1o. Ciclo de Implementação do Plano de Ação de Produção e Consumo Sustentáveis**. Brasília, DF, 2014.

Braskem. **Relatório Integrado 2017**. Disponível em: <<http://www.braskem-ri.com.br/>>. Acesso em 20 mar 2018.

BRINBERG, D. Validity Concepts in Research: an integrative approach. In: MITCHELL, Andrew; ABOR, Ann. **Advances in Consumer Research** vol. 09, MI: Association for Consumer Research, p. 40-44, 1982.

BRIZGA, J., MISHCHUK, Z., GOLUBOVSKA-ONISIMOVA, A. Sustainable consumption and production governance in countries in transition. **Journal of Cleaner Production** vol. 63, p. 45-53. 2014.

BRUNDTLAND, G. H. (Org.). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

Bunge. **Relatório Anual de Sustentabilidade**, 2017. Disponível em: <www.bunge.com.br>. Acesso em 20 mar 2018.

BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria Augusta. **Fundamentos de política e gestão ambiental**: os caminhos do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CÁCERES-CORTEZ, Ana. Tereza. A produção de descartáveis na sociedade atual. In: CACERES-CORTEZ, Ana Tereza; ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. **Consumo sustentável**: conflitos entre necessidade e desperdício. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

CALADO, Cristina; FERREIRA, Cristina. **Análise de documentos**: método de recolha e análise de documentos. Metodologia da Investigação I. DEFCUL, 2004/2005.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006

CANDIDO, S. E. A.; SOULÉ, F. V; SACOMANO NETO, M. The Emergence of Solidarity Recycling in Brazil: Structural Convergences and Strategic Actions in Interconnected Fields. **Organization & Environment** p. 1-23. 2018

CASTELLS, Manuel. O verdejar do ser: o movimento ambientalista. In: CASTELLS, M. **O Poder da identidade**. São Paulo. Paz e Terra, 1999.

CASTRO E SILVA, Manuela; TEIXEIRA, Aurora A.C. A bibliometric account of the evolution of EE in the last two decades: Is ecological economics (becoming) a post-normal science? **Ecological Economics**, vol. 70, no. 5, p. 849-862, 2011.

CEC – Commission of the European Communities. **Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions on the Sustainable Consumption and Production and Sustainable Industrial Policy Action Plan**. 2008. Disponível em <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0397:FIN:EN:PDF>> Acesso em 20 mar 2015.

CLARK, Garrete. Evolution of the global sustainable consumption and production policy and the United Nations Environment Programme's (UNEP) supporting activities. **Journal of Cleaner Production** no. 15, p. 492 – 498, 2007.

CLARK, W. C.; N. M. DICKSON. Sustainability science: The emerging research program. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, vol. 100, no. 14, p. 8059–8061, 2003.

CLARK, William C. Sustainable development and sustainability science. In: LEVIN, Simon A.; CLARK, William C. (eds.) **Toward a Science of Sustainability**. Report from Toward a Science of Sustainability Conference, Warrenton, Virginia, November

29, 2009 – December 2, 2009, 55-65. Center for International Development, Harvard University, 2010.

CLAY, S.; GIBSON, D.; WARD, J. Sustainability Victoria: influencing resource use, towards zero waste and sustainable production and consumption. **Journal of Cleaner Production** no. 15 p. 782-786, 2007.

CNUMAD. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992: Rio de Janeiro). **Agenda 21**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995, 472p.

COELHO, Ana Lúcia de Araújo Lima. **Construção do discurso da sustentabilidade**: uma prática de Análise Sociológica do Discurso no campo organizacional. Tese (Doutorado em Administração e Turismo). Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu/SC, 2012.

COELHO, Ana Lúcia de Araújo Lima; GODOI, Christiane Kleinübing; COELHO, Christiano. Análise Sócio-hermenêutica do Discurso da Sustentabilidade a Partir de Materiais Visuais. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 19, n. 5, p. 649-670, 2015.

COELHO, Ana Lúcia; GODOI, C.K. ; COELHO, Christiano; PASCUAL, A. S. Análise do discurso da sustentabilidade em uma empresa do setor de energia elétrica. **Revista Gestão & Conexões** v. 1, n. 1, jul./dez.2012.

COHEN, M. Managing cultural dissonance in the transition to a postconsumerist future. Sustainable Consumption Transitions Series Issue 1. **SCORAI Europe Workshop Proceedings**: Sustainable Consumption During Times of Crisis. First Trans-Atlantic SCORAI Workshop May 1, Bregenz, Austria, 2012.

COHEN, Maurie J. The Emergent Environmental Policy Discourse on Sustainable Consumption. In: **Exploring Sustainable Consumption**: Environmental Policy and the Social Sciences, vol. 1, p. 21-37, Elsevier Science Ltd, 2001.

COHEN, Maurie J. The international political economy of (un)sustainable consumption and the global financial collapse, **Environmental Politics**, vol. 19, no. 1, p. 107- 126, 2010.

COHEN, Maurie J.; COMROV, Aaron; HOFFNER, Brian. The new politics of consumption: promoting sustainability in the American marketplace. **Sustainability: Science, Practice, & Policy** vol. 1, no. 1, 2005.

COLI, Luís Regis. Antecipação, “Gestão” e “Resolução” de conflitos: estratégias empresariais de contenção da contestação social. **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ENANPUR**. São Paulo, 2017.

COLIGAÇÃO "O POVO FELIZ DE NOVO". **Plano de Governo 2019 - 2022**. 2018.

CONDE, F. G. del A. **Análisis sociológico del sistema de discursos**. Cuadernos Metodológicos 43. Madrid: CIS - Centro de Investigaciones Sociológicas, 2009.

CONDE, F. G. del A. La evolución de las representaciones sociales sobre la salud de las mujeres madrileñas 1993-2000. **Revista Española de Salud Pública**, v. 76, n.5, Sept./Oct. 2002.

CORONEL, Daniel Arruda; AZEVEDO, André Filipe Zago; CAMPOS, Antônio Carvalho. Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico. **Revista de Economia Política**, vol. 34, nº 1 (134), pp. 103-119, 2014.

CORTES, P.L.; DUARTE, J.R.C.; GONÇALVES-DIAS, S.L.F. Development of corporate social responsibility projects in Angola. **Social Responsibility Journal**, vol.10, no. 2, p. 268-281, 2014.

COSTA, D. V., TEODÓSIO, A. S. S. Desenvolvimento sustentável, consumo e cidadania: um estudo sobre a (des)articulação da comunicação de organizações da sociedade civil, do estado e das empresas. **RAM - Rev. Adm. Mackenzie**, vol. 12, no. 3, edição especial, 2011.

COSTANZA, R. (Ed.), **Ecological Economics: The Science and Management of Sustainability**. Columbia University Press, New York, 1991.

CRESWELL, J. W. **Research Design: qualitative and quantitative approaches**. Thousand Oaks, CA: SAGE, 1994.

CSEH, Amanda. **Mapeamento do campo da gestão de resíduos orgânicos na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2019.

DALY, Herman E. **Beyond Growth: The Economics of Sustainable Development**. Boston: Beacon Press, 1996.

DECLARAÇÃO DO RIO. Ecologia e desenvolvimento. Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, p. 26-28, maio 1992.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: The discipline and practice of qualitative research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.), **The SAGE Handbook of Qualitative Research** (3rd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage. 2005.

DIAS, Guilherme Vieira; TOSTES, J. G. R. Desenvolvimento sustentável: do

ecodesenvolvimento ao capitalismo verde. **Revista da Sociedade Brasileira de**

Geografia, v. 2, p. 1-20, 2009.

DI GIULIO, A., FISCHER, D., SCHÄFER, M., BLÄTTEL-MINK, B. Conceptualizing sustainable consumption: toward an integrative framework. **Sustainability: Science, Practice & Policy** vol. 10, no. 1, 2014.

DOLABELLA, Rodrigo (coord.); PEIXOTO, Marcus; PINHEIRO, Alberto. **Perdas e desperdício de alimentos**: estratégias para redução. Brasília: Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2018.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: Nova arquitetura do poder sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. São Paulo: Outras Palavras, 2017.

DRIESSEN, Peter P. J.; DIEPERINK, Carel; VAN LAERHOVEN, Frank; RUNHAAR, Hens A. C.; VERMEULEN, Walter J. V. Towards a Conceptual Framework for The Study of Shifts in Modes of Environmental Governance – Experiences From The Netherlands. **Environmental Policy and Governance** 22, p. 143–160, 2012.

DRYZEK, J. S. **Rational Ecology**: Environment and Political Economy. Basil Blackwell, New York, p. 270, 1987.

DRYZEK, John S. **The politics of the Earth**: Environmental discourses. Oxford: Oxford University Press, 2005.

EAGLE, Lynne, DAHL, Stephan. **Marketing Ethics & Society**. London: Sage Publications Ltd. 2015.

FACTOR Y - Magazine for a sustainable economy. Rebound: About rebound, prebound and performance gaps. No. 3, 2014. Disponível em: <www.factory-magazin.de>. Acesso em 10 mar 2017.

FARLEY, Joshua, VOINOV, Alexey. Economics, socio-ecological resilience and ecosystem services. **Journal of Environmental Management** no. 183 p. 389 - 398, 2016.

FEREDAY, Jennifer; MUIR-COCHRANE, Eimear. Demonstrating Rigor Using Thematic Analysis: A Hybrid Approach of Inductive and Deductive Coding and Theme Development. **International Journal of Qualitative Methods** n. 5, vol. 1, 2006.

FERRÃO, Paulo Cadete. **Ecologia industrial**: princípios e ferramentas. Lisboa: IST Press, 2012.

FERREIRA, V. F. M. **Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos: Um Estudo Do Campo De Ação Estratégica No Contexto Brasileiro**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Instituto de Energia e Ambiente. Universidade de São Paulo. 2018.

FLIGSTEIN, N. Habilidade social e a teoria dos campos. **RAE - Revista de Administração de Empresas**. V. 47, no. 2. p. 61-80. 2007.

FLIGSTEIN, N., McADAM, D. **A Theory of Fields**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

FREEMAN, C. Innovation, change of techno-economic paradigm and biological analogies in economics. **Revue Économique**, n. 2, mars, 1991.

FRY, Tony. Contra uma teoria essencialista de necessidade: algumas considerações para a teoria do design. **Revista Design em Foco**, vol. II, núm. 1, janeiro-junho, 2005, p. 63-77.

FUCHS, D.; LOREK, S. Sustainable consumption governance – a history of promises and failures. **Journal of Consumer Policy** no. 28, p. 261 – 288, 2005.

GALUCHI, Tharic Pires Dias. **Risco reputacional em frigoríficos de carne bovina da amazônia brasileira**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de São Carlos, 2018.

GARCIA, M.; IBÁÑEZ, J.; ALVIRA, F. (Orgs.). **El análisis del realidad social: métodos y técnicas de investigación**. Madrid: Alianza, 1986.

GEELS, Frank W., MCMEEKIN, Andy, MYLAN, Josephine, SOUTHERTON, Dale. A critical appraisal of Sustainable Consumption and Production research: The reformist, revolutionary and reconfiguration positions. **Global Environmental Change**, v. 34, p. 1-12, 2015.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **The Entropy Law and the Economic Process**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press. 1971.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **O decrescimento: entropia, ecologia e economia**. São Paulo: Editora Senac. 2012 [1979].

GIBBS, Graham **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre Artmed, 2009

GIDDENS, A. **The Constitution of Society**. Cambridge: Polity, 1984.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GILLIS, Justin. Climate Maverick to retire from NASA. **The New York Times**. 2013. Disponível em http://www.nytimes.com/2013/04/02/science/james-e-hansen-retiring-from-nasa-to-fight-global-warming.html?pagewanted=all&_r=0. Acesso em 06 jun 2015.

GODOI, Christiane Kleinübing; COELHO, Ana Lúcia de Araújo Lima. Análise Sociológica do Discurso: Aproximação dos Elementos Epistemológicos, Metodológicos e Técnicos ao Campo Organizacional. **XXV Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro, RJ, 4 a 7 de setembro de 2011.

GODOI, Christiane Kleinübing; COELHO, Ana Lúcia de Araújo Lima. Elementos Epistemológicos e Metodológicos da Análise Sociológica do Discurso: abrindo possibilidades para os Estudos Organizacionais. **Organizações e Sociedade**, v. 21, n. 70, p. 509-536, 2014.

GODOY, A. M. G. Teoria dos campos e políticas ambientais locais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 24, p. 119-136, Jul/Dez. 2011

GONÇALVES, Sergio. A globalização do agronegócio e a destruição do campesinato no século XXI. **Ateliê Geográfico** v. 5, n. 2, p. 1-23, 2011.

GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; TEODÓSIO, A. S. S. Controvérsias em torno do consumo e da sustentabilidade: uma análise exploratória da literatura. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 1, p. 61-77, 2012.

GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino. Sustentabilidade. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 165-168.

GPA. **Relatório de Sustentabilidade**, 2017. Disponível em: <<https://www.gpabr.com/pt/sustentabilidade/relatorios-sustentabilidade>>. Acesso em 20 mar 2018.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology** v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

GRANOVETTER, M. The old and the new economic sociology: a history and a agenda. In: FRIEDLANG, R.; RICHARDSON, A. F. (Org.). **Beyond the Marketplace: Rethinking Economy and Society**. New York: Aldine de Gruyter, 1990, p. 89-112.

GYENE, Gyongyver. Sustainability Discourse in Hungary - an analysis of the sustainability discourse by state and government leaders in the electronic media. *L'Europe en Formation* no. 352, p. 197-233, 2009.

HAGGBLOOM, Steven J.; WARNICK, Renee; WARNICK, Jason E.; JONES, Vinessa K.; YARBROUGH, Gary L.; RUSSELL, Tenea M.; BORECKY, Chris M.; MCGAHHEY, Reagan; POWELL III, John L.; BEAVERS, Jamie; MONTE, Emmanuelle. The 100 Most Eminent Psychologists of the 20th Century. **Review of General Psychology** vol. 6, no. 2, p. 139–152. 2002.

HANSEN, J et al. Climate sensitivity, sea level and atmospheric carbon dioxide. In: **Philosophical Transactions of The Royal Society: A Mathematical Physical and Engineering Sciences** vol. 371, no. 2001. 28 out 2013. Disponível em: <http://arxiv.org/ftp/arxiv/papers/1211/1211.4846.pdf>. Acesso em 7 jun 2015.

HARTWICK, John M. Intergenerational Equity and the Investment of Rents from Exhaustible Resources. **American Economic Review** 67, p. 972-74, 1977.

HAUSKNOST, Daniel. Decision, choice, solution: 'agentic deadlock' in environmental politics, **Environmental Politics**, vol. 23, no. 3, p. 357-375, 2014.

HEISKANENA, Eva; BROHMANN, Bettina; SCHÖNHERR, Norma; AALTO, Kristiina. Policies to Promote Sustainable Consumption: Framework For a Future-Oriented Evaluation. In: **Future of the Consumer Society**, Tampere, Finland, 28-29 May 2009.

HOBSON, K. 'Weak' or 'Strong' Sustainable Consumption? Efficiency, Degrowth, and the 10 Year Framework of Programmes. **Environment and Planning C: Politics and Space** Vol 31, Issue 6, 2013.

HOLLINGSWORTH, J. R.; BOYER, Robert (Orgs.). **Contemporary Capitalism: The Embeddedness of Institutions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

IBÁÑEZ, J. Autopercepción intelectual de un proceso histórico: Autobiografía (Los años de aprendizaje de Jesús Ibáñez). **Anthropos**, n. 113, p. 9-30, 1990.

IBÁÑEZ, J. **Más allá de la sociología**. El grupo de discusión: técnica y crítica. Madrid: Ed. Siglo XXI, 1979.

IDEC. **Instituto de Defesa do Consumidor**. Disponível em: <https://www.idec.org.br/>. Acesso em 20 mar 2018.

IPCC. **Climate Change 2014: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate

Change [Core Writing Team, R.K. Pachauri and L.A. Meyer (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, 2014, 151 p.

IPCC. Summary for Policymakers. In: **Global warming of 1.5°C**. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty [V. Masson-Delmotte, P. Zhai, H. O. Pörtner, D. Roberts, J. Skea, P. R. Shukla, A. Pirani, W. Moufouma-Okia, C. Péan, R. Pidcock, S. Connors, J. B. R. Matthews, Y. Chen, X. Zhou, M. I. Gomis, E. Lonnoy, T. Maycock, M. Tignor, T. Waterfield (eds.)]. World Meteorological Organization, Geneva, Switzerland, 2018, 32 pp.

ITAÚ. **Relatório Integrado 2017**. Banco Itaú Unibanco. Disponível em: <<http://www.itaubank.com.br>>. Acesso em 20 mai 2018.

JACKSON, Tim. **Prosperity without growth**: economics for a finite planet. London: MPG Books, 2009.

JACKSON, Tim; MICHAELIS, Laurie. **Policies for Sustainable Consumption** - a report to the Sustainable Development Commission. Sustainable Development Commission, UK, 2003.

JACOBSEN, E.; DULSRUD, A. Will consumers save the world? The framing of political consumerism. **Journal of Agricultural and Environmental Ethics** v. 20, p. 469–482, 2007.

JBS. **Relatório Anual e de Sustentabilidade**, 2017. Disponível em: <[www.https://jbss.infoinvest.com.br](https://jbss.infoinvest.com.br)>. Acesso em 20 mar 2018.

JOBERT, B.; MULLER, P. **L'État en action**: politiques publiques et corporatismes. Paris: PUF. 1987.

JONQUERES, Francisco Palop. Um diário visto con lupa: discurso ecológico en la prensa. **Comunicación y Pluralismo** vol. 1, no. 6, p. 9-33, 2008.

JOSEPH, G. P. A.; GONÇALVES-DIAS, S.L.F.; FELSBURG, A. V.; IGARI, A. T. Responsabilidade social corporativa e índices de sustentabilidade: um estudo dos ativos tangíveis e intangíveis à luz da visão baseada em recursos. **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 73-88, jan./abr, 2018.

KAJIKAWA, Yuya; TACOA, Francisco; YAMAGUCHI, Kiyohiro. Sustainability science: the changing landscape of sustainability research. **Sustainability Science** vol. 9, no. 4, p. 431–438. 2014.

KALMYKOVA, Y., et al., Resource consumption drivers and pathways to reduction: economy, policy and lifestyle impact on material flows at the national and urban scale, **Journal of Cleaner Production**, 2015.

KATES, Robert W. "What Kind of a Science Is Sustainability Science?" **Proceedings of the National Academy of Sciences** v. 108, no. 49, p. 19449–50, 2011.

KLEIN, Naomi. **Sem logo**. A tirania das marcas em um planeta vendido. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KLEIN, Naomi. **This changes everything**: Capitalism vs. the climate. Simon and Schuster, 2015.

KOTLER, Philip.; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 3.0**: from products to customers to the human spirit. New Jersey: Wiley, 2010.

KULTU COMMITTEE. **Getting more and better from less**: Proposals for Finland's national programme to promote sustainable consumption and production. 2005. Disponível em: < <http://www.ymparisto.fi/default.asp?contentid=62075&lan=en>>. Acesso em 20 abr 2017.

LANG, Daniel J.; WIEK, Arnim; BERGMANN, Matthias; STAUFFACHER, Michael; MARTENS, Pim; MOLL, Peter; SWILLING, Mark; THOMAS, Christopher J. Transdisciplinary research in sustainability science: practice, principles, and challenges. **Sustainability Science**, vol. 7, supl. 1, p. 25-43, 2012.

LAVILLE, J.L. (Org.). **L'économie sociale, une perspective internationale**. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

LAYRARGUES, Philippe. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. LOUREIRO, F.; LAYRARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.) **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, p. 179-220, 2002.

LEBEL, Louis; LOREK, Sylvia. Enabling Sustainable Production-Consumption Systems. **Annu. Rev. Environ. Resour.** vol. 33, p. 241–75, 2008.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Cortez, 2009.

LEVESQUE, Benoit. Contribuição da Nova Sociologia Econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas** vol. 47, n. 2, 2007.

LEWIN, Kurt. Defining the Field at a Given Time. **Psychological Review** no. 50, p. 292-310. 1943.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIU, Yue; QU, Ying; LEI, Zhen, JIA, Han. Understanding the Evolution of Sustainable Consumption Research. **Sustainable Development** vol. 25, no. 5, 2017.

LOISEAU, Eleonore; SAIKKU, Laura; ANTIKAINEN, Riina; DROSTE, Nils; HANSJÜRGENS, Bernd; PITKÄNEN, Kati; LESKINEN, Pekka; KUIKMAN, Peter; THOMSEN, Marianne. Green economy and related concepts: An overview. **Journal of Cleaner Production**, vol. 139, no. 15, p. 361-371, dez 2016.

LOREK, S. FUCHS, D. Strong sustainable consumption governance – precondition for a degrowth path? **Journal of Cleaner Production** v. 38, 2013.

LOREK, S. **Towards Strong Sustainable Consumption Governance**. Saarbrücken: LAP Publishing, 2010.

LOREK, S.; BARBER, J.; ONTHANK, K. (ed.). **Global and Regional Research on Sustainable Consumption and Production Systems**: Achievements, Challenges and Dialogues. Workshop Report of the Global Research Forum on Sustainable Production and Consumption. Rio de Janeiro, 2013.

LUKES, S. **Power**: a radical view. London: Macmillan, 1974.

LYNAS, Mark. **Seis Graus**. Rio de Janeiro: Zahar. 2009.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. **Lucro e reputação**: interações entre bancos e organizações sociais na construção das políticas socioambientais. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

MALHEIROS, Tadeu Fabricio; PHILIPPI Jr., Arlindo; COUTINHO, Sonia Maria Viggiani. Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: contexto brasileiro. **Saúde Soc.** São Paulo, v.17, n.1, p.7-20, 2008.

MANDAI, Silvia Sayuri. A Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO) como um campo ambiental no Brasil? **XIX Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**. São Paulo, 2017.

MANZINI, E.; VEZZOLLI, C. **O desenvolvimento de produtos sustentáveis**: os requisitos ambientais dos produtos industriais. São Paulo: Edusp, 2002.

MARINELI, Felipe. O desenvolvimentismo de Antônio Delfim Netto: para além dos estigmas da “teoria do bolo”. **Revista Contemporânea**. Dossiê 1964-2014: 50 anos depois, a cultura autoritária em questão. Ano 4, nº 5, vol.1, 2014.

MARKKULA, A.; MOISANDER, J. Discursive Confusion over Sustainable Consumption: A Discursive Perspective on the Perplexity of Marketplace Knowledge. **Journal of Consumer Policy** vol. 35, no. 105, 2012.

MARQUES, E. As políticas públicas na ciência política. In: MARQUES, E. e FARIA, C. (org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo, Editora UNESP, 2013.

MARTINEZ-ALIER, J. **Ecological Economics**: energy, environment and society. Blackwell, Oxford, 1987.

MASERA, Diego. Hacia un consumo sustentable. In: LEFF, E., EZCURRA, E. PISANTY, I. LANKAO, P. R. (coord.) **La transición hacia el desarrollo sustentable**. Perspectivas de América Latina y el Caribe, Programa de Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA), 2002, 580 p.

MASSI, Maria Lúcia Gili. **Matriz de amarração de trabalho acadêmico**. Conferência. FIPEN - Faculdade Instituto Paulista de Ensino. 2017.

MAZZON, José A. **Análise do programa de alimentação do trabalhador sob o conceito de marketing social**. Tese (Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo. 1981.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of Contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. **The Limits to Growth**: a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind, Universe Books, 1972.

MEDEIROS, Marcelo. **Medidas de Desigualdade e Pobreza**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

MEYER, Gustavo da Costa. **A sustentabilidade em questão**: paradigma ou matriz discursiva? Dissertação de Mestrado. Programa de Mudanças Sociais e Participação Política. Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

MOL, Arthur P. J. **The Refinement of Production**: Ecological Modernization Theory and the Chemical Industry. International Books, 1995

MORENO, Camila. As roupas verdes do rei: Economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva. In: LANG, Miriam; DILGER, Gerhard; PEREIRA NETO, Jorge. **Descolonizar o imaginário**. Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

MPT - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. MPT consegue liminar contra empresa do grupo Bunge. **Ministério Público do Trabalho**. 2015. Disponível em <<http://www.prt15.mpt.mp.br/2-uncategorised/400-mpt-consegue-liminar-contr-empresa-do-grupo-bunge>>, acesso em 01 jun 2019.

MRV. **Relatório de Sustentabilidade**, 2017. Disponível em: <<https://www.mrv.com.br/sustentabilidade/pt/relatorio-de-sustentabilidade>>. Acesso em 20 mar 2018.

NASH, H. A. The European Commission's sustainable consumption and production and sustainable industrial policy action plan. **Journal of Cleaner Production** no. 17, p. 496–498, 2009.

NEUMAYER, Eric. **Weak Versus Strong Sustainability**: Exploring the Limits of Two Opposing Paradigms. UK, USA: Edward Elgar, 2003.

OECD. **How's life? 2013**: measuring well-being, OCD Publishing. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264201392-en>. Acesso em 6 jun 2015.

OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-Nação**: a ascensão das economias regionais. ed. Campus. Rio de Janeiro. 1996.

OISHI, Shigehiro; KESEBIR, Selin. Income Inequality Explains Why Economic Growth Does Not Always Translate to an Increase in Happiness. **Psychological Science** vol 26, no. 10, p. 1630 - 1638, 2015.

OKOYE, A., Theorising corporate social responsibility as an essentially contested concept: is a definition necessary? **Journal of Business Ethics**, vol. 89, n. 4, p. 613–627, 2009.

OLIVEIRA NETO, Geraldo Cardoso; GODINHO FILHO, Moacir; GANGA, Gilberto Miller Devós; COSTA, Benny Kramer. Exploring Stakeholder Salience for the Adoption of Principles and Tools of Cleaner Production in Brazilian Companies. **Rev. bus. manag.**, São Paulo, Vol. 17, No. 55, pp. 932-958, 2015.

ONU. **Transformar nosso mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova Yorke: ONU, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

OXFAM Internacional. **Uma economia para o 1%** - Como privilégios e poderes exercidos sobre a economia geram situações de desigualdade extrema e como esse quadro pode ser revertido. Oxford: Oxfam House, 2016.

PAGOTTO, Érico L. **Greenwashing**: os conflitos éticos da propaganda ambiental. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Mudanças Sociais e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013, 156 p.

PAGOTTO, Érico. L., CARVALHO, Marcos Bernardino, MEYER, Gustavo da Costa. Ideologia, memória coletiva e fetichização na construção social do mito da sustentabilidade. In: PEREIRA, Diamantino (org.). **Estudos e ações transdisciplinares em Mudança Social e Participação Política**. São Paulo: Annablume, 2017.

PARÉ, Guy; TRUDEL, Marie-Claude; JAANA, Mirou; KITSIOU, Spyros. Synthesizing information systems knowledge: A typology of literature reviews. **Information and Management** 52 p. 183–199, 2015.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca Ltda, 2014.

PLEPYS, Andrius; HEISKANENA, Eva, MONT; Oksana. European policy approaches to promote servicizing. **Journal of Cleaner Production** no.97 p. 117-123, 2015.

POLIMENI, John M.; MAYUMI, Kozo; GIAMPETRO, Mario; ALCOTT, Blake. **The Jevons Paradox and the myth of resource efficiency improvements**. Sterling, VA: Eartchscan, 2008.

PONTES, Nádia. Ascensão de Bolsonaro gera tensão entre ambientalistas. **Deutsche Welle**, 24-10-2018. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/ascens%C3%A3o-de-bolsonaro-gera-tens%C3%A3o-entre-ambientalistas/a-46015841>>. Acesso em: 20/jun/2019.

POPPE, Erik. **The Rebound-Effect as a challenge for environmental politics**. Dissertação de Mestrado - Otto Suhr Institute of Political Science, Freie Universität Berlin, 2013.

PORTILHO, Fátima; RUSSO, Fátima F. Processo Marrakech — o consumo sustentável visto pelos organismos internacionais. In: **Encontro Nacional da ANPPAS**, IV, 2008, Brasília. Anais eletrônicos... Brasília: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da Política da Terra Arrasada à Luta pela Dignidade. Rebela. **Revista Brasileira de Estudos Latino-americanos**. IELA - Instituto de Estudos Latino-Americanos. UFSC. 2018.

POVINEC, Pavel; HIROSE, Katsumi; AOYAMA, Michio. **Fukushima accident: radioactivity impact on the environment**. Waltman, Oxford, Amsterdam: Elsevier, 2013.

POWER, Kate; MONT, Oksana. Analysis of latest outcomes of academic work on sustainable consumption 2010-2012. **ETC/SCP Working Paper** No 3/2013, 2012.

PRINCEN, T. Consumption and environment: some conceptual issues. **Ecological Economics** no. 31 p. 347–363, 1999.

PRINCEN, T. The shading and distancing of commerce: When internalization is not enough. **Ecological Economics** no. 20, p. 235–253, 1997.

REISCH, L. A. COHEN, M. J.; THØGERSEN, J.; TUKKER, A. Frontiers in Sustainable Consumption Research. **GAIA Ecological Perspectives for Science and Society** vol. 25, no. 4, p. 234-240, 2016.

REISCH, L. A.; THØGERSEN, J. (eds). **Handbook of Research on Sustainable Consumption**, [eBook] Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2015. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.4337/9781783471270>>. Acesso em 01 February 2017.

RICHARDSON, D. The politics of sustainable development. In: BAKER, S. *et al.* (org.) **The politics of sustainable development: theory, policy and practice** Rockström, J., W. Steffen, K. Noone, Å. Persson, F. S. Chapin, III, E. Lambin, T. M. Lenton, M. Scheffer, 1997.

RIVERO, Sérgio; ALMEIDA, Oriana; AVILA, Saulo; OLIVEIRA, Wesley. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 41-66, 2009.

ROBINSON, B. H. E-waste: An assessment of global production and environmental impacts. **Science of the Total Environment** no. 408, p. 183–191, 2009.

ROCKSTRÖM, Johan; STEFFEN, Will; NOONE, Kevin; PERSSON, Åsa; CHAPIN III, F. Stuart; LAMBIN, Eric F.; LENTON, Timothy M.; SCHEFFER, Marten; FOLKE, Carl; SCHELLNHUBER, Hans Joachim; NYKVIST, Björn; de WIT, Cynthia A.; HUGHES, Terry; van der LEEUW, Sander; RODHE, Henning; SÖRLIN, Sverker; SNYDER, Peter K.; COSTANZA, Robert; SVEDIN, Uno; FALKENMARK, Malin; KARLBERG, Louise; CORELL, Robert W.; FABRY, Victoria J.; HANSEN, James; WALKER, Brian; LIVERMAN, Diana; RICHARDSON, Katherine; CRUTZEN, Paul; FOLEY, Jonathan. A safe operating space for humanity. **Nature** vol. 461, no. 472, 2009.

RODRIGUES, A. M. A Matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: Produção do Espaço Urbano – Agentes, Escalas, Conflitos. In: CARLOS, A.F.A (org.). **A produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p. 207-230.

RODRÍGUEZ VICTORIANO, Jose Manuel. **Los Discursos Sobre el Medio Ambiente en la Sociedad Valenciana (1996-2000)**. Valencia: Universitat de Valencia. Universidad de Valencia – Estudio General Facultad de Ciencias Sociales Departamento de Sociología y Antropología Social, 2003.

ROWE, James K. Corporate social responsibility as business strategy. In: LIPSCHUTZ, Ronnie D.; James K. Rowe. **Globalization, governmentality and global politics: regulation for the rest of us?** Psychology Press, 2005.

ROY, Vivek; SINGH, ShubHam. Mapping the business focus in sustainable production and consumption literature: Review and research framework. **Journal of Cleaner Production** no. 150, p. 224-236, 2017.

RUIZ RUIZ, J. Análisis sociológico del discurso: métodos y lógicas. Forum Qualitative Sozialforschung/Forum. **Qualitative Social Research**, v. 10, n. 2, art.26, 2009.

SAKAMOTO, L. **Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho. 2007.

SANNE, C. Willing consumers – or locked-in? Policies for a sustainable Consumption. **Ecological Economics** 42, 273–287, 2002.

SCHATZKI, T. **Social Practices: A Wittgensteinian Approach to Human Activity and the Social**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SCHOON, Nicholas; SEATH, Freya; JACKSON, Laura. **One Planet Living** - The case for Sustainable Consumption and Production in the Post - 2015 development agenda. Bond/ Bioregional Paper. United Kingdom, 2013.

SESSA, C.; RICCI, A. The world in 2050 and the New Welfare scenario. **Futures** no. 58 p. 77–90, 2014.

SEYFANG, Gill. Ecological citizenship and sustainable consumption: Examining local organic food networks, **Journal of Rural Studies**, vol. 22, no. 4, p. 383-395, 2006.

SHAKHOVA, N. E.; ALEKSEEV, V. A.; SEMILETOV, I. P. Predicted methane emission on the East Siberian Shelf. **Doklady Earth Sciences** v. 430, p. 190–193, 2010.

SHARMA, M., RANI, L. Environmentally Sustainable Consumption: A Review and Agenda for Future Research. **Global Journal of Finance and Management** vol. 6, no. 4, 2014.

SHELDRIK, A., FUNAKOSHI, M. Fukushima's ground zero: No place for man or robot. **Reuters**, 11 mar 2016.

SILVA, Eduardo Augusto da. Irresponsabilidade histórica: memória e reputação corporativa como um dos desafios para a sustentabilidade. **IDEA** v. 2, no. 2, jan-jul 2011.

SILVA, M. G.; ARAÚJO, N. M. S.; SANTOS, J. S. "Consumo consciente": o ecocapitalismo como ideologia. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 95-111, jan./jun. 2012.

SMELSER, Neil J.; SWEDBERG, Richard (eds.). **The handbook of economic sociology**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

SMITH, M. **Manual do Ecologismo**: rumo à cidadania ecológica. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

SOLOW, Robert M. Intergenerational Equity and Exhaustible Resources. **Rev Econ Stud** no. 41, vol. 5, p. 29-45, 1974b.

SOLOW, Robert M. The Economics of Resources or the Resources of Economics, **American Economic Review**, 64, issue 2, p. 1-14, 1974a.

SPAARGAREN, G.; COHEN, M. Greening lifecycles and lifestyles: sociotechnical innovations in consumption and production as core concerns of ecological modernization theory. In: MOL, A. SONNENFELD, D.; SPAARGAREN, G. (eds.). **The Ecological Modernization Reader**: environmental reform in theory and practice. New York: Routledge, p. 257-275, 2009.

SPANGENBERG, J. H. Institutional change for strong sustainable consumption: sustainable consumption and the degrowth economy. **Sustainability: Science, Practice & Policy** v. 10, no. 1, 2014.

SPASH, Clive L. New foundations for ecological economics. **Ecological Economics**, vol. 77, p. 36-47, 2012.

STACCHEZZINI, R., MELLONI, G., LAI A. Sustainability management and reporting: the role of integrated reporting for communicating corporate sustainability management. **Journal of Cleaner Production**, v.136, p. 102 – 110. 2016.

STANISKIS, Jurgis Kazimieras. Sustainable consumption and production: how to make it possible. **Clean Techn Environ Policy** no. 14, p. 1015–1022, 2012.

STEFFEN Will; RICHARDSON, Katherine; ROCKSTRÖM, Johan; CORNELL, Sarah E.; FETZER, Ingo; BENNETT, Elena M.; BIGGS, Reinette; CARPENTER, Stephen R.;

DE VRIES, Wim; DE WIT, Cynthia A.; FOLKE, Carl; GERTEN, Dieter; HEINKE, Jens; MACE, Georgina M.; PERSSON, Linn M.; RAMANATHAN, Veerabhadran; REYERS, Belinda; SÖRLIN, Sverker. Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. **Science** v. 347, no. 6223, 2015.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa Qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TAVARES, F.; IRVING, M. A. “Sustentabilidade líquida”: ressignificando as relações entre Natureza, Capital e Consumo em tempos de fluidez. **Revista Espaço Acadêmico** no. 151, 2013.

TAYRA, Flávio. Capital natural e graus de sustentabilidade: visões de mundo e objetivos conflitantes. **Pensamento & Realidade**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração - FEA. v. 19, jan. 2012.

TELLES, R. **Revista de Administração**, São Paulo v.36, n.4, p.64-72, 2001.

THE MARRAKECH PROCESS. Disponível em:
<<https://esa.un.org/marrakechprocess/>>. Acesso em 20 jan 2018.

THØGERSEN, J. How may consumer policy empower consumers for sustainable lifestyles? **Journal of Consumer Policy**, 28, 143–178, 2005.

TOSINI, Maria de Fatima Cavalcante. **A sustentabilidade ambiental no setor financeiro**: da autorregulação à regulação. 2013. 305 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

TUKKER, A., COHEN, M. J., DE ZOYSA, U., HERTWICH, E., HOFSTETTER, P., INABA, A., LOREK, S. AND STØ, E., The Oslo Declaration on Sustainable Consumption. **Journal of Industrial Ecology**, v. 10, p. 9–14, 2006.

TUKKER, Arnold; COHEN, Maurie J.; HUBACEK, Klaus; MONT, Oksana. The Impacts of Household Consumption and Options for Change. **Journal of Industrial Ecology** vol. 14, no. 1, 2010.

TURNER, G. M. A comparison of “The Limits to Growth” with 30 years of reality. **Global Environmental Change** v. 18, no. 3, p. 397– 411, 2008.

TURNER, K., PEARCE, D. BATEMAN, I. **Environmental Economics**: An Elementary Introduction. Harvester Wheatsheaf, 1994.

UNCSD. UN Commission on Sustainable Development. **International Work Programme on Sustainable Consumption and Production Patterns**. UN Commission on Sustainable Development, New York, 1995.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável** – desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VEIGA, José Eli da. Indicadores de sustentabilidade. **Estudos Avançados** no. 68, vol. 24, 2010.

VERGRAGT, P., AKENJI, L., DEWICK, P. Sustainable production, consumption, and livelihoods: global and regional research perspectives. **Journal of Cleaner Production**. Special Volume: Sustainable Production, Consumption and Livelihoods: Global and Regional Research Perspectives V. 63, no. 15 p. 1–12, 2014.

WAGNER, Sigmund A. **Understanding green consumer behavior**: a qualitative cognitive approach. London: Routledge, 2003. 288 p.

WALMART Brasil. **Relatório de Sustentabilidade**, 2016. Disponível em: <<https://www.walmartbrasil.com.br/responsabilidade-corporativa/sustentabilidade/>>. Acesso em 20 mar 2018.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004 [1904/5].

WEITZMAN, Martin L. Sustainability and Technical Progress. **Scandinavian Journal of Economics** no. 99, vol. 1, p. 1-13, 1997.

WHITEMAN, Gail, HOPE, Chris, WADHAMS, Peter. Vast costs of Arctic change. Comment. **Nature** vol. 499, no. 403, 25 jul 2013.

WILL, S., RICHARDSON, K., ROCKSTRÖM, J., CORNELL, S. E., FETZER, I., BENNETT, E. M., BIGGS, R., CARPENTER, S. R., DE VRIES, W., AND DE WIT, C. A. Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. **Science**, vol. 347, no. 6223, 2015.

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. **Atlas of Mortality and Economic Losses from Weather, Climate and Water Extremes (1970 - 2012)**. Chairperson, Publications Board, Geneva, Switzerland, 2014.

YORK, Richard. Ecological Paradoxes: William Stanley Jevons and the Paperless Office. **Human Ecology Review**, vol. 13, n. 2, 2006.

ZHU, Qinghua; SARKIS, Joseph; CORDEIRO, James J.; LAI, Kee-Hung. Firm-level correlates of emergent green supply chain management practices in the Chinese context. **Omega** n. 36 p. 577–591, 2008.